

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO
NA COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO**

REGIANE MARIA DA SILVA BIANCHINI

**COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E CIDADES INTELIGENTES:
SÃO PAULO NO FOCO DA IMPRENSA**

**São Caetano do Sul
2019**

REGIANE MARIA DA SILVA BIANCHINI

**COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E CIDADES INTELIGENTES:
SÃO PAULO NO FOCO DA IMPRENSA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Inovação na gestão e produção da comunicação de interesse público

Linha de Pesquisa: Gestão da Comunicação de Interesse Público

Orientador: Prof. Dr. Arquimedes Personi

São Caetano do Sul

2019

BIANCHINI, Regiane Maria da

Comunicação de Interesse Público e Cidades Inteligentes: São Paulo no foco da imprensa / Regiane Maria da Silva Bianchini – São Caetano do Sul - USCS, 2019.

225f.

Orientador: Prof. Dr. Arquimedes Pessoni

Dissertação (Mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Mestrado em Comunicação, 2019.

1. Cidades Inteligentes 2. Smart Cities 3. Comunicação de Interesse Público 3. Cidadania 4. Gestão Pública I. PESSONI, Arquimedes, II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

REITOR DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Romeiro

Gestor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Prof. Dr. João Batista Cardoso

Dissertação defendida e aprovada em 26 de fevereiro de 2019 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Arquimedes Pessoni (orientador)

Prof. Dr. Paulo Celso da Silva (Universidade de Sorocaba – UNISO)

Prof. Dr. Alan Cesar Belo Angeluci (Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que permitiu que eu concluísse a jornada interrompida há quase uma década.

Agradeço aos meus pais, Maria e José (*in memoriam*), sem os quais nada seria possível. Deles veio o ensinamento de que o conhecimento é o único bem que se acumula nesta existência e a vontade de aprender com humildade nos leva aos melhores destinos.

De maneira especial, agradeço aos homens de minha vida, meu filho, Lorenzo, cujas lições e incentivo me impulsionam a ser uma pessoa melhor, e ao meu marido, Edson, que além de todo amor, cuidado e paciência, me faz acreditar no impossível todos os dias.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Arquimedes Pessoni, que me incentivou a retornar à vida acadêmica e acreditou em mim nos momentos mais turbulentos de realização do projeto.

À prima amada, prof^a Dr^a Maria Clementina Spiller Colito, pelas orientações extra-curriculares à distância, a meus queridos amigos, de fé, irmãos, camaradas, pelo apoio em casa, Lígia Janzante, Maria Bellini, Valentina Ramos e, no decorrer do curso, Ana Paula Borges Oliveira, Sandra Cabral, Sérgio Correa, Silvia Carvalho, com quem partilhei angústias, dúvidas e não me deixaram desistir, nem sequer me deixaram pensar nisso.

Agradeço ainda ao Prof. Dr. Alan Angeluci e a Matheus Felske, pelas dicas de aplicativos e aulas práticas, e à equipe do Laboratório Hiperfótons: Bruna, Luciana, Evandro, Natália, Leticia Jancauskas, Letícia Poli, Renata e à Prof^a Dra. Priscila Perazzo, pela força e incentivo. E, em especial, ao professor Dr. Paulo Celso da Silva, pela disponibilidade e valiosas contribuições em minha banca de qualificação e defesa.

Dedico este mestrado a todos os professores que fizeram parte de minha vida e foram muito importantes em minha formação.

“Nas sociedades da informação e da vigilância também há políticas de distorção e ocultamento que se manifestam como estratégias governamentais e midiáticas para concentrar a informação e excluir a amplos setores até torna-los invisíveis.”

Néstor García Canclini

RESUMO

Ao longo das duas últimas décadas, as cidades vêm ganhando protagonismo por meio das narrativas comunicativas. Pautas sobre política, economia, cultura, memória, urbanização, sustentabilidade, novas tecnologias têm colocado em evidência as mudanças registradas no âmbito do crescimento, desenvolvimento e da globalização da urbe. Foi ainda no final dos anos 1990, que as cidades receberam a tarefa de se tornarem vitrines, para que pudessem atrair investimentos internos e externos, demonstrassem eficiência, do ponto de vista da gestão pública, e trouxessem lucros locais. Assim, a municipalidade, o setor privado e demais atores sociais passaram a compor as cidades globais. O avanço tecnológico trouxe para as cidades uma visão sistêmica, com a qual tudo pode ser solucionado por meio de novas ferramentas ou *softwares* sofisticados. Estima-se que, 55% da população mundial, hoje em torno de 4 bilhões, concentram-se em áreas urbanas e que este número poderá chegar a 68%, em 2050. Assim, a tarefa de tornar as cidades inteligentes passa a ser também do cidadão, que já se vê às voltas com desafios constantes em seu dia a dia, como a escassez de recursos naturais, tráfego intenso para se deslocar de casa ao trabalho, falta de opções para o desenvolvimento de itens básicos, como moradia, educação e saúde, bem como políticas públicas que não contemplam suas reais necessidades. Em meio a este cenário, encontram-se a comunicação de interesse público, a imprensa, os profissionais da área e o cidadão, que recebe a informação. Pensando em como esta comunicação é oferecida às pessoas, esta pesquisa teve como propósito investigar como a prefeitura de São Paulo comunica conceitos de cidade inteligente para a população e para a imprensa, dada a meta da gestão atual, de torna-la uma *smart city* até 2020. O estudo - de caráter exploratório - analisou mais de 300 notícias emitidas pela área de comunicação do órgão público paulistano, da mesma forma que avaliou como os portais Estadão, G1 e UOL, com maior representatividade em acessos no País, noticiam o tema na Internet. A interdisciplinaridade que permeou a pesquisa apresentou elementos para a proposição de um produto voltado à formação e informação de profissionais e estudantes da área de Comunicação, bem como pesquisadores e cidadãos interessados pelo tema, reunindo conhecimento, experiências e suscitando a criação de soluções para a gestão pública.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes, *Smart Cities*, Comunicação, Comunicação de Interesse Público, Cidadania, Gestão Pública

ABSTRACT

Throughout the last two decades, the cities are gaining protagonism via communicative narratives. Subjects about politics, economy, culture, memory, urbanism, sustainability, new technologies have highlighted the changes recorded in regards to the growth, development and globalization of the urban areas. Still in the end of the 1990's, the cities received the task to become the showcase, to attract internal and external investment, demonstrate efficiency, from a public management perspective, and bring local profit. Therefore, the cities, private sector and other social actors became the global cities. The technological advance brought to the cities a systemic view in which all can be solved via new tools or sophisticated software. It is estimated that 55% of the world's population, currently around 4 billion, concentrates in urban areas and this number can reach 68% in 2050. Therefore, the task of transforming the cities in smart cities becomes also part of the citizen, which faces his own daily challenges, such as lack of natural resources, intense traffic to go from work to home, lack of options to allow the develop basic items, such as housing, education and health, as well as public policies that does not contemplate his real needs. In this scenario, there is the communication of public interest, the press, professionals and citizens, that receive the information. Thinking on how this communication is offered to the people, this research had as a purpose investigate how the city hall of São Paulo communicates concepts of smart cities to the population and the press, given the goal of the current management, in transforming Sao Paulo in a smart city until 2020. This study – with exploratory characteristics – analysed more than 300 news issued via the communication area from the public organ in Sao Paulo (city) in the same way that evaluated how the media portals Estadão, G1 and UOL, with more representativity in access in the country, delivered the news on the Internet. The interdisciplinarity that supported the research suggested elements to the proportion of a product focused on the formation and information of professionals and students from the Communication area, as well as researchers and citizens interested in the subject, putting together knowledge, experiences and stimulating the creation of solutions to the public management.

Key words: Smart Cities, Communication, Public Interest Communication, Citizenship, Public Management

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Códigos mais frequentes nas notícias da Prefeitura..... 116

Gráfico 02. Prevalência de temas Prefeitura x imprensa..... 120

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Percurso metodológico.....	27
Figura 02. Esquema de plataformas para cidades inteligentes	45
Figura 03. Mapa de adensamento na cidade de São Paulo (2018)	54
Figura 04. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	59
Figura 05. Brochura: Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo (2017-2020).....	60
Figura 06. Sistema de busca do site da Prefeitura de São Paulo.....	61
Figura 07. Sistema de busca no hotsite Programa de Metas 2017-2020	62
Figura 08. Projeto São Paulo Inteligente	65
Figura 09. Projetos e metas associados no conceito <i>smart city</i> em São Paulo	68
Figura 10. Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo	85
Figura 11. Tela inicial do portal da Transparência Prefeitura de São Paulo	87
Figura 12. Conceitos de empresas	93
Figura 13. Sítio da Prefeitura de São Paulo	96
Figura 14. Competências e atribuições da SECOM	97
Figura 15. Pedido e-sic sobre material de divulgação - cidade inteligente em SP ..	101
Figura 16. Resposta e-sic sobre material de divulgação - cidade inteligente em SP.	102
Figura 17. Fluxograma de análise das notícias	104
Figura 18. Matéria STARTUP	108
Figura 19. Esquema de Giffinger (2007) para <i>smart cities</i>	116
Figura 20. Relação de palavras com maior incidência nas notícias da Prefeitura...	117
Figura 21. Relação de palavras com maior incidência nas notícias da imprensa....	119
Figura 21a. Relação de palavras com maior incidência nas notícias da imprensa....	120
Figura 22. Exemplo de conteúdo publicitário sobre cidade inteligente	124

Figura 23. Arte divulgada pela matéria – portal G1	128
Figura 24. Matéria - Portal G1	130
Figura 25. Matéria - Portal UOL	131
Figura 26. Matéria Portal Estadão	134
Figura 27. Matéria portal G1.....	135
Figura 28. Matéria Blog Causas e Marcas – Portal Estadão.....	136
Figura 29. Matéria jornal Agora – 18 set. 2017.....	138
Figura 30. Matérias 05 – UOL e Prefeitura.....	141
Figura 31. Matéria 06 - Prefeitura de São Paulo	143
Figura 32. Hotsite para o aniversário da cidade de São Paulo.....	145
Figura 33. Matéria 01 - Prefeitura de São Paulo.....	146
Figura 34. Matéria 02 – Prefeitura de São Paulo.....	147
Figura 35. Matéria 02 - Portal Estadão.....	148
Figura 36. Matéria 03 – Prefeitura de São Paulo.....	151
Figura 37. Layout do quizz.....	156
Figura 38. Site Espaço Inteligente	157
Figura 39. Mapa colaborativo.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Teoria do modelo de cidade global por Sassen (1998).....	36
Quadro 02. Conceitos sobre Cidades Inteligentes	41
Quadro 03. Eixos temáticos do Plano Estratégico da cidade de São Paulo (2017-2020)	58
Quadro 04. Conceitos de <i>Agenda-Setting</i>	84
Quadro 05. Perfil das fontes de informação.....	100
Quadro 06. Percepções sobre a cobertura jornalística na cidade	110
Quadro 07. Análise dos veículos/notícias	125

LISTA DE SIGLAS

APP – aplicativo

Cetic.br - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

CEU – Centro Educacional Unificado

Cgi.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil

FabLab – laboratório de fabricação

GPS- Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IoT – Internet of Things (Internet das coisas)

LAI – Lei de Acesso à Informação

ONU – Organização das Nações Unidas

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

GLOSSÁRIO

FabLab – fábrica laboratório, estruturada para permitir que interessados em desenvolver projetos, inovar, criar e aprender possam utilizar recursos e equipamentos, como impressoras 3D, máquinas de corte a laser. Geralmente, são locais em que acontecem cursos e palestras.

Bluetooth – tecnologia que permite a transmissão de dados ou interligação entre equipamentos como aparelhos celulares, computadores, entre outros, utilizando-se das ondas de rádio

Mapatona – mapas coletivos, nos quais se faz uma prévia de pontos que precisam ser mapeados.

Hackathon - iniciativa da sociedade civil para criar soluções que tragam melhorias para a cidade. Geralmente, são feitas rodadas de encontros aos finais de semana, com a participação de interessados. O *hackathon* é aberto à participação e geralmente premia as melhores soluções para a comunidade.

Lobby – grupo ou pessoa que exerce pressão/influência para atingir determinado propósito. Nos Estados Unidos, o lobby é regulamentado por lei e reconhecido pelas esferas públicas.

Metadados – características de um dado, dados de um dado: tamanho, especificidades, tipo etc

Big data – termo que descreve o imenso volume de dados, estruturados e não estruturados, e que impactam os negócios no dia a dia.

Web – Rede ou teia em inglês, a *World Wide Web*, comumente conhecido como *www*, é o sistema que interliga, conecta aparelhos a sistemas ou hipermídias.

Download – baixar dados, arquivos de um remoto (computador, servidor, rede) para um equipamento ou rede local.

Hacker – pessoas com elevado nível de conhecimento em programação em informática, que encontra falhas em sistemas e redes operacionais.

Wi-Fi – abreviação de *wireless fidelity*, cuja tradução livre é fidelidade sem fio, ou tecnologia para comunicação que não utiliza cabos ou outros fios.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1. Origem do Estudo	22
1.2. Problematização e pergunta-problema.....	24
1.3. Objetivos	24
1.3.1. Objetivo geral	24
1.3.2. Objetivos específicos	25
1.4. Justificativa do Estudo	25
1.5. Síntese do método	26
1.6. Delimitação do Estudo	28
1.7. Vinculação com a Área de Concentração e Linha de Pesquisa do Programa.	28
1.8. Síntese do Documento	29
2. CIDADES EM CONSTANTE MOVIMENTO	30
2.1. Globais ou locais, eis as cidades	33
2.2. Cidades digitais, sustentáveis, criativas, todas querem ser inteligentes	37
2.3. Rótulo ou vocação: uma questão conceitual	40
2.4. As <i>smart cities</i> no Brasil	47
2.5. Cidades inteligentes ou territórios inteligentes: espaços de inclusão ou exclusão.....	50
3. SÃO PAULO QUER SER INTELIGENTE.....	53
3.1. Metas e projetos para transformar São Paulo em uma cidade <i>smart</i>	57
3.2. Modernizar, sistematizar, digitalizar.....	64
3.3. O Big Data e suas imbricações	70
4. A TECNOLOGIA QUE CONDUZ AS CIDADES E OS CIDADÃOS	75
4.1. Tecnologias que unem e separam	79
4.2. O Poder da Mídia na Comunicação de Interesse Público	82
4.3. As narrativas em torno das cidades inteligentes	89
4.4. Popularização do Conceito de <i>Smart City</i>	91

5. PERCURSO METODOLÓGICO	94
5.1. Objetos da Pesquisa.....	95
5.1.1. A cidade de São Paulo.....	96
5.1.2. A Comunicação na Prefeitura	96
5.1.3. Portal de Notícias G1	98
5.1.4. Portal de Notícias Estadão.....	99
5.1.5. Portal de Notícias UOL	99
5.2. Coleta de Dados.....	99
5.3. Temática pretendida na análise	103
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	107
6.1. No Coração da Informação.....	109
6.2. SP inteligente no foco da imprensa	113
6.3. Temas recorrentes.....	116
6.4. Conteúdos de imprensa em destaque.....	126
6.5. Conteúdos da Prefeitura em destaque	143
7. PRODUTO.....	154
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICES.....	178
Apêndice 01 - Entrevista jornalista André Palhano.....	179
Apêndice 2 - Entrevista jornalista Luciano Máximo.....	181
Apêndice 3 - Entrevista jornalista - Priscilla Tavollassi	183
Apêndice 4 – Transcrição evento	185
ANEXOS	199
ANEXO 1 - Relação de Notícias sobre Cidades Inteligentes.....	199
ANEXO 2 - Relação de matérias divulgadas no site da Prefeitura Municipal de São Paulo - com a TAG Cidades Inteligentes	211
ANEXO 3 - Relação de notícias geral	217
ANEXO 4 - Clipping de Notícias da Prefeitura de São Paulo e da Imprensa.....	225

1. INTRODUÇÃO

A população urbana cresce a passos largos. Dados da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU), em sua Revisão das Perspectivas Mundiais de Urbanização 2017, lançado em maio de 2018, demonstram que, das cerca de 4 bilhões de pessoas, 55% da população mundial, encontram-se em áreas urbanas, proporção que, segundo a pesquisa, deverá aumentar para 68% até 2050. Entre os fatores apontados para tal aumento, destaca-se “a mudança gradual de residência por parte da população das zonas rurais para as urbanas, combinada com o crescimento global da população mundial, o que poderia adicionar outras 2,5 bilhões de pessoas às áreas urbanas até 2050, sendo que 90% desse total ocorreriam na Ásia e na África”.

No Brasil, este número chega a 85% da população total, ou seja, dos 210 milhões de brasileiros, 180 milhões vivem em grandes cidades, de acordo com estudos realizados pelo Banco Mundial (BID), e, em sua maioria, não têm correspondidas as suas expectativas, seja pela superlotação dos centros urbanos, escassez de recursos naturais, fontes de alimento, geração de lixo nas grandes metrópoles, falta de água potável e esgotamento, faltam vagas em escolas, hospitais, investimentos em saúde pública, moradias e baixa capacidade de atendimento dos transportes urbanos.

De acordo com Santos (2006), estudos apontam que, desde a revolução demográfica dos anos 1950, desenvolveu-se um processo de urbanização aglomerada, em uma concentração de núcleos com mais de 20 mil habitantes, originando a formação das metrópoles e o aumento considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias (com uma população em torno de meio milhão de habitantes).

O grande desafio dos governos, especialmente da municipalidade, é como tornar as cidades lugares bons para se viver. A concentração da população nas cidades, ou centros urbanos, decorrente da reunião de indústrias produtivas nesses locais, ocorreu também na São Paulo do século XX, cujo predomínio produtivo se sobrepôs à cultura agrícola. Os reflexos da migração, em busca de melhores oportunidades de emprego e de qualidade de vida, persistem até os dias atuais, entretanto, os grandes centros urbanos vivem um dilema: ficaram pequenos diante da densidade em determinadas regiões e hostis à população, em busca de políticas públicas que atendam às suas necessidades e demandas.

Sendo assim, esta dissertação de mestrado vem ao encontro de um tema recorrente nos meios de comunicação, na gestão pública municipal e nos meios acadêmicos: as cidades inteligentes. Sem um conceito fechado ou único, as *smart cities*, como são reconhecidas

internacionalmente mexem com o imaginário das pessoas. Quem assistiu aos desenhos de Hanna Barbera, intitulado *Os Jetsons*, da década de 1960, certamente irá se lembrar de como vivia a família do século XXI, no ano de 2062, cercada de facilidades promovidas pela tecnologia, com os primeiros sinais de inteligência artificial, a assistente robô, e demais traquitanas que nos deixavam boquiabertos.

Cinquenta anos mais tarde, projetos de cidade inteligente fazem o controle de tráfego, monitoramento das câmeras de segurança, com reconhecimento facial, carros autônomos, registro pessoal unificado, que permite a identificação do cidadão em quaisquer sistemas, seja financeiro, de saúde, do supermercado, do seguro de seu veículo. Aliados às novas ferramentas, sobressaem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que revolucionaram a relação do homem com os aparatos de comunicação, fazendo dos meios a extensão do homem, como diria McLuhan (1972), colocando o mundo na palma da mão e fazendo desta uma realidade muito mais próxima do que se imagina.

1.1. Origem do Estudo

Ao iniciar meus estudos em Jornalismo e minha trajetória profissional, há praticamente três décadas, sempre procurei ter um olhar atento às cidades, suas histórias e memórias, às narrativas feitas a partir de temas inerentes ao cotidiano, seja por notícias divulgadas em veículos de comunicação, por expressões artísticas que dela se apropriam, como um roteiro cinematográfico, por exemplo, ou de sua arquitetura e constituição humana.

Dados sobre o desenvolvimento das cidades e de como elas tornam-se peça-chave na constituição da cultura de um povo, no exercício da cidadania e no desenvolvimento de novas soluções e tecnologias capazes de trazer benefícios e qualidade de vida às pessoas merecem o exercício de um olhar mais apurado, derivado do rigor científico.

Entrar em contato com obras de Milton Santos, geógrafo, estudioso das temáticas urbanas no Terceiro Mundo e das discussões sobre o tema durante o curso de pós-graduação, ainda em 1996, auxiliou o exercício de um olhar crítico sobre a união entre tecnologia e ciência, apontada pelo pesquisador como responsável por profundas mudanças nos hábitos das pessoas, a partir de exigências mercadológicas e globais, resultando em um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1997, p.190). No mesmo período, também pude observar de perto a evolução tecnológica a qual se referiu Santos (2001), por meio da vivência profissional na área de comunicação do mercado financeiro, um dos primeiros setores a adotar e desenvolver novas tecnologias de informação, e ao conhecer projetos que vislumbravam a

construção de cidades a partir de novas tecnologias e do sistema de inteligência artificial, que mais tarde seriam denominadas como “cidades inteligentes” e “cidades digitais”.

Após aprofundar leituras sobre *smart cities* e ampliar a investigação sobre o tema, observei uma dualidade sobre a comunicação acerca do tema: os projetos de cidade inteligente seriam direcionados à melhoria da qualidade de vida das pessoas ou estariam a serviço de grandes conglomerados de tecnologia, mobilidade urbana, entre tantos outros setores produtivos, para obter dados das pessoas e com eles ampliar suas estratégias de negócio pelo mundo, além de promover um controle ainda maior do Estado sobre o cidadão?

Somada a esta reflexão, vê-se que a iniciativa privada avança, especialmente no Brasil, no desenvolvimento de projetos de *smart cities*, colocando em prática estratégias mercadológicas que buscam ampliar seu core business. As empresas de tecnologia têm desenvolvido sistemas, aplicativos, soluções sempre voltadas ao mundo da ciência, das finanças, para pessoas com alta capacidade de absorver produtos e serviços com este perfil. E o que se percebe, a partir de dados levantados para a pesquisa é que o cidadão comum, um operário, por exemplo, fica alijado desta realidade, o que intensifica a necessidade de se apurar de que maneira as soluções tecnológicas vêm ao encontro da melhoria de qualidade de vida das pessoas e em que âmbito elas existem.

A socióloga holandesa, Saskia Sassen, estudiosa do fenômeno da urbanização a partir dos processos de globalização das cidades e referência na popularização do termo “cidades globais”, abre uma discussão pertinente à relevância dos estudos acerca das cidades. Sassen (2005) entende que as “cidades globais” modificaram e continuarão a promover mudanças na geografia do poder, a partir da intensificação das transações comerciais entre elas, principalmente, através dos mercados financeiros. Ao mesmo tempo, a socióloga acredita que as cidades devem ser foco de estudos, pois são também o local onde minorias vulneráveis encontram espaço para os seus projetos de vida.

Recapturing the geography of places involved in globalization allows us to recapture people, workers, communities, and more specifically, the many different work cultures, besides the corporate culture, involved in the work of globalization. It also brings with it an enormous research agenda, one that goes beyond the by now familiar focus on cross-border flows of goods, capital, and information. (SASSEN, 2005, p.32)¹

Aproveitando minha experiência em assessoria de imprensa em empresa de economia mista (público-privada), foi possível ratificar no arcabouço teórico as práticas inerentes às

¹ Tradução nossa: Recapturar a geografia de lugares envolvidos na globalização nos permite recapturar pessoas, trabalhadores, comunidades e, mais especificamente, as diversas culturas de trabalho, além da cultura corporativa, envolvidas no trabalho da globalização. Também traz consigo uma enorme agenda de pesquisa, que vai além do enfoque já familiar nos fluxos transfronteiriços de bens, capital e informação. (SASSEN, 2005, p.32)

áreas de comunicação de organismos públicos, a atuação do jornalista neste papel, as dificuldades encontradas para tratar a informação de interesse público, de modo que não se torne um discurso vazio ou um discurso para formar plataformas políticas.

1.2. Problematização e pergunta-problema

O conceito *smart cities* ainda não é uma teoria encerrada, fechada, e sim, um ideário em construção. Ao longo das últimas duas décadas, os estudos sobre cidades inteligentes têm aumentado e elevado o tema a patamares que envolvem não só as implicações técnicas, mas também, questões como o uso de recursos naturais, práticas sustentáveis, cultura da globalização, respeito à integração do capital humano, participação cidadã e construção de novos formatos de políticas públicas, o que torna a cidade inteligente um ato de disrupção, ou se preferirmos, uma ação inovadora.

Segundo Rossetti (2019), entende-se por inovação o ato ou efeito de inovar. Em sua reflexão, a autora constata que a inovação, enquanto ação, gera um produto novo, já a inovação, enquanto estado, é o próprio produto inovador. Desta forma, podemos considerar a cidade inteligente capaz de gerar novos produtos, ou as chamadas IoT, ao mesmo tempo que pelas características que apresenta, por si, já é inovadora.

Do mesmo modo que a inovação surge na cidade inteligente e seu simulacro, ela também está nos novos meios de comunicação de massa, que passaram a compor o cotidiano das pessoas. Mesmo sem habilidades e competências suficientes para ingressar nesta realidade de um novo perfil de cidade, o cidadão está exposto às narrativas contidas nos conteúdos que aparecem na publicização do conceito de cidade inteligente, seja pela prefeitura ou pelas mídias analisadas, como às ações pasteurizadas e sem uma análise das características de cada local, como pontos de Internet gratuita, aplicativos para chamar um táxi, digitalização do serviço público e assim por diante.

Sendo assim, este estudo procurou responder ao questionamento sobre como o poder público e os portais de notícias comunicam conceitos sobre cidades inteligentes aos cidadãos.

Pergunta-problema: Como o poder público e os portais de notícias comunicam os conceitos sobre cidades inteligentes aos cidadãos?

1.3. Objetivos

1.3.1. *Objetivo geral*

Analisar como os conceitos sobre cidades inteligentes são comunicados pelas prefeituras de São Paulo e pelos portais de notícias Estadão, G1, UOL e aos cidadãos

1.3.2. *Objetivos específicos*

- ✓ Verificar a existência do conceito de cidades inteligentes no plano diretor estratégico municipal da cidade de São Paulo e nas notícias compiladas;
- ✓ Mapear categorização de termos sobre o conceito de cidades inteligentes nas notícias
- ✓ Identificar inovações nos processos comunicacionais;
- ✓ Desenvolver produto a partir do resultado da análise.

1.4. Justificativa do Estudo

Estudos sobre o conceito de cidades inteligentes, sob a ótica da Comunicação de Interesse Público, ainda são pouco explorados no campo da Comunicação Social. Bibliografias pesquisadas sobre o tema trazem conceitos das *smart cities* na arquitetura urbana, no desenvolvimento de soluções tecnológicas, bem como na infraestrutura necessária à implementação de projetos que levem ao conceito inteligente, sempre tendo como inspiração as diretrizes de modelos globais bem-sucedidos, vide a visita do então prefeito da cidade de São Paulo, João Dória Junior, à cidade de Ynchuan, na China, em julho de 2017, cujo noticiário sobre o tema está contido na análise de conteúdo.

Por tratar-se de tema de interesse público, com foco em conceito inovador, no caso das *smart cities*, o estudo partiu de estudos realizados por Lemos, A. (2004), cujos trabalhos transcendem a questão tecnológica, perpassam pela comunicação de interesse público sobre o tema e são interdisciplinares, de Vanolo (2014), com uma visão crítica sobre participação do cidadão em processos de implementação de cidades inteligentes, bem como de Söderström *et al* (2014), cujas inferências residem nas narrativas feitas no âmbito da comunicação com o público, no caso o cidadão.

Outro aspecto que vem ao encontro da proposta desta pesquisa são os estudos realizados por Silva (2012; 2016), que evidenciam os “processos geográficos comunicacionais” - a partir das obras de Milton Santos, o modelo global de *smart cities* e a redução de exposição do tema na mídia no último triênio (2014-2016). De acordo com Silva (2016), estudo por amostragem, realizado com 531 pessoas e publicado em maio de 2016, pelo *Institution of Engineering and Technology* (IET) do Reino Unido, indicou que apenas uma em cada cinco pessoas sabiam o que era *Smartcity*.

A demanda por estudos desta natureza pode ser constatada por meio de recentes pesquisas que dialogam com esta pesquisa e abrangem a comunicação de interesse público relacionada a este tema, bem como as estratégias de divulgação com caráter comercial, sem

aprofundamento do conceito para a comunicação com o cidadão, nem seu envolvimento no processo.

1.5. Síntese do método

Para realização da pesquisa, optou-se pelo caráter qualitativo e exploratório, baseada em pesquisa documental quantitativa, com coleta de dados em fontes primárias e secundárias, no caso o sítio oficial de notícias da prefeitura de São Paulo, seu Plano de Metas 2017-2020 e as publicações (notícias) sobre o tema cidade inteligente pela imprensa local, por meio dos portais jornalísticos maior representatividade no cenário nacional: Estadão, G1 e UOL.

Segundo Gil (2016, p.27), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. O autor também considera que este tipo de estudo envolve o levantamento de bibliografia, documentos entrevistas não estruturadas e estudos de caso.

Com relação ao levantamento documental, a partir das informações disponíveis nos sites dos órgãos públicos e na mídia a ser pesquisada, corrobora Gil (2016), ao afirmar que há dois tipos de fontes documentais.

Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, ou de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2016, p.51)

Para formar o conjunto de informações codificadas e estruturadas, lançamos mão do uso da análise de conteúdo, teorizada por Bardin (2011), como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p.15) e a técnica do enquadramento, para obter um recorte mais próximo sobre a abordagem dada ao tema na imprensa, à luz de teóricos como Hackett (1993), Tankard (2001) e Porto (2002), que vislumbram esse recorte, como se fosse o enquadramento de um retrato e seu detalhamento de maneira empírica.

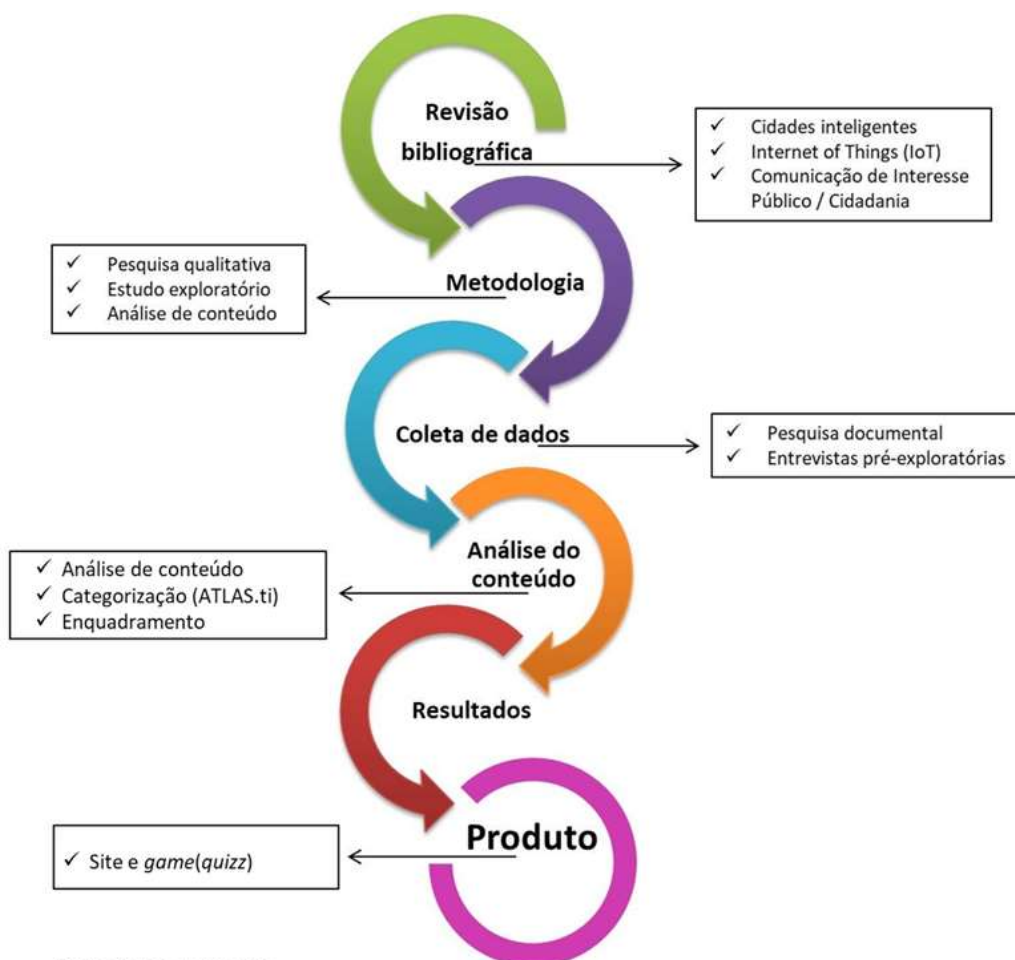
O percurso metodológico incluiu o modelo de análise proposto por Bardin (2011, p.125), “em torno de três polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Com o auxílio da ferramenta de extração de dados e categorização, o *software Atlas TI*, foi possível organizar, categorizar,

inferir e interpretar as informações para a construção do produto/intervenção, além de proporcionar à pesquisa insumos que podem ser explorados em novos estudos.

Também foi levado em consideração o raciocínio de Krippendorff (1990) para a análise de conteúdo, no qual é considerado durante o processo a forma como os dados se apresentam para sua análise, o contexto das informações, o conhecimento sobre o tema, o objetivo, a inferência e os critérios estabelecidos para a análise.

Ainda com o objetivo de delinear a pesquisa, foram realizadas entrevistas exploratórias com profissionais da área de Comunicação e do Direito, o que auxiliou na revisão e análise do material compilado na imprensa, ao mesmo tempo que emprestou novos olhares ao tema pesquisado sob o viés da comunicação de interesse público.

Figura 01. Percurso Metodológico



Fonte: Autora da pesquisa

O eixo teórico utilizado na pesquisa consta do capítulo 4, com referenciais que seguirão pela análise que compõe o capítulo 5.

1.6. Delimitação do Estudo

O enfoque foi dado à verificação e análise dos conteúdos sobre cidades inteligentes divulgados pelo site da prefeitura de São Paulo, em comunicações oficiais, e o enquadramento dado pela imprensa, na figura dos portais de notícias com maior representatividade nacional, pelo número de acessos, abrangência e capilaridade: Estadão, G1 e UOL, de janeiro de 2017 a outubro de 2018, em seus noticiários.

O estudo não tratou especificamente de conceitos tecnológicos, arquitetônicos ou de sustentabilidade, mas foi na interdisciplinaridade que ocorreu o diálogo com demais estudos sobre comunicação e marketing nas cidades inteligentes, com enfoque para a informação de interesse público, ao mesmo tempo em que se aproximou de pesquisas sobre a *Internet of Things* (IoT), inteligência artificial, inovação, sustentabilidade, cidadania e políticas públicas.

1.7. Vinculação com a Área de Concentração e Linha de Pesquisa do Programa

O projeto está vinculado à Linha de Pesquisa “Gestão da Comunicação de Interesse Público”, na área de Inovação na Comunicação de Interesse Público, do curso de Mestrado Profissional em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), por compreender um estudo ligado à obtenção, tratamento, produção e difusão de informação de interesse público em projetos de inteligência nas cidades.

A referida Linha de Pesquisa abrange estudos que investigam e/ou ampliam a construção de espaços para discussão e reflexão sobre temas políticos e sociais e sejam capazes de viabilizar a formulação de projetos comunicacionais aplicados, que atendam a demandas sociais reais e sua consequente repercussão no governo, na sociedade e na mídia. Os resultados finais podem ser implementados tanto pelos poderes constituídos, como pelo terceiro setor ou entidades como sindicatos e associações, além de empreendimentos que se realizem a partir de parcerias público-privadas.

Seguindo este raciocínio, entre os objetivos das *smart cities* está a ampliação de acesso à informação da população, na figura da Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, em vigor desde maio de 2012, bem como seu desenvolvimento por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs), contexto em que se insere a Comunicação Pública - de interesse público, conforme aponta Koçouski (2013):

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade (KOÇOUSKI, 2013, p.54)

A opção pela orientação do Prof. Dr. Arquimedes Pessoni, docente na área de vinculação desta pesquisa, é indicada por sua trajetória acadêmica e profissional, pelo interesse ao tema, perfil de obras já publicadas e por desenvolver estudos em Comunicação de Interesse Público, com foco em propostas de inovação, análise, produção e gestão de informações de interesse público, bem como o profissional ter atuado por mais de vinte anos na área de comunicação do serviço público.

1.8. Síntese do Documento

Apresentada a interdisciplinaridade acerca do tema, bem como a complexidade discutida pela pesquisa, o alicerce teórico está fundamentado em estudos sobre Comunicação de Interesse Público, Inovação, Produção jornalística, Geografia da comunicação, Cidades Inteligentes, Internet, IoT, TIC, por meio de revisão de bibliografia em livros, revistas e artigos científicos, análise de cenários nacional e global, além do referencial em institutos de estudos e agências de fomento.

O Capítulo 1 (pg. 30-51) faz um retrospecto sobre a criação das cidades, trazendo elementos históricos e referenciados em Santos (1996), trata dos conceitos de cidades inteligentes na visão de teóricos brasileiros e internacionais e dos elementos que compõem o discurso das corporações de tecnologia, inseridas no contexto das *smart cities*.

No Capítulo 2 (p.52-75), está o detalhamento do plano diretor da cidade de São Paulo, bem como o plano de metas para o período da gestão 2017-2020, no qual consta a visão de gestão para as cidades inteligentes e os projetos vinculados a este objetivo.

A comunicação de interesse público, das novas tecnologias no cenário urbano e da exclusão digital pela qual o cidadão é submetido são objetos do capítulo 3 (p. 76-94). No Capítulo 4 (p.95-106), está o traçado do eixo teórico, bem como as referências utilizadas para a análise de conteúdo, categorização e enquadramento das notícias.

A análise dos resultados propriamente dita foi tratada no capítulo 5 (p.107-151), que congrega também as notícias em destaque, analisadas sob os critérios dos métodos escolhidos para a consecução do estudo, inclui as entrevistas como aporte para validação de enunciados e serve de aparato para o desenvolvimento do produto.

E, por último, no Capítulo 6 (p.152), encontra-se o produto/intervenção oriundo da pesquisa, com o objetivo de contribuir com a composição de pautas e, conseqüentemente, ampliar o leque de informações para profissionais de comunicação, seja os que atuam em redações, ou os que trabalham com a divulgação de projetos de cidades inteligentes.

2. CIDADES EM CONSTANTE MOVIMENTO

Os centros urbanos reúnem atualmente 54% da população do planeta, correspondendo a cerca de 4 bilhões de pessoas, enquanto no Brasil este número chega a 85% da população total, ou seja, dos 210 milhões de brasileiros, 180 milhões vivem em grandes cidades, que nem sempre correspondem às suas expectativas de uma vida com melhor qualidade, seja pela superlotação dos centros urbanos, escassez de recursos hídricos e fontes de alimento, geração de lixo, falta de vagas em escolas, hospitais, investimentos em saúde pública, moradias e a falta de capacidade de atendimento dos transportes urbanos.

As estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são de que a população no País chegue a 223 milhões, até 2030, e 231 milhões, até o ano 2050. E onde estarão os brasileiros até lá? Bem provavelmente, nos grandes centros urbanos. Estudos realizados pelo IBGE e publicados, respectivamente, em 2015 e meados de 2017, sobre classificações, características rurais e urbanas e áreas urbanizadas no Brasil, como veremos mais à frente, demonstram a influência que os grandes centros exercem sobre todas as regiões brasileiras, em uma constituição territorial, com novos arranjos populacionais e a diluição de fronteiras.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2013, somente na região Sudeste, a parcela de habitantes que viviam em áreas urbanas chegava a 93,2%, enquanto 6,8% dos habitantes ainda residiam em áreas rurais. A pesquisa aponta que, nas próximas duas décadas, estes números podem aumentar ainda mais, considerando que os centros produtivos mudaram-se para locais em que há polos estratégicos de distribuição, com o propósito de desenvolver uma logística que se torne aplicada ao contexto econômico local e regional.

Não distante, encontram-se as áreas rurais, classificadas nestes estudos como aquelas estabelecidas pelo Decreto Lei nº 311, de 02 de março de 1938, que delimita as zonas rurais das urbanas, em função de objetivos fiscais e divisões político-administrativas, formulados para atender, em suma, os órgãos municipais de governo. Inevitável dizer que, mesmo antagônicos, os dois modelos podem conter em si elementos de um e de outro, para compor, desta maneira, o conceito *continuum* rural-urbano, como explicitado por Marques (2002, p.100). Na reflexão da autora, é o processo de urbanização que modifica a sociedade de maneira significativa, chegando às áreas rurais e colocando-as mais próximas da realidade urbana.

Qualificar as duas categorias não significa compreendê-las por um olhar técnico, ou reduzi-las a uma divisão na qual exista somente a urbanização e o rural deixe de predominar. E isto se aplica a aspectos sociais, da organização econômico-produtiva e, até mesmo, culturais, como afirma Rolnik (1988), ao descrever o processo de construção da urbanidade das megacidades, especificamente, a São Paulo que hoje conhecemos como uma das metrópoles mais populosas e complexas do mundo.

Ainda que São Paulo apresente este perfil, este não era seu retrato até o século XIX. Somente quando as culturas do café tornaram a região Sudeste conhecida pela produção do grão e pela exportação, que ocorria pelo Porto de Santos, é que a concepção de riqueza urbana tomou conta da história da cidade, levando os Barões do Café, como eram conhecidos os grandes produtores rurais do fruto à época, a instalaram-se na cidade de São Paulo, formando novas composições sociais e territoriais.

Foi assim que surgiram os casarões dos Campos Elíseos, Higienópolis e da Avenida Paulista, erguidos em torno de uma nova concepção de cidade, que dividia por muros e fronteiras a São Paulo dos ricos e dos pobres – que habitavam cortiços e vilas, erguidos em função do movimento de industrialização. Este foi também o período considerado por alguns autores como Rolnik (1988) e Santos (1997) como o da segunda fundação da cidade, em torno do ciclo do café.

Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir "territórios" distintos. Grosso modo, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais. Ao mesmo tempo em que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região. Confinados em determinadas zonas da cidade, os grupos sociais acabam de certo modo controlando seus respectivos territórios e sobretudo identificando-se com eles. (ROLNIK, 1988, p. 78)

O processo de urbanização foi acelerado no século XX, com o aumento da densidade populacional em grandes centros, a partir da migração do campo para a cidade, depois da Abolição da Escravatura, em 1888, intensificando-se durante a Revolução Industrial e também no período do governo de Getúlio Vargas, nas décadas de 1930-1940, que apresentou uma mudança do perfil econômico do Brasil, de agrário-exportador para industrial e um modelo social de constituição das cidades.

Conforme Canclini (2008), a concentração da população nas cidades, ou centros urbanos, foi decorrente da instalação das indústrias nesses locais, o que também ocorreu na São Paulo do século XX, principalmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960, cujo predomínio produtivo se sobrepôs à cultura agrícola. De acordo com Santos (2006), a partir da revolução

demográfica dos anos 1950, desenvolveu-se um processo de “urbanização aglomerada”, em uma concentração de núcleos com mais de 20 mil pessoas, originando a formação das metrópoles e o aumento considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias, com população em torno de meio milhão de habitantes.

Descobertas de novas tecnologias, ao longo do tempo, também permearam o desenvolvimento urbano, bem como transformaram a vida das pessoas. Os profundos avanços ocorridos desde o século XIX, tanto na cadeia produtiva, como na evolução da transmissão de dados, elevaram os grandes centros a condição de cidades tecnicamente mais evoluídas, por possuírem centros de estudos e reunirem cientistas voltados a descobertas até então inimagináveis para a humanidade.

A produção, o consumo e uma divisão do trabalho de maneira sistêmica, praticamente, obrigaram as pessoas a aglomerarem-se e a construírem os chamados centros urbanos, em uma espécie de teia, ou rede, que envolvia a cadeia produtiva e os caminhos de escoamento da manufatura, sendo necessário às cidades uma aproximação de locais para armazenamento e distribuição, com larga profusão de transportes e vias de acesso, como discorre Santos (1988) ao afirmar que “não é mais a cidade que cria a região ou a zona, mas a zona que cria a cidade, esta se organizando à feição da produção respectiva” (SANTOS, 1988, p.15).

Da nova configuração das cidades surgiram os avanços tecnológicos que forneceram um rol de ferramentas para as indústrias, para o desenvolvimento dos sistemas de transporte e de comunicação. Santos (1988) reitera que a estrutura das indústrias mudou ao longo do tempo, simultaneamente à disseminação da informação sobre os processos produtivos por todo o território brasileiro, dando origem à uma reorganização dos espaços econômico-produtivos do País. O autor deu atenção especial a esta reordenação pelo fato dela não ter sido elaborada pelo poder público, sociedade ou qualquer setor econômico local, mas sim pelo Banco Mundial (BID), antevendo o processo de globalização, que se intensificaria na década seguinte em todos os continentes, em um modelo conceitual colocado em prática pela própria instituição, o Programa de Cidades Médias, o que deu início à construção do conceito das cidades inteligentes, como veremos mais à frente.

Com a densidade populacional provocada pela concentração em grandes centros industriais e comerciais, surgem problemas até então impensáveis para os habitantes urbanos e também para a administração pública. Lidar com a superpopulação nas cidades, construir uma economia sustentável, que atenda às necessidades do cidadão, alta demanda de leitos em hospitais, falta de vagas em escolas, sem falar da falta de habitações, como há em São Paulo, é um dos desafios para a administração pública e que também comporá este estudo.

2.1. Globais ou locais, eis as cidades

“O que é uma cidade?” Com esta indagação Canclini (2008) iniciava uma das mais atuais discussões acerca dos aspectos culturais das cidades, sob a ótica do conhecimento, do espetáculo e do desconhecimento. O questionamento do autor vai ao encontro das narrativas construídas pela mídia e reproduzidas nas falas das pessoas, no discurso de pesquisadores e autores, ainda que sem aforismos na concepção das cidades criativas, cidades inteligentes, digitais, para abordar a construção e/ou a remodelação de cidades, transcendendo ao espaço geográfico e, ao mesmo tempo, utilizando-se de conceitos globais para encontrar soluções ideais à realidade de cada uma delas, seja por meio de tecnologias inovadoras ou por soluções de caráter sustentável.

As cidades não existem só como ocupação de um território, construção de edifícios e de interações materiais entre seus habitantes. O sentido e o sem sentido do urbano se formam, entretanto, quando o imaginam os livros, as revistas e o cinema; pela informação que dão a cada dia os jornais, o rádio e a televisão sobre o que acontece nas ruas. Não atuamos na cidade só pela orientação que nos dão os mapas ou o GPS, mas também pelas cartografias mentais e emocionais que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais (CANCLINI, 2008, p. 15)

Seguindo esse raciocínio, encontra-se em Santos (2006), o registro de que atreladas às narrativas comunicativas, estão também muitas das ações que interferem em determinado lugar (cidade, região ou país) e que podem ser originadas e postas em prática de pontos distantes, porque possuem poder para tanto (SANTOS, 2006), referindo-se ao irreversível processo de globalização e suas consequências para as cidades e seus habitantes.

Em meio ao processo de agonia de uns e o emergir de outros, a globalização aliou-se ao movimento neoliberalista, no final dos anos 1970, com a ascensão de Margareth Thatcher ao poder na Inglaterra. O gatilho se estendeu a toda a Europa, bem como aos Estados Unidos, à América Latina e, em simultaneamente, ao Brasil. Estudo realizado pelo Banco Mundial (BID), em conjunto com instituições privadas e não-governamentais, demonstram que a economia global em meados de 1970, chegava a US\$ 3 trilhões, enquanto em 2016, este valor chegou a US\$ 76 trilhões. O mesmo estudo chegou à conclusão de que a pobreza extrema² diminuiu de 2,2 bilhões de pessoas, em 1970, para 0,7 bilhão, em 2015, enquanto a pobreza entre a população mundial cresceu de 3,7 bilhões de pessoas para 7,3 bilhões de habitantes.

² De acordo com o Decreto n. 8.794, de 2016, considera-se a população na linha de extrema pobreza aquela que possui renda familiar mensal (per capita) de até R\$ 85,00. Os critérios são adotados para a cessão de benefícios sociais. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Tem%C3%A1tico-ODS-1-Eradica%C3%A7%C3%A3o-da-Pobreza_11junho2017.pdf. Acesso em 07 out. 2018.

Segundo Chomsky (2002), o BID ofereceu ajuda para erradicar a pobreza em países classificados como os de Terceiro Mundo, sob a condição de melhorar os níveis de educação e saúde, além de reduzir a desigualdade social. Porém, o que se via era o enriquecimento das empresas que patrocinavam a ação, em detrimento do empobrecimento ainda maior das regiões afetadas e, ao mesmo tempo, assistidas: “Esse padrão se mantém até hoje: coloca-se o lucro acima das pessoas” (CHOMSKY, 2002, p. 13).

Na década de 1980, o protagonismo das cidades tomou outros rumos e foi no período de pós-recessão que se intensificou com governo e atores socioeconômicos na Europa trabalhando para atrair investidores, gerar novos postos de trabalho, bem como transmutar a base de produção nas cidades, de acordo com Castells e Borja (1996). Uma série de eventos ocorreu à época, mantendo sempre o propósito de promover a cidade, como a Conferência das Cidades Europeias.

Praticamente uma década depois foi a vez do neoliberalismo, instalado em todo o mundo, ser a mola propulsora do marketing das cidades na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil, que respirava novos ares com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, cuja descentralização de poder possibilitou atuação dos municípios com maiores poderes fiscais e funcionais. À época, foram criados - ou elevados a categoria de município - cerca de 1,5 mil, o que também agregou outros problemas às gestões estaduais e federais: a falta de arrecadação, haja vista que 75% das 5.570 cidades em todo o País registram incidência de menos de 20 mil habitantes. Rolnik (2018) explicou que essa criação de municípios aumentou ainda mais a dependência dos municípios em relação aos governos estadual e federal, sem arrecadação suficiente para cobrir gastos e gerar projetos de melhoria para as pessoas.

Outros autores como Maricato (2011), Rolnik (1998), Santos (1996, 1998a, 1998b) e Sassen (1998; 2005; 2013) abordaram como a economia dita as regras de urbanização e de formação das cidades em todo o mundo. Para eles, o elemento com maior peso para a ressignificação das cidades e sua transformação em cidades globais, ainda é a capacidade de se tornarem atraentes aos olhos de investidores transnacionais, bem como assumirem lideranças econômicas num mercado que exige eficácia, como vimos em Londres, Nova York, Tóquio e, também, no objeto deste estudo, a cidade de São Paulo.

Para compor o cenário, os poderes público e privado apostaram no marketing das cidades competitivas, que exerceu duplo papel neste processo e reforçou a condição estabelecida pelo mercado para atrair ou repelir investimentos. A estratégia de comunicação

foi determinante na construção do conceito de cidades globais, como ocorreu com a cidade de São Paulo.

Essa suposta “vocação” da cidade de São Paulo para ser “cidade-global” passou então a ser discutida na academia, propagandeada pela mídia, festejada pelo capital imobiliário e incentivada pelo poder público, usando-se como prova o fato de que vêm surgindo na cidade, desde meados da década de 80, novos bairros “de negócios”, concentrações de edifícios que a nomenclatura “globalizada” convencionou chamar de “inteligentes”, justamente pela sua tecnologia de conexão com as mais avançadas técnicas da comunicação global. (FERREIRA, 2004)

Elevadas à categoria de cidades globais, na década de 1990, as cidades citadas eram consideradas “vocacionadas”, o que foi alardeado por governos, pela força das narrativas empresariais e amplamente repercutido pela imprensa em todo o mundo, como demonstra o estudo do arquiteto e urbanista Ferreira (2003, 2004), ao abordar o mito construído pela mídia, mercado e poder público, e o esforço feito por grandes organizações privadas do setor da construção civil para tornar a capital paulista uma cidade global.

Ferreira (2004) explica que o marketing das cidades, muitas vezes bem utilizado e fiel às qualidades locais, tira-as do desconhecimento de *stakeholders* desejados, reforça pontos positivos, destaca oportunidades e vende a imagem de inovação necessária ao mercado, como aconteceu com a transformação de Nova York em um dos pontos mais seguros dos Estados Unidos. Esta mesma visão é compartilhada por Castells e Borja (1996), quando abordam o esforço feito em torno do protagonismo de cidades europeias, porém, com uma diferença estrutural: um plano estratégico diferenciado e apoiado pelas lideranças públicas e políticas; como foi o caso de Roterdã, Barcelona, Birmingham, entre outras.

Foi exatamente a imagem construída e difundida na década de 70, por meio de discursos de governos e corporações, que fez surgir um novo tipo de composição de cidade: a global. Saskia Sassen, estudiosa do fenômeno da urbanização, polarização e popularização do termo “cidades globais”, voltou um olhar pertinente sobre a necessidade de intensificar os estudos em torno das cidades, em virtude de ser este o local no qual as minorias vulneráveis encontram espaço para os seus projetos de vida.

Recapturing the geography of places involved in globalization allows us to recapture people, workers, communities, and more specifically, the many different work cultures, besides the corporate culture, involved in the work of globalization. It also brings with it an enormous research agenda, one that goes beyond the by now familiar focus on cross-border flows of goods, capital, and information. (SASSEN, 2005, p.32)³

3 Tradução nossa: Recapturar a geografia de lugares envolvidos na globalização nos permite recapturar pessoas, trabalhadores, comunidades e, mais especificamente, as diversas culturas de trabalho, além da cultura corporativa, envolvidas no trabalho da globalização. Também traz consigo uma enorme agenda de

Sassen (2005) entende que as “cidades globais” modificaram e continuarão a promover mudanças na geografia do poder, a partir da intensificação das transações comerciais entre elas, principalmente, através dos mercados financeiros. Por este motivo sistematizou a teorização da cidade global, que encontra no sistema neoliberal seus equivalentes em relação à política econômica e às novas condições trabalhistas em todo o mundo. A autora trabalha com sete hipóteses que a levaram a construir os argumentos do surgimento e manutenção das cidades globais. (ver quadro 01)

Quadro 01. Teoria do Modelo de Cidade Global por Sassen (1998)

As Sete Hipóteses	Reflexos / Consequências
Dispersão geográfica de atividades econômicas	Quanto mais as corporações tiverem seus processos produtivos espalhados pelo mundo, maior será o controle estratégico da matriz
Terceirização de funções centrais complexas	À medida que as empresas entendem que as funções complexas ficam mais baratas, se desenvolvidas por especialistas em qualquer local do planeta, mais distribuirão este tipo de trabalho geograficamente
Presença em mercados complexos e globalizados	Tornar as cidades grandes centros de informação para negócios específicos
Liberdade de optar pelo mercado mais conveniente ao setor de atuação	Corporações apostam seus negócios em locais em que não haja instabilidades política e econômica
Prestação de serviços globalizados	Formação de uma série de redes globais afiliadas e da transnacionalidade nas cidades
Mão de obra não qualificada	Aumento da oferta de serviços especializados, elevação da desigualdade social
Informalização das atividades econômicas	Não obrigatoriedade de reconhecer direitos trabalhistas, garantia de geração de lucros em quaisquer setores econômicos

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Sassen (2005, 1998)

A partir do pensamento crítico à globalidade das cidades, Maricato (2009) traz à luz do processo de urbanização o protagonismo de um Estado omissor, condescendente com a ocupação ilegal de áreas construídas ou não construídas, juntamente com a problemática da

migração que ainda assola o Brasil desde a década de 1940. Segundo a autora, a exploração imobiliária sempre apareceu como um dos fatores que marcaram a urbanização em todo o País, especialmente em áreas nas quais se aglutinam setores produtivos da economia.

Na visão da autora, o papel desempenhado pelo poder municipal é ainda mais preocupante, pois mesmo reconhecendo a necessidade de moradia e de uma política pública que contemple uma urbanização mais humana, nega ao indivíduo o direito à cidade:

A maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vem dos governos municipais aos quais cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo. A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandatária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político. (MARICATO, 2009, p. 7)

Este pensamento permeia toda a obra de Milton Santos, desde o não reconhecimento identitário, até a chegada dos migrantes nas cidades e suas consequências. Para Santos (1993), há uma dicotomia institucional, a partir do momento que o Estado não assume como responsabilidade própria o desenvolvimento de políticas públicas que agreguem qualidade de vida às pessoas, como veremos adiante.

2.2. Cidades digitais, sustentáveis, criativas, todas querem ser inteligentes

A transformação da realidade urbana vem ao encontro do discurso neoliberal que muitos habitantes das cidades sequer imaginam. Falar de cidades digitais, *cibercidades*, cidades sustentáveis, criativas e inteligentes requer um olhar mais apurado sobre as mudanças provocadas nas grandes cidades e que acabam por afetar também os pequenos centros, estejam eles próximos ou não das capitais, dos centros produtivos ou das inovações tecnológicas promovidas pelo homem.

É controverso estabelecer um único conceito para as *smart cities*, ou cidades inteligentes, ou abrir mão da interdisciplinaridade exigida pelo tema em um estudo. Desta maneira, a pesquisa procurou trazer diferentes pontos de vista sobre o conceito das cidades inteligentes, em distintas esferas e camadas que envolvem uma cidade, começando pelo cidadão, passando pelo poder público, mais especificamente, as municipalidades, as empresas públicas e privadas, a academia e a imprensa, esta última, como objeto de análise desta pesquisa, sob a perspectiva de disseminadora de informação para a população, tendo a prefeitura do município de São Paulo, como sua fonte principal de matéria-prima. A ideia é

estabelecer uma leitura plural sobre tema, para que o conceito não seja instrumento de um único discurso, mas “sobretudo ponto de referência de uma prática” (MARTINS, 1997, p. 27).

A similaridade entre as conceituações de cidade inteligente, aqui descritas, está na inserção digital, na tecnologia e inovação como pilares para promover melhorias, especialmente àquelas voltadas a elevar a qualidade de vida do cidadão. Constatou-se que, nem sempre as inovações tecnológicas constituem somente soluções, em muitos casos, elas significaram problemas, nem sempre resolvidos por quem os criou, e envolveram invariavelmente o cidadão (consciente ou não), em processos irreversíveis de convivência com mudanças.

Autores como Hartley (2016), Kon e Santana (2016), Florida (2003), Lemos, A. (2002, 2003, 2007), Santaella (2016), que, ao abordarem o tema das cidades criativas, inteligentes e digitais, tratam também das desumanidades, da falta de consciência cidadã, da necessidade de rever modelos socioeconômicos, educacionais e comunicacionais por parte dos governos, além da “invasão” territorial, de culturas desprezadas ou deixadas de lado e da tentativa da criação de uma homogeneidade imposta por mercados dominantes a países emergentes e, principalmente, do uso das tecnologias a partir da participação popular e a favor do cidadão.

Em estudo realizado sobre os portais governamentais no Brasil, Lemos, A. (2007) descreve o termo *cibercidades* como a representação de “projetos governamentais, privados e/ou da sociedade civil, que visam criar uma representação na web de determinada cidade”. Isto é, as cidades constroem seus portais na Internet, de maneira que este reúna serviços, informações, comunidades virtuais, funcionalidades de utilidade pública, façam testes para implementação de ferramentas tecnológicas para segurança, serviços gratuitos para acesso a redes *Wi-Fi*, sempre representando determinado governo. Segundo o autor, a *cibercidade* também pode ser considerada do ponto de vista da experiência que o cidadão tem com as tecnologias de informação e comunicação, as chamadas TICs.

Com relação às cidades criativas, pode-se afirmar que sua característica principal está no contexto da inovação. Reis (2011) as classifica como cidades baseadas em conexões “de ideias, pessoas, intra e extraurbanas, com o mundo, entre público e privado entre áreas de saber” (REIS, 2011). Além disso, Strickland (2008) destaca que a cidade criativa se apropria de elementos caros a sua cultura, história, aspectos geográficos, identidade, hábitos, produção, comercialização e consumo para formar diferenciais socioeconômicos e gerar criatividade urbana, sempre com o foco do cidadão para o cidadão.

A visão de Richard Florida é criticada pela literatura que fala sobre economia urbana, sobretudo pela abordagem ingênua que conecta os conceitos de cidades inteligentes e criativas. Seus estudos enfatizam o aspecto humano à definição de cidade criativa, “as cidades têm sido vistas como caldeirões de diversidade e diferença e como fonte para criatividade e inovação” (FLORIDA, 2003, p.3), que surge na figura dos trabalhadores envolvidos em desenvolver novas soluções tecnológicas e em criar conteúdo.

A reunião dos “3Ts: Tecnologia, Talento e Tolerância” é a causa do sucesso das cidades criativas, segundo Florida (2003, p.8). A ideia básica nesse caso é que “ocupações criativas estão crescendo e as empresas agora se orientam para atrair uma classe de trabalhadores criativos. Os empregadores agora estimulam as contratações para maiores explosões de inspiração” (FLORIDA, 2003, p.8). O estudioso reforça que as cidades que querem ter sucesso devem procurar atrair os tipos criativos. Ideia refutada por Nijkamp (2008), ao argumentar que este tipo de cultura criativa fomentaria a migração qualificada, o que já vem ocorrendo de maneira sistematizada em países da Europa, nos quais a força de trabalho em faixa etária entre 20 e 35 anos anda escassa.

Inglaterra, Portugal e Alemanha têm atraído profissionais de diversas áreas, como Tecnologia, Engenharia e Saúde para incrementar sua força de trabalho, diante de um mercado cada vez mais exigente no desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis. Em recente estudo sobre a migração e emigração de portugueses para a França, Lopes e Teixeira (2014) levantam questões interessantes sobre a nova constituição profissional em territórios estrangeiros, indo ao encontro de elementos já discutidos por Sassen (2013) sobre levar a mão de obra qualificada para outros locais. Os trabalhadores, em sua maioria com formação específica, licenciatura, pós-graduação e mestrado, acabam migrando com empregos fixos e baixos salários, para em um curto período de tempo passarem a empreender em negócios próprios, como afirmam Lopes e Teixeira (2014).

Pelo levantamento desta pesquisa, percebe-se que existem ainda poucas análises do discurso da cidade inteligente, do ponto de vista das perspectivas urbanas mais críticas, em torno da construção da “cidade empreendedora”, como cita Harvey (2008). O autor relata a mudança do sistema produtivo nos países subdesenvolvidos na década de 1970, agora inseridos no contexto de migração da mão-de-obra qualificada na Europa, onde se observa as pessoas trabalhando mais, para ganhar menos, com exigências de desenvolvimento de atividades globais, com formação específica para tal.

2.3. Rótulo ou vocação: uma questão conceitual

Se de um lado, as cidades inteligentes vêm despertando, ao longo das últimas duas décadas, uma discussão bastante acirrada, por parte de estudiosos de múltiplas áreas do conhecimento sobre o papel das *smart cities* ao redor do mundo, de outro encontram-se teóricos preocupados em desmistificar a inteligência motivada por grandes corporações, com interesses financeiros.

O termo *smart city* surgiu pela primeira vez na década de 1990, sob o pretexto de “criação e implantação de políticas urbanas inovadoras dentro da administração pública” (VAN BASTELAER, 1998), porém, o conceito foi adotado e continua a ser utilizado de diferentes maneiras em todo o mundo. Chourabi et.al (2012) reforça esta tese, ao afirmarem que “o conceito é utilizado por todo o mundo com diferentes nomenclaturas, contextos e significados” (CHOURABI et. al, 2012, p. 2290), a partir da contribuição de vários autores em um estudo bibliográfico sobre o tema:

A range of conceptual variants generated by replacing the word smart with adjectives such as digital or intelligent are readily used and reused. Some are recognizing the use of smart city as an urban labeling phenomenon, noting that the label smart city is a concept and is used in ways that are not always consistent. (CHOURABI et. al, 2012, p. 2290)⁴

A partir da pesquisa exploratória realizada para este estudo, foi possível reunir conceitos defendidos por autores em países distintos e respaldados por análises contidas na visão acadêmica sobre cidades inteligentes, bem como sugestões para promover a participação cidadã em um sistema de governança transparente, que respeite as necessidades locais, as diferentes culturas, bem como inspire e estimule líderes municipais a praticarem um governo mais próximo da sociedade (ver Quadro 02).

Nota-se que não há um conceito fechado, encerrado, e sim abordagens a partir de diferentes ângulos, mas que sempre levam a um ponto comum: a melhoria da qualidade de vida das pessoas, com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Para exemplificar, vê-se Giffinger *et al* (2007) que consideram a inteligência de uma cidade a partir da sua atuação voltada ao futuro, priorizando questões como “conscientização, flexibilidade, transformação, sinergia, individualidade, auto decisão e comportamento estratégico” (GIFFINGER *et al*, 2007, p. 2290).

⁴ **Tradução nossa:** Um conjunto de variantes conceituais geradas pela substituição da palavra “*smart*” por adjetivos como digital ou inteligente são prontamente usadas e reutilizadas. Alguns estão reconhecendo o uso da cidade inteligente como um fenômeno de rotulagem urbana, observando que o rótulo *smart city* é um conceito e é usado de maneiras que nem sempre são consistentes. (CHOURABI et. al, 2012, p. 2290)

Hall (2000a e 2000b) fez uma análise aprofundada de sistemas tecnológicos nas cidades e sua aplicação a médio e longo prazos. Para ele, é necessário unir ciência e tecnologia também por sistemas de informação e mais que isso, é preciso “repensar a cidade do futuro a partir das relações entre governo, gestores municipais, empresas, academia-pesquisa e comunidade.” (HALL, 2000a, p.6).

Quadro 02. Conceitos sobre Cidades Inteligentes

Autores	Conceitos
Komninos e Sefertzi (2009)	Cidades inteligentes são territórios com alta capacidade para a aprendizagem e inovação, inseridas na criatividade de sua população, suas instituições de criação de conhecimento e sua infraestrutura digital para comunicação e gestão do conhecimento
Hall (2000a e 2000b)	Cidade que monitora e integra as condições de todas as suas infraestruturas críticas, incluindo estradas, pontes, túneis, trilhos, metrô, aeroportos, portos, comunicações, água, energia e até grandes edifícios, pode otimizar seus recursos, planejar sua manutenção preventiva
Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2009)	Cidade inteligente é aquela que investe em capital humano, social e infraestrutura de comunicação tradicional (transporte) e moderna (TIC) para impulsionar o crescimento econômico sustentável e uma alta qualidade de vida, com uma gestão inteligente dos recursos naturais, por meio de governança participativa.
Shapiro (2008)	Capital humano contribui diretamente para o crescimento urbano inteligente e sustentável
Lemos, A. (2013)	Cidades Inteligentes são aquelas em que tudo é sensível ao ambiente, possuem processos informatizados, lidam com um gigantesco volume de dados (Big Data), redes em nuvens e comunicação autônoma entre diversos objetos (Internet das Coisas).
Harrison (2011)	Cidade inteligente denota uma cidade instrumentada (com recursos tecnológicos capazes de atender do processo mais simples ao mais complexo), interconectada (faz com que os sistemas sejam todos interligados em uma base de dados) e inteligente (análise e modelagem da informação).
Giffinger e Gudrun (2010)	Cidade inteligente é aquela voltada ao futuro, com a conscientização, flexibilização, capacidade de transformação, sinergia, individualidade preservada, autodecisão e comportamento estratégico.
Toppeta (2010)	Cidade inteligente é aquela que enfatiza a melhoria na sustentabilidade e habitabilidade, combina as ferramentas via <i>web</i> para governança.
Washburn (2010)	Cidade inteligente é aquela que possui uma coleção de tecnologias de computação inteligente aplicadas a componentes e serviços de infraestrutura crítica, com capacidade de realizar análises de dados e otimização para a realização de negócios.

Ratti <i>et al</i> (2011)	Cidade inteligente pode ser comparada à "inteligência ambiental", com a difusão de sistemas eletrônicos onipresentes em nossos ambientes, permitindo-lhes perceber e responder às pessoas em tempo real e em qualquer lugar, com a mobilidade dos aparelhos e a sensação de sentir o que ocorre num espaço urbano a qualquer tempo.
---------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora

Derivam da literatura, dois tipos básicos de modelos conceituais de cidades inteligentes, segundo Holanda e Lemos, A. (2016): a primeira estaria centrada na função “informacional/tecnológica” e a segunda numa matriz “sustentável/criativa”. Os autores propõem uma abordagem diferenciada em relação à gestão.

Uma perspectiva mais crítica sobre a concepção de cidades inteligentes e a forma como são conduzidos os projetos para sua implementação encontram-se em Angelidou (2014); Harrison e Donnelly (2011); Vanolo (2014); Lemos, R. (2017); Rolnik (2017; 2018); Ratti *et al* (2011); Sassen (2013); Schaffers *et al* (2011); Söderström *et al* (2014); Silva (2017); Trigueiro (2018), que enxergam como primordiais para o sucesso de uma iniciativa *smart* a participação cidadã, os códigos morais a serem adotados tanto nas políticas públicas, como no envolvimento do setor privado, na proteção de dados das pessoas a partir de soluções de tecnologia, na transparência do sistema de governança, entre outros.

A reflexão feita por estes autores encontra a forma de apropriação das tecnologias pelas cidades que aderiram ao mundo *smart* fazendo pensar quais elementos são mais contundentes para a concepção e desenvolvimento desses projetos, tanto do ponto de vista de soluções, como de parcerias público-privadas, em locais como Amsterdam, Barcelona, Glasgow, Mumbai, Rio de Janeiro, Santander e Songdo.

Um dos argumentos de Vanolo (2014) para estudar as cidades inteligentes reside na necessidade de se analisar os efeitos dos discursos das *smart cities*, que sugerem “uma redefinição do papel e significado das cidades para justificar racionalidades hiper-tecnológicas e novas geometrias de poder” (VANOLO, 2014, p.882). Como exemplo, ele destaca a União Europeia, que já mudou o tom do discurso sobre as cidades inteligentes, com o objetivo de conter críticas e produzir novas visões de uma boa cidade, permitindo ampliar a atuação de técnicos e consultores do setor privado nas políticas públicas.

A partir do levantamento bibliográfico para o estudo, houve a preocupação de trazer os conceitos do setor privado, aqui representados pelas empresas de tecnologia e consultorias envolvidas em apresentar soluções aos governos municipais, sob o prisma de projetos de cidades inteligentes, baseados em pesquisas, publicações, apoios a estudos desenvolvidos por

universidades brasileiras e eventos do setor. Destacam-se as seguintes corporações: IBM, Cisco, Ericsson, SAP, GE, HP, além de empresas que prestam consultoria, como a Accenture e Oracle, todas multinacionais, com atuação no Brasil.

Em uma das expressões mais contundentes entre os autores citados, Söderström *et al* (2014) revelaram que a IBM registrou sob seu domínio, em 2011, o termo *smart cities* e *smarter cities*, em um período no qual a corporação passava por um processo de transformando o termo uma marca registrada, sob o número de série: 79077782 e número de registro: 4033245. Curiosamente, a empresa é a mesma que oferece às gestões municipais soluções para implementação e manutenção de projetos de cidades inteligentes.

Rolnik (2017) evoca a “manipulação e gestão da chamada *Big Data*” (ROLNIK, 2017), com o propósito disfarçado de apropriação indébita de informações fornecidas diariamente pelos cidadãos, via soluções inteligentes, como aplicativos de transporte, por exemplo, que são processadas em bases de dados voltadas à comercialização de produtos. Ela questiona a atuação de empresas como IBM e Cisco, e demais gigantes do setor de tecnologia da informação, e da própria prefeitura, que se apropriam dos dados das pessoas físicas, com sua anuência, mas sem conhecimento real do assunto.

É como se as empresas assumissem o papel de um *hacker* oficializado e, a partir dos dados que obtém na rede de informações, pudessem controlar o comportamento das pessoas. O problema é que essas informações ficam à deriva, perambulando em ambientes controlados pelas empresas (plataformas *big data*), que geralmente vendem soluções de segurança, transporte e de governança às gestões municipais no Brasil, sem nenhum tipo de interferência ou controle por parte do cidadão.

Em recente evento realizado na cidade de Curitiba, em março de 2018, o *Smart City Expo*, Trigueiro (2018) explanou sobre a falta de preparo dos gestores à frente das prefeituras no Brasil, referindo-se à implementação de projetos de cidades inteligentes, o que reforça a necessidade de se falar sobre o tema, desmistificando conceitos e ampliando discussão popular, a começar pelos gestores.

A maioria dos municípios é pobre e inadimplente. As principais receitas vêm de Brasília, são receitas federais, repasse do INSS ou bolsa família, ou qualquer outro recurso para reduzir miséria ou pobreza. Boa parte dos prefeitos é analfabeto funcional, não tem recursos humanos aptos a formatar projeto. Porque tem recurso em Brasília, existem linhas de crédito para certas ações, só que o estado de indigência municipal em alguns lugares é tanto que não há uma pessoa na cidade que tenha aquela competência técnica de redigir o projeto e se habilitar a receber o recurso. (TRIGUEIRO, 2018, apresentação *Smart City Expo*, Curitiba)

Já Ronaldo Lemos considera que a própria cidade é uma tecnologia, a primeira rede social do mundo, por assim dizer, e também questiona o uso das ferramentas tão exploradas pela mídia como as “salvadoras da cidade” (LEMOS, R.; 2017). Lemos vem levantando um debate sobre a perspectiva das cidades para as próximas décadas, em torno do crescimento populacional e da migração do rural para o urbano, sem nenhum tipo de planejamento, nos meios de comunicação. “A projeção para os próximos 50 anos é de ter 75% da população mundial nas cidades, isso é quase um cataclismo. E onde está a inteligência para o futuro?” (LEMOS, R., 2017).

Em sua opinião é quase inevitável que os territórios passem por um processo de adensamento radical, incluindo a cidade de São Paulo, de dimensões gigantescas – que hoje vive sem soluções para inúmeros problemas e passará a contar com novos atributos, como disputas territoriais, políticas e um desafio coletivo de como será possível organizar tantas pessoas em um mesmo espaço, em um tempo comum a todos.

Sassen (2013) discute a questão da venda de soluções para as cidades, a partir da obsolescência de equipamentos e também das plataformas construídas especialmente para atender determinados locais. Ao cruzar o perímetro urbano em cidades como Londres, ela chama atenção para os edifícios inteligentes, praticamente híbridos, sem interferência humana. O mesmo já vem ocorrendo com a automação bancária, feita por robôs, no atendimento ao cliente, nos sistemas que fazem identificação facial ou das digitais em máquinas de ATM (autoatendimento) ou ainda com as novas tecnologias desenvolvidas para serem utilizadas na palma da mão, via *Internet of Things* (IoT), como é o caso do atendimento via aparelhos do tipo mobile, que já substituem os cartões de plástico em muitas das operações financeiras.

Ocorre que os conceitos construídos a partir das práticas de projetos elaborados pelo mercado e implementados pelo poder público, nem sempre correspondem às necessidades da realidade local. Kon e Santana (2016) reforçam que “a maioria dessas definições citam explicitamente que o objetivo de uma cidade inteligente é a melhoria da qualidade de vida do cidadão” (KON e SANTANA, 2016, p.4), mas nem sempre correspondem ao que é ofertado.

Há também o elemento já citado por Vanolo (2014) sobre as empresas privadas assumirem o papel dos gestores públicos nas cidades, fato preocupante em países nos quais os sistemas políticos são instáveis e as políticas públicas não seguem regras claras e transparentes. Esta é a principal crítica de autores locais, como Rolnik (2018), Trigueiro (2018), ao abordarem como o poder público atribui à tecnologia uma gestão eficiente e como o universo municipal do Brasil ainda é território em que os prefeitos podem ser considerados

analfabetos funcionais, sem capacitação técnica, menos ainda para formulação e formatação de projetos.

Figura 02. Esquema de plataformas para cidades inteligentes



Fonte: Adaptado a partir de informações da Accenture.

O que pode ser contraditório, se as administrações contarem com a possibilidade de ampliar a visão solista e estabelecer parcerias que podem ser promissoras, como nos casos das cidades de Santander e Amsterdã, que incluíram no rol das soluções, a coesão social. Solicitar auxílio junto à academia foi um dos trunfos de sucesso da implementação de projetos nessas cidades; considerar as necessidades locais e as vocações regionais também, como veremos nos exemplos de cidades *smart*.

As soluções apresentadas por empresas de tecnologia têm como base modelos globais, nem sempre bem-sucedidos em seus locais de implementação, vide o exemplo da cidade de Mumbai, na Índia, cujo projeto de transformação em uma cidade inteligente não considerou o ecossistema indiano, as diferenças culturais, não respeitou as diferenças as vocações locais naturais. Greenfield (2018) atacou veementemente a solução dada por governo e arquitetos indianos, ao dizer que o projeto "dispensa completamente as necessidades do povo indiano -

quando não simplesmente arrasa comunidades em nome do progresso" (GREENFIELD, 2018, *online*)⁵.

O projeto, desenvolvido sem o envolvimento de populares, forçou agricultores a trocarem suas residências no campo, por prédios de apartamentos, sem as características da reunião social, tão comum ao local. Outro ponto não considerado na implementação da *smart city* indiana foi a condição rural de seus habitantes, que têm na agricultura a vocação comercial e social da cidade em que residem e trabalham. As condições pré-estabelecidas pelas empresas que desenvolveram seus projetos não levaram em conta as questões sociais, de hábito, de costumes, da cultura local, o que levou ao insucesso da ação.

Remover as pessoas de um determinado local, no qual possuem significado próprio: os fatores cotidianos, a residência, o trabalho, o afeto e promover uma mudança tão extrema, nos leva a refletir sobre a ética dos projetos de cidades inteligentes e da não-legitimação por parte do cidadão. David Harvey tinha uma percepção muito clara sobre o direito das pessoas às cidades, baseado na máxima de Lefebvre (1968) sobre o Direito à Cidade, ao refutar a ideia de aceitar regras concebidas por tão poucos à maioria das pessoas, indo ao encontro do que ocorre atualmente com as cidades inteligentes:

Uma considerável energia é gasta na promoção do seu significado para a construção de um mundo melhor. Mas, para a maioria, os conceitos em circulação não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito. (HARVEY, 2008, p. 73)

No caso da cidade indiana, o poder público pouco interferiu em defesa dos moradores de Mumbai, deixando a cargo de grandes conglomerados de tecnologia instalados em seu território a função de promover políticas urbanas. Como assinala Santos, “ações que têm por base intelectual e ideológica comportamentos corporativos têm eficácia reduzida ou nenhuma na formulação da consciência social e como contribuição válida ao desenvolvimento social” (SANTOS, 1998a, p.75).

5 Matéria sob título “Estaria o plano da Índia de construir 100 cidades inteligentes fadado ao fracasso?”, publicado em 14 mar. 2018, no site ArchDaily, assinado por Suneet Zishan Langar. Traduzido por Lis Moreira Cavalcante. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/890486/estaria-o-plano-da-india-de-construir-100-cidades-inteligentes-fadado-ao-fracasso>. Acesso em 19 set. 2018

A seguir, veremos alguns exemplos de transformação de cidades da Europa, Brasil e Ásia em *smart cities*. A ideia é fazer um preâmbulo para a análise da comunicação na cidade de São Paulo sobre o projeto enfatizado no Programa de Metas do Governo Municipal, para o período de 2017-2020.

2.4. As *smart cities* no Brasil

Depois de todo o arcabouço teórico sobre as cidades inteligentes, depara-se com as condições técnicas das prefeituras no País, bem como a carência de capacitação dos gestores e servidores públicos, além da falta de informação primária ao cidadão. Por si só, esta tríade já impossibilitaria o avanço de um desenvolvimento técnico e mais sustentável por parte da administração pública, sem nos esquecermos das questões políticas na pauta do dia: corrupção e falta de credibilidade dos governos.

Em outra ponta, encontra-se a cobrança legal para que as gestões sejam cada vez mais transparentes, do ponto de vista da informação compartilhada ao cidadão, como aponta Weiss (2017), abrindo mais uma discussão: até que ponto os prefeitos estão preparados, no sentido da capacitação, para realizar mudanças nas políticas públicas, de modo que se implemente um sistema *open government*, já existente em cidades como Londres, Amsterdã, Copenhague e Barcelona, para que dados sejam abertos e as pessoas possam fazer bom uso das informações, em prol do desenvolvimento de um lugar mais sustentável e de uma vida melhor para elas.

No Brasil, mesmo que tímidas, as iniciativas de cidades inteligentes vêm ganhando espaço desde o início dos anos 2000. Em 2017, foram destinados R\$ 4 bilhões ao Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-Cidades, vindos do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para projetos voltados a melhorias urbanas e assistência à habitação, contexto no qual estão inseridas iniciativas para cidades inteligentes, no período de 2019-2022.

Trata-se de financiamento de intervenções estruturantes, a partir da qualificação do espaço público; da democratização do acesso aos equipamentos e mobiliários urbanos; do estímulo à utilização de imóveis vazios e ociosos prioritariamente para habitação de interesse social; e do uso de tecnologias para cidades inteligentes, revertendo o processo de esvaziamento e degradação urbana, além de promover a ampliação da oferta de habitações bem localizadas. O orçamento destinado ao Programa de Desenvolvimento Urbano é de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), divididos em quatro anos (2019-2022) de execução. (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2018, *online*)⁶

⁶ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, à época da consulta Ministério das Cidades, conforme divulgação do governo federal sobre a destinação de recursos para projetos de inovação tecnológica e cidades inteligentes, bem como melhorias para a área de habitação. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/desenvolvimento-urbano/pro-cidades>>. Acesso em 05 jan. 2019.

Com duas modalidades específicas, uma voltada para reabilitar as áreas urbanas dos municípios e a outra para modernização tecnológica das cidades, o Programa Pró-Cidades financiará o desenvolvimento de ferramentas e soluções tecnológicas que estejam inseridas “no âmbito do conceito de cidades inteligentes” (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2018), com o objetivo de tornar os serviços públicos mais responsivos e resilientes, buscando essencialmente a melhoria da qualidade de vida cidadã, além de disponibilizar informações à sociedade.

Oportuno relatar que, com a absorção do Ministério das Cidades pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, ocorrida em 1º de janeiro de 2019, projetos de cidades inteligentes no País passaram a constar da nova pasta do governo federal.

Independentemente de o governo federal disponibilizar um montante que não atenderia aos seus municípios no País, por meio de uma burocracia tecnocrata, é necessário antever ainda outra face do processo: a gestão municipal se comporta como uma grande consumidora de soluções, em vez de estimular a participação multissetorial, o debate público, apoiar soluções que venham da população, de maneira propositiva, com a conscientização de toda a cadeia envolvida: cidadão, Terceiro Setor, poderes público e privado, mais a academia.

Em sua reflexão durante exposição no painel Criando Inteligência na Cidade, do evento Prisma, Rolnik (2018) discursou sobre a dicotomia entre as gestões federais e municipais no Brasil, ao arguir sobre o modelo de centralidade do poder e a interferência do governo federal em projetos locais. Devido à dependência financeira dos municípios, em sua grande maioria, que sobrevivem à custa do repasse de verbas federais e estaduais, Rolnik afirmou que o sistema de gestão das cidades e políticas públicas integra uma burocracia centralizada e tecnocrática, exclui as pessoas em projetos ou soluções tecnológicas, pelo simples fato de não enxergá-las como são.

Sobre a dependência de repasses, a Organização das Nações Unidas, por meio da ONU-Agenda Habitat III, demonstrou a mesma preocupação que Rolnik (2018), ao discorrer sobre o cenário municipal brasileiro, no *World Cities Report 2016*, muito embora o orçamento participativo seja uma prática de cidadania, que outros países tentam copiar ainda sem sucesso.

Estados e municípios respondem por quase metade das receitas e despesas do setor público no Brasil. As receitas municipais vêm de duas fontes principais: receitas próprias e transferências dos estados e do governo federal. A receita própria é proveniente principalmente do imposto predial e do imposto profissional. Em média, os municípios levantam internamente cerca de 35% de suas receitas totais e recebem 65% das transferências. Nos municípios maiores e mais ricos, a receita gerada internamente é maior; e nos municípios menores e mais pobres, a proporção da receita dependente das transferências é maior. Em 2007, a CGLU⁷ informou que os gastos locais no Brasil eram iguais a 8,3% de seu PIB - o nível mais alto da América Latina. (ONU-HABITAT, 2016, *online*)

Dados do IBGE corroboram com esse cenário e abrem novos questionamentos, um deles, se as municipalidades têm capacidade estrutural de conceberem inteligência integrativa, capaz de reduzir diferenças, sem promover nova estratificação social ou segregação entre classes.

Exemplo disto se dá nos números divulgados pela Síntese dos Indicadores Sociais, estudo realizado pelo IBGE, em 2017, que demonstra uma vez mais a dicotomia da realidade brasileira. Muito embora o acesso à Internet em domicílio tenha aumentado, entre pessoas com renda inferior a R\$ 406,00 mensais, passando de 67,9%, no ano de 2016, para 74,8%, no exercício seguinte, esta mesma população ainda vive situações de precariedade no quesito infraestrutura básica.

A mesma régua que mediu um país conectado, por meio de *tablets* e *smartphones*, também mostrou outras dimensões: 35,9% da população brasileira ainda vivem algum tipo de restrição no acesso a redes de esgoto sanitário, com destaque para o Piauí, estado em que 91,7% dos habitantes não têm direito ao saneamento básico. Em patamar inferior encontra-se a falta de coleta direta ou indireta do lixo, que chegou a 10,0% da população brasileira, enquanto 15,1% ainda não contavam com abastecimento de água.

Outros números igualmente alarmantes: o crescimento da taxa de pessoas na linha oficial da pobreza subiu de 25,7%, em 2016, para 26,5%, em 2017, o que representou um rendimento mensal de R\$ 406,00, a mesma que tem acesso à Internet, ou de US\$ 5,5 por dia, conforme estabelecido pelo Banco Mundial.

Se por um lado, a ideia do ser humano de viver em cidades programáveis, dotadas de uma tecnologia tão abrangente a ponto de substituir funções humanas em atividades

⁷ A organização não-governamental Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) tem como papel representar, promover e defender interesses dos governos locais, com raio de atuação no cenário internacional. A CGLU está sediada em Barcelona e tem parceria com mais de 175 associações locais, representando 70% da população mundial. Sua meta é a de promover inteligência nas cidades por meio de ações locais, mas com caráter global. Fonte: site da United Cities and Local Governments (UCLG). Disponível em: <https://www.uclg.org>. Acesso em 29 dez. 2018.

corriqueiras, como numa corrida futurista ou em um filme de ficção científica; os teóricos dos anos 1990 e 2000 chamam a atenção para a tecnologia como um fenômeno que atrai o ser humano a expandir seus horizontes sensoriais, experimentais (da experiência), usufruindo de uma tecnologia que lhe permite ultrapassar os limites físicos. Soma-se a essa visão a questão da democracia e do exercício da cidadania, que não podem ser reduzidas a interesses econômicos e/ou políticos, como veremos no Capítulo 3.

2.5. Cidades inteligentes ou territórios inteligentes: espaços de inclusão ou exclusão.

O discurso do presidente da Google, no Canadá, durante apresentação do projeto de cidade inteligente para a cidade de Toronto, foi a do uso de dados coletados em uma *big data* igualmente absorvida por sistemas de inteligência artificial, sem que o cidadão se dê conta, ou mesmo se permita que haja consciência sobre a cessão de informações pessoais. Pouco importa a sua utilização em uma estratégia de negócios e de implementação de novas políticas públicas, mesmo que sem a anuência da sociedade para tal.

Há uma espécie de controle de tráfego de informação, como se você estivesse no trânsito e a cada farol vermelho aumentasse o controle sobre como você se comporta nas ruas, se sinaliza a mudança de faixa, pela seta de seu veículo, se anda mais rápido ou toma uma multa para que seu seguro fique ainda mais caro. Seus dados, seus hábitos, sua vida vai se tornando propriedade de outro, na verdade de outros, que você nem sabe quem são (DEAK, 2018, *online*).

Na China, há um exemplo bem claro disso, o governo controla a fidelidade de 1,4 bilhão de habitantes e premia com um sistema de crédito social quem tem maior número de pontos num sistema fechado e utilizado somente no País. Assim, as pessoas que compartilham algo positivo sobre o País, doam sangue, fazem algum tipo de trabalho voluntário ou reciclam seu lixo ganham estrelinhas, como aquelas que existiam no boletim escolar.

Mas se o cidadão fizer qualquer ato considerado errôneo, como atravessar a rua fora da faixa, envolver-se com pessoas não adequadas pelos critérios do governo chinês nas redes sociais, ou que possuam baixa pontuação, recebem pontuação negativa. Quem atinge determinado número de pontos, em uma escala desenhada pelo governo, consegue descontos em transportes urbanos, atendimento mais rápido em hospitais; já quem tem pontuação negativa, recebe punições como acesso lento à Internet, lugares ruins em voos, acesso restrito a estabelecimentos comerciais.

As cidades inteligentes têm sido amplamente divulgadas como territórios inclusivos, porém, funcionam como um novo fator de exclusão social, se considerarmos que os dados

fornechos pelo cidadão servem como uma ferramenta de segregação. Assim, quem tem determinados hábitos e costumes pode estar ou não apto a viver no conforto das cidades inteligentes, como argumentam Rolnik (2018) e Figueiredo (2016) sobre a importância de fazer essa reflexão crítica sobre os discursos alardeados sobre as *smart cities*, inclusive pela estratégia comunicativa ou de marketing das cidades.

Qualificado como um dos mais ambiciosos projetos de *smart cities* já vistos no mundo, o *Quayside* é a proposta da Google para Toronto, no Canadá. A empresa é representada pela *Sidewalk Labs*, braço da controladora da Google, a Alphabet Inc., que estabeleceu parceria com a agência do governo canadense Waterfront Toronto, para a utilização dos dados do cidadão, com o objetivo de compor um mosaico de funcionalidades locais e, ao mesmo tempo, parametrizar novos projetos da companhia, que já anunciou ser este um modelo para outros locais do mundo (KOFMAN, 2018, *online*).

O processo de implementação vem sendo amplamente criticado pela sociedade, políticos e imprensa canadense, pela falta de privacidade dos dados das pessoas. Antevendo a repercussão negativa, a *Sidewalk Labs* destinou US\$ 11 milhões para “comunicações/engajamento e relações públicas”, o que inclui uma estratégia para formar influenciadores e garantir apoio de parlamentares, com um lobby agressivo.

Na tentativa de rever as especificidades do projeto, especialmente de tornar públicos os dados do cidadão canadense, além de dar a propriedade à Google dos dados da municipalidade de Toronto, um movimento reverso da imprensa e da sociedade tem tomado proporções e mobilizado autoridades em torno desta discussão. O jornal *Business Insider* também coloca em discussão a proposta da gigante de tecnologia e informação, para fazer o cidadão pensar:

Imagine living in a city that can monitor almost everything you do in a day, from when you're stopped at a traffic light to when you've left the oven light on for too long. Then imagine that data could be shared with companies or governments in unprecedented ways. (Bendix, 2018, *online*)⁸

A mobilização pública não parou neste ponto e solicitou a abertura das audiências públicas à agência governamental à frente da parceria com a Google, o que nos faz repensar o papel do jornalismo na formação do cidadão e na temática das cidades na cobertura jornalística, o que será discutido na análise das notícias sobre cidades inteligentes na capital

⁸ **Tradução nossa:** Imagine morar em uma cidade que possa monitorar quase tudo que você faz em um dia, desde quando você está parado em um semáforo até quando você deixa a luz do forno ligada por muito tempo. Então imagine que os dados poderiam ser compartilhados com empresas ou governos de maneiras sem precedentes. (Bendix, 2018, *online*)

paulista, no capítulo 5. No capítulo seguinte, veremos como a Prefeitura do município de São Paulo está gerindo seu plano de metas, em relação aos projetos inteligentes para a cidade.

3. SÃO PAULO QUER SER INTELIGENTE

É vasta a qualificação conferida à cidade de São Paulo: global, metrópole, mundial, potência, financeira, conectada, digital, inteligente, capital do País, centro urbano, Cidade Linda, entre tantos outros atributos do mundo dos negócios. Neste mosaico de aparente desordem ordenada, surge uma cidade complexa, com inúmeros desafios a serem transpostos pelos atores que a habitam, começando por um estudo considerado razoavelmente simples, que ao longo do caminho se deparou com diferentes maneiras de se olhar para esta cidade, que já completou 465 anos.

Sua representação demográfica atualmente chega a uma população estimada em 12 milhões de habitantes (IBGE, 2018), com adensamento populacional de 7.396 habitantes por quilômetro quadrado, em uma área de 1,521 mil km². Classificado como o primeiro município em números – no País, no Estado e na microrregião a qual pertence, São Paulo é hoje uma cidade que apresenta virtudes, como a alta taxa escolarização, na faixa etária dos 6 aos 14 anos, 96%, mas ao mesmo tempo, ainda apresenta alta taxa de analfabetos funcionais (ROLNIK, 2017).

A cidade do centro expandido, das regiões bem planejadas e construídas, do metro quadrado mais caro é a São Paulo que ocupa os discursos de gestores, das políticas públicas, salta aos olhos dos investidores e faz concentrar ainda mais a riqueza em poucos estratos. Enquanto isso, uma outra cidade se apresenta: periférica, deformada, com alta concentração de população, baixa qualidade de recursos e serviços, mobilidade prejudicada, *déficit* de moradias, sem contar com a falta de serviços básicos como esgotamento, água potável e coleta de lixo. É onde a inteligência não chega com a velocidade do mundo digital e a alusão à exclusão se mostra com maior força.

Entretanto, é importante lembrar que todo o processo de divisão e exclusão social ocorrido nas cidades remonta o período de nossa colonização, há mais de 500 anos, e de maneira alguma poderia ser justificado tão somente pelo movimento de globalização ou de inovação tecnológica nas cidades. Como argumenta Ferreira (2003),

[...] os centros urbanos brasileiros são há décadas desiguais, têm significativa parcela de sua população excluída desde os anos 70, e esse processo é muito mais relacionado à própria formação da cidade industrial periférica do período fordista, marcada pela ausência quase total do Estado no amparo à população mais pobre, na falta de provisão das infraestruturas urbanas necessárias ao rápido crescimento verificado desde então, na inexistência de políticas redistributivas, de educação e de saúde, na falta de controle do Estado sobre a produção e ocupação das franjas periféricas, do que a alguma inédita influência da "globalização". (FERREIRA, 2003, p.112)

O rol de problemas, porém, continua o mesmo, tomando apenas um volume maior a cada dia: periferias extremamente afastadas dos grandes centros, sem serviços e equipamentos urbanos essenciais; favelas, invasões, assentamentos em expansão; constante especulação por áreas urbanas principalmente em setores disputados da Cidade; sem contar com o adensamento e a verticalização de São Paulo; escassez de recursos naturais, poluição do ar, da água e do solo, e demais aspectos negativos.

Figura 03. Mapa de Adensamento na cidade de São Paulo



Fonte: Google Maps 2018

Ainda que as políticas públicas promovam distribuição desigual e desordenada sem a preocupação de oferecer condições favoráveis ao cidadão, no que tange à moradia, empregos, educação, saúde, lazer, espaços para as pessoas, São Paulo é a melhor entre as regiões metropolitanas periféricas em condições de infraestrutura. Por exemplo, 92,6% dos domicílios no município contam com rede de esgoto. Num país em que mais de 100 milhões de brasileiros não tem rede para tratamento do esgoto (TRIGUEIRO, 2018), isso é demonstração de avanço significativo.

A concentração de pessoas em locais distantes dos lugares de vivência - trabalho, escola, lazer, centros comerciais, foi modificada desde 1970, transformando São Paulo em um

grande centro financeiro e mais tarde, na década de 1990, em corredores de edifícios luxuosos, para atender sedes de empresas transnacionais instaladas na Capital (BERNARDES *et al* 2005).

No último estudo realizado pelo Seade, no biênio de 2000-2012, constatou-se que o centro expandido e as regiões nobres da Cidade são as que mais concentram vagas formais de emprego na capital paulista. A região vencedora é o Itaim Bibi (187 mil postos de trabalho); seguida pela Vila Mariana (102 mil) e República (96 mil), demonstrando que o centro histórico perdeu o posto de região com maior número de empregos formais na iniciativa privada. Houve também uma migração para as regiões escolhidas pelas empresas dos setores de tecnologia, financeiro, comunicação, construção e farmacêutico para instalarem seus escritórios.

A relação dos números aqui apresentados interfere diretamente na questão da inteligência das cidades, sem estar atrelada somente ao fator tecnologia. Trata-se da função social da cidade, que precisa ser legitimada para que o tão desejado desenvolvimento sustentável ocorra.

Enquanto isto, as moradias se instalam do outro lado da cidade, muitas vezes em modelos não convencionais, em habitações precárias, como as favelas, somadas também à dificuldade de locomoção para as pessoas chegarem ao trabalho, à escola, ao atendimento médico, aos centros comerciais. Alvim e Bógus (2016) explicam que esse “modelo núcleo-periferia” (ALVIM e BÓGUS, 2016, p. 135), ainda em voga na cidade de São Paulo, promove uma divisão social e geográfica, muito embora algumas atividades já tenham sido descentralizadas.

Essa geografia da cidade é reforçada com as propostas de intervenção, para tornar São Paulo uma inteligente e sustentável, já aprovadas e colocadas em execução pelo poder público. É neste ponto que entram as políticas públicas, ou a falta delas, como externa Maricato (2016). Na visão da arquiteta e urbanista que integrou a equipe do Ministério das Cidades, entre 2002 e 2005, e foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo, no período de 1989 a 2002, as cidades crescem de maneira predatória, desrespeitosa e as políticas públicas devem deixar de ser falácia junto aos governos, inclusive com a formatação das cidades inteligentes.

Na opinião de Maricato, o direito à cidade, ao qual Lefebvre (1968) fez alusão em seu manifesto, precisa ser recuperado. Ela reitera que é necessário priorizar o repensar e fazer a cidade, estabelecer redes colaborativas para superar desigualdades de acesso à qualidade de vida das pessoas, por meio dos instrumentos legais que a nação conquistou.

Penso que neste momento a política urbana saiu da agenda nacional. Ou construímos um espaço de debate e mobilização na sociedade civil independente do Estado, pois o Estado tem um poder de cooptação muito grande, ou o caos se tornará dominante. (MARICATO, 2011, *online*)

Maricato refere-se aos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, regulamentados com o Estatuto da Cidade ou Lei Federal de nº 10.257, de julho de 2001, cuja importância para os municípios brasileiros deve constar deste estudo, tanto pelo esforço desempenhado pela sociedade no processo de aprovação, como no âmbito das conquistas obtidas para as pessoas, muito embora haja críticas a respeito da emancipação de municípios com baixa arrecadação e poucas possibilidades de prosperarem de maneira independente, como destaca Rolnik (2017), além de uma fiscalização e controle por parte da população, no sentido de se fazer cumprir o estabelecido.

Villaça (2012) dialoga com a autora, ao afirmar que essa é uma lei que ainda dificulta a gestão municipal, por existirem no Estatuto “inúmeros dispositivos sem sanções para aqueles que não os cumprirem”. Ele considera a lei complexa, extensa, de difícil compreensão por parte da maioria da população e de tal detalhamento que se torna velha antes mesmo de tomar vulto.

Nessa esteira, surge o Plano Diretor, garantido pela Constituição, representação da construção conjunta de projetos para os municípios. A vida útil do Plano Diretor transcende às gestões administrativas, fazendo deste um legado para que sejam realizadas melhorias em benefício da população. Entende-se que o plano seja mutável, aberto à discussão cidadã, interativo com os atores sociais, representativo na esfera urbana. De acordo com a análise feita pelo Laboratório de Investigações Urbanas da Unicamp, os princípios fundamentais do Plano Diretor são:

[...] gestão democrática; a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização; a recuperação dos investimentos do poder público que tenham resultado em valorização de imóveis urbanos e o direito a cidades sustentáveis, à moradia, à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, confere aos municípios novas possibilidades e oportunidades de gestão e financiamento de seu desenvolvimento. (FEC-LABINUR⁹-UNICAMP, 2011, *online*)

Pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, uma das instituições acadêmicas pioneiras na participação de projetos em cidades inteligentes no País, também demonstram a preocupação em dar a devida importância ao Plano Diretor, quando se fala em cidades inteligentes.

⁹ Labinur – laboratório de Investigações Urbanas da Unicamp.

No contexto de cidades inteligentes, o Plano Diretor ganha ainda mais importância, relevância e consistência quando construído com a participação popular, além de permitir aos cidadãos o acompanhamento da execução das ações, em consonância com o princípio da transparência na gestão pública. (FRARE e OSIAS, 2015, p.174)

O cerne do cumprimento do Estatuto, bem como dos planos diretores dos municípios reside na participação popular, de forma que a inteligência da cidade esteja nas pessoas, como sinalizam Komninos e Sefertzi (2009). Tornar uma cidade inteligente, como asseguram Bógus e Alvim e Bógus (2016) significa passar pelo processo de “gestão democrática e participativa”, aliada a “implementação de políticas públicas articuladas e contínuas” (ALVIM e BÓGUS, 2016, p. 143). Outro ponto abordado pelas autoras é a execução de planos com objetivos coerentes, pois de nada adianta desenhar metas não factíveis, que não permaneçam nos mandatos seguintes das prefeituras.

3.1. Metas e projetos para transformar São Paulo em uma cidade *smart*

Em seu Programa de Metas 2017-2020, a Prefeitura de São Paulo apresenta como um de seus objetivos principais tornar a metrópole uma cidade inteligente. Construído a partir de cinco eixos temáticos de desenvolvimento: Econômico e Gestão; Social; Humano; Urbano e Meio Ambiente e Institucional, o programa tem como objetivo articular-se em torno de políticas públicas que afetam o dia-a-dia dos paulistanos e envolvem as secretarias (pastas) administrativas.

Para isto, as Secretarias Municipais foram agrupadas por eixos (como mostra o quadro 03), seguindo a lógica de envolvimento de cada uma nas 53 metas desmembradas em 71 projetos estratégicos, para este período de governo. Foram traçadas 487 linhas de ação, inseridas em 344 intervenções urbanas que, por vezes, envolvem mais de um eixo temático para sua realização.

Quadro 03. Eixos temáticos do Plano Estratégico da Cidade de São Paulo (2017-2020)

Eixos Temáticos	Secretarias	Objetivos
Desenvolvimento Econômico e Gestão	• Fazenda • Desestatização e Parcerias • Gestão • Inovação e Tecnologia • Trabalho e Empreendedorismo	Cidade inteligente, eficiente, que gera oportunidades e simplifica a vida das pessoas
Desenvolvimento Social	• Saúde • Assistência e Desenvolvimento Social • Pessoa com Deficiência • Secretaria Municipal de Esportes e Lazer • Segurança Urbana	Cidade saudável, segura e inclusiva
Desenvolvimento Humano	• Direitos Humanos e Cidadania • Educação • Cultura	Cidade diversa, que valoriza a cultura e garante educação de qualidade para todas e todos
Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	• Habitação • Serviços e Obras • Mobilidade e Transportes • Verde e Meio Ambiente • Urbanismo e Licenciamento	Cidade democrática, integrada e conectada
Desenvolvimento Institucional	• Governo • Relações Internacionais • Justiça • Prefeituras Regionais	Cidade referência em serviços, negócios, integridade, estrutura com <i>open source</i> , maior diálogo e participação do cidadão

Fonte: Plano Estratégico-Prefeitura Municipal de São Paulo, 2017-2020. Elaborado pela autora.

Sendo assim, o eixo voltado à concepção da cidade inteligente para São Paulo é o de Desenvolvimento Econômico e Gestão, como também demonstrado no plano de metas da prefeitura. Das secretarias que compõem este conjunto temático, destacam-se as de Inovação e Tecnologia (SMIT) e de Gestão (SMG), cujos projetos integram setores cruciais ao desenvolvimento de infraestruturas, gestão, transparência de informação.

Desenvolvimento Econômico e Gestão – Foi articulado em torno da ideia de uma **cidade inteligente**, eficiente, que gera oportunidades e simplifica a vida das pessoas. Ele é composto pelas Secretarias de Fazenda (SF); de Desestatização e Parcerias (SMDP); de Gestão (SMG); de Inovação e Tecnologia (SMIT); e de Trabalho e Empreendedorismo (SMET). Foram desenvolvidos 14 projetos estratégicos, com o objetivo de se atingir as 11 metas estabelecidas pelo eixo. (PROGRAMA DE METAS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017, p. 5-6, grifo nosso)

Interessante destacar que grande parte das metas estabelecidas pela gestão paulistana está atrelada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda (Universal) 2030, formulada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em consonância com a necessidade de reafirmação dos direitos humanos a uma vida digna, saudável e com condições mais sustentáveis para os próximos tempos. Segundo o secretário municipal de Gestão, Paulo Uebel, em audiência pública, realizada no dia 6 abril de 2017, São Paulo é uma das únicas cidades do mundo a adotar o alinhamento de suas metas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Figura 04. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: Organização das Nações Unidas

Abrindo um preâmbulo, os 17 princípios de sustentabilidade global, constantes da Agenda 2030, passaram a nortear planos de governo em todo o mundo, a partir do equilíbrio dos três pilares de desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. O então prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, sancionou a Lei 16.817/2017, que obriga o município a adotar os objetivos propostos pela ONU em seus programas de governo.

Conforme informações da Rede Nossa São Paulo¹⁰, a capital paulista foi a primeira cidade do Brasil na aprovação de emenda à Lei Orgânica do Município “que compromete os prefeitos(as) eleitos(as) a apresentarem um programa de metas quantitativas e qualitativas

¹⁰ A Rede Nossa São Paulo é formada pela sociedade civil, iniciativa privada, academia e organizações não governamentais. Sua proposta é de conscientizar a população paulistana e estimular sua participação na formação de políticas públicas. Fonte: Rede Nossa São Paulo. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br>. Acesso em ago. 2017

para sua gestão, com indicadores e metas para cada um dos setores da administração pública municipal, subprefeituras e distritos da cidade” (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017, *online*)¹¹, o que continua sendo seguido por demais municípios no Brasil.

Figura 05. Brochura Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo (2017-2020)



Fonte: Prefeitura de São Paulo

De acordo com a Prefeitura de São Paulo, todas as metas da gestão anterior, correspondentes ao período de 2013-2016, foram revistas e priorizadas para que houvesse continuidade dos projetos em andamento, principalmente no que concerne à regionalização de medidas e políticas públicas. O plano também permitiu a participação popular, por meio de plataformas eletrônicas que receberam sugestões de munícipes em torno da questão que norteou sua divulgação: “Qual seu sonho para o futuro da cidade de São Paulo?” (PROGRAMA DE METAS SÃO PAULO, 2017, p.10).

No total, foram apresentadas 23.593 sugestões, sendo que os portais receberam cerca de 60% deste número, chegando a 14.129 propostas. Os participantes ainda enviaram 2.874 sugestões por e-mail e foram ouvidas 3.782 pessoas, em 39 audiências públicas, realizadas durante o mês de abril de 2017. Se levarmos em consideração a o número total de habitantes da cidade de São Paulo, que atualmente chega a mais de 12 milhões de pessoas, e o crescente uso das tecnologias para mobilização das pessoas, a fatia de propostas recebidas pela prefeitura é ínfima diante dos 0,2% registrados, sem contar que uma pessoa poderia apresentar mais de uma sugestão.

¹¹ Rede Nossa São Paulo. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/institucional>. Acesso em 17 ago. 2018.

Durante a pesquisa, foram checadas convocações, formas de divulgação/comunicação para a participação popular e encontramos as seguintes comunicações disponíveis:

- ✓ No site da prefeitura não havia convocação ou aviso para as audiências no período mencionado, aparecia apenas o histórico de eventos da gestão anterior.

Figura 06. Sistema de busca do site da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo

- ✓ No portal Planeja Sampa, indicado na audiência pública como uma das plataformas de transparência do órgão gestor municipal, encontrado no endereço eletrônico <<http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>> também não havia menção às audiências, somente ao resultado das participações.

A baixa adesão da população em audiências, bem como o acesso a mídias digitais, como os portais citados pela Prefeitura, denotam uma participação bastante tímida do cidadão na constituição de políticas públicas e na construção da cidadania. Constata-se que além do curto período de tempo destinado para divulgação, foram destacadas mídias nem sempre de fácil acesso ou conhecimento público, poucas informações em outros canais da prefeitura, constituindo uma lacuna na aproximação do governo com a Cidade.

Figura 07. Sistema de busca no hotsite Programa de Metas 2017-2020



Fonte: Planeja Sampa (In:hotsite do programa de metas de SP)

Da pequena participação registrada, foram promovidas alterações que resultaram em três novas metas para o governo municipal e encontram-se registradas no Programa de Metas SP: a) atendimento a pessoas em situação de uso abusivo de álcool e demais drogas; b) redução da emissão de poluentes pela frota municipal de ônibus e c) segurança alimentar e nutricional.

Com relação à implementação de projetos que constituem o conceito de cidade inteligente no município de São Paulo, a Prefeitura também modificou o Projeto *Wi-Fi* SP que, originalmente, propunha “a implementação de *Wi-Fi* gratuito em equipamentos públicos, como Telecentros, FabLabs e Prefeituras Regionais” (PROGRAMA DE METAS SP, 2017, p.14), para atender a demanda pública na instalação do serviço de acesso à Internet gratuita em vias públicas, praças e parques.

Sobre a participação popular, Santos (1988) enfatizou a necessidade do exercício cidadão e o papel dos governos em estimular a participação cidadã nas gestões públicas. “A Constituição deverá estabelecer condições para que cada pessoa venha a ser um cidadão integral e completo, seja qual for o lugar em que se encontre” (SANTOS, 1988, p.122).

Rem Koolhaas expressa preocupação com a maneira como as cidades inteligentes são inseridas no contexto social: de forma *top down*. Contrário à ideia de que a tecnologia está sempre à frente de tudo, o autor defende uma discussão mais acurada sobre as *smart cities*,

que em sua opinião constituem uma forma de “emburrecer o cidadão” (KOOLHAS, 2018)¹², de substituir uma discussão crítica sobre as necessidades locais e a reivindicação da população, no sentido de os governos encontrarem soluções tecnológicas de prateleira que substituam a constituição e a política pública nas cidades e a tornem, inevitavelmente, previsíveis.

Paramos de pensar sobre a cidade no exato momento da explosão da substância urbana no mundo em desenvolvimento. A cidade triunfou no preciso momento em que a reflexão sobre a cidade cessou. A cidade “inteligente” aproveitou esse vácuo (KOOLHAS, 2018, *ArchDaily News, online*)

Um ano depois da divulgação do Programa de Metas 2017-2020, o prefeito em exercício, Bruno Covas, criou um Grupo de Trabalho, formado somente por representantes oficiais do poder público, para propor um novo modelo da participação popular na gestão do município de São Paulo. Curiosamente, a mídia não se ocupou do espaço para noticiar esta importante mudança e, tampouco, a prefeitura fez alarde em seus canais de comunicação. Há a publicação da portaria no Diário Oficial do Município, porém, a grande imprensa não repercutiu a questão, bastando aos sítios de menor expressão noticiarem o fato e à Rede Nossa São Paulo fazer uma análise sobre o que representa esta mudança no governo aberto da capital.

A portaria da Secretaria do Governo Municipal (SGM), de 13 de julho de 2018, publicada sob nº 112/2018 no Diário Oficial do município, dá um prazo de seis meses para que gestores das secretarias façam avaliação de todos os conselhos, cuja composição inclui representantes da sociedade. Atualmente, esses participantes atuam em caráter consultivo, em todas as áreas, e deliberativo, em alguns casos, como Saúde e Habitação. Sob a gestão Dória o número de 1,2 mil participantes foi reduzido a 400, nos 32 Conselhos Participativos da cidade, no início de seu mandato, em 2017. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2018, *online*)

Em nota, a Secretaria Geral do Município se manifestou dizendo que, apesar de entender a representatividade e o papel dos conselhos sociais, “após esse diagnóstico, caso seja necessário, serão analisados os méritos e convocados outros órgãos da administração pública das demais esferas – federal e estadual – além da sociedade para um debate a respeito do assunto” (GOMES, 2018, *online*).

¹² KOOLHAS concedeu entrevista à Katherine Allen, traduzido por Romullo Barato, do site ArchDaily. Matéria sob título “Rem Koolhas sobre identidade, conformismo e cidades digitais, divulgada em 23 jul.2018.

Do ponto de vista de concepção, elaboração e implementação de projetos de ordem pública, com recursos públicos e que se destinam a melhorar a vida das pessoas, a medida é um retrocesso para a sociedade. Observa-se, na avaliação feita por David Harvey, que a tão sonhada melhoria de qualidade de vida nas cidades acabou se transformando em mercadoria e o cidadão comum não mais questiona a lógica de quem impõe as regras, muito menos a ética do jogo.

Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente. Uma considerável energia é gasta na promoção do seu significado para a construção de um mundo melhor. Mas, para a maioria, os conceitos em circulação não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. (HARVEY, 2008, p.73)

O autor ainda argumenta que a cidade deve estar vinculada aos laços sociais, à natureza, às tecnologias, mas sem perder valores estéticos que se deseja, sem se distanciar da verdadeira essência humana. Quando Harvey (2008) afirmou que “o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos” (HARVEY, 2008, p.73), o autor propôs um exercício do pensar e agir coletivo, do construir e reconstruir a si mesmo, num ecossistema criado em conjunto com o cidadão.

3.2. Modernizar, sistematizar, digitalizar

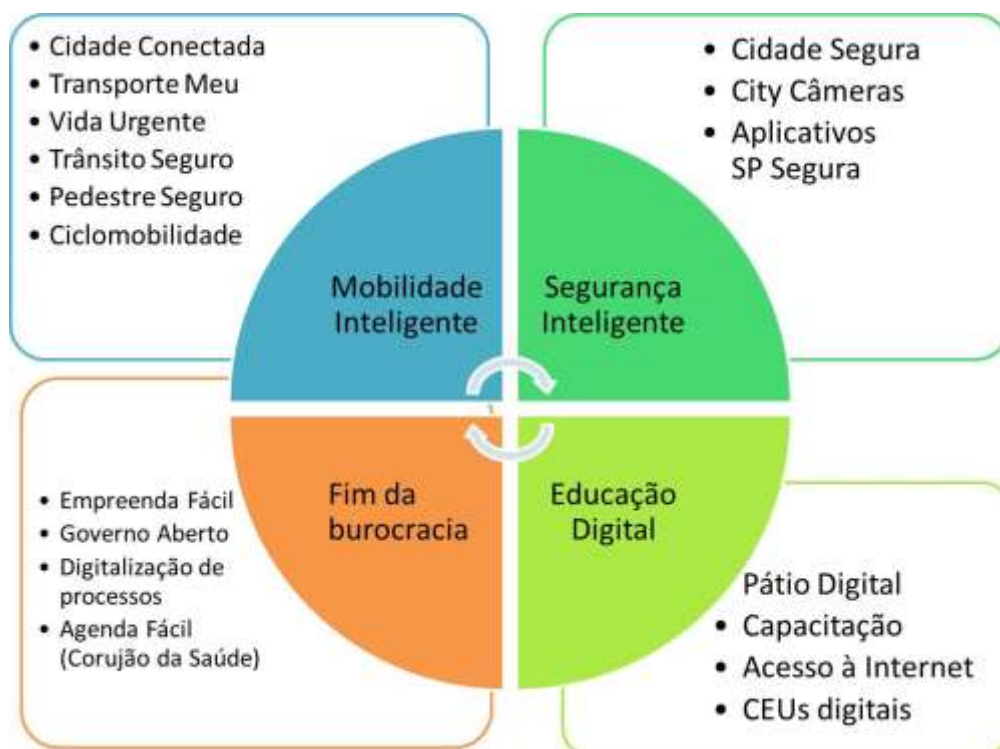
Uma das promessas de campanha do ex-prefeito João Dória era a de tornar a Cidade aberta às tecnologias da informação e comunicação, transformando o município numa vertente de inovação e modernidade. Durante apresentação no Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (CIAB), realizado pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), em junho de 2017, e registrado pelo site *Startupi*, 2017, a criação da Secretaria de Inovação e Tecnologia (SMIT) era só o início de uma mudança radical nos padrões de trabalho, procedimentos e hábitos na prefeitura. Sobre a ideia de digitalizar procedimentos, o prefeito declarou:

Até dezembro de 2018 todos os processos da cidade serão digitais. São Paulo não terá mais carimbo, elástico, papel, cordão e pasta, tudo será feito digitalmente e as pessoas não precisarão mais se deslocar ou comparecer presencialmente para resolver alguma coisa. (DÓRIA, *apud* STARTUPI, 2017, *online*)¹³

¹³ DÓRIA JR., J. em declaração ao site *Startupi*, em 06 jun. 2017, sob o título “Até dezembro de 2018 todos os processos de São Paulo serão digitais”, João Dória fala sobre Cidades Inteligentes durante o CIAB. Disponível em: <https://startupi.com.br/2017/06/ate-dezembro-de-2018-todos-os-processos-de-sao-paulo-serao-digitais-joao-doria-fala-sobre-cidades-inteligentes-durante-o-ciab/>. Acesso em 03 nov. 2017.

Elaboramos uma representação gráfica (ver Fig. 08), seguindo o raciocínio exposto pelo prefeito, em junho de 2017, quando o plano foi apresentado ao público e com os dados abertos, que constam do Programa de Metas da Prefeitura do Município de São Paulo, com as metas para que a cidade se torne inteligente. A partir daí, constatamos algumas incongruências do projeto, a falta de coesão entre áreas envolvidas, no que diz respeito à duplicidade de ações e na própria gestão do plano como um todo.

Figura 08. Projeto São Paulo Inteligente



Fonte: Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo 2017-2020. Elaborado pela autora

Para auxiliar na compreensão do racional do projeto de cidade inteligente de São Paulo, deve-se considerar também que a prefeitura também tem foco voltado às Parcerias Público-Privadas (PPP), para o cumprimento das metas estabelecidas em seu programa. Um exemplo é a agência SP Negócios, criada com o propósito de fomentar investimentos nacionais e estrangeiros para a Cidade, promover a expansão de negócios e cooperar para que a imagem da capital paulistana seja apresentada para fora do País, como “polo de realização de negócios”. (SP NEGÓCIOS, 2018, *online*)

Sua missão é de “contribuir para a **competitividade e sustentabilidade dos negócios** da cidade de São Paulo por meio da promoção de oportunidades de investimentos e exportações de produtos e serviços” (SP NEGÓCIOS, 2018, *online*, grifo nosso), por meio de *lobby* institucionalizado, dada que a agência foi criada pela:

[...] Lei Municipal nº 16.665, de 23 de maio de 2017, e instituída por Decreto Municipal de nº 57.727, de 08 de junho de 2017, como uma pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, vinculado, por cooperação, à Secretaria Municipal da Fazenda. (SP NEGÓCIOS, 2018, *online*)

De acordo com Borja (2014), atributos como competitiva e sustentável engrossam a lista das cidades adjetivadas para ocupar o posto de patrimônio da humanidade, ou constarem dos rankings de cidades globais, ou ainda venderem outras qualidades que as façam ser vistas como inovadoras, ecológicas, informacionais, do conhecimento, criativas ou inteligentes. Em sua opinião, “as cidades não merecem estes adjetivos que obstruem a visão da realidade, facilitam negócios às empresas que possuem tecnologia e justificam operações caras dos políticos responsáveis.” (BORJA, 2014, *online*)¹⁴

Permeando todo o processo de desenvolvimento de projetos e estabelecimento de metas, encontra-se o objeto de nosso estudo: a comunicação de interesse público. Esta pesquisa procurou investigar se a comunicação produzida pela Prefeitura em releases divulgados no sítio oficial e as matérias geradas nos portais de notícias G1, UOL e Estadão seriam de interesse público ou apenas uma mera reprodução dos conceitos difundidos sobre cidades inteligentes na esfera privada, neste caso, pelas empresas envolvidas em projetos da prefeitura para esta finalidade.

A pesquisa procurou dialogar com estudos já realizados sobre o tema no meio acadêmico, voltando o olhar investigativo a novos elementos que possam contribuir com o cidadão comum, por meio da proposta de um produto de comunicação, com o objetivo de ampliar conhecimentos e estimular a participação popular em políticas públicas. Este é um dos maiores desafios dos projetos de cidades inteligentes, promover consciência, colaboração e confiabilidade por meio da comunicação. Como colocam Kon e Santana (2016), ao afirmar que “muitos dos serviços das cidades inteligentes dependem do engajamento da população”. (KON e SANTANA, 2016, p. 60)

Alinhar a comunicação ao interesse cidadão, seja na política ou na esfera privada, requer romper com modelos estabelecidos ao longo do tempo, especialmente no Brasil, que atravessou períodos de censura, de governos populistas e, agora, da corrupção que assola as agendas comunicativas com um poder inquestionável. Também demanda do responsável pela

¹⁴ BORJA, J., Cidades Inteligentes ou vulgaridade de interesses. Artigo publicado no site ArchDaily, em 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601260/cidades-inteligentes-ou-vulgaridade-de-interesses>. Acesso em 08 mai. 2017.

comunicação fazer o movimento inverso proposto pelas estratégias comunicativas, para atravessar a barreira do global e concentrar-se no imediato, que é o local.

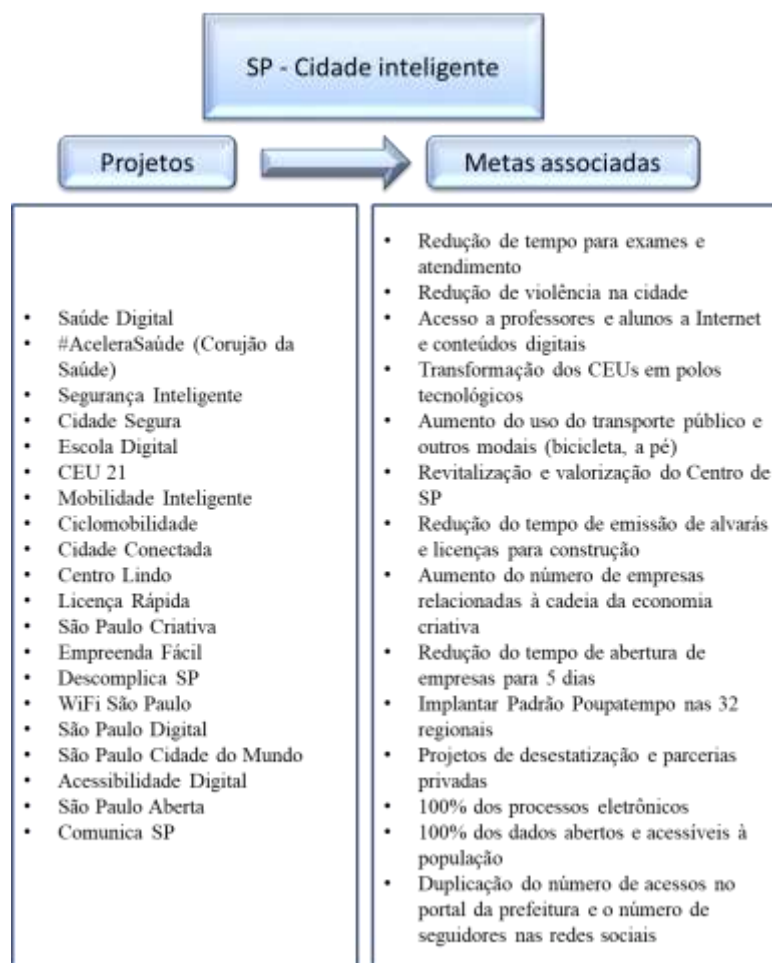
Neste ínterim, Sousa (2010) descreve o limiar do engajamento/participação e o senso de pertencimento/consciência no campo da comunicação, por ela ultrapassar os limites do factual para tornar-se experiência de construção do sujeito, como pilar na existência do ser humano.

É nesse contexto que, hoje, o tema do sentimento de pertencimento manifesta-se cada vez mais, não só em suas áreas disciplinares de origem, sobretudo a antropologia e a política, mas em outras, como a comunicação. Ele se traduz de forma visível, em sentidos e motivações diversos dos de suas raízes, sustentando a busca de participação em grupos, tribos e comunidades que possibilitem enraizamento e gerem identidade e referência social, ainda que em territórios tão diferentes como os da política, da religião, do entretenimento e da cultura do corpo. Em decorrência disso, essas buscas suscitam a quebra tradicional de fronteiras entre o local e o global, o público e o privado, o comum e o individual e a comunidade e a sociedade, gerando tanto hibridismos quanto novas formas de tensão e de conflito. (SOUSA, 2010, p.34)

Em continuidade ao processo de comunicação estabelecido para divulgar ações e resultados obtidos no programa de metas, após dezoito meses do anúncio de seus projetos, a Prefeitura divulgou um balanço sobre as ações que tiveram êxito durante a atual gestão. Das 53 metas estabelecidas no Programa, 36 tiveram algum tipo de progresso, chegando a 68% do desempenho esperado e, em alguns casos, foram cumpridas antes do prazo estabelecido, sendo que 17 não conseguiram avançar rumo ao resultado esperado até julho de 2018. Destas, quatro tiveram desempenho negativo, registrando 7% de involução. Dos resultados obtidos, um dos mais significativos, de acordo com os dados abertos da prefeitura, está o projeto Empreenda Fácil, que baixou de 101,5 dias para 5 dias o prazo para abertura de uma empresa considerada sem riscos.

Quanto aos eixos, observa-se um cumprimento médio distribuído da seguinte maneira: Desenvolvimento Social com 29%; Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com 14%, Desenvolvimento Institucional, 9%; Desenvolvimento Humano, 19% e o Desenvolvimento Econômico e Gestão, no qual está inserido o objeto deste estudo, com projetos para tornar São Paulo uma cidade inteligente, com 27% de realização, de acordo com os dados abertos, disponíveis na plataforma Planeja Sampa.

Figura 09. Projetos e Metas associados ao conceito *smart city* em São Paulo



Fonte: Prefeitura São Paulo – elaborado pela autora

Com base nas diretrizes do eixo “Desenvolvimento Econômico e Gestão”, este estudo também mapeou vinte projetos voltados à modernização, sistematização de dados, transparência de informações, que se desdobraram em metas para tornar a administração mais eficiente do ponto de vista dos serviços, da capacidade informacional, da modernização de processos para atendimento a demandas burocráticas, do acesso à Internet, tanto em equipamentos da prefeitura, como pelo cidadão em espaços públicos (ver Figura 09).

Seguindo com os itens para a implementação do conceito de cidade inteligente encontra-se o uso das TICs e de IoT em larga escala. Algumas ações já podem até ser exemplificadas, como o sistema para denúncia de violência contra a mulher, o Socorro Imediato, inserido no aplicativo SP + Segura e o Prato Aberto, que possibilita a transparência e controle do cardápio oferecido nas escolas do município; os *hackathons* ou *mapatonas*, abertos à população para criação de novas soluções para a área da Saúde e da Educação, com a inserção do universo estudantil.

O aplicativo Prato Aberto é um bom exemplo do envolvimento cidadão em benefício de sua comunidade, demonstrando que é possível a população atuar como protagonista e, ao olhar para o problema que vive, desenvolver soluções que fazem sentido para sua realidade. Latour (1999) descreve o interesse do cidadão comum pela ciência como possibilidade. Possibilidade de iniciar uma profissão, de desenvolver criatividade, gerar inovação. O próprio autor chama a atenção para o fato de que é preciso estimular as pessoas a se interessarem pela ciência em todas as áreas, ao descrever inúmeras situações de empreendimentos bem ou mal sucedidos, sem conhecimento acadêmico, e provoca:

As pessoas que estão fazendo ciência não estão todas no laboratório; ao contrário, há pessoas no laboratório porque muitas outras estão fazendo ciência em outros lugares. Chegou a hora de voltarmos nossas atenções para essas outras pessoas. (LATOUR, 1999, p. 267)

E entre o desafio de gerar envolvimento participativo, do cumprimento de metas e objetivos, das implicações legais sobre os projetos, orçamentos e coerência nos projetos encontra-se também o processo de comunicação de interesse público, como agregadora de informação e conhecimento, de interação com o cidadão, para que ele se sinta parte do universo descrito. Em estudo realizado sobre a comunicação para estimular a participação do público belo-horizontino no governo municipal, Marques (2002) destaca que:

[...] a noção de participação pode tanto ser usada para maquiagem uma falsa promessa de integração da perspectiva dos governados aos processos de debate e de tomada de decisão quanto para caracterizar ações concretas de efetiva consideração dos pontos de vista e opiniões dos cidadãos em processos deliberativos formais. (MARQUES, 2002, p.109)

Matos (2016) e Koçouski (2013) dialogam com os autores, ao abordar a participação e a comunicação pública na esfera digital em um governo tecnocrático. Em uma perspectiva teórica, Mattos coloca que a intervenção cidadã pode ser considerada um elemento desestabilizador de governos, ao mesmo tempo em que se amplia a publicização das ações do Estado na comunicação pública, como veremos na análise mais detalhada da comunicação para projetos de cidade inteligente em São Paulo.

Diversas ações em torno do conceito de cidade inteligente vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Tecnologia e como forma de prestar contas à sociedade, na obrigatoriedade da lei, também estabelece um calendário de divulgações pela Secretaria de Comunicação da prefeitura (SECOM), responsável pela comunicação de interesse público e da divulgação das ações dos órgãos municipais de São Paulo.

Ao exemplo das demais, a Secretaria tem como meta duplicar o número de acessos ao sítio oficial, passando de 34,4 milhões a 68,9 milhões, além de elevar o número de seguidores em redes sociais, neste caso, o *Facebook* de 300k, para 600k, até o final de 2020, como veremos na estratégia mapeada no **Capítulo 4**.

Sendo assim, além dos relatórios, da plataforma de governo aberto, do site que reúne informações sobre o andamento de cada projeto, a imprensa merece especial atenção, por meio de notícias publicadas no site oficial da capital paulista. O arcabouço de informações não é restrito no quesito quantitativo, mas ainda exige um entendimento sobre os propósitos nos quais está fundamentado, como observaremos na análise de conteúdo das matérias pesquisadas.

3.3. O Big Data e suas imbricações

Encontrou-se na similaridade entre as metas associadas pelo governo municipal aos projetos, a utilização do *Big Data* como tentativa para solucionar os problemas da cidade. O destino do volume de dados disponíveis vem gerando na comunidade acadêmica, mercado e sociedade certo incômodo. A discussão ganhou maior amplitude após o vazamento de informações, no caso que ficou conhecido como *Snowden*, em que um analista do maior sistema de segurança do planeta revelou dados até então confidenciais e cuja segurança era inquestionável.

O argumento irrefutável da falta de segurança sobre os dados da nação fez a Presidência da República procurar uma alternativa junto ao movimento pró-regulamentação da Internet, que já se desenvolvia pela sociedade civil, com a participação da academia e demais atores preocupados em legitimar um instrumento legal, com regras claras sobre a rede mundial de informações. Foi então que o Marco Civil da Internet começou a ser debatido em instâncias diversas, envolvendo a participação das pessoas, em diferentes setores, mas com o mesmo objetivo, como enfatiza Lemos, R. (2014):

O Marco Civil deveria promover a liberdade de expressão, a privacidade, a neutralidade da rede, o direito de acesso à internet, os limites à responsabilidade dos intermediários e a defesa da abertura (*openness*) da rede, crucial para a inovação (LEMOS, R., 2014, p. 94)

O Marco Civil nasceu com certo atraso no Brasil, perante alguns países desenvolvidos, que já haviam se debruçado sobre o tema desde 1998. O fato é que a defasagem, neste caso, contribuiu para que a iniciativa fosse mais completa, com a participação popular e com uma análise mais aprofundada, para que fosse instituído, finalmente, em 11 de setembro de 2011.

A segurança da informação ainda é uma preocupação no que concerne à proposta de *Wi-Fi* livre, item que integra o conceito de cidade inteligente, em qualquer lugar do mundo. Rolnik (2018) intensifica que é necessário ter esse olhar para o cuidado com a utilização dos dados das pessoas, atitude revestida de eficiência para o poder público no que se refere à prestação de serviços municipais. De acordo com a autora, há uma verdadeira mineração de dados, a partir do percurso realizado pelo cidadão que utiliza a Internet gratuita, para compor o marketing segmentado das empresas, independentemente do setor que atuam.

Opinião com a qual corrobora Lemos, R. (2014), responsável pelo grupo de trabalho que criou o Marco Civil da Internet do Brasil, modificado posteriormente pelo próprio governo. Segundo ele, o texto original continha regras bastante claras sobre a segurança do usuário de Internet, tanto *online*, como *offline*, porém a redação final, aprovada foi modificada. Assim, “hoje no Brasil, o acesso a dados e condutas dos usuários na Internet é praticamente desregulado” (LEMOS, R. 2012, p. 97), o que propicia a quebra do sigilo de dados pessoais em quaisquer situações de acesso à Internet.

Por exemplo, muitas vezes dados sigilosos dos usuários, tanto no que diz respeito às informações sobre quais sites ele acessou, por quanto tempo, e em que momento, quanto o conteúdo de suas comunicações (tais como o texto de um e-mail), são solicitados por autoridades públicas sem a análise prévia de um juiz. Essa é uma prática que arrepia o Estado Democrático de Direito. Por esse motivo, o Marco Civil tem uma regra universal que estabelece que nenhum dado do usuário pode ser acessado sem ordem judicial. (LEMOS, R., 2014, p. 97)

Este item preocupa pesquisadores e o próprio setor da Tecnologia da Informação, inclusive com a proposta do governo do município de São Paulo, acerca da implementação do *Wi-Fi* Livre SP, em diversos pontos públicos da cidade. É inegável que o acesso à rede é um dos atributos de construção das *smart cities*, porém, é preciso regulamentar a prática para que não ocorram incidentes como o recente vazamento de dados na maior rede social global, o *Facebook*.

Por serem as cidades inteligentes ambientes que permitem uma convergência entre aspectos humanos, econômicos e tecnológicos, o armazenamento de um grande volume de dados, de maneira estruturada ou não-estruturada, passa a ser uma questão dicotômica e de atenção relevante. Se de um lado, as informações sempre podem auxiliar significativamente os gestores das cidades, tanto no atendimento de demandas da população, no planejamento de governança, na gestão, na atuação de maneira preventiva, entre muitos outros aspectos positivos, há outro ângulo, no qual encontra-se o direito à privacidade, à segurança dos dados,

à preservação do cidadão diante de um processo que tangencia todo o modelo hegemônico de inteligência nas cidades.

Lemos, A. e Lévy (2014), ao abordarem a questão da *ciberdemocracia* em todo o planeta, consideraram que há aspectos ainda mais difíceis, com os quais os gestores de cidades terão de lidar, como a “democracia local” (LEMOS,A. e LÉVY, 2014, p.117). Os autores revelavam, há mais de uma década, que a corrida pela disputa de informações por parte de players como a IBM, Oracle, AT&T, Siemens, entre muitas outras já ocorria de maneira ordenada, quase como pelo meio natural das coisas.

Com raízes entronizadas em fundações, institutos e, até mesmo, no universo acadêmico, as empresas conquistaram espaço inimaginável no campo da construção de políticas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas cidades. Um exemplo citado por Lemos e Lévy (2014) é o apoio financeiro que as empresas citadas conferem à *World Foundation for Smart Communities*, baseada em San Diego, na Califórnia e cujo papel é “promover as comunidades virtuais de base local e realizar ações educativas em escala planetária” (LEMOS,A. e LÉVY, 2014, p. 117).

Silva (2016), pesquisador e estudioso da Geografia da Comunicação, também levanta aspectos que se inserem na construção da inteligência das cidades e, ao mesmo tempo, dialogam com as indagações de Lemos,A. e Lévy (2014); Santos (1996) e Rolnik (2013), sobre o direito à territorialidade, ao relacionar o poder de equipamentos altamente desenvolvidos tecnologicamente e a escalabilidade comunicativa-informacional que permitem, em termos de acesso/troca de dados, atendendo a demanda de informação por interesses político-econômicos dos setores público e privado.

[...] o local também dialoga com os territórios nacionais e/ou internacionais muitas vezes conflitando seus interesses econômicos, culturais, sociais com aqueles que as empresas internacionais, normalmente, apoiadas pelos Estados querem impor nos territórios. Isso porque, os agentes com interesses econômicos e financeiros (Estados e empresas internacionais) veem os territórios de maneira homogênea, com suas fronteiras, língua, povo, nacionalidade, direitos; desconsiderando a heterogeneidade do vivido na qual esses atributos políticos e sociais não acontecem de modo *standard* graças às práticas territoriais imaginárias, concretas, sonhadas pelos diversos agentes. (SILVA, 2016, p. 375)

Pensar como a cidade de São Paulo fará essa transformação, respeitando o direito do cidadão à informação e à abertura de dados municipais também é uma questão que deve ser considerada no projeto de cidade inteligente e na comunicação de interesse público. Cidades como Santander, Amsterdã e Barcelona, mesmo em fases diferentes de implementação do

conceito *smart*, ainda não têm em suas políticas a proteção necessária para preservar dados e cidadãos, como revela Kon e Santana (2016).

Apesar da constante e massiva campanha deliberada pelas empresas de tecnologia e consultoria, que atendem aos projetos, tendo sempre como alvo os gestores das cidades, no sentido de adotar soluções tecnológicas, envolvendo a permissão em ceder dados para utilização posterior, não se sabe bem por quem e para que, uma onda crescente de pesquisadores voltou-se à questão da privacidade e do direito à informação. Há questões morais, como colocam Taddeo e Floridi (2016) que pressupõem estudos sobre o uso dos dados, a avaliação de problemas éticos que esbarram na forma como os algoritmos são concebidos. Afinal, como argumenta Machado (2005), o que preocupa não é a capacidade técnica e produtiva das máquinas e sim o que elas podem fazer a partir dos sistemas que forem nelas instalados.

Mesmo com o compromisso sinalizado de preservar os direitos do cidadão em fornecer seus dados, da adoção do Marco Civil da Internet que regula alguns aspectos de privacidade da informação, o Programa de Metas da Prefeitura, no tocante ao projeto de cidade inteligente ainda não deixa claro como funciona essa dinâmica. Inúmeros aplicativos (Apps) foram criados, com a necessidade de inserção de dados da população para realizar cadastramento e utilizar os serviços oferecidos, porém, o que acontece depois que as pessoas fornecem essas informações ainda aparenta ser uma caixa preta.

Algumas das iniciativas criadas, como o App Prato Aberto, reúnem as pessoas em discussão de criação, conceituação e desenvolvimento, mas o processo ainda não concentra este tipo de abordagem. Em evento promovido pela *Digital Rights*, em São Paulo, a pesquisadora Natalia Laggeneger fez um estudo sobre IoTs e a relação das cidades inteligentes, focado na análise de elementos sobre saúde, iluminação, tráfego, mas com um olhar muito atento à proteção dos dados do cidadão e à participação popular também nas políticas de dados abertos do município.

Laggeneger (2018, *online*)¹⁵ conclui que a transparência no projeto de cidade inteligente em São Paulo é essencial, à medida que não a torne uma Cidade tecnocrata, na qual tudo se resolve pelo uso das tecnologias, além da proteção dos dados das pessoas. A pesquisadora abordou outro aspecto sobre a responsabilidade no uso e confidencialidade de dados, trazendo à tona o papel do governo e também do setor privado. Segundo ela não basta abrir dados e querer que o cidadão leia estas informações e as interprete de maneira adequada sem ensiná-lo. Outra questão é a postura das empresas perante a massa obtida em plataformas

¹⁵ Em evento realizado pela Pontifícia Universidade Católica-São Paulo (PUC-SP), *Digital Rights*, nov. 2018.

implementadas nos governos, é preciso que o setor privado comunique o que fará com os dados obtidos.

No próximo capítulo, veremos como a comunicação transformou o cotidiano das pessoas, modificou hábitos e lugares. Também veremos como São Paulo vem trabalhando com a Internet das Coisas (IoT) e seus aparatos tecnológicos na rotina da cidade e nos processos de transparência em governança pública.

4. A TECNOLOGIA QUE CONDUZ AS CIDADES E OS CIDADÃOS

As décadas de 1980 e 1990 foram o período de ouro das empresas de tecnologia em todo o planeta. A palavra inovação esteve presente em quase 100% no desenvolvimento de produtos e serviços. No mercado financeiro, a bola da vez era o dinheiro de plástico, que tomou conta do mercado, diante da **inovação tecnológica** (grifo nosso) que tomava conta do mercado, das transnacionais romperem fronteiras na busca de oportunidades em mercados emergentes, de profissionais qualificados em outras localidades e de fazer crer que as pessoas não viveriam sem as engenhosidades tecnológicas.

Nos setores produtivos, a inteligência artificial, tão em voga nos dias de hoje, já estava presente nos robôs instalados em linhas mecanizadas de produção e também desassistia uma legião de empregados que, sem capacitação técnica formal, acabavam perdendo seus postos de trabalho para as máquinas recém-chegadas e sem direitos trabalhistas.

As áreas de saúde e educação começavam uma jornada sem volta, a da digitalização, do uso de equipamentos que permitiriam os avanços em pesquisas, os experimentos para a cura de uma série de doenças e a forma de adquirir conhecimento em ferramentas que até então só se viam em filmes de ficção científica.

Na atualidade, o primeiro robô do mundo, como noticiam os veículos de comunicação, é Sophia, apresentada ao mundo em 2017, cidadã do Reino da Arábia Saudita, popular na mídia e aprendiz do que ouve. Esta foi considerada pela grande imprensa uma criação inédita, carregada de clichês sobre inovação, ocupando a mídia em todos os continentes, sem a preocupação de uma análise mais consistente do que representa a existência da humanoide, como a classificam. Segundo seu criador, o roboticista David Hanson, sua intenção é a de "criar os robôs mais inteligentes, gentis e empáticos do mundo, capazes de melhorar e transformar a vida de todos os seres humanos do planeta". (HANSON, 2018, *online*)¹⁶

Quem assistiu ao filme *Blade Runner*, de Ridley Scott, lançado em 1982, deve se lembrar do embate entre humanos e replicantes, das dúvidas existenciais das personagens, e do questionamento homem-máquina, do direito à liberdade da questão ética (ou a falta dela) em torno de empresas que criaram os humanoides, com a anuência do que seria o poder público, inclusive com uma rigorosa política de restrições e controle sobre ambos.

¹⁶ Depoimento dado em matéria sob título "Sophia se torna o primeiro robô do mundo com visto de viagem", publicado em 28/10/2018, no jornal EXTRA-RJ. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/page-not-found/sophia-se-torna-primeiro-robo-do-mundo-com-visto-de-viagem-23192655.html>. Acesso em 18 jan. 2019

Ao divulgar notícias sobre Sophia, a imprensa não conseguiu romper a barreira do espetáculo e fazer um paralelo sobre a estratégia mercadológica da empresa que a criou. São nuances que passaram despercebidas ao público, que cedeu aos encantamentos da mulher-máquina, mas que integram o discurso do empresário cibernético. Hanson transcende à questão do lançamento e resgata elementos como o direito à cidadania, porque mesmo sendo máquina, Sophia recebeu esse direito, em detrimento a tantos refugiados no mundo; a apresentação espetacularizada do robô, para chamar a atenção de investidores e, por último, o Reino da Arábia Saudita querer demonstrar ao planeta o quanto é moderna, voltada ao desenvolvimento de novas tecnologias para modificar a vida das pessoas e das cidades.

O ingresso da inteligência artificial em atividades corriqueiras, como realizar e atender a uma ligação telefônica, e agora com assistentes virtuais, prontos para responder às questões humanas, entre outras operações realizadas pelas máquinas, por meio de um sistema sofisticado de programação, comprova a existência de híbridos, na junção de vários elementos como infraestruturas físicas, equipamentos, acesso à Internet, redes sociais, com uma proximidade ao que Lemos (1999) descreveu como *ciborgue*.

No caso das cidades, os argumentos de Lemos (2004) fixam-se na ideia de uma transformação realizada pela tecnologia, com toda a inteligência em infraestruturas – prédios, transportes, entre outros itens possíveis para seu bom funcionamento, mas com um elemento que modifica todo esse cenário: os dados registrados, encontrados e compilados por meio das TICs. A informação fará que a cidade tenha uma inteligência técnica, tecnológica, formando o espaço cibernético, numa profunda reconfiguração do uso de dados.

Todos os aspectos de gerenciamento, desenvolvimento e controle da rede de infraestrutura da cidade-ciborgue estão sendo controlados mais e mais por sistemas paralelos das redes de computadores, prédios inteligentes, vigilância eletrônica, automatização de processos urbanos como transporte, energia, entre outros. Na cidade-ciborgue, a interação entre telecomunicação e redes de infra-estrutura podem ser caracterizadas como interdependentes, complementares e sinérgicas. O organismo cidade continua seu processo de crescimento e complexificação. (LEMOS, 2004, p. 141)

A mesma analogia pode ser aplicada à esfera governamental, que passou a utilizar as TICs para tornar eficientes seus processos administrativos e promover a governança digital. A complexidade sistemática foi levada para dentro dos governos, de forma unilateral, ao possibilitar que algum tipo de serviço seja realizado eletronicamente. Assim, o poder público melhora o tempo de resposta ao cidadão, no quesito serviços digitais, encarando-o como um cliente, sem preocupar-se com a interação do indivíduo com políticas públicas e uma nova realidade urbana.

A forma de compreender o progresso traz também o outro lado desta questão, a do início de uma era em que a obsolescência tomaria conta dos hábitos pessoais. Sassen (2013) comenta que a obsolescência envolveu as cidades, os ambientes de trabalho e as pessoas, em um discurso que promove a baixa durabilidade das coisas. Equipamentos foram criados para durar pouco ou quase nada, por exemplo, um celular com problemas, quase sempre não tem reparo, é necessário substituí-lo pelo modelo mais novo. O mesmo se aplica às cidades, com seus prédios inteligentes, construções que embutem a inteligência (*inside*), sem preocupar-se de fato com o entorno, a vizinhança, o meio ambiente.

A autora coloca que, aliada aos propósitos empresariais dos setores de construção, por exemplo, as narrativas da comunicação, em especial da publicidade, vêm criando nas pessoas a necessidade premente pelo novo, pelo moderno, pelo inovador, sem considerar o já existente e sua forma de funcionamento.

A inteligência, nestes casos, reduz-se a fatores técnicos e tecnocráticos nas cidades, acrescidos dos atributos qualitativos e de homogeneização conferidos pelas campanhas de comunicação e marketing. A narrativa de *smart city* fica, na maioria das vezes, focada na obrigatoriedade da atuação de *big players* do mercado de tecnologia para elaborar alternativas salvadoras, como discutem Söderström et. al (2014), ao analisar a estratégia comunicativa da IBM para implementação de projetos.

Smart cities, like creative cities, sustainable cities or livable cities are part of contemporary language games around urban management and development. These games involve experts, *marketing* specialists, consultants, corporations, city officials etc. and frame how cities are understood, conceptualized and planned. (SÖDERSTRÖM et. al, 2014, p.2)¹⁷

Na percepção de Hartley, não há como criar ou recriar regras perante as mudanças sociais e tecnológicas, pois são elas que estão comandando o ritmo, especialmente pela influência das mídias sociais, “que tem tido um efeito disruptivo, especialmente com o aumento de conteúdo criado pelo consumidor” da notícia/informação (HARTLEY, 2016, p.85). O ideário neoliberal, tão propalado pelos enunciados de comunicação sobre cidades inteligentes, traz em si a eficácia e modernização dos processos, a homogeneidade cultural e de identidade, a virtualização, o encurtamento de distâncias ao criar a noção de globalidade propagada na sociedade suprime das pessoas analisar como o processo de construção das

¹⁷ **Tradução nossa:** Cidades inteligentes, como cidades criativas, cidades sustentáveis ou cidades habitáveis fazem parte de jogos de linguagem contemporânea em torno da gestão urbana e desenvolvimento. Esses jogos envolvem especialistas, especialistas em marketing, consultores, corporações, autoridades municipais, etc., e enquadram como as cidades são entendidas, conceituadas e planejadas. (SÖDERSTRÖM et. al, 2014, p.2)

ciudades inteligentes pode vir a interferir em seu cotidiano de maneira invasiva e não somente como um processo de modernização, facilitador da melhoria de qualidade de vida.

É como se o moderno fosse invencível, sem nunca tê-lo sido, na visão de Latour (2009). A ciência se dividiu em caixas específicas perante o conhecimento e a falta dele, nas pesquisas e em outras áreas, até que em determinado momento percebeu-se a necessidade do envolvimento de outros campos do saber, para formar um mosaico de conhecimento mais abrangente.

Diante do referencial teórico sobre as cidades inteligentes, construído no Capítulo 1, pode-se observar que a defesa do uso de novas tecnologias da informação e comunicação é uma constante na bibliografia pesquisada, no entanto, o que diferencia os processos de implementação de uma *smart city* é como as TICs são introduzidas na realidade urbana e utilizadas em benefício do coletivo, em como se dá a inferência dos governos municipais e a postura dos meios de comunicação diante.

A grande deferência ao uso das TICs chega a ser de uma lógica funcionalista, como se as tecnologias adotadas nas cidades fossem solucionar todos os problemas urbanos e sociais. Ao contrário, como indicam Harvey (2013), Sassen (2013) e Rolnik (2018), as diferenças sociais só se acentuam em uma espécie de divisão entre a inteligência da urbanidade e a não inteligência periférica dos bairros localizados fora do perímetro central.

A qualidade de vida tão alardeada pelos conceitos sobre cidades inteligentes, pelo lobby de setores econômicos, dá lugar a um ecossistema no qual o cidadão é excluído de seu próprio *habitat*, argumenta Vanolo (2014). São tantas as suposições e imposições – tráfego inteligente, sistema de controle do transporte urbano, sistemas inteligentes para coleta de lixo, segurança inteligente, entre tantas outras, para que, a priori, haja redução de custos por parte do poder público e as empresas tenham direito sobre as informações pessoais dos moradores daquele local.

Para Santos (1989), a grande crise urbana na cidade de São Paulo teve início com a divisão da capital em guetos, fragmentos regionais, nos quais os pobres foram isolados, sem condições financeiras para adquirir habitações próximas de seus locais de trabalho. A desigualdade social teve continuidade, com as divisões feitas geograficamente, com as instalações de empresas em setores urbanos nos quais não havia espaço para a classe trabalhadora, além do mais, houve também uma corrida especulativa, por parte das incorporadoras imobiliárias para preservar locais para investimentos de alto nível e construções que, definitivamente, não atendiam às classes menos favorecidas.

A divisão setorial da cidade foi acentuando em larga escala a área periférica e distanciando em alta dimensão as classes sociais, adensando locais estratégicos, do ponto de vista de negócios e esvaziando outros, categorizados como menos importantes. Santos (1989) faz referência à solução dada pelo governo, em detrimento de uma política habitacional que pudesse atender à população, enobrecendo locais de seu interesse e empobrecendo os demais.

O sistema criado pelo governo federal para financiar habitações, o Banco Nacional da Habitação (BNH) surgiu para atender uma demanda premente por moradias mais baratas, com condições facilitadas para pagamento, porém, terminou por não atender às classes mais baixas, valorizou locais que se transformaram em regiões nobres em São Paulo, atraindo investimentos externos à localidade e distanciou, cada vez mais, a cidade das pessoas.

4.1. Tecnologias que unem e separam

Quem viveu a era da revolução tecnológica, pode participar de um período de transições que modificariam até mesmo as relações humanas. Os computadores encolheram, foram parar na palma da mão de quase totalidade da população brasileira. Em 2016, a Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE, demonstrou que 92,6% dos domicílios nacionais possuíam, ao menos, um aparelho celular móvel, enquanto 63,7% registravam um *tablet* em casa. Dos 21,2 mil domicílios pesquisados, 69,3% tinham acesso à Internet e este acesso era feito, em 97,2% dos casos, por aparelhos de telefone celular.

Ainda sobre o perfil do internauta brasileiro, a pesquisa TIC Domicílios 2017, realizada em uma parceria entre o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cgi.br), revelou a não inclusão de parcela significativa da população no acesso aos conteúdos da rede Web, mesmo com os dados citados anteriormente, que retratam índice de quase 100% de tecnologias móveis para obter o acesso à Internet.

Ou seja, a exclusão apurada no estudo sobre as TICs no domicílio do brasileiro representa que habilidade e conectividade não são sinônimos e as geografias em que o estudo foi realizado fazem diferença. Isto é, 95% dos internautas estão na região urbana, enquanto somente 5% residem em áreas denominadas rurais. Das áreas com maior acesso à Internet, a Sudeste lidera, com 69%, mas também estima-se que foi a localidade com mais domicílios sem acesso. A estimativa é de 9 milhões de lares no Sudeste e Nordeste sem conexão ao serviço de Internet.

Outro fator discrepante está nos usos da rede e na identificação dos perfis de usuários, analisada por Araujo e Reinhard (2018), retratando as habilidades de cada segmento.

Encontra-se como principais atividades realizadas na Internet a comunicação (55,8%); busca de informações (56,2%); multimídia, ou aquele que tem capacidade para fazer todas as atividades citadas (55,7%); educação e trabalho (63,3%); criação e compartilhamento de conteúdos (72,2%) e *download* (67,3%).

No que se refere ao cruzamento de dados sobre hábitos e perfis, os autores levaram em consideração as “taxonomias digitais recentes” (ARAUJO e REINHARD, 2018, p.33), que equivalem às habilidades técnicas e/ou intelectuais. Deste resultado, chega-se à conclusão de que quanto mais elevado o nível de escolaridade e renda, maior a interação e as habilidades técnicas e intelectuais para realizar ações na Internet. Isso representa que 35% dos internautas no País, cuja maioria encontra-se nas classes CDE e representam mais de um terço da população, não possuem habilidades para realizar tarefas na *Web*, enquanto apenas 20% seriam os experts, pertencentes, em sua maioria, às classes AB, parcela apta a realizar todas as ações.

De acordo com os pesquisadores, a classe social continua a ser determinante no fator discriminação, ao afirmarem que a população das classes C, D e E tende a ter menor grau de escolaridade e instrução, o que as faz terem restrições em habilidades digitais, enquanto integrantes das classes A e B possuem capacitação digital elevada.

Os achados desta investigação contribuem para uma maior compreensão do fenômeno da exclusão digital no Brasil, principalmente no que tange a evidência das desigualdades nos níveis de competências digitais e caracterização de uma tipologia de habilidades do internauta. Do ponto de vista da prática, tais resultados podem sugerir o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão digital focada nas características de grupos específicos, tais como ações que visem o desenvolvimento de habilidades de maior *capital-enhancing*¹⁸ e a disponibilização de serviços públicos em dispositivos móveis. (ARAUJO e REINHARD, 2018, p. 38, grifo nosso)

Possuir um aparelho de última geração, com infinitos recursos aplicativos para obtenção de informação e demais dados, não significa que a população possua conhecimento suficiente para realizar uma análise crítica sobre o que encontra. Hollands (2008) via a falta de habilidade digital, no lidar com equipamentos tecnológicos, como uma trava e um divisor social, associados ao fenômeno das cidades inteligentes.

A segregação, até então restrita a outros fatores, poderá vir a ser mais um dos atributos das *smart cities*, decorrente da exclusão de parte da população. Com base em demais autores,

¹⁸ Education and training that improves the economic development and intellectual potential of an individual

Hollands (2008) coloca que a cidade inteligente ou criativa pode se tornar algo ainda mais polarizado economicamente e também realizar mais um outro tipo de divisão social e cultural, entre aqueles que detêm conhecimento e são qualificados para desenvolver negócios criativos e os que não possuem iletrados digitalmente.

As literacias digitais descritas por Jenkins (2003) nos levam a crer que o homem está cada vez mais suscetível à tecnologia na palma da mão. O uso das TICs, preconizado há quase cinco décadas por McLuhan (1972), que previa um futuro no qual as máquinas formariam uma parte do humano, como sua extensão, ocorre através de ferramentas imprescindíveis no cotidiano, como fazem crer os discursos midiáticos, começando pela publicidade das empresas de telefonia móvel. É um setor que cresce a passos largos, sem se preocupar com o resultado da interação homem máquina, do ponto de vista social.

A visão disseminada nas estratégias de *smart cities*, dentro e fora do País, consideram cidadãos inseridos na condição digital, o que não reflete a realidade em muitos locais. O universo digital ainda está distante do conhecimento de muitos e quando se aplica a cidades inteligentes esses dados podem ser ainda mais intrigantes.

Essas são considerações que nos levam à indagação se as cidades inteligentes são mesmo para todos os cidadãos, não pelo fato destes não terem direito a elas, mas pela segregação imposta nos projetos realizados em parceria entre governo e setor privado, em uma espécie de afastamento daqueles que não possuem habilidades ou *skills*. A mesma analogia pode ser aplicada à esfera governamental, que a partir da lei de transparência passou a utilizar as TICs como ferramentas para que o cidadão se aproprie de seus direitos.

Para tornar eficientes seus processos administrativos e promover a governança digital, a complexidade sistemática foi levada para dentro dos governos, de forma unilateral, ao possibilitar que algum tipo de serviço seja realizado eletronicamente. Assim, o poder público melhora o tempo de resposta ao cidadão, no quesito serviços digitais, encarando-o como um cliente, sem preocupar-se com a interação do indivíduo com as novas tecnologias, menos ainda com as políticas que o levaram a ser encarados como um consumidor infocomunicacional, como coloca Lemos, A. (2012).

O cibercidadão, com uma série de aparatos à sua disposição, portais de transparência do poder público, dados abertos, serviços digitais com atendimento por inteligência artificial, tem à sua disposição as coisas que o tornam conectado, informado, inserido. São objetos, ou IoT, que ganham vida, ou, como Lemos, A. (2013) explicita, informação em rede. É o caso do relógio de pulso, cuja utilidade não seria mostrar somente as horas, mas sua função seria estar conectado a outros objetos, por sistema *Bluetooth*, conversar com outras máquinas:

computadores, smartphones, câmeras, para servir de mediador de mensagens, áudios de música, fariam análise de dados, teriam mapas em GPS.

Se analisarmos do ponto de vista tecnicista, os avanços não só atingiram patamares inimagináveis, nos últimos cinquenta anos, como ainda pode-se afirmar que o ser humano desconhece o universo digital descrito, como alerta Lemos, A. (2012):

Essa me parece ser uma das questões centrais da discussão sobre a Internet das Coisas: como compreender as novas qualidades dos objetos, seu novo eidos, já que essa mudança acarreta consequências importantes nas relações sociais (técnicas, conversacionais, culturais, pedagógicas, ambientais): melhoria da eficiência de gestão de coisas (questões de logística e automatismo industrial), de pessoas (questões de mobilidade, ações e perfis), de comportamentos (vigilância, controle, privacidade) e do ambiente (monitoramento das condições climáticas) (LEMOS, A. 2012, p. 24-25)

A esta virtualização de objetos, soma-se a questão da propriedade e privacidade que chega à cidade e, por conseguinte, ao cidadão, ou vice-versa. Ao dispor de dados pessoais, acessar aplicativos, adentrar ao ambiente de dados abertos.

4.2. O Poder da Mídia na Comunicação de Interesse Público

A consolidação da Democracia no Brasil e no mundo permitiu que o protagonismo das cidades crescesse e se multiplicasse na mídia. Os novos movimentos econômicos, com a ascensão do neoliberalismo, nas décadas de 1980 e 1990, deram o tom à comunicação de interesse público e ao jornalismo de serviços, que assumiria a vanguarda dos grandes veículos de comunicação, colocando as metrópoles em destaque.

As agendas da cobertura jornalística dos veículos de comunicação brasileiros têm sido preenchidas, de maneira recorrente, por grandes temas como a democracia, a inclusão social e a economia, acrescida de uma última temática, nos anos 2000: a corrupção, como relatou João Gabriel de Lima, ex-editor das revistas Bravo e Época, em seminário sobre Comunicação nas Cidades.

Em contrapartida, os órgãos públicos nunca estiveram tão em evidência nas coberturas jornalísticas como na última década. Os noticiários trouxeram e continuam desvendando esquemas de corrupção, mostrando ao público políticos que trocam delações por liberdade, além da falta de transparência por parte dos governos. Os jornalistas são desafiados a treinar um olhar perspicaz para a captura de informações, análise de dados, checagem em diferentes fontes, ética na questão informacional, traduzindo para o leitor/espectador/internauta os acontecimentos dos bastidores do poder público, de forma que as pessoas passem a assimilar os cenários que se descortinam à sua frente.

O público busca coerência nas informações e isto exige isenção, preparo profissional e consistência no que é divulgado, defende o jornalista e pesquisador Carlos Alberto Di Franco (2018). O esforço de comunicar, seguindo esta lógica, passa também pelo ato de decidir o que é ou não notícia, muitas vezes determinado pelas direções das empresas de comunicação, pela pressão ímpar do mundo corporativo e também pela ausência de informação por parte do poder público. “Precisamos fugir do show político e fazer a opção pela informação que realmente conta. Só assim, com didatismo e equilíbrio, conseguiremos separar a notícia do lixo declaratório”. (DI FRANCO, 2018, p.A2)

Dennis McQuail (2012) atribui aos *media* o poder de definir o que é público e o que é de interesse público no mundo contemporâneo. Em sua concepção, a comunicação de massas obedece a múltiplas lógicas – comercial, industrial, organizacional, tecnológica, cultural, política e informativa, que refletem em noticiários e redes sociais. Assim, temas de amplo interesse do público ou de interesse público podem não ser representados em notícias veiculadas pelos meios de comunicação. Ademais, interesses políticos e comerciais podem não corresponder à necessidade de informação ao público.

Observa-se que o jornalismo segue a agenda da sociedade, mas é igualmente responsável por formar essa agenda. De acordo com McQuail (1972), o conflito entre o interesse da mídia e o interesse do público sempre existiu e é em nome desse interesse público que as mediações entre a imprensa e a população acontecem.

Na literatura sobre comunicação pública e governamental, isso pode ser observado em minuciosa análise a respeito da construção da *Agenda-Setting*, influenciadora direta das vertentes políticas expostas em noticiários, dos interesses econômicos evidenciados em matérias jornalísticas, das pautas construídas pelo mundo corporativo e pelos veículos de comunicação, com a presença de políticas públicas e suas implicações.

Cobb, Ross e Ross (1976) sistematizaram três conceitos de *Agenda-Setting*: a) *Outside Initiative*; b) *Mobilization*; c) *Inside Access*, focados na atuação do poder público sobre a decisão de escolha sobre o que deve ou não ser discutido pela sociedade e, concomitantemente, integrar as pautas da comunicação pública. Com base em teorias anteriores e em observação nos noticiários dos Estados Unidos, principalmente da década de 1980, Dearing e Rogers (1996), realizaram nova leitura sobre a formação da *Agenda-Setting*, a partir do reposicionamento dos atores sociais na formação deste indicador de temas e no poder de influência em tomadas de decisões no poder público, na sociedade e nos veículos de comunicação. O estudo mapeou as seguintes categorias: a) *media agenda-setting*; b) *public agenda-setting*; c) *policy agenda-setting*, como se vê a seguir.

Quadro 04. Conceitos de Agenda-setting

Cobb, Ross e Ross (1976)	<i>Outside initiative</i> : grupos de fora do poder público (governos), que podem exercer articulação (lobby) e pressão quem faz ou vota as políticas públicas, podendo influenciar as agendas pública e formal
	<i>Mobilization</i> : é aquela em que os <i>policy makers</i> movimentam e mobilizam a população em torno de situações específicas
	<i>Inside access</i> : é a agenda oculta, na qual atores políticos tentam influenciar a sociedade, sem a sua atuação ou mobilização, diretamente na agenda formal
Rogers e Dearing (1996)	<i>Media Agenda-Setting</i> : os veículos de comunicação de massa priorizam os temas a serem divulgados
	<i>Public Agenda-Setting</i> : aquela que leva em consideração a importância do tema para o público e a opinião pública
	<i>Policy Agenda-Setting</i> : aquelas em que as políticas públicas são o centro das atenções, levando em conta todos os aspectos anteriores

Fonte: Elaborado pela autora.

A compreensão de tais conceitos é recorrente e necessária para compor a análise proposta por este estudo, de avaliar a composição da agenda de cidades inteligentes na comunicação realizada pela imprensa e pelo governo municipal de São Paulo.

Correntes teóricas sobre comunicação pública foram igualmente estudadas ao longo desta pesquisa, a partir de autores como Duarte (2007), que a descreve como a evolução da comunicação governamental, porém, ainda sob uma discussão acirrada sobre o conceito de comunicação pública no País. Estudiosos apontam para modelos, nos quais a Comunicação Pública abrange os setores públicos, as empresas estatais, as autoridades públicas – o Estado, considerando também outros ‘atores sociais’ como o setor privado, em meio ao processo, como mostram Kunsch (2013), Matos (in Oliveira, 2013), Brandão (2006) e Koçouski (2013).

Na pesquisa, considerou-se, desde o estado da arte, a abordagem dada pelo poder público, a imprensa e as empresas envolvidas à temática de cidade inteligente em São Paulo. No decorrer do estudo, observou-se que o discurso praticado, bem como a campanha em torno de transformar São Paulo num ecossistema inteligente e inovador, do ponto de vista tecnocrático e alinhado às iniciativas *up-to-date* no mundo, demandaria uma análise ainda mais acentuada com relação aos propósitos da comunicação pública.

Nota-se que o exercício da comunicação pública vem se modificando diante das exigências da sociedade em obter retorno sobre o poder público e das leis criadas pelo próprio governo. A abertura de dados em alguns canais de comunicação de órgãos públicos compõe

uma espécie de transparência assistida pela máquina do poder. Amparada pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), em vigor desde maio de 2012, a divulgação de dados de interesse público vem ao encontro de um dos objetivos das *smart cities*, que é o de ampliar o acesso à informação, com dados fideis à administração correspondente, formando assim um sistema de governança confiável.

Neste sentido, a prática da transparência na comunicação dirigida ao público é tão importante quanto às ações desenvolvidas pelo Poder Público, contexto que se insere na definição de comunicação de interesse público de Koçouski (2013)

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade (KOÇOUSKI, 2013, p.54)

Em cumprimento à lei citada, a prefeitura de São Paulo mantém, desde 2013, o Portal da Transparência, no qual devem ser publicados dados orçamentários: receitas, gastos com funcionários públicos, equipamentos, fornecedores de toda espécie, obras e serviços, investimentos em programas, projetos, visando o acesso à informação para o cidadão. Recentemente, a prefeitura de São Paulo instituiu a Política Municipal de Transparência e Dados Abertos, na forma de anteprojeto de Lei, para assegurar participação social, transparência, inovação tecnológica e integridade de dados para a sociedade.

Figura 10. Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo

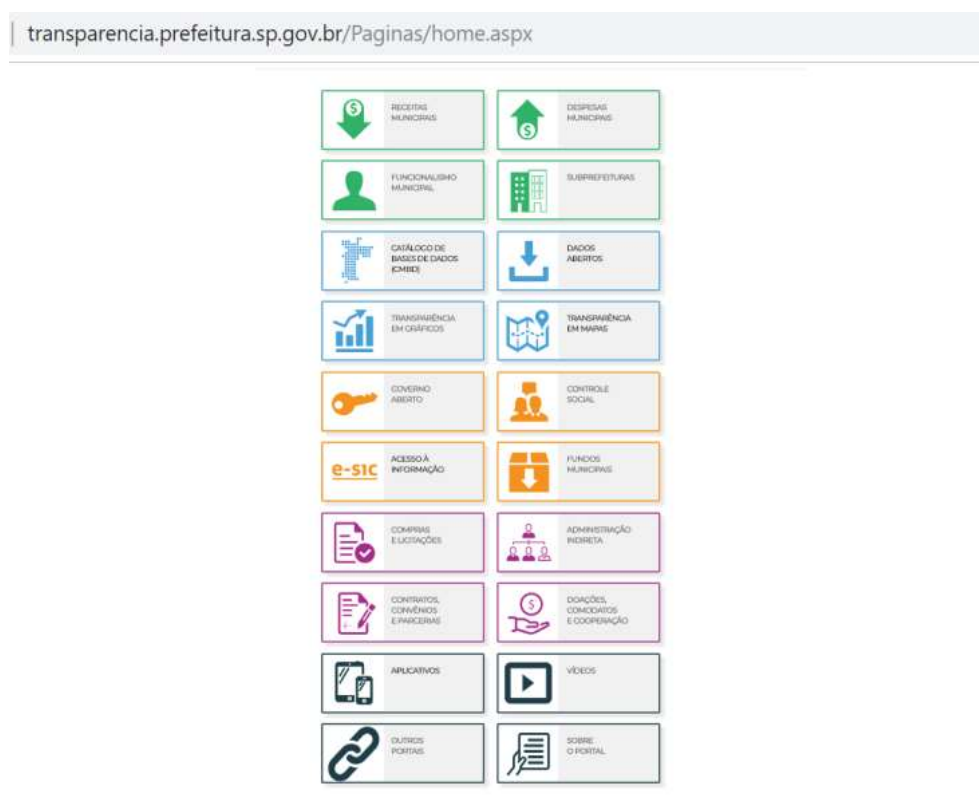
Como já abordado anteriormente, coloca-se a necessidade de esclarecer que, para ter acesso às informações – os dados abertos, o cidadão deve ter certa familiaridade com as TICs, acesso à Internet, aparato tecnológico e boa compreensão dos dados disponibilizados. A necessidade de compreender o que é a comunicação pública, suas competências, responsabilidades e contribuições, na visão de Zémor (2009), na comunicação pública, corresponde à troca e ao compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais, cabendo às administrações do Estado esta responsabilidade. O autor também destaca que o poder público deve comunicar, mas não sem uma atuação reflexiva, inclusiva e conscientizadora, a partir de uma comunicação cívica.

Os desafios habitualmente destacados pela comunicação pública são de três ordens: a vizinhança frequentemente ambígua com a política; a tentação de adotar as ideias que reduzem o cidadão a um turista ou cliente da coisa pública; a dificuldade em admitir, perante as mídias, que ela tem como missão específica o serviço ao público, garantindo relações de qualidade, com a finalidade de melhor preencher seu próprio dever de informar. (ZÉMOR, 2009, p. 190)

Potencializar a transparência do poder público em portais como o dos órgãos governamentais exige considerar um sistema de informação que atenda, de fato, todas as camadas da sociedade em busca de indicadores. Os dados abertos de órgãos governamentais exigem uma leitura atenta, entretanto, não é tão fácil fazê-la da forma que se apresentam. Até mesmo para quem trabalha com análises mais sofisticadas. Em recente estudo de Abdalla e Torres (2016), os portais de transparência ainda apresentam deficiência de compreensão por parte do internauta.

Pelo que se pode observar ainda há um hiato entre o que o público, tido como consumidor de serviços públicos, busca e o que o portal da prefeitura de São Paulo oferece. Muito embora o objeto de análise não seja o sítio da prefeitura, este canal de comunicação corrobora para que a comunicação pública seja eficaz, compreensível e disponibilize informações necessárias ao conhecimento e conscientização. Muitas vezes, nota-se nesses portais uma presença da comunicação espetáculo, em detrimento do que este tipo de ferramenta pode fazer para o fortalecimento social, como critica Debord (2007).

Figura 11. Tela Inicial do Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Portal da Transparência Prefeitura de São Paulo

No caso da prefeitura de São Paulo, a sistematização de dados utilizada no portal da transparência exige habilidades e capacitação, tanto do ponto de vista técnico, para encontrar as informações em códigos contábeis e de controle do próprio órgão municipal, quanto de análise de metadados, abrindo um precedente ainda maior para o abismo que se forma entre informação de interesse público. Percebe-se, também, que a disposição da área de acesso ao portal da transparência, que no site ocupa lugar de destaque, não tem o mesmo tratamento das notícias que irão gerar repercussão com o internauta, reduzindo a importância de um em detrimento da outra.

Igualmente importante diferenciar a comunicação política da comunicação pública e de interesse público. Enquanto a primeira está relacionada diretamente ao processo discursivo e ação dos governos, em busca de apoio e reconhecimento da opinião pública, a segunda trata de interesses comuns ao cidadão, da atuação dos setores público e privado, embora ambas possam estar conjugadas em ações comunicativas, como argumenta Duarte (2007).

Partindo, então, da premissa que a comunicação pública é a comunicação de interesse público e de que ela está estritamente ligada ao exercício da cidadania, Machado e Moreira avaliam como ocorre a cobertura jornalística e a promoção do direito dos cidadãos às

informações de interesse público em temas do Estado: “O paradoxo é que o jornalismo como negócio, apesar de ser regido pela lógica do interesse privado, é avalizado pelo público que o consome como guardião da informação de interesse público” (MACHADO e MOREIRA, 2005, p.119).

Pensamento compartilhado por Duarte (2007), ao assinalar que a imprensa é um dos principais atores no campo da comunicação pública, sem deixar de lado a dicotomia de seu papel na sociedade: “ela estabelece espaço público indispensável de informação, debate e formação da opinião na democracia contemporânea” (idem, 2007, p.4). Ao mesmo tempo, o autor fez significativa ressalva, de que seria exagero acreditar que somente a imprensa livre bastaria para tornar pleno o acesso à informação ou para concretizar a mediação social.

Há cerca de duas décadas, só se dispunha de meios impressos de comunicação, como os jornais, as revistas. Com a revolução causada pela Internet e, principalmente, pelas redes sociais, o jornalismo tem se apropriado da potencialidade de cada um desses canais, atendendo a um segmento de público que também produz conteúdo enquanto interage com suas mídias de preferência e atua como um ator-rede, traduzindo a ubiquidade da informação, como classificam Corrêa e Silveira (2017).

A produção jornalística também encontrou novos caminhos, tornou-se múltipla, permitiu o imediato, o instantâneo, o *online*, a interatividade, explorou formatos inovadores, saiu do analógico e ingressou na era digital, ampliou locais de fala, conectou e formou a uma espécie de teia, a aldeia global, antecipada por McLuhan (1972), ao falar sobre a formação das redes mesmo antes da criação da Internet e da interatividade permitida pelas mídias digitais. A “mídia, antes de ser comunicação é espaço” (SANTOS, 2006, p. 74), haja vista que a percepção do espaço mantém relação com a velocidade das pessoas, das mensagens e das coisas.

Porém, do mesmo modo que captam informações e disseminam narrativas que constroem o imaginário cultural das cidades, os meios de comunicação passaram a captar e divulgar o “descontentamento dos habitantes das cidades” (CANCLINI, 2008, p.20), por meio da fragmentação da notícia, que relata o diário da periferia aos grandes centros, invertendo e subvertendo a ordem da informação. Com a comunicação de interesse público, presente no jornalismo, não é diferente, as mensagens divididas em compartimentos, como reflete Latour (2009), levam o consumidor-leitor-cidadão a um patamar fragmentado de compreensão da realidade, sem formar um conjunto de conhecimentos para uma análise crítica do saber.

O que antes era praticamente impossível, hoje integra uma nova forma de narrativa e de difusão, seja por meio de aparelhos celulares (os *smartphones*), com suas câmeras,

aplicativos e acesso à Internet, que permitem rápida propagação do aqui-agora, até então restritos aos meios radiofônicos e televisivos, pulverizando a informação em *frameworks*, que se abrem simultaneamente, até mesmo fazendo uma alusão aos portais de comunicação porém, com amplitude global, atravessando a lógica do espaço e tempo.

4.3. As narrativas em torno das cidades inteligentes

As coberturas jornalísticas sobre cidades deveriam preencher lacunas que a comunicação pública – dos governos - deixou para trás, porém, o noticiário é (re)produzido para valorizar assuntos que se repetem, inclusive em veículos concorrentes. O pesquisador em Políticas Públicas e criador da editoria de mesmo nome no jornal Valor Econômico, Luciano Máximo, considera a cobertura sobre cidades “insuficiente e pouco reflexiva”, dada as agendas jornalísticas não abarcarem a quantidade e a complexidade de temas e não gerarem em seu público a capacidade de formar consciência crítica.

As escolhas da cobertura jornalística sobre as cidades [feitas] acabam sendo repetitivas e superficiais, devido ao excessivo olhar objetivo e à falta de acompanhamento da evolução história sobre um fato [...] Exemplo: Plano Diretor de São Paulo foi aprovado em 2014. Que notícia temos sobre a evolução de sua implementação? Como ela está impactando o desenvolvimento da cidade e seus atores? (MÁXIMO, 2017, entrevista)¹⁹

Corroborando com a declaração, Pessoni (2005), em sua análise sobre a produção jornalística nos Estados Unidos e como o leitor-cidadão-consumidor é encarado pelas atuais linhas editoriais. O autor destaca a necessidade de encarar o jornalismo como exercício de direito à cidadania, incluindo o cidadão como protagonista e não somente como mero receptor de informações, modelo que tende a ser cada vez mais exigido pela sociedade.

O exercício da cidadania fica implícito no papel da comunicação de interesse público protagonizada pelo Estado, como demonstra Duarte (2007), ao discorrer sobre a relevância das organizações públicas e privadas levarem em consideração o que realmente é importante do ponto de vista do cidadão, o que lhe traz benefícios, mudanças e precisa ser informado de maneira clara, precisa e fiel à realidade. Para o autor, a comunicação pública permite que ocorra o espaço para o debate e a intervenção do público a quem a comunicação se destina.

Rourke (1966) depara-se com as mesmas questões ao examinar o conceito de interesse público. O cientista político nota que os esforços em pressionar o poder público, para obter informações sigilosas, teve início com um movimento da imprensa juntamente com a comunidade acadêmica. Em seu raciocínio, o público tem “um profundo interesse no livre fluxo de informação e, portanto, em uma imprensa livre” (idem, 1966, p.30) compondo uma

¹⁹ MÁXIMO, L. in entrevista concedida a Regiane M.S.Bianchini em nov. 2017.

aspiração comum e frequente por parte de estudantes de política, imprensa, jornalistas e o poder judiciário.

O público tem uma posição óbvia sobre o desempenho eficaz do legislativo, como o faz na disponibilidade de informações nas mãos de funcionários executivos para os meios de comunicação em que as pessoas dependem do conhecimento sobre os assuntos do governo. E o público não tem menos interesse em manter abertos os canais de comunicação sobre os quais pode-se dizer que o progresso econômico da sociedade depende. (ROURKE, 1966, p.31)²⁰ (tradução nossa)

Outro viés da pesquisa reside na dependência das redações, em relação às assessorias de imprensa de órgãos oficiais de comunicação, para obter informações. Machado e Moreira (2005) questionam a recorrência de tal comportamento por parte dos profissionais de comunicação que atuam em redações e utilizam, frequentemente, como fontes únicas, as assessorias de imprensa e agências de notícias do governo. Com base em dados fornecidos pelas áreas de comunicação de órgãos públicos municipais, no caso, a prefeitura de São Paulo, será possível estabelecer um parâmetro sobre como são tratadas e exploradas as notícias sobre o tema cidades inteligentes.

Se essas são premissas para que a comunicação de interesse público ocorra de fato, devemos refletir como os governos vêm se comunicando com o seu público-alvo: o cidadão. Lima (2017) argumenta que todos os temas começam a ser discutidos nas cidades, independentemente dos papéis representados por quem pratica o discurso.

Da mesma forma que as pessoas se aglomeraram em grandes centros urbanos, também os meios de comunicação caracterizados por Canclini, nas figuras do rádio, da televisão e da imprensa, passaram a construir uma nova imagem para as metrópoles, difundindo-as mesmo para quem se encontrava fora dessa realidade, como também coloca Santos (1996).

O autor sugeriu que o rádio e a televisão, à época, levavam “a cultura a 97% dos lares” (CANCLINI, 2008, p.20), independentemente de sua localização geográfica, sugerindo a teoria de que “a caracterização socioespacial da megalópole deve ser completada com uma redefinição sociocomunicacional” (CANCLINI, 2008, p.20), com as comunicações no papel de rearticuladores dos meios no desenvolvimento das cidades.

Enquanto atores políticos, as cidades ganham destaque, mas se expressam melhor quando conseguem realizar a articulação entre suas administrações e os demais atores sociais

²⁰ **Texto original:** *The public has an obvious stake in the effective performance of the legislative task, as it does in the availability of information in the hands of executive officials to the media of communications upon which the people depend for knowledge concerning the affairs of government. And the public has no less an interest in keeping open the channels of communications upon which the economic progress of society may be said to depend.* (ROURKE, 1966, p.31)

e econômicos – setor privado, sociedade, com objetivos variados, como colocam Borja e Castells (1996). Por isso, a importância de haver políticas públicas que contemplem a participação de todos no processo de implantação das *smart cities* é tão discutida.

4.4. Popularização do Conceito de Smart City

Na maioria das vezes, as soluções de empresas responsáveis por soluções tecnológicas ou de governança são “empurradas” goela abaixo aos gestores municipais, dando a impressão de que sua efetividade/eficácia seria o remédio para todos os problemas da cidade. É assim com as soluções dadas à mobilidade urbana, gestão da saúde, segurança, educação, sem contar com demais problemas encontrados na metrópole. Geralmente, isso ocorre num esquema *top down*, deixando de lado a construção de propostas ou projetos com a participação cidadã.

A implementação de iniciativas públicas não implica que, no decorrer do processo, a população foi, está sendo ou será ouvida, e o mesmo pode afirmar-se sobre a comunicação existente em canais oficiais das prefeituras, bem como nos noticiários analisados, reforçando a “teoria do interesse comum”, baseada em Held (1970) e reflexionada por McQuail (2012), que retrata a vontade da maioria.

Se de um lado há uma imprensa ávida por temas *up-to-date*, que possam compor pautas a serem desenvolvidas em seus noticiários, do outro está o poder público que deseja repercutir positivamente atos realizados em sua gestão, sem se importar em transformar dados em um sistema transparente de comunicação e informação em conhecimento, ou que este conjunto possibilite a formação da consciência coletiva e cidadã.

A junção nem sempre traz resultados positivos para o público, pois a popularização do termo cidades inteligentes vem seguindo o mesmo trajeto em muitas esferas governamentais, no Brasil e no exterior. Os discursos de cidade inteligente, como classificam Söderström et.al (2014), provêm de uma tríade: governos, empresas de tecnologia e o marketing em torno delas, produzido sob medida por especialistas em comunicação e, geralmente, absorvidos pela mídia.

É o caso da cidade de Santander, na Espanha, apesar da ampla participação cidadã na elaboração do plano estratégico da cidade. Bayo (2017) admitiu que a comunicação com a população ainda hoje deixa a desejar. Para ter ideia, desde a primeira etapa de implementação do projeto, cuja duração foi de dois anos, até o presente momento, e num período de cerca de dez anos, as pessoas ainda não sabem qual é o conceito *smart city*. O geógrafo afirmou que se os habitantes de Santander forem indagados sobre o significado de cidade inteligente, dirão: “Sei lá...deve ser um projeto do prefeito[...] sei lá”. (BAYO, 2017)

Este é um dos aspectos que vem ao encontro da proposta desta pesquisa e também está fundamentado em estudos realizados por Silva (2012; 2016), sobre “processos geográficos comunicacionais”. Em suas análises, o autor traça um paralelo entre os modelos globais de comunicação utilizados em projetos de *smart cities*, geralmente capitaneados por conglomerados de tecnologia e demais empresas envolvidas nestes processos e a redução de exposição do tema na mídia no último triênio (2014-2016).

O estudo de Silva (2016) baseia-se na obra de Milton Santos para desnudar a questão da cidadania, a partir dos espaços geográficos e não-geográficos, da construção de identidade nas cidades, da forma como a comunicação é tratada local e globalmente. Um exemplo disso está no desconhecimento das pessoas com relação ao tema *smart cities* em cidades globais do Reino Unido. De acordo com o autor, estudo por amostragem, realizado com 531 pessoas e publicado em maio de 2016, pelo *Institution of Engineering and Technology* (IET) do Reino Unido, indicou que apenas uma em cada cinco pessoas sabiam o que era *Smartcity*.

Pelas análises de Söderström et.al (2014), Vanolo (2014) e Hollands (2008), a prevalência dos conceitos pré-moldados pelo mercado, e leia-se por mercado as gigantes que vendem soluções de inteligência para as cidades, como IBM, Cisco, Accenture, Cisco, Siemens, Ericsson, continua na oferta das soluções que farão de qualquer cidade um lugar melhor para se viver, com soluções tecnológicas classificadas como *smart* e o refino de termos técnicos que ganham as ruas, mas sem a preocupação de considerar culturas locais.

Se analisarmos os descritivos de cidades inteligentes feitos pelas empresas, como simples material de informação para compor catálogos, reuniões e suporte a técnicos, não veremos nada além de um conceito que se repete em todas elas. No entanto, se olharmos com um pouco mais de rigor às mensagens contidas nos conteúdos, observaremos que seu sentido informacional se destina a construir um novo estilo hegemônico de vida urbana.

Curiosamente, voltamos ao ponto da inserção do cidadão em um novo tipo de comunidade, ou cidade, em que não são respeitadas as individualidades, mas sim a interação do homem com a máquina, por meio do marketing de experiência, que chega a ser fantasiosa de maneira calculada, como analisam Agostinho (2013) e Brandão (2016). São as experiências com aplicativos, carros autônomos, controles de tráfego, câmeras de segurança, entre inúmeras outras facilidades que têm feito pessoas interagirem nesse novo ambiente urbano proposto pelas cidades inteligentes.

Rolnik (2018) expõe que há dúvidas em relação a esse experimento por parte da sociedade, quando ela é direcionada a obter um resultado específico. É como se o universo a que se destinam as cidades inteligentes, cheias de soluções tecnológicas e cidadãos

mediatizados, fosse uma realidade paralela, aquela que se vê em meio a algoritmos, sistemas de securitização e de controle, nos quais as pessoas são mais um número, uma fonte de dados que compõem um grande banco de informações a serem utilizadas a serviço de um complexo hegemônico, com interesses bastante definidos, porém, desconhecidos do grande público, no caso o cidadão.

Figura 12. Conceitos corporativos

QUADRO CONCEITUAL EMPRESAS		
EMPRESAS	CONCEITO	ABORDAGEM
IBM	Cidades Inteligentes são aquelas que fazem uso otimizado de informações interconectadas para entender e melhor controlar operações e recursos. Essa é uma definição do ponto de vista dos dados. Tudo é integrado em uma só plataforma, que permite o gerenciamento eficiente dos serviços. → Precisam de envolvimento de stakeholders para dar certo (universidades, empresas, ONGs). → Construídas com base em planejamento. → Devem otimizar a utilização de recursos. Voltadas para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos	<i>bottom-up</i> (de baixo para cima) <i>top-down</i> (de cima para baixo) No caso da aplicação <i>bottom-up</i>, as cidades trabalham com dados de sensores instalados pela cidade, câmeras de monitoramento, redes sociais, dentre outros. Ou seja: as decisões são tomadas de acordo com as atitudes e o pensamento dos usuários. Esse formato é muito utilizado nas grandes cidades que buscam tornar seus serviços inteligentes porque é uma questão de adaptação.
CISCO	Cidades inteligentes são aquelas que adotam "soluções escaláveis que tiram vantagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para aumentar a eficiência, reduzir custos e melhorar a qualidade de vida".	Soluções integradas, blueprint, com foco em educação e capacitação
ACCENTURE	Cidade inteligente = cidade que oferece serviços aos cidadãos e empresas de uma maneira integrada, com uso eficiente de recursos e permite colaborações inovadoras para melhorar a qualidade de vida dos habitantes e apoiar o crescimento da economia local e nacional	Disrupção tecnológica Convergência <i>Simphonologie</i>: fazer negócios como se faz música
ERICSSON	Cidade inteligente é aquela que consegue reunir três pontos fundamentais: - Infraestrutura - Planejamento - Inteligência de pessoas empreendedoras e criativas E por meio destes fatores a empresa está criando soluções para melhoria de qualidade de vida nos grandes centros urbanos Utilizam como exemplos semáforos inteligentes, prédios integrados, sustentabilidade e consciência social se unem em um mesmo pacote para implementar soluções para as cidades	<i>Industry Internet of Things (IIoT)</i>

Fonte: Elaborado pela autora

No capítulo 4, exploramos o aporte teórico dos métodos utilizados para a reunião dos dados, compilação e sistematização de notícias, bem como, o percurso para a realização da análise das notícias.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Para análise da pesquisa documental realizada para este trabalho, o método adotado foi a análise de conteúdo (AC), com fundamentos em Bardin (2011 e 2016); Fonseca Jr. (2009); Gil (2016); Krippendorff (1990) e Lozano (1994), para avaliação documental de materiais de imprensa, no caso, as matérias publicadas entre janeiro de 2017 e outubro de 2018 sobre o projeto de cidade inteligente na cidade de São Paulo. Embora o estudo apresente elementos quantitativos, seu caráter é qualitativo, de natureza empírica, em nível exploratório, no qual predomina a análise do objeto em questão.

Segundo Gil (2016, p.27), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. O autor também considera que este tipo de estudo envolve o levantamento de bibliografia, documentos, entrevistas não estruturadas e estudos de caso.

Com relação ao levantamento documental a partir das informações disponíveis nos sites dos órgãos públicos e páginas de mídia eletrônica pesquisada, corrobora Gil (2016), ao afirmar que há dois tipos de fontes documentais.

Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, ou de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2016, p.51)

Seguindo o raciocínio de Krippendorff (1990) para a análise de conteúdo, deve-se considerar durante o processo a forma como os dados se apresentam para sua análise, o contexto das informações, o conhecimento sobre o tema, o objetivo, a inferência e os critérios estabelecidos para a análise. Para seguir esse critério, foram levantadas todas as notícias elaboradas pela Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) municipal que continham a *tag*²¹ cidades inteligentes, no período já mencionado. O mesmo foi realizado com notícias dos sítios de notícias G1, Estadão e UOL, com o assunto desenvolvido pela prefeitura.

Corrobora com este entendimento, a concepção de Bardin (2016, p.37) sobre a análise de conteúdo, a qual pode ser definida como um conjunto de diferentes técnicas para análise

²¹ *Tag* – a tradução literal do inglês para o português da palavra *tag* é etiqueta. Na Internet, *tag* é uma palavra-chave, como uma forma de organizar e classificar informações. Fonte: site Tec Mundo, disponível em <https://www.tecmundo.com.br/navegador/2051-o-que-e-tag-.htm>. Acesso em 25 jan. 2019.

das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores “que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44). Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens.

A autora descreve como fases da análise de conteúdo os seguintes passos: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 125). Entende-se neste caso como análise de conteúdo o que está contido em mensagens, no caso deste estudo as notícias da prefeitura de São Paulo e matérias publicadas pelos sites de notícias G1, Estadão e UOL, no período descrito e de acordo com a relevância dos temas preestabelecidos no início da pesquisa.

Na primeira fase, de pré-análise, foram formuladas entrevistas com fontes de informação que participam do processo produtivo de notícias, não especificamente dos veículos pesquisados, e também de profissionais que se inserem no ecossistema das cidades inteligentes, participando da regulação de políticas do mundo digital, da realização de eventos sobre o tema ou no atendimento a empresas que participam de projetos de implementação de *smart cities*.

Este momento serviu para delinear que tipo de abordagem a pesquisa teria, focando para a questão do conteúdo comunicado pela Prefeitura e sua repercussão na mídia, não pela simples monitoramento de mídia, mas pelo olhar crítico sobre a produção das notícias nas cidades e o viés publicitário que vem tomando a cada dia.

Somada a esta preocupação, o estudo vai ao encontro do pensamento de López (2010, p.4-5), cuja análise dos conteúdos e sua produção passam por “intermediários que conferem à comunicação um sentido compreensível e apreensível”, para depois a informação chegar ao público-alvo, no caso, o cidadão-leitor-internauta.

5.1. Objetos da Pesquisa

As cidades inteligentes vêm ocupando espaço nas pesquisas acadêmicas, nos noticiários e na vida das pessoas. O conceito ainda em construção, como enfatiza Caragliu (2018), suscita pesquisas que tenham o viés da comunicação de interesse público por parte dos órgãos públicos e a da imprensa.

Assim, como delineado no estudo, a pesquisa está centrada em analisar a comunicação realizada pela prefeitura de São Paulo sobre o projeto de cidade inteligente para a Cidade e seus desdobramentos na imprensa, por meio dos portais de notícias G1, Estadão e UOL. Desta forma, foram das notícias sobre o tema e a repercussão em matérias jornalísticas, para

averiguar se a comunicação contempla a divulgação dos conceitos de cidades inteligentes e realiza uma análise mais aprofundada sobre o tema.

5.1.1. *A cidade de São Paulo*

A cidade de São Paulo é hoje uma das metrópoles mais importantes, ricas e populosas no mundo. Dados do IBGE (2017) demonstram que a capital paulista possui atualmente 12 milhões de habitantes, “maior do que muitos países, como Grécia, Finlândia e Portugal. Atualmente, 65% dos grandes grupos internacionais estabelecidos na América Latina têm sede aqui” (SP NEGÓCIOS, 2018, *online*)²². Fundada em 25 de janeiro de 1554, o município possui 19,8% na participação das exportações do estado de São Paulo e 18% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,805, enquanto a renda *per capita* do município chega a pouco mais de R\$ 1,5 mil reais, sendo que somente 20% da população possui o ensino superior completo.

5.1.2. *A Comunicação na Prefeitura*

Tendo em vista que, atualmente, com a produção em meios digitais *online*, cada vez mais proeminentes, não são somente jornalistas que divulgam e tornam públicas informações, mas todo ator social que desenvolveu habilidades para fazê-lo, o que tem ocorrido com frequência nas redes sociais. E entenda-se por aquele que pode utilizar as novas tecnologias a seu favor: o cidadão comum, as corporações, os governos e assim por diante, colocando em prática o dar publicidade a assuntos de interesse público.

Figura 13. Sítio da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo

²² SP Negócios é a agência municipal para alavancar negócios na cidade, cujo site tem o mesmo nome. Disponível em <http://www.spnegocios.com>. Acesso em dez. 2018

O site da prefeitura de São Paulo apresenta ao público informações de interesse do cidadão e mantém por obrigatoriedade de lei (LAI), um conjunto de dados sobre cada passo da prefeitura. Todo cidadão tem o direito de saber os valores gastos com folha de pagamentos de funcionários, fornecedores, equipamentos, obras e serviços e, por este motivo, as prefeituras de localidades com mais de 50 mil habitantes são obrigadas a tornar públicas estas informações, assim como as receitas e como os recursos são investidos.

O que ocorre, como já enfatizado neste estudo, é que a grande maioria das pessoas ainda desconhece este serviço, bem como possui dificuldades em fazer uma leitura analítica sobre os dados informados pelos órgãos públicos. A Secom, da Prefeitura de São Paulo, também faz este papel ao divulgar informações que são de interesse do público, entretanto, a abordagem de assuntos públicos – que deveriam ser informadas de maneira clara, de acordo com o que o público quer saber, ainda deixa a desejar, principalmente com a abordagem.

O órgão responsável pela comunicação da Prefeitura, de acordo com o Diário Oficial do município, tem competências e atribuições específicas, o que é estabelecido por lei, como demonstrado na sequência, desde propor diretrizes para a política de comunicação da municipalidade, bem como toda a rotina de um departamento, assessoria, área de comunicação de interesse público.

Figura 14. Competências e atribuições da SECOM

- **Compete ao Secretário Especial de Comunicação:**
- I - propor diretrizes da política de comunicação da Prefeitura do Município de São Paulo;
- II - coordenar e supervisionar as ações de comunicação, imprensa, publicidade e programas informativos da Administração Pública Municipal, inclusive das empresas públicas municipais e das sociedades de economia mista das quais o Município seja acionista majoritário;
- III - prestar ao Prefeito o suporte necessário ao desempenho de suas atribuições, na área relativa à política de comunicação do governo;
- IV - pesquisar e estudar os assuntos de interesse da Administração e da população, que devam ser divulgados pelos meios de comunicação, propondo ao Prefeito alternativas de orientação e ação, efetuando essa divulgação, quando pertinente;
- V - estabelecer contatos com os órgãos de comunicação, visando a divulgação dos atos da Administração Pública Municipal e informar a opinião pública sobre matérias de interesse dos munícipes.
- **Legislação Aplicável**
- A competência da SECOM está prevista nos seguintes atos normativos:
- Lei municipal 13.166 de 05 de julho de 2001.
- Decreto municipal 46.856 de 26 dezembro de 2005.
- Decreto municipal 46.957 de 31 de janeiro de 2006.
- Decreto municipal 55.410 de 14 de agosto de 2014.
- Decreto municipal 55.583 de 10 de outubro de 2014.
- Decreto municipal 57.576 de 01 de janeiro de 2017.

Fonte: Diário Oficial do Município de São Paulo

São ainda de responsabilidade da Prefeitura a divulgação de toda evolução registrada no Programa de Metas 2017-2020, pelos meios de comunicação estabelecidos pela Lei Orgânica do Município. Assim, o prefeito em exercício deverá prestar contas à comunidade, conforme o parágrafo 1, da emenda à lei orgânica, de número 30:

§ 1º O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial da Cidade no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo. (EMENDA 30, Lei Orgânica do Município de São Paulo, 1990)

A meta para a Comunicação, no plano diretor 2017-2020, é a de duplicar o número de visualizações do portal da Prefeitura de São Paulo, que em 2016 chegavam a 34,5 milhões, para 69 milhões e atingir o dobro do número de seguidores em mídias sociais institucionais, saindo de 300 mil para 600 mil. Até julho de 2018, o site obteve 46,8 milhões de acessos, enquanto as redes sociais chegaram a 379,7 mil seguidores. De acordo com o programa de metas, a prefeitura espera que haja um ganho de efetividade na comunicação entre o órgão público e a população, “bem como o aperfeiçoamento da oferta de informações de interesse público aos cidadãos, por meio dos espaços digitais institucionais”, no caso o site e as redes sociais oficiais.

5.1.3. *Portal de Notícias G1*

A pesquisa não teve acesso à política adotada para a divulgação de ações da prefeitura para a imprensa, bem como as regras ou ferramentas utilizadas para o contato com jornalistas. Por este motivo, o estudo se ateve ao portal de notícias já citado.

No ar desde 2006, o G1 possui uma audiência de 52,8 milhões de visitantes únicos, 510,4 milhões de páginas vistas/mês. O perfil do internauta que visita o portal é de 61% classes A e B, 36%, classe C e 3% D e E, sendo 59% entre 15 e 34 anos; 21% de 35 a 44 anos e 11% dos 45 aos 54 anos. Os internautas se dividem em 49% mulheres e 51% homens. O site de notícias cobre os seguintes temas: “economia, política, tecnologia, concursos e empregos, educação, carros, ciência, saúde e cultura, além do mais completo noticiário nacional e internacional”. (G1, 2018, *online*)

Em sua política de redação, o G1 preconiza que os atributos da informação de qualidade são: isenção, correção e agilidade. O veículo de comunicação tem como missão:

O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. (G1, 2018, *online*)

5.1.4. *Portal de Notícias Estadão*

Foi em 1998, que o portal Estadão unificou seus três sites (Agência Estado, Jornal da Tarde e Estadão) para dar origem ao portal atual, em 2000. Seu público é de 31 milhões de visitantes, com 132,8 milhões de *page views*. A predominância de internautas está nas classes AB, 62%, com ensino superior, 84%, sendo 54% homens e 46% mulheres. Mais da metade da audiência do portal encontra-se na faixa etária entre 20 e 39 anos. De acordo com as informações constantes de seu site, a linha editorial do Estadão tem o seguinte foco:

[...] cobertura dos poderes, políticos, econômicos e culturais. Acompanhá-los e informar a sociedade sobre seus atos é, desde a sua criação, a principal missão do jornal. Sem perder de vista a cobertura de assuntos e os serviços que nossos leitores precisam (MÍDIA KIT ESTADÃO, 2016, p.7)

5.1.5. *Portal de Notícias UOL*

Pioneiro na produção de conteúdo jornalístico *online* no País, o portal UOL (www.uol.com.br), no ar desde 1996, conta com o trabalho de mais de 300 profissionais de imprensa, em um pool de parcerias com outros veículos de comunicação, 400 no total, entre eles: Folha de S.Paulo, Band, Discovery, ESPN, RedeTV e Jovem Pan.

A audiência de 1,3 bi de acessos mensais provém dos 145 milhões de usuários mapeados, em mais de 17 milhões de *page views*. O perfil do leitor do UOL é de 65% de homens e 35% de mulheres, com alta renda (Classe AB) 36% e emergentes (classe C) 64%. Destes, 42% têm mais de 35 anos, 42% concentram-se na faixa entre 18 e 34 anos. A lista de produtos oferecidos com a marca UOL é extensa e vai desde registro de sites até seguros e sistemas de pagamento para cartões. (MÍDIA KIT UOL, 2018, *online*)

5.2. Coleta de Dados

Previamente à coleta de dados dos veículos de comunicação já mencionados e da prefeitura de São Paulo, foram entrevistados jornalistas e houve participação desta pesquisadora em dois eventos sobre Cidades Inteligentes e Comunicação, realizados em São Paulo, nos anos de 2017 e 2018. Reforçamos que as entrevistas semiestruturadas serviram como base para a análise crítica deste estudo. Os relatos foram realizados pessoalmente ou a

distância, o que exigiu o uso de mídias para gravação como o *WhatsApp*. Também houve casos em que as entrevistas começaram pessoalmente e continuaram por e-mail, o que consta dos apêndices.

Foram entrevistados os profissionais de imprensa André Palhano, Luciano Máximo e Priscilla Tavollassi e em participações em eventos nos quais estiveram o advogado Ronaldo Lemos e os jornalistas André Trigueiro, João Gabriel de Lima, cujo breve perfil segue adiante:

Quadro 05. Perfil das Fontes de Informação

Nome	Profissão	Área de atuação
André Martins Palhano	Jornalista	Idealizador da Virada Sustentável, com início na cidade de São Paulo.
André Trigueiro	Jornalista	Professor e pesquisador na área de Sustentabilidade, responsável pelo programa Cidades e Soluções, GloboNews.
João Gabriel de Lima	Jornalista	Coordenador de Jornalismo no Insper, ex-editor das revistas Época e Bravo
Luciano Máximo	Jornalista	Mestre em Políticas Públicas, idealizador do caderno de mesmo nome no jornal Valor Econômico.
Priscilla Tavollassi	Jornalista	Gerente de RP em empresas de tecnologia
Ronaldo Lemos	Advogado	Responsável pelo <i>Creative Commons</i> no Brasil, fundador do ITs Rio e responsável pelo grupo que criou o Marco Civil da Internet.

Fonte: Elaborado pela autora

Inicialmente, havia a intenção de entrevistar os responsáveis pela comunicação na Prefeitura, na SECOM. Sendo assim, foram realizadas oito solicitações por e-mail e inúmeras ligações telefônicas, mas, diante do período eleitoral que se aproximava não houve retorno para prosseguir com as entrevistas. Após a eleição, novamente em contato com a prefeitura, formalmente, não recebemos retorno favorável. Para que a pesquisa não sofresse impacto maior, foram solicitadas informações pelo portal da Transparência, no que foi prontamente atendido com o *link* que levava às notícias sobre o tema pesquisado, conforme figuras 15 e 16.

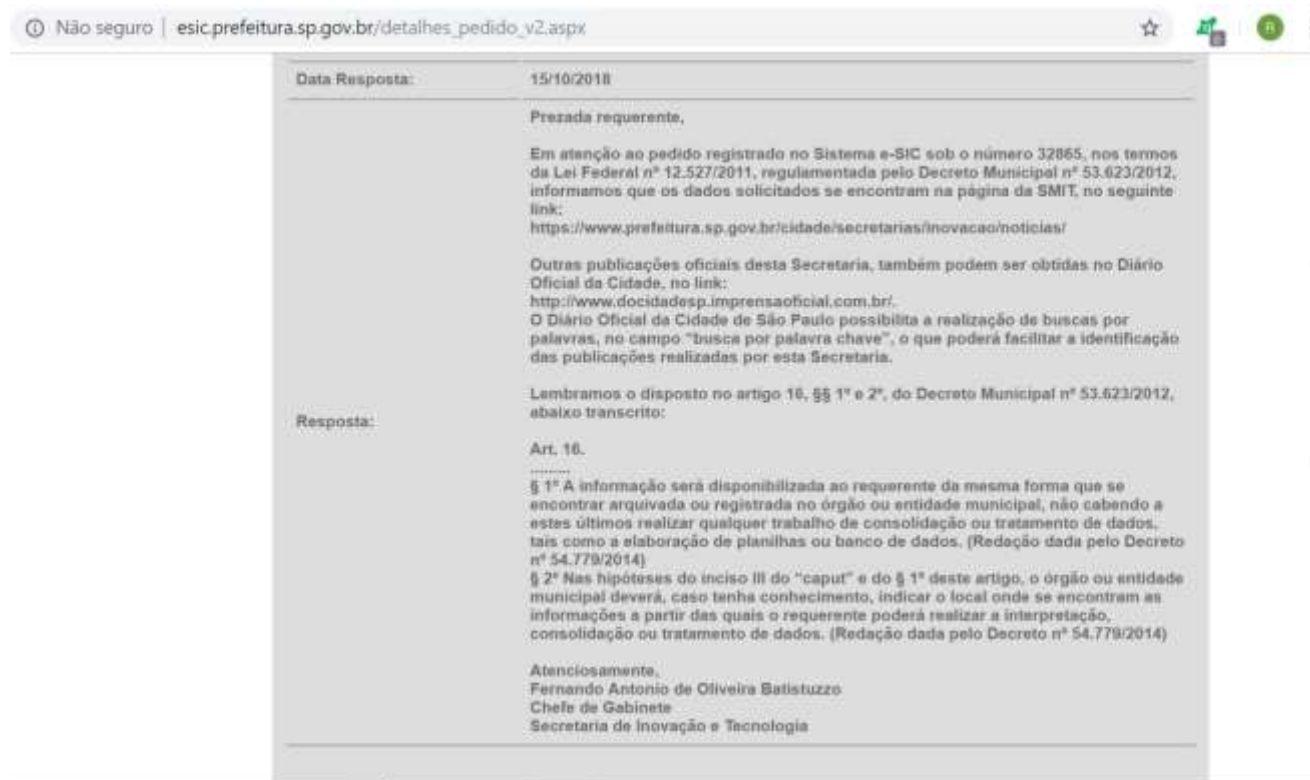
Figura 15. Pedido e-sic sobre material de divulgação - cidade inteligente em São Paulo



Fonte: E-mail recebido pelo sistema e-SIC

A mesma conduta foi adotada em relação à Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação (SMIT), responsável em implementar o projeto de *smart city* em São Paulo. Foram remetidas perguntas em um roteiro semiestruturado para entrevista com o secretário Daniel Annenberg, porém, “por motivos de agenda”, ele não poderia me receber ou responder as perguntas por qualquer outro canal eletrônico. Além disso, as páginas foram removidas temporariamente, devido ao período eleitoral, retornando somente após o segundo turno das eleições para o governo estadual.

Figura 16. Resposta e-sic sobre material de divulgação - cidade inteligente em São Paulo



Fonte: E-mail recebido pelo sistema e-SIC

Para avançar com a pesquisa, foram coletados materiais encontrados nos veículos oficiais da Prefeitura de São Paulo e também nos sites de notícias já mencionados. No sítio da prefeitura foram capturadas todas as notícias com a *tag* cidade inteligente por mecanismo de busca e compilados em um clipping salvo em arquivo PDF. O mesmo procedimento foi realizado com as notícias dos portais G1, Estadão e UOL e, posteriormente, os arquivos PDF com as notícias e as matérias foram submetidos ao sistema Atlas TI, para concretizar a codificação e categorização do material.

As recomendações contidas em Gil (2016) sobre o método de análise de conteúdo em veículos de comunicação de massa, como as matérias jornalísticas, foram seguidas à risca. De acordo com o autor, a importância destes documentos reside na natureza do registro e, por isso, é necessário levar em consideração a ambiência para sua produção – pressão nas redações, poder do editor e a prevalência de fatos históricos, temporais, de mudanças culturais, além de serem úteis também no âmbito de estudos nas áreas da “Sociologia, Psicologia, Ciência Política etc” (GIL, 2016, p.152).

Além da categorização oferecida pelo *Atlas TI*, houve uma análise do conteúdo dos textos, de acordo com a temática pretendida. Primeiramente, a leitura flutuante, como

recomenda Bardin (2011 e 2016) para que haja interação com o tema, identificação dos conceitos, de hipóteses sobre as *smart cities*. Depois dessa primeira fase de leituras, houve a escolha das matérias, inseridas no contexto do tema, dos conceitos e da divulgação pretendida pela Prefeitura de São Paulo. Por último, foi incluída a regra da representatividade, ou seja, em um bloco de notícias destacadas para a análise final.

Ainda segundo Bardin (2011, p.106), fazer uma análise temática, consiste em descobrir os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. Por isso, a identificação dos "temas" dos cartazes de divulgação aparece como central no nosso conjunto descritivo e, posteriormente, figurarão para as nossas interpretações, já que "o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc". (BARDIN, 2011, p.106)

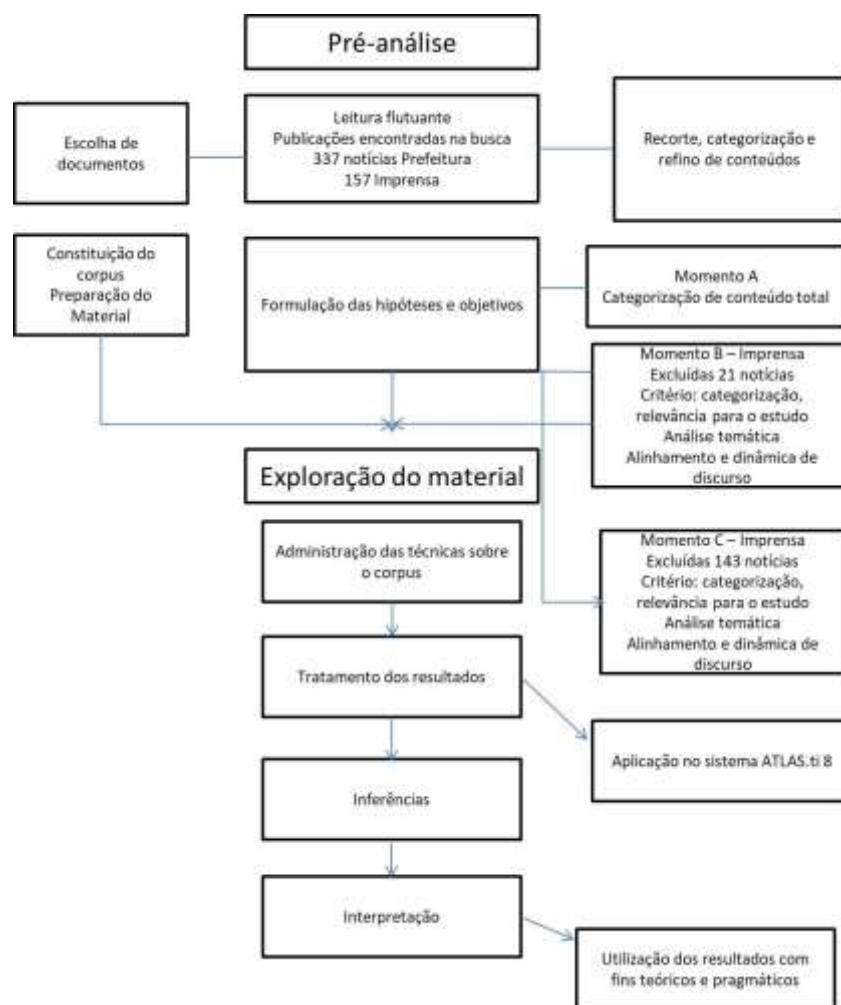
5.3. Temática pretendida na análise

Para o recorte temático das notícias, levou-se em consideração a homogeneidade nas mensagens da prefeitura e a heterogeneidade nas ideias defendidas em cada texto publicado nos portais. Em todos os textos foram analisados os conceitos de cidades inteligentes, a partir do quadro conceitual dos autores citados Komninos e Sefertzi (2009); Hall (2000a); Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2009); Shapiro (2008); Lemos, A. (2013); Harrison (2011); Giffinger e Gudrun (2010); Vanolo (2014); Toppeta (2010); Washburn e Sindhu (2010); Hollands (2008); Sassen (2013, 1998), Ratti *et al* (2011) e Rolnik (2017) e também no conceito das empresas que promovem a implementação de projetos como IBM, Cisco, Ericsson.

As categorias foram utilizadas não só pela frequência com que aparecem nos conteúdos, mas servirá para balizar como os veículos de comunicação de massa tratam o tema a partir de materiais recebidos pela prefeitura para divulgação de determinado assunto.

Houve assim, uma primeira mineração de dados, pelos seguintes critérios: categorização (análise da enunciação), relevância ao tema (análise temática), importância para o contexto da pesquisa, relações de ambivalência (alinhamento e dinâmica do discurso contido), como sugere Bardin (2016), ver figura 17.

Pela inferência, foram registrados doze itens (categorias), que compõem o conceito de cidade inteligente, com base na enunciação das matérias analisadas e de seu conteúdo. Estas categorias foram catalogadas no *clipping* de notícias da prefeitura e de notícias dos portais de imprensa, e suportadas pelo referencial teórico dos autores aqui estudados para averiguação e apropriação dos conceitos existentes sobre cidades inteligentes nos conteúdos divulgados.

Figura 17. Fluxograma de análise das notícias

Fonte: Elaborado pela autora, com base no esquema de Bardin (2016)

A condensação do material foi realizada de duas maneiras: primeiro a compilação do bruto, em arquivo PDF, que foi submetido à categorização pelo *software* ATLAS.ti8. Em um segundo momento, houve a reunião dos títulos das notícias em uma planilha *Excel*, com todos os códigos gerados no sistema ATLAS.ti 8.

De posse deste banco de dados, foi realizada uma classificação por temas, que gerou a primeira análise quantitativa de notícias geradas pela Secom e publicadas no site da Prefeitura de São Paulo. Após a análise dos códigos e temas de maior prevalência, houve uma nova leitura, desta vez, focada no tipo de abordagem dada às notícias, apropriando-se da análise discursiva, que se diferencia da análise de conteúdo, e constituindo a análise qualitativa. A primeira evidencia a multiplicidade de significados que pode haver em um conteúdo, enquanto a segunda a complementa pelo fato de classificar e categorizar significações, conforme Bauer (2008).

Esta codificação segundo o autor pode ser realizada de diferentes formas, até mesmo com lápis e papel. Para este estudo, entendi que a complementaridade entre o *software* de análise (*ATLAS.ti*) e o *software* de registro, armazenamento e manipulação de dados (*Excel*) foram necessários para que houvesse a interpretação e análise qualitativa dos resultados gerados em ambos.

Já com a categorização definida, foi a vez de fazer a análise de conteúdo dos materiais da imprensa, o que gerou dois novos recortes no material bruto, com o objetivo de estreitar a relação do que é dito pela prefeitura de São Paulo, em notícias do site e o que veio a ser publicado pelos portais de notícias. Em uma segunda leitura, houve um recorte sobre as matérias que tratavam especificamente do conceito de cidades inteligentes, em matérias cujo personagem central era o então prefeito da Cidade.

Para que houvesse aplicação da técnica, com o rigor da ciência, mas também com o olhar de pesquisadores e profissionais da área comunicação que atuam ou já atuaram de maneira representativa em cidades, realizei uma escolha criteriosa de fontes para as entrevistas que ocorreram em diferentes momentos da pesquisa. O material serviu para balizar alguns critérios de avaliação, como a realidade das redações no contexto histórico do jornalismo, a compreensão de como ocorre a cobertura de cidades nos noticiários e a prevalência de matérias sem continuidade ou aprofundamento.

Neste caso, foi utilizada a teoria do enquadramento, à luz de teóricos como Hackett (1993), que rebate a questão da objetividade e parcialidade, pois estas constituem um argumento frágil e isolado, o conceito do enquadramento, uma espécie do segundo nível da *agenda-setting*, abre um novo olhar à análise de conteúdo. Como na janela pictórica da fotografia, este é um dos fenômenos que permite ampliar o olhar ao conceituar e analisar conteúdos jornalísticos sob diferentes vieses. Pela visão de Hackett (1993), Tankard (2001, p. 96-97) e Porto (2004) esclarecem que o enquadramento “oferece um instrumento para examinar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia, no sentido gramsciano”, intelectual e moral na sociedade. (PORTO, 2004, p. 76)

Como adiantamos no início do percurso metodológico, foram entrevistadas três fontes, para que houvesse hipóteses para o caminho a ser percorrido pela pesquisa, o que ampliou as possibilidades discutidas com o orientador. Após a validação do estudo, nova rodada de conversas, participações em eventos sobre o tema e intervenções junto às fontes constantes deste estudo permitiram aprofundamento no tema, reunir informações valiosas para o projeto e abarcar novos pontos de vista na leitura sobre o fenômeno estudado.

Para isto, foram analisadas as notícias sobre a implementação de cidade inteligente em São Paulo, as promessas feitas pelo então prefeito da capital paulista João Dória e a leitura feita pelos jornalistas, como se verá no capítulo 6.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da compilação de notícias da Prefeitura de São Paulo, via Secretaria Especial de Comunicação (Secom), foi composto um conjunto de dados, como veremos a seguir. A pesquisa das notícias deu-se pelo site da Prefeitura, com o sistema de busca em todas as secretarias, iniciando pelas notícias da Secom. Verificou-se que no sistema de buscas, as notícias apareciam em determinadas buscas sem identificação de período de publicação, o que dificultou a procura de conteúdos divulgados no período estabelecido para o estudo.

O motor de busca do site trazia ainda diferentes endereços para as mesmas matérias, com e sem data, o que demandou uma checagem criteriosa para que os temas não fossem capturados mais de uma vez e alterassem o resultado.

A este conteúdo foi destinada uma pré-leitura flutuante, para embasar com maior propriedade a categorização realizada para a análise de conteúdo. Gil (2016) enfatiza que a coleta de dados é precedida do processo de análise e interpretação. Mesmo que distintos, quase sempre são elementos que emergem interligados.

A análise tem com objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2016, p. 156)

Acompanhando as distintas fases propostas no esquema de Bardin (2016), de posse do material da Secom, e, após a catalogação dos documentos, houve um segundo momento de pesquisa no site da Prefeitura, como já adiantado, que trazia diferentes conteúdos sobre o tema em outras áreas do órgão municipal, como a Secretaria da Educação, Secretaria de Inovação e Tecnologia e a empresa de processamento de dados municipal, a Prodam, que foram igualmente separadas por categorias, que comporiam os temas, para posterior análise do conteúdo e inferências.

Simultaneamente, foi realizada a primeira busca nos sites de notícias G1, Estadão e UOL, o que levou a uma nova dimensão da análise: a produção jornalística a partir dos materiais divulgados às redações e seus processos de escolhas de pautas sobre cidades.

A partir de então, foram formuladas as hipóteses para responder aos objetivos da pesquisa, ao mesmo tempo em que as notícias foram salvas em arquivo PDF, para que também pudessem ser submetidas ao sistema de análise científica ATLAS.ti versão 8, para gerar a categorização composta a partir dos conceitos teóricos sobre cidades inteligentes, estudadas ao longo de toda a pesquisa.

Após a obtenção de incidência dos códigos, aplicada ao material pesquisado, foram administrados tratamentos para os resultados obtidos e realizada uma nova leitura, agora comparativa entre os conteúdos da Prefeitura e da imprensa, levando em consideração as categorias, os temas abordados e o enfoque dado às notícias nos portais citados.

Para dar a largada à análise no contexto do desejo do governo municipal de transformar São Paulo em uma cidade inteligente, inserimos um texto de apresentação proferida sobre o tema, pelo ex-prefeito João Dória, com promessas e objetivos que compõem o projeto de *smart city* em São Paulo, em evento realizado pela Febraban, em julho de 2017, alguns dias antes do lançamento do Plano de Metas da Gestão 2017-2020. A expectativa da construção da #SP2020, cuja proposta é tornar a capital paulista referência em inovação tecnológica é o foco da fala de Dória durante o Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (CIAB), ao prometer que, até o final de 2018, “todos os processos de São Paulo” (STARTUPI, 2017, *online*)²³ seriam digitais, o que não se concretizaria, como veremos mais adiante.

Figura 18. Matéria STARTUPI



Fonte: STARTUPI, divulgada em 06 jun. 2017

²³ Notícia divulgada no site STARTUPI, sob título “Até dezembro de 2018 todos os processos de São Paulo serão digitais”. João Dória fala sobre cidades inteligentes durante o CIAB, em 6 de jun. 2017. Disponível em <<https://startupi.com.br/2017/06/ate-dezembro-de-2018-todos-os-processos-de-sao-paulo-serao-digitais-joao-doria-fala-sobre-cidades-inteligentes-durante-o-ciab/>>. Acesso em 19 jul. 2017.

6.1. No Coração da Informação

Foram formuladas hipóteses que preconizaram o tratamento dado às matérias pelos jornalistas de redações, bem como à formação e escolha das pautas para compor o noticiário no cotidiano dos veículos de comunicação. Vimos, na composição do todo e por relatos de jornalistas que atuam ou atuaram em redações de grandes veículos de comunicação de massa, uma tendência no País, de redução dos quadros profissionais, superficialidade no tratamento dos temas, inserção das novas mídias ao cenário produtivo e a própria elaboração de conteúdo a partir da interação com o leitor-internauta, que já não mais assiste ou recebe passivamente conteúdos sobre os mais diversos assuntos, opinando, desenvolvendo novos conteúdos e, até mesmo, servindo de agente para a difusão de novas pautas.

A prevalência de notícias mais sucintas, de uma cobertura *fast-food*, sem aprofundamento em temas intrínsecos à vida das pessoas aparece nos depoimentos do jornalistas André Palhano, Luciano Máximo e João Gabriel de Lima, sobre a cobertura de temas cotidianos nas cidades, com percepções bem semelhantes a respeito de como as pautas sobre cidades vêm sendo compostas. A partir dos conteúdos obtidos com os depoentes, em entrevistas e nas exposições realizadas em eventos da área de comunicação de interesse público, foram compiladas algumas percepções comuns, como veremos a seguir.

Descrever o fazer jornalístico implica também analisar como funcionavam as redações antes da adoção de tecnologias disruptivas e do surgimento de novas mídias, o que transformou o campo do jornalismo, da produção à análise teórica e metodológica, nas Ciências da Comunicação. Corrêa e Silveira (2017) defendem que a análise da produção jornalística atual, especialmente nos meios digitais, também deve incluir a Teoria do Ator-Rede de Latour (2012), na qual humanos e não-humanos participam do processo em condições de igualdade.

Quadro 06. Percepções sobre a cobertura jornalística na cidade

Temas	André Palhano	João Gabriel de Lima	Luciano Máximo
Qualidade na cobertura jornalística	Queda acentuada não só da qualidade, como também do volume de cobertura sobre cidade	Cobertura não especializada, sem profundidade	Cobertura insuficiente e pouco reflexiva, não desperta consciência crítica
Agenda de cidades nas redações e a escolha das pautas	Tirando os “Datena” da vida, que criam uma falsa sensação de cidade, as rádios e a tevê ainda têm uma agenda mais abrangente, inclusive sobre inovações nas cidades	A escolha não é aleatória, mas o jornalista cobre a cidade naquilo que está mais próximo e no que mais o incomoda. Agenda setting foi “sequestrada” pelo tema corrupção	Escolhas repetitivas e superficiais, falta de acompanhamento do histórico de notícias sobre a cidade
Capacitação profissional	O nível de senioridade foi reduzido e há muitos profissionais despreparados fazendo coberturas importantes, cobrindo pautas importantes. Isso vale para o tema Cidades.	O jornalismo “corre atrás” e forma os profissionais durante a cobertura de temas que exigem maior preparo. O grande termômetro da mudança são os jornalistas especializados e os profissionais (especialistas) que são levados para as redações.	Jornalistas especializados em um tema específico (economia, finanças, educação, judiciário, etc.) conseguem se destacar e dominar melhor o universo das políticas públicas e suas especificidades, como regulação, regulamentação, legislação, relação entre governo e sociedade.
Cidade Inteligente na mídia	Há aqui e ali <i>cases</i> de cidades mundo afora, que estão adotando diferentes soluções, seja na questão da segurança pública, seja na questão da mobilidade urbana e não de outros temas associados a esse amplo tema que é Cidades Inteligentes ou <i>Smart Cities</i> .	Não há uma percepção muito clara sobre o tema, de onde vêm essas informações. Há várias ferramentas, como o <i>Big Data</i> , mas não há percepção dos jornalistas.	Tema relativamente em voga, oferece profundidade necessária para entender sobre o assunto

Fonte: Elaborado pela autora

É um processo no qual as associações aparecem por inúmeras portas de entrada para compor uma notícia, especialmente, quando o tema analisado é dinâmico e os meios de comunicação atuais compõem um novo cenário. Assim como Latour (2012), Corrêa e Silveira (2017, p. 168) e Zémor (2009) consideram de extrema importância, dar atenção ao “modo de consumo das informações e notícias baseado em dispositivos móveis digitais conectados em rede” e, também, na veracidade dos conteúdos jornalísticos, abrindo espaço para discussões futuras envolvendo o tema cidades inteligentes.

A uma época de abundância digital das fontes de informação e de diluição das responsabilidades editoriais, acrescenta-se o imperativo de garantir a fidelidade dos conteúdos mais do que em outros domínios de comunicação, tendo em vista tratar-se de mensagens pouco afetadas pela chancela da legalidade. (ZÉMOR, 2009, p.190)

Os aspectos apontados com relação à baixa qualidade na produção das pautas envolvem ainda outras informações, como os objetivos das empresas de comunicação, a pressão exercida sobre os profissionais nas redações, como demonstra a pesquisa realizada por Machado e Moreira (2005), ainda atual, sobre a atuação dos jornalistas em redações de empresas jornalísticas e em órgãos públicos. O paradoxo, de acordo com as autoras, encontra-se no fato das empresas jornalísticas seguirem as regras do jogo do mercado, do negócio, do interesse privado, escolhendo o que é pauta a ser oferecida ao cidadão como produto. A notícia, que é de interesse público, passa por um crivo determinante para que seja produzida de um ou outro modo: o econômico.

As empresas se valem desse mandato para, em nome dos interesses do cidadão, selecionar a informação e narrá-la, definindo quem estaria apto a falar e os parâmetros do que seria socialmente relevante. (MACHADO e MOREIRA, 2005, p. 119)

Adentra-se então em outra discussão, a da participação das empresas responsáveis por implementar projetos de cidades inteligentes também no setor de comunicação, seja de nos veículos de massa, nas redes para a comunicação propriamente dita, telefonia, Internet, no segmento de aparatos tecnológicos, e de Internet das coisas e de como elas ditam seus conceitos para a comunicação de interesse público.

Ao definir a conceituação das *smart cities*, como ocorre em empresas como a IBM, Cisco, entre outras representativas do setor, é formado o discurso ideal sobre as cidades inteligentes, aquele que comporá as peças publicitárias, as narrativas das mídias e, naturalmente, a comunicação de interesse público. Vanolo (2014), Hollands (2008) e Söderström *et al* (2014) referem-se à atenção que se deve dispensar a esses discursos e narrativas, em torno do mundo perfeito, da solução tecnológica ao alcance de um clique e que tudo resolverá, do tráfego intenso à inclusão do cidadão no sistema de governança do poder público.

Assim como as empresas atuantes no setor *Business-to-business (b2b)*, também as organizações envolvidas no desenvolvimento de soluções para as cidades deveriam seguir regras como as propostas no estudo realizado pela Sociedade da Informação no Brasil, na publicação Livro Verde, ao referir-se ao conjunto de aspectos que deve ser levado à discussão

do setor privado, como a “busca de auto-regulamentação: propaganda, idoneidade de lojas virtuais, modelos de contratos comerciais etc.”. (Livro Verde, 2000, p.20)

Para rebater as conceituações feitas pelo setor privado, 70 cidades europeias serviram como objeto de estudo para formar um dos mais confiáveis relatórios sobre *smart cities* ao redor do mundo, como predizem Giffinger *et al* (2007). O grupo de estudos denominado *Urban Systems and Dynamics*, do qual o autor faz parte, tem como objetivo produzir conhecimento sobre as cidades inteligentes, no que se refere à espacialidade territorial, às questões culturais, econômicas, sem deixar de lado o entorno, as áreas rurais, os impactos para as pessoas e negócios locais.

Outrossim, após a elaboração do *Smart Cities: Ranking of European medium-sized cities* chegaram a um consenso do que seriam cidades inteligentes para as pessoas, contradizendo as narrativas do setor privado (constantes no Capítulo 2). Um dos itens de maior representatividade, de acordo com Vanolo (2014), concentra-se no papel dos governos de formar cidadãos inteligentes e elevá-las a um patamar de qualificação, resiliência, criatividade, tolerância e participação na vida pública, levando em primeira instância o fato de serem pessoas e não máquinas.

Igualmente importante considerar os aspectos éticos da produção jornalística, em que pese a checagem das fontes e dos fatos, a mensagem a ser inserida em material de interesse público e a sociedade em si, posto pela Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (1988), a partir dos questionamentos individuais e coletivos, em relação aos valores que regem a sociedade, conjugando as colocações de Christofletti (2014) sobre as virtudes de um jornalismo que preze a ética a favor de sua finalidade pública e de Marques e Martino (2011) sobre a ética do jornalista e nas conveniências sociais descritas por Bourdieu (1996).

É preciso considerar os envolvidos na recepção da comunicação produzida, de maneira intersubjetiva, como coloca Marques e Sá Martino (2011). Se para Habermas (1988), a ética da produção jornalística está presente na equidade e paridade dos interessados para refletir sobre o que os une, em um mesmo nível intelectual, social ou sob circunstâncias as quais não há controle; para Bourdieu (1996), a ética do profissional encontra-se na legitimidade do discurso, carregado de intenções, como algo condicionante e de conduta do ponto de vista do exercício do jornalismo.

Com este olhar, os conteúdos foram analisados sob o ponto de vista da produção e da apresentação dos textos em si, procurando contribuir com uma análise contextual, de cenário, das políticas públicas, do programa de governo, dos interesses do setor privado, mas sobretudo, da reflexão do indivíduo, inserido no contexto coletivo.

6.2. SP inteligente no foco da imprensa

Das 156 matérias sobre iniciativas para tornar a capital paulista uma cidade inteligente, publicadas nos portais de notícias G1, Estadão e UOL, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 outubro de 2018, foram encontrados temas distintos, que se entrecruzam com os materiais de divulgação da Prefeitura de São Paulo.

No total, foram divulgadas pela Prefeitura de São Paulo 337 notícias, todas com a com a *tag* #cidadeinteligente, sendo que, de janeiro a dezembro de 2017, foram publicadas 184 notícias e, no período de janeiro a outubro de 2018, mais 153 notícias. O critério adotado levou em consideração o esquema de Bardin (2016), para que o recorte de análise de conteúdo, na abordagem qualitativa e quantitativa fosse fiel à pergunta desta pesquisa. Foram acrescentadas a este volume de buscas as notícias divulgadas pela imprensa, nos portais Estadão, G1 e UOL, sobre a cidade inteligente sob o prisma da *smart city*, num total de 156 matérias que agregam o tema e suas nuances.

Houve desta forma, uma primeira mineração de dados, pelos seguintes critérios: categorização (análise da enunciação), relevância ao tema (análise temática), importância para o contexto da pesquisa, relações de ambivalência (alinhamento e dinâmica do discurso contido), como sugere Bardin (2016).

Pela inferência, foram registrados doze itens (categorias), que compõem o conceito de cidade inteligente, com base na enunciação das matérias analisadas e de seu conteúdo. Estas categorias foram catalogadas no *clipping* de notícias da prefeitura e de notícias dos portais de imprensa e suportadas pelo referencial teórico dos autores aqui estudados para averiguação e apropriação dos conceitos existentes sobre cidades inteligentes nos conteúdos divulgados.

A condensação do material foi realizada de duas maneiras: primeiro a compilação do bruto, em arquivo PDF, que foi submetido à categorização pelo *software* ATLAS.ti8. Em um segundo momento, houve a reunião dos títulos das notícias em uma planilha *Excel*, com todos os códigos gerados no sistema ATLAS.ti 8.

De posse deste banco de dados, foi realizada uma classificação por temas, que gerou a primeira análise quantitativa de notícias geradas pela Secom e publicadas no site da Prefeitura de São Paulo. Após a análise dos códigos e temas de maior prevalência, houve uma nova leitura, desta vez, focada no tipo de abordagem dado às notícias, apropriando-se da análise discursiva, que se diferencia da análise de conteúdo. O primeiro evidencia a multiplicidade de significados que pode haver em um conteúdo, enquanto a segunda a complementa pelo fato de classificar e categorizar significações, conforme Bauer (2002).

Esta codificação segundo o autor pode ser realizada de diferentes formas, até mesmo com lápis e papel. Para este estudo, a complementaridade entre o *software* de análise (*ATLAS.ti*) e o *software* de registro, armazenamento e manipulação de dados (*Excel*) foram necessários para que houvesse a interpretação e análise dos resultados gerados em ambos.

Já com a categorização definida, foi a vez de fazer a análise de conteúdo dos materiais da imprensa, o que gerou dois novos recortes no material bruto, com o objetivo de estreitar a relação do que é dito pela prefeitura de São Paulo, em seus releases (notícias do site) e o que veio a ser publicado pelos portais de notícias. Em uma segunda leitura, houve um recorte sobre as matérias que tratavam especificamente do conceito de cidades inteligentes, em matérias cujo personagem central era o então prefeito da Cidade.

Para que houvesse aplicação da técnica, com o rigor da ciência, mas também com o olhar de pesquisadores e profissionais da área comunicação que atuam ou já atuaram de maneira representativa em cidades, realizei uma escolha criteriosa de fontes para as entrevistas que ocorreram em diferentes momentos da pesquisa. O material serviu para balizar alguns critérios de avaliação, como a realidade das redações no contexto histórico do jornalismo, a compreensão de como ocorre a cobertura de cidades nos noticiários e a prevalência de matérias sem continuidade ou aprofundamento.

Como adiantamos no início do percurso metodológico, foram entrevistadas três fontes, para que houvesse hipóteses para o caminho a ser percorrido pela pesquisa, o que ampliou as possibilidades discutidas com o orientador. Após a validação do estudo, nova rodada de conversas, participações em eventos sobre o tema e intervenções junto às fontes constantes deste estudo permitiram aprofundar-me no tema, reunir informações valiosas para o projeto e abarcar novos pontos de vista na leitura sobre o fenômeno estudado.

Para o jornalista André Palhano, criador da Virada Sustentável em São Paulo, evento que foi estendido a várias capitais no País, a tendência de desmonte das redações se intensifica, bem como a falta de protagonismo das cidades nos noticiários ainda prevalece:

Sobre a realidade das redações, eu acho que sim, tem uma notável queda de qualidade, seja pela crise que as empresas jornalísticas estão enfrentando, de maneira geral, não só aqui no Brasil. E, certamente, pelo nível de senioridade que diminuiu muito e você tem muita gente despreparada fazendo coberturas importantes, cobrindo pautas importantes. Isso vale para o tema Cidades. (PALHANO, 2018, entrevista)²⁴

A opinião é compartilhada com Mariana Barros, idealizadora do movimento Esquina, que realiza palestras, promove a pesquisa sobre cidades, em conjunto com a academia e caminhadas pela Cidade, para que as pessoas se apropriem de espaços públicos, em evento

²⁴ PALHANO em entrevistas concedidas a esta pesquisadora, em 13 ago 2017 e 26 out. 2018.

Cidades | Percepção e Comunicação, realizado em 2017. Ao ser abordada sobre a cobertura sobre cidade na mídia, prontamente respondeu:

Esperar que a grande mídia consiga cobrir com profundidade todos os temas pertinentes, a chance de se frustrar é muito grande, até porque a gente tem uma limitação física de espaço, que é o caso das revistas e jornais, você tem uma limitação de tempo de programação [...] (14:30 a 14:48) (BARROS, 2017, evento)²⁵

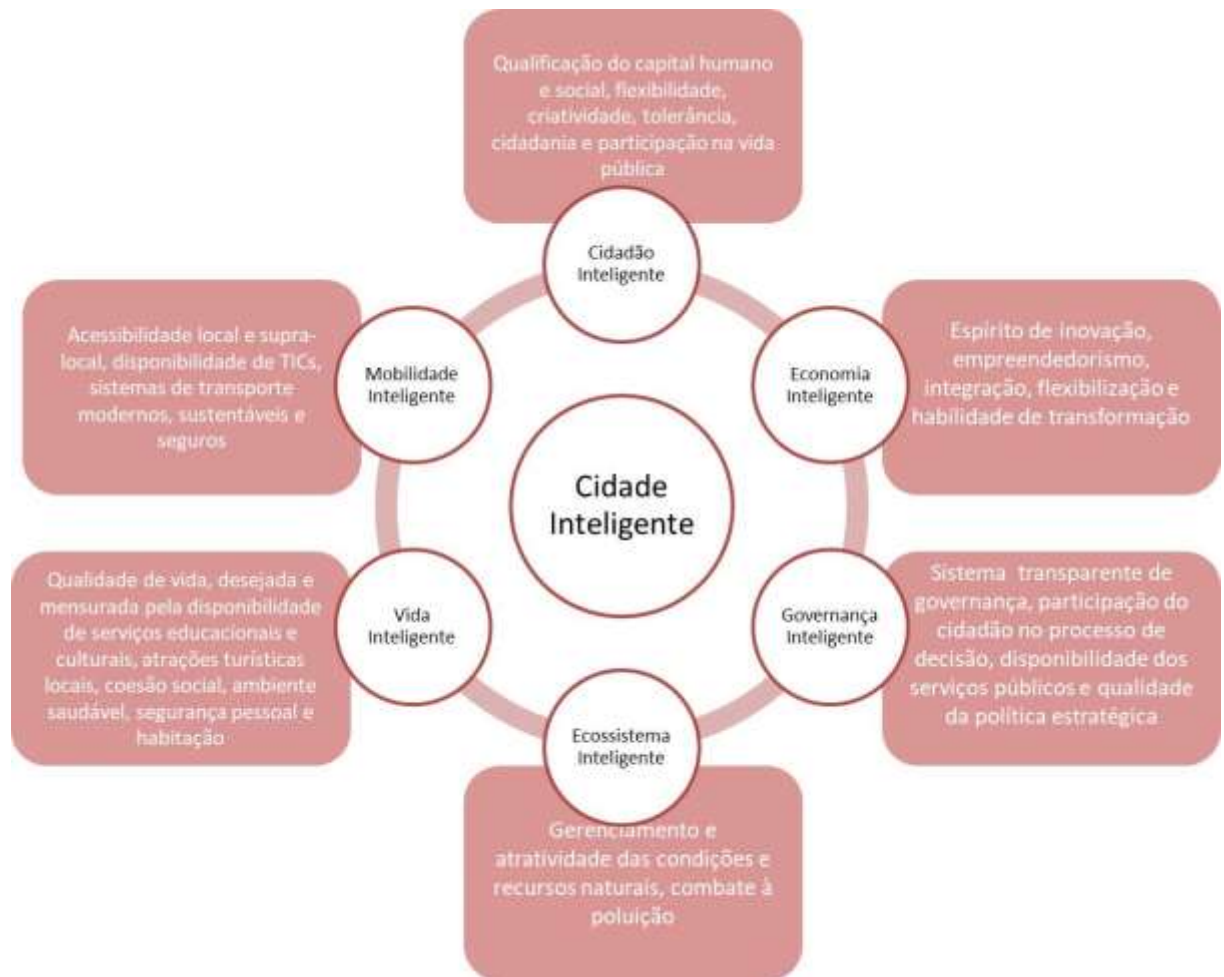
[...] você tem que ter prioridades e na hora da prioridade (sic) entram mesmo os temas que estão afetando a sociedade como um todo. Às vezes, o que está afetando a sua comunidade não é o que está afetando a cidade de uma maneira geral, mas isso não deve ser deixado de lado, existem canais para isso. Por isso que a especialização é uma arma, uma ferramenta do jornalismo pra poder trocar de temas, como cidades (14:51 a 15:14) (ibidem, 2017, evento)²⁶

A partir dos quadros conceituais dos autores que defendem as cidades inteligentes como organismos vivos, centrados no cidadão e com foco num desenvolvimento sustentável (Fig.19), Vanolo (2014), Hollands (2008), Giffinger *et al* (2007), Sassen (2013), Rolnik (2018) e dos que acreditam na cidade inteligente funcionalista, tecnológica como uma forma de substituir a governança pública, foram identificadas as seguintes ideias e categorias universais e comuns aos autores críticos e não-críticos: Acessibilidade, Cidadania, Comunicação, Educação, Empreendedorismo, Governança, Inovação, IoT, Mobilidade, Saúde, Tecnologia e o próprio termo cidade inteligente também foram considerados.

²⁵ Evento Cidade | Percepção, comunicação realizado pelo Arq.Futuro Brasil, no Instituto Moreira Salles, em São Paulo, no dia 4 de out. 2017, do qual esta pesquisadora participou presencialmente.

²⁶ Idem à nota 2.

Figura 19. Esquema de Giffinger (2007) para *smart cities*



Fonte: Elaborado pela autora com base na concepção de Giffinger *et al* (2007)

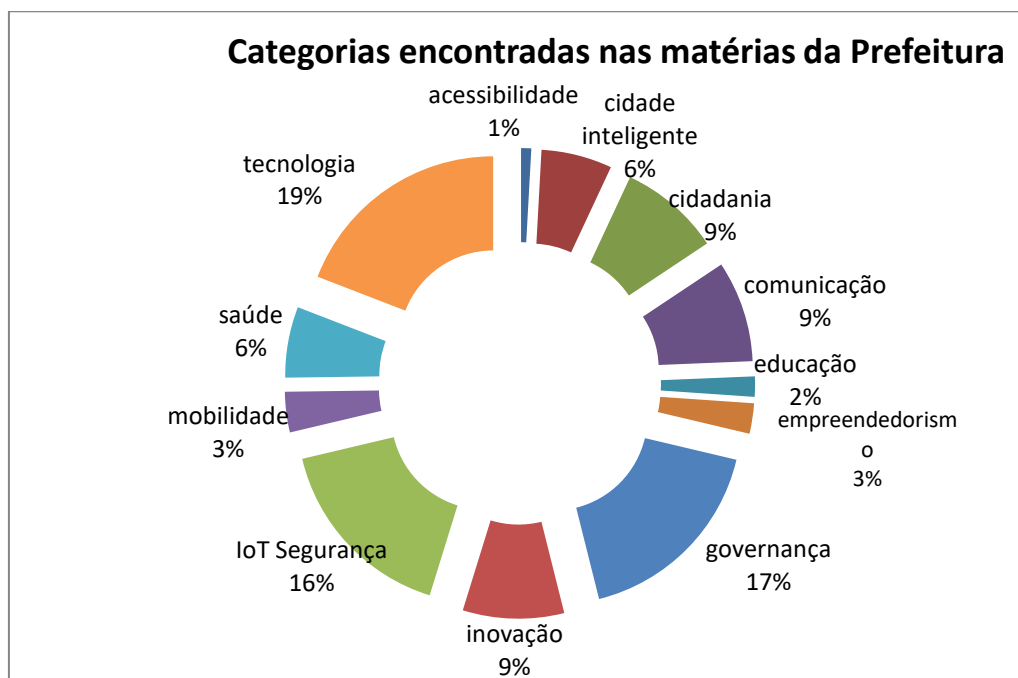
De modo geral, há também na imprensa duas correntes editoriais: aquela que fala sobre a implantação das novas tecnologias, sob uma perspectiva bastante tecnicista, seguindo os preceitos de Rat-Fischer *et al.* (2012); Streit (2011) e Paskaleva *et al* (2017), cuja visão está focada na eficiência da gestão dos governos, com a digitalização de serviços, uso de aplicativos, sistemas de controle, porém, sem a participação do cidadão. A última autora citada, Zdravka Paskaleva, é líder regional para cidades inteligentes da Cisco, empresa responsável em implementar projetos ao redor do mundo, inclusive com perfil educacional.

6.3. Temas recorrentes

Com base no recorte realizado nas notícias da Prefeitura e da imprensa, utilizando a importância, o contexto, as categorias estabelecidas em conceitos sobre cidades inteligentes conceituações e nas inferências realizadas, percebe-se que Tecnologia, Governança e Tecnologia das Coisas relacionada à segurança, são os temas de maior empenho nas 337

notícias para divulgação de ações e projetos municipais, o que corresponde ao peso das notícias no conjunto de dados da imprensa, como se observa no gráfico 01.

Gráfico 01. Códigos mais frequentes nas notícias da Prefeitura



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados gerados pelo software ATLAS.ti v.8

As palavras com maior prevalência, de acordo com dados extraídos pelo *software ATLAS.ti* 8, também auxiliara na análise, de modo a obter as subcategorias, ou vocábulos utilizados na redação das notícias da Prefeitura e da Imprensa, o que demonstrou pouca variedade de terminologias entre o material do órgão oficial (notícias do site da prefeitura de São Paulo) e das notícias elaboradas nas redações dos portais Estadão, G1 e UOL, aqui demonstrados nas figuras 21 e 21a.

Figura 20. Relação de palavras com maior incidência nas notícias da Prefeitura

Palavras que mais predominaram nas notícias da Prefeitura					
Palavra	Quantidade				
São	297	segurança	46	públicas	32
Paulo	260	transparência	46	Sistema	32
cidade	224	site	45	acesso	31
Prefeitura	185	sociedade	43	Desenvolvimento	31
dados	139	risco	42	pesquisa	31
empresas	139	público	41	prazo	31
Prodam	136	Serviços	41	Governo	29
Informações	94	Annenberg	40	licenciamento	29
gestão	82	participação	40	Segurança	29
SP	80	prefeito	40	usuários	29
Fácil	78	educação	38	desenvolvimento	28
tecnologia	78	soluções	38	Doria	28
câmeras	76	trabalho	38	internet	28
Saúde	75	cidadão	37	negócios	28
aplicativo	71	digital	36		
Cidade	63	abertos	35		
Educação	63	prefeitura	35		
serviços	60	City	34		
plataforma	59	Descomplica	34		
pública	57	município	34		
inovação	56	públicos	34		
parceria	56	rede	34		
empresa	55	resíduos	34		
monitoramento	51	serviço	34		
Inteligente	49	Transporte	34		
governo	48	população	33		
pessoas	48	atendimento	32		
		Câmeras	32		

Fonte: Elaborado pela autora, com base na análise realizada no *software* ATLAS.ti 8

Após análise das duas listas de palavras, da imprensa e da prefeitura, em que se apresenta a semelhança na linguagem, ao tratar de temas técnicos e ao descrever projetos e ações da prefeitura de São Paulo.

Figura 21. Relação de palavras com maior incidência nas notícias da imprensa

Palavras	Quantidade	Palavras	Quantidade	Palavras	Quantidade
aberta	4	ciclistas	1	Dados	3
abertas	2	ciclisticos	1	Dahua	6
aberto	8	ciclovia	1	data	9
Aberto	5	cidadão	10	desenvolvimento	9
abertos	1	Cidadão	1	digitais	2
acessibilidade	2	cidadãos	9	digital	5
aplicativo	96	Cidadãos	1	Digital	3
Aplicativo	4	cidadãs	1	Doria	294
aplicativos	37	cidade	203	Empreenda	6
Aplicativos	1	Cidade	12	empreendedor	3
APLICATIVOS	1	idades	42	empreendedores	3
app	10	Cidades	1	empreendedorismo	3
App	1	cities	4	empreender	1
Apple	2	Cities	1	empreendimento	2
apps	4	CITTAMOB	1	empreendimentos	8
bicicleta	2	city	9	empresa	68
bicicletário	1	City	35	Empresa	3
bicicletas	5	CITY	2	—empresa	1
BID	2	city'	1	empresas	86
big	2	citycameras	1	Empresas	9
Big	1	compartilhamento	10	EMPRESAS	2
bike	3	comunicação	13	equipamentos	27
Bike	3	Comunicação	1	gestão	111
bikes	2	comunidade	3	Gestão	6
Bikes	1	conectado	3	GESTÃO	3
câmera	11	Conectado	1	gestor	4
Câmera	2	conectados	1	habitação	5
Cameras	2	conectar	3	Habitação	2
CAMERAS	1	consciente	1	habitacionais	3
câmeras	126	conscientização	1	habitacional	4
Câmeras	36	conscientizar	1	habitações	1
CÂMERAS	1	contrato	26	Humano	1
Carrefour	1	controle	12	HUMANO	1
China	26	Corujão	49	humanos	1
Ciclista	1	criativa	1	infraestrutura	12
		Cyrela	4	inovação	9
		dados	25	Inovação	5

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados gerados pelo ATLAS.ti 8

Já em um segundo momento, a análise se deu sobre os conteúdos de todos os veículos de massa e também do órgão oficial da cidade de São Paulo. Assim, chegamos ao resultado com os temas de maior expressividade em meio ao total de matérias avaliadas, sendo o assunto predominante em todo o período analisado a marcação e realização de exames, chamado pela Prefeitura como Corujão da Saúde. Embora o tema não tenha sido tratado pela imprensa como ação do projeto de cidade inteligente, o mesmo consta do programa de Metas

da Prefeitura, como um dos itens na área de Saúde, que compõem o projeto SP Inteligente, no item Saúde Digital.

Figura 21a. Relação de palavras com maior incidência nas notícias da imprensa

Palavras	Quantidade	Palavras	Quantidade	Palavras	Quantidade
Inteligente	19	Público-Privadas	2	Urbano	1
internacional	10	qualidade	8	URBANO	2
internet	19	saúde	41	urbanos	4
LED	7	Saúde	46	videovigilância	1
marketing	4	segurança	57	vigilância	15
melhoria	6	serviços	35	Votorantim	4
melhorias	2	sistema	83	Walking	1
milhões	59	smartcitytalks	1	Walks	9
mobilidade	7	smartphones	2	Washington	4
Mobilidade	5	sociais	12	Waze	8
MOBILIDADE	2	social	6	Web	5
monitoramento	42	Social	3	WEB	1
motoristas	44	SOCIAL	1	website	1
ônibus	44	sociedade	5	websites	1
parceria	31	Sociedade	1	WIFI	1
Parceria	5	startup	4	wi-fi	4
PARCERIA	1	STARTUP	1	Wi-Fi	1
parcerias	9	startups	1	'Wi-Fi	1
Parcerias	2	Startups	1		
Paulo	219	tecnologia	33		
pesquisa	18	Tecnologia	7		
PESQUISA	1	trânsito	7		
pesquisador	4	transparência	2		
pesquisadores	1	Transparência	1		
pessoas	54	transparente	3		
população	27	transparentes	2		
PPP	38	transporte	36		
PPP(parceria	1	Transportes	7		
PPPs	3	Uber	17		
prefeitura	157	Unesco	1		
proteção	7	UNESCO	2		
Proteção	1	Unidas	1		
proteger	1	Unilever	1		
protegidos	1	universidade	3		
pública	28	Universidade	2		
Pública	7	Universitária	3		
público-privada	3	universitários	3		
Público-Privada	5	University	1		
público-privadas	3	Urbana	12		
		URBANA	2		
		urbanas	1		
		urbanismo	1		
		Urbanismo	4		
		urbanístico	4		
		urbanização	2		
		urbano	4		

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados gerados pelo ATLAS.ti 8

Por não ter sido identificado desta forma, a divulgação deste projeto foi analisada em um segundo plano, trazendo inclusive uma série de críticas à gestão da prefeitura, que, segundo a própria imprensa, teria se utilizado do discurso de redução de tempo nas filas de espera de marcações de consulta, para atrair votos durante a campanha eleitoral do atual governador do estado de São Paulo, João Dória Júnior. O resultado da análise também constante do gráfico 02 de temas, porém, não está categorizada como uma das mais influentes no que se refere ao conceito de cidade inteligente, pela abordagem e contexto dados pela imprensa.

Gráfico 02. Prevalência de temas Prefeitura x Imprensa



Portais	Cidade Inteligente	Corujão da Saúde	City Câmeras	Aplicativos	Empreendedorismo	Iluminação	Wi-Fi Livre	Governo Aberto	Mobilidade
Prefeitura SP	11	21	14	20	20	7	1	19	36
Estadão	4	12	7	2	2	5	1		
G1	5	3	9	2	8	2	1		1
UOL	1	35	12	6	8	3	3		2

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados gerados pelo ATLAS.ti 8

As matérias publicadas, tanto no sítio da Prefeitura, como nos portais de notícias analisados, que mais se apropriaram do conceito CI foram o programa *City Câmeras*, seguidas de aplicativos e empreendedorismo, por abordarem questões sobre a utilização de câmeras integradas a um sistema inteligência de segurança na Cidade.

Quanto às matérias publicadas pela imprensa, apenas dez tratam diretamente do tema cidade inteligente (ver Quadro 07), explicitando seus conceitos, porém, sem detalhar quais implicações decorreriam do processo de implementação de um projeto como este em São Paulo, ou da participação do cidadão. Igualmente importante frisar que os jornalistas responsáveis pela cobertura da visita do representante de São Paulo à China, para angariar

recursos financeiros e equipamentos, para a consecução do projeto de cidade inteligente, viajaram a convite da prefeitura de Xangai.

Como será demonstrado à frente, os textos do Blog Causas e Marcas, publicado no portal Estadão, no dia 17/08/2017, sob o título “Como transformar São Paulo em uma cidade inteligente?” e os textos “Não é apenas tecnologia que constrói uma cidade inteligente” e “Startups faturam criando soluções para cidades mais inteligentes”, ambos do portal G1, são os que têm como tema central os conceitos de *smart cities*, entretanto, com visões bem distintas sobre o assunto.

Também há boas práticas de gestão e comunicação que devem ser mencionadas neste estudo, por parte da Secretaria Municipal de Educação – o Pátio Digital, cujo papel é aproximar a sociedade de temas sobre cidades inteligentes e do aprendizado de novas tecnologias, estimulando alunos da rede pública e a comunidade a desenvolverem soluções para a Cidade. O aplicativo Prato Cheio, por exemplo, foi criado a partir da ideia de três alunas do CEU (Centro Educacional Unificado) Lajeado, da zona Sul de São Paulo (ver fig. 29)

Assinado por Wal Flor, o blog trata das cidades inteligentes sob a concepção das empresas de tecnologia, com a urgência de adotar soluções, independentemente das questões sociais, mesmo evidenciando a questão da participação de múltiplos *stakeholders*:

O prefeito de São Paulo, João Doria, quer transformar a capital numa *smart city*, mas para isso precisamos garantir uma agenda *multistakeholder* envolvendo governo, empreendedores, investidores, iniciativa privada e organizações sociais. Só assim vamos alinhar os principais desafios e as metas que queremos alcançar. É um projeto da cidade, não pode ser de apenas um governo, de uma gestão. (FLOR, 2017, *online*)

As matérias do G1, que estão no blog Pequenas Empresas e Grandes Negócios (PEGN), tratam do micro universo, o que modifica o olhar da concepção de cidade inteligente, inclusive com depoimento da pesquisadora em *smart city*, Stella Hiroki, que fala sobre a necessidade da comunicação, inclusão e respeito à cultura local para que projetos deste tipo possam ser bem-sucedidos do ponto de vista do cidadão.

Deste universo há também um texto que fala explicitamente da preservação dos dados pessoais, na utilização de Internet livre ou mesmo de aplicativos que demandam o cadastramento de dados pessoais para liberação de uso. O texto sob o título “São Paulo pode violar privacidade em Wi-Fi Livre”, na coluna de Tecnologia, assinada por Ronaldo Lemos, traz à reflexão do leitor o uso do serviço em locais públicos e como a prefeitura e as

corporações, parceiras do poder público, podem se apropriar dos dados pessoais do usuário para em um dado momento utilizá-los em ações de marketing e vendas:

Madame Natasha traduziria esse português truncado da seguinte forma: a prefeitura quer implantar um sistema para coletar e analisar os dados pessoais dos cidadãos e cidadãs que usarem o serviço. Quer também analisar a navegação de cada pessoa e vender esses dados para a iniciativa privada como forma de gerar receita. (LEMOS R., 2017, *online*)

Os demais textos se defrontam com questões políticas e fazem alusão à gestão do governo municipal, em detrimento de informações que poderiam ser mais detalhadas, como se vê na análise. Demais conteúdos foram encontrados, mas no formato de publicidade, com conteúdo patrocinado por empresas que participam dos projetos de *smart city* em São Paulo (conforme fig. 22). O todo também apresenta uma descrição das TICs, mais centrada na divulgação das empresas do que informativa para o leitor, por exemplo, em que essas tecnologias que a prefeitura deseja implementar irão impactar a vida das pessoas?

Para validação de conceitos de cidades inteligentes das empresas, apontados anteriormente, encontramos matéria do G1.com, com conteúdo publicitário da empresa CCR, que administra a Linha Amarela do Metrô em São Paulo.

É a visão corporativa que predomina neste caso, como demonstra o estudo de Söderström *et al* (2014), sobre as narrativas das peças publicitárias das municipalidades e das empresas de TI, nos discursos de governantes, na mídia. De acordo com o autor, essa visão também é propagada por uma parcela de pesquisadores empenhados em fazer valer o conceito de cidade inteligente como um conjunto técnico, de sistema de governança digital.

Há, porém, outra determinante na análise de conteúdo, que não pode ser deixada de lado: a editoria em que as matérias são publicadas. Esta informação traz mais um elemento reflexivo sobre como são tratados os temas expostos, dado a construção da pauta, com maior ou menor tempo, a *expertise* dos profissionais que escreveram sobre o tema, o conhecimento que detêm sobre o assunto, a agenda de cobertura.

Figura 22. Exemplo de conteúdo publicitário sobre cidade inteligente

globo.com g1 globoesporte gshow videos ASSINE JÁ MANEJE CONTEÚDO @G1 G1 ENTRAR

EM MOVIMENTO

ESPECIAL PUBLICIDADE

Saiba quais são os 9 critérios que definem uma cidade inteligente

IESE Business School, da Espanha, publica anualmente um ranking que avalia como as cidades se colocam no processo de transformação em smart cities.

Por Em Movimento
15/09/2018 12h46 - Análise de 4 minutos

Definir o que é uma cidade inteligente (ou smart city) não é das tarefas mais fáceis. Não há apenas um critério para avaliar os municípios, já que o conceito fala na multiplicidade de características. A economia pode ser forte, mas é preciso também distribuir riqueza de forma minimamente justa. Não basta gerar emprego e renda se a poluição ameaça a saúde da população. Dar acesso à tecnologia não é suficiente se os problemas de mobilidade não estão resolvidos.

Para auxiliar no entendimento desses conceitos, o IESE Business School, da Espanha, criou o Cities Motion Index. O ranking leva em conta 10 critérios para listar as cidades de acordo com seu nível de inteligência. No

Fonte: Trecho da matéria **Saiba quais são os 9 critérios que definem uma cidade inteligente**, portal G1 (grifos nossos)

Desta maneira, encontramos um conjunto de enfoque tradicional de cobertura que, na opinião de Porto (2002), deve agregar elementos teóricos incomuns para embasar a análise de conteúdo do jornalismo político, embora não seja este o enfoque deste estudo, mas deparando-me com notícias de cidades inteligentes em editoriais de política dos três veículos, foi necessário ter um leque mais abrangente de aporte acadêmico.

Quadro 07. Análise dos veículos/notícias

Veículo	Número de matérias analisadas	Editorias	Destaque
Estadão	32	Cidade Política Economia Marketing (Blog Causas e Marcas)	Doações de chineses a Dória Por que o cidadão deve apoiar projetos de CI
G1	43	Cidade Política Economia/Tecnologia Empreendedorismo (PEGN)	Viagem de Dória à China para pedir recursos Qual é a inteligência da cidade para os pequenos empreendedores <i>Ranking</i> das cidades inteligentes no Brasil
UOL	77	Cotidiano Saúde Economia/Mercado Política/Poder Tecnologia (Colunistas) Educação (Agora)	Agenda de Dória na China Falta de privacidade dos dados em <i>wi-fi</i> gratuito Como a participação popular é explorada para elevar a exposição do gestor público

Fonte: Elaborado pela autora

Na mídia, os enquadramentos aparecem para organizar sobre o que se vai relatar, mas segundo Gitlin (1980), são também padrões repetitivos e persistentes, como na mensagem da propaganda que, fixada, determina padrões de consumo e comportamento. O teórico também afirma que quem busca o conteúdo das notícias está exposto e sujeito a interpretações por meio desta janela, pela lente do olhar do jornalista.

persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse (GITLIN, 1980, p.7)²⁷

A análise sugere que a comunicação da gestão municipal também influencia as decisões sobre a abordagem dos textos analisados na imprensa. Há divulgações como as sobre os lançamentos de aplicativos, que indicam uma transferência de informações da prefeitura para o jornal, sem inferências do profissional das redações, o que poderá ser balizado pelas verificações realizadas no estudo.

²⁷ tradução nossa: padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso (GITLIN, 1980, p.7)

6.4. Conteúdos de imprensa em destaque

As matérias que apresentam em sua abordagem o conceito de cidade inteligente têm algumas peculiaridades, como o discurso da gestão municipal em torno dos componentes da cidade inteligente, entretanto, não conseguem oferecer a real dimensão de um projeto deste porte na cidade de São Paulo, devido à falta de espaço, rapidez para que a notícia seja divulgada, os veículos de comunicação analisados são *online*. A reflexão do jornalista Alberto Dines nos faz pensar no fazer jornalismo, independentemente do veículo no qual se atua, mas calcado na necessidade de imprimir não só a divulgação de fatos, mas de realizar uma análise sobre o que se quer apurar e transmitir. Para isto é necessário investigar:

O jornalismo investigativo não é apenas jornalismo de sensações e escândalos. Relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origem dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação de sua ocorrência. Ao praticá-lo não se obriga à postura de denúncia. Ele pode comportar uma atitude grave, estudiosa e, sobretudo, responsável. E desde que o jornalista adote o princípio filosófico de que qualquer questão oferece duas perspectivas – uma pró e outra contra – e entenda que a boa reportagem é aquela que consegue apresentá-las com equidistância, manter-se-á a objetividade e um bom padrão ético (DINES, 1986, p. 92)

Outro fator que predomina é a reprodução do impresso no eletrônico, como ocorre nos três portais, criando sensação de *dèjavu* em leitores que possuem acesso a diferentes mídias. No caso do portal G1, há um raio maior de cobertura, porém, não de profundidade, em função de todos os veículos sob a chancela Globo, como as revistas, os noticiários de tevê e rádio estarem no mesmo sítio eletrônico, mas ainda assim a quantidade de matérias e a relevância das encontradas e analisadas não chega a oferecer informações que transcendam o que já é publicado pelo site do governo e que seja de real interesse para a população.

A transparência tão enfatizada nas notícias divulgadas pela Prefeitura, ao abordar o sistema de governança e o portal que tem essa função, também ficam para trás nos noticiários da imprensa, quando o tema cidades inteligentes passa pela agenda do prefeito em viagens ao exterior para garimpar recursos financeiros e técnicos, para a sua tão sonhada forma de construir a SP Inteligente.

No site da prefeitura, como já abordado, a informação não aparece de forma clara, legível do ponto de vista das literacias digitais e da compreensão do cidadão. Até mesmo a busca das notícias aqui compiladas fica passível de habilidade técnica para chegar à informação que se procura. Como enfatiza Bobbio, “a democracia é o governo do poder público em público” (BOBBIO, 1992, p.84), isto é, o público sempre será oposto ao privado,

porque atende ao interesse comum; e ao secreto, porque entende-se como público, tudo o que não é segredo, sigilo.

A questão da transparência na mídia e nos órgãos públicos é amplamente debatida tendo em vista questões éticas, de dever cívico do jornalismo e, por que não, do jornalista, no caso da comunicação de massa. A responsabilidade de imprensa ultrapassa as fronteiras do simples reproduzir. McQuail (2012) reuniu alguns itens dos “Cânones do Jornalismo” (MCQUAIL, 2012, p.51), como cita, ao descrever algumas regras que balizam o exercício da profissão:

1. Responsabilidade: o objetivo de servir ao “bem-estar geral”, informando as pessoas e permitindo que elas façam julgamentos sobre assuntos atuais.
2. Liberdade de imprensa.
3. Independência de interesses estabelecidos.
4. Verdade e precisão.
5. Imparcialidade, em particular uma distinção clara entre reportagens e opiniões.
6. Jogo limpo, significando respeito pelos direitos das pessoas envolvidas na notícia, observação aos padrões de decência, concessão de oportunidades de réplica, respeito à confidencialidade. (MCQUAIL, 2012, p.51)

Ainda sobre o acesso à informação, o jornalista Luciano Máximo coloca que é necessário desenvolver mecanismos para que profissionais de imprensa e o público possam tirar partido do propósito central dos processos de governança pública: a transparência.

A resposta para isso é *accountability* na veia, transparência na veia. Tudo deve ser aberto, quem está no poder público, não importa o nível hierárquico, deve ter a responsabilidade de trabalhar com transparência e com o compromisso de mirar o bem coletivo. (MÁXIMO, 2018, entrevista)

De acordo com Gentilli e Dutra (2016), a forma mais adequada e fiel de verter o termo *Accountability* para o português, seria a prestação de contas. Entretanto, como colocam os autores, seu uso transpõe este significado, por constituir um “mecanismo capaz de garantir o caráter democrático em um sistema representativo” (GENTILLI e DUTRA, 2016, p. 138), no qual é possível atender as aspirações do público, com políticas participativas e responsivas.

Realizamos a transcrição da matéria da GloboNews, veiculada ao vivo, diretamente do evento sobre *Smart Cities*, em São Paulo, no qual é divulgado o *ranking* das cidades mais inteligentes do Brasil, baseado no estudo da *Urban Systems*, consultoria atuante em projetos de cidades inteligentes ao redor do mundo e validado pelo *IESE Business School*, vinculado à Universidade de Navarra, Espanha, mas com atuação global, destacando-se à frente de estudos sobre o tema, bem como desenvolvendo projetos em parcerias público-privadas para implementação de inteligência nas cidades.

A seguir trechos da matéria que foi ao ar no dia 21 de junho de 2017:

Repórter no estúdio: O que coloca São Paulo como a cidade mais inteligente e conectada do País?

Repórter externo: Esta pesquisa é feita com base em setenta quesitos, de onze setores. E é feita uma avaliação em cima desses quesitos e desses setores e /São Paulo foi a cidade que pontuou melhor, chegando a esse primeiro lugar do *ranking* que tem outras quatro cidades nesse *top five*, que a gente vai ver agora na tela:

Figura 23. Arte divulgada pela matéria – portal G1



Fonte: G1.com

São Paulo ficou em primeiro lugar; Curitiba em segundo, Rio de Janeiro, em terceiro lugar, Belo Horizonte, em quarto e Vitória ficou em quinto lugar.

É claro que, além dos quesitos e desses setores, essa pesquisa também aponta e avalia qual é a interação desses setores, em que medida um setor tem impacto na outra e isso é que a gente chama de conectividade e é por isso que a gente chega nessa lista das cinco cidades mais inteligentes e conectadas. (grifo nosso)

Validação: o enquadramento a partir da cobertura jornalística feita por repórteres que não conhecem o tema a fundo, que misturam conceitos na tentativa de esclarecer os espectadores-cidadãos, porém, não traduzem nem o que a pesquisa propôs.

Agora, a gente vai fazer um giro pelo País, as regiões que tiveram as cidades mais inteligentes: a região Sudeste teve seis cidades mais bem colocadas, seguidas pela Região Sul, com duas cidades mais bem colocadas, região Centro-Oeste teve uma cidade e a região Nordeste também. A região Norte foi a única que não possui cidades entre as dez melhores.

Além disso, são onze setores, São Paulo foi a que pontuou melhor em todos esses setores, só que algumas cidades foram destaques em setores específicos. Quem ficou em primeiro lugar em meio ambiente foi Belo Horizonte, a capital mineira; Vitória ficou em primeiro lugar em Saúde; Vinhedo, aqui no interior de São Paulo, ficou em primeiro lugar em segurança, e novamente São Paulo aparece aí nessa lista, como destaque em mobilidade.

Nós vamos conversar agora com Tomas Assunção, que é presidente da consultoria que realizou esse estudo.

Repórter pergunta: Thomas **de que maneira esses dados vão ajudar as prefeituras a elaborar políticas públicas...é... agora que elas estão cientes (né) dos requisitos que elas atenderam (né)?** (grifo nosso)

Validação: a pergunta é feita como se as prefeituras seguissem as premissas das empresas que vendem soluções tecnológicas, como uma promessa de solucionar os problemas das cidades. Ao mesmo tempo, é como se a municipalidade transferisse a criação das políticas públicas a partir deste ponto e não ao atendimento da construção de uma cidade plural.

Tomas: O objetivo é esse mesmo. **O objetivo é dar para as prefeituras uma referência do seu *status quo*, de onde você está situado com relação a seus pares, com relação a sua região, do tamanho da sua cidade. Então, a varredura que a gente faz é nacional, dentro desses indicadores que você citou, e procura dar à prefeitura um posicionamento, pra que ela faça uma, um planejamento estratégico minucioso de um desenvolvimento sustentável. A dificuldade que tem disto é integrar esses setores todos. O evento tem este papel, de trazer as prefeituras todas pra cá, tem um depoimento dos prefeitos a respeito dos seus setores mais premiados ou menos premiados e com isso você começa a ter um plano estratégico de desenvolvimento sustentável, que foge um pouco do ciclo político. Fica um ciclo de desenvolvimento econômico, essa é a lógica do desenvolvimento do trabalho.** (grifo nosso)

Validação: este é o enquadramento da consultoria, **seu papel** é o de fornecer o posicionamento às prefeituras, para que deste ponto passem a desenvolver seus planos estratégicos. Ao mesmo tempo, o presidente da consultoria afirma que planos de desenvolvimento sustentável fogem do ciclo político, mas não explica como. Ao declarar que o ciclo de desenvolvimento econômico não está inserido no contexto político, tenta desvincular a influência que um exerce sobre o outro, como já foi abordado na pesquisa.

Tomas, muito obrigado por sua entrevista mais uma vez.

E essa pesquisa dá de fato a abertura para este evento que a gente está agora em que empresas apresentam tecnologias que promovem aí a conectividade entre esses setores (grifo nosso)

É com vocês Raquel, Helô, perdão Cecília, Helô...(sic)

Tá certo Mitchel, A gente estava até brincando aqui, mas **a gente sabe o quanto é importante a gente valorizar este tipo de atitude, este tipo de campanha, aí (sic), pra incentivar pra que as pessoas realmente pensem de forma mais sustentável né?** (grifo nosso)

Validação: e, ao final, o repórter que está participando do evento se despede colocando a participação das empresas no evento

Figura 24. Matéria - Portal G1



Fonte: Portal G1

Categoria: Cidades Inteligentes

Caráter: Divulgação das ações da prefeitura sobre cidade inteligente, empresas, ideias, parcerias público-privados

AC: Agenda do prefeito de São Paulo. Cobertura do cotidiano da gestão municipal (trata o fato, no caso, a viagem do prefeito e seu objetivo, firmar parcerias com a China). Conteúdo reproduz a fala do secretário de Relações Internacionais, Julio Serson, que acompanhou o prefeito à visita realizada à China, porém, não esclarece quais.

A matéria se atém a abordar possíveis parceiros privados, as empresas chinesas interessadas em fazer **doações** (grifo nosso) de tecnologias, além de o prefeito apresentar a cidade como uma vitrine, com vários produtos à venda, em troca de uma agenda de negócios para São Paulo, mas sem esclarecer ao leitor o que esse tipo de parceria proposto pela prefeitura traz para a realidade local. Também não se chega a um consenso sobre quais projetos tratariam de cidade inteligente.

Validação: “os conceitos de *smart cities* (cidades inteligentes), para aplicar em São Paulo, utilizando a tecnologia para melhorar a infraestrutura urbana”

“De acordo com a Prefeitura, a China é o maior parceiro comercial do município de São Paulo. A Cidade exportou US\$ 1,2 bilhão e importou US\$ 1,9 bilhão no ano de 2016. Segundo a administração municipal, a China tem muitos investidores interessados nos projetos da capital paulista”.

Figura 25. Matéria - Portal UOL



Fonte: UOL

Categoria: Cidades Inteligentes

Caráter: Divulgação dos compromissos do gestor municipal

Validação:

- a. Parcerias que o prefeito pretende fazer, cifras de investimentos de empresas e gerações de negócios potencializados pela transformação das cidades em modelo *smart*. A exemplo da reportagem anterior, o conteúdo da matéria relata as intenções do prefeito em transformar São Paulo em cidade inteligente, porém, com foco na desestatização. Também não há nenhum tipo de questionamento sobre a participação popular, o foco da matéria é o das soluções tecnológicas para todos os problemas da Cidade e o prazo apertado para que o prefeito conduza São Paulo até outro patamar de utilização destas ferramentas.

“O tucano diz ter como meta transformar a Cidade numa **smart city** até o final da gestão. Doria acha que São Paulo está no caminho certo, mas Yinchuan é a prova de que o slogan que lhe é tão caro, *#acelera*, cabe à sua gestão.” (grifo nosso)

“O prefeito menciona como trunfo uma promessa de campanha, o Empreenda Fácil, que propõe o prazo de sete dias para abrir uma empresa. A Folha relatou em junho a dificuldade de empresários em conseguir ser atendido no programa –a gestão classifica os problemas como "pontuais".”

- b. Desburocratização por meio dos sistemas

“Pelo que o secretário viu *in loco*, Yinchuan deixa até o ideal paulistano dos sete dias no chinelo. Abrir uma companhia por lá antes levava uma semana, tempo reduzido para meio dia.”

“O empenho pela desburocratização não para por aí.”

“Um serviço de licenciamento de serviços no município precisava de 69 carimbos. Hoje fazem com apenas um. Antes, para aprovar a implantação de uma indústria lá, umas 600 pessoas analisavam o processo, e agora são 60”, diz Annenberg.

- c. As PPPs

“E há mercado para as *smart cities*”: a consultoria *Markets and Markets* estima que o conceito movimente US\$ 758 bilhões em 2020, ante US\$ 312 bilhões em 2015 –sobretudo através de PPPs (parcerias público-privadas), que têm um lugar especial no coração do prefeito que pôs como meta “vender São Paulo” mundo afora.”

- d. Marketing das cidades inteligentes

Uma pitada de "efeitos especiais" não atrapalha ninguém. Em Yinchuan, a prefeitura recepciona residentes com hologramas e as paredes têm códigos de barras para que, em vez de esperar na fila, o cidadão possa escaneá-lo com o celular e receber respostas rápidas para dúvidas frequentes —como a renovação de passaportes (feita ali).

A Cidade realizou conferência global sobre o tema em 2016 e, ciosa em vender seu peixe, convidou jornalistas do mundo todo - o que rendeu reportagens como uma da CNN intitulada "a cidade mais inteligente do mundo?"

Figura 26. Matéria Portal Estadão

Doações de chineses a Doria somam R\$ 8,5 mi

Prefeito pediu - e conseguiu - câmeras, carros elétricos e drones, entre outros

Bruno Ribeiro, Enviado especial
29 Julho 2017 | 03h00



Associação Protetora de Animais Abandonados - Açãocheço
RETRIBUINDO CARINHO

Doria faz test drive em carro elétrico na fábrica da BYD Foto: Bruno Ribeiro/Estadão

Os chineses receberam Doria com a maior hospitalidade possível. De show room em show room, o prefeito falou sobre sua proposta de tocar uma Parceria Público-Privada (PPP) para o setor de segurança e destacou o papel que São Paulo tem de disseminar tecnologias no Brasil. A sigla mágica era "PPP", que os chineses falavam em português e sorriam ao ouvir, mostrando vontade de fazer negócios - esses não gratuitos - com a Prefeitura em um futuro próximo.

Mais do que pedir as doações, a viagem do prefeito será marcada por inaugurar a era "big brother" na cidade. Os chineses têm câmeras que fazem reconhecimento facial e conseguem saber onde passou uma pessoa específica na cidade, são capazes de reconhecer até gente de máscara e distinguir carros, motos e caminhões automaticamente.

"As áreas centrais das cidades são as prioritárias, sobretudo de comércio popular. José Paulino, 25 de março, região do Brás, e o centro da cidade", disse o prefeito.

Segundo sua proposta original, a cidade deveria contar em 2020 com 10 mil câmeras. A PPP, que foi anunciada apenas em solo chinês, durante a visita à empresa Hikvision, seria para ir muito além da meta. A cidade de Xangai, por exemplo, tem 2 milhões de câmeras.

Outros bens. As câmeras foram um aspecto importante, mas não dominaram a agenda do prefeito na China. Em Pequim e em Xangai, o prefeito circulou por bancos, fundos de investimentos e agências de desenvolvimento. Essas instituições não fizeram nenhum tipo de doativo ao prefeito. Mas todas disseram que se interessariam em abrir linha de crédito para todas as propostas de seu Plano Municipal de Desestatização, que inclui a concessão do Pacaembu, a venda do Anhembi e do Autódromo de Interlagos e a concessão do sistema de bilhetagens do bilhete único.

Esse último recebeu atenção especial nas visitas. Nas cidades em que o prefeito esteve, mesmo pequenas lojas de comércio popular já usam meios eletrônicos para transações simples. Máquinas reconhecem sinais de QR Code (uma espécie de código de barras) para validar transações financeiras, praticamente acabando com o dinheiro. É essa tecnologia que entrará nos ônibus - o que gera uma grande abertura de mercado para essas empresas em São Paulo e, assim, no Brasil.

Mas houve mais doações concretas. Ainda na área da segurança pública, ele recebeu dois drones que também serão usados no monitoramento diário das ruas, em especial da Cracolândia. São drones muito mais robustos, desenvolvidos para ações militares de estratégia, que voarão sobre o centro velho diariamente. Ele recebeu ainda 200 rádios comunicadores, que devem ser usados pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e abriu uma frente de energia: quatro carros elétricos para o Parque do Ibirapuera e um sistema de painéis solares para abastecer de energia os hospitais de Brasília e Parelheiros, nas zonas norte e sul da cidade, respectivamente.

Cuidado. Em sua última reunião com empresários, na empresa Huawei (fabricante de celulares e de equipamentos que vão de monitores médicos até a sistemas de controle de trens), Doria teve de ouvir de um dos representantes que ele deveria "ter cuidado com coisas de graça", uma vez que poderia estar recebendo doações de produtos que não seriam bons.

"Você já recebeu 3 mil câmeras, e isso é uma boa notícia, mas você pode ter criado problemas", disse o chefe global de expertise em segurança pública da Huawei, Hong-Eng Koh. "Tenha cuidado com coisas de graça", afirmou - sua empresa doou mil câmeras e, mais importante, um sistema de controle integrado para equipamentos de diferentes marcas.

Havia sido a primeira reunião aberta à imprensa, em que seria possível ver de perto a hora em que os pedidos eram feitos. Doria queria ainda um sistema de telemedicina, que permite ao médico consultar o paciente a distância, mas parou de pedir diante dos dois "sim" iniciais - que não foram atendidos de pronto, o que fez Doria pedir para que fossem reconsideradas as propostas.

A resposta ao aviso do chinês veio em uma fala do secretário de relações exteriores, Julio Serson: na situação financeira da cidade, nem Doria nem sua equipe estavam em posição de rejeitar ajuda, mesmo que não fosse da tecnologia mais moderna existente. "A gente precisa começar de algum lugar", disse Doria.

Fonte: Portal Estadão

Categoria: Cidades Inteligentes

Caráter: Divulgação dos compromissos do gestor municipal na China

Validação: Doações de empresários chineses e parcerias que o prefeito pretende fazer, para a cidade ter sistema monitorado de segurança-PPPs, a partir da tecnologia como remédio para todos os problemas da cidade.

O recado para o “toma-lá-dá-cá” partiu do executivo da empresa que cedeu os equipamentos e foi interpretado pelo repórter da maneira que ele compreendeu, em destaque.

Figura 27. Matéria portal G1

Só 18% das prefeituras têm plano de cidade inteligente no Brasil, diz pesquisa

Pagamento de transporte público com cartão eletrônico é ação mais frequente entre capitais e iluminação inteligente a menos recorrente.

Por Nelson Simões Gomes, G1

Apenas 18% das prefeituras brasileiras têm planos de cidade inteligente, que incluem o acompanhamento em tempo real de equipamentos urbanos, como semáforos, ônibus e postes de iluminação.

O dado faz parte da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2017, que foi divulgada nesta quarta-feira (2). O levantamento feito pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) tradicionalmente faz um raio-x de como a administração pública usa tecnologia para atender os cidadãos, mas nesta edição reuniu pela primeira vez o nível de adoção de projetos entre as gestões municipais para tornar cidades mais conectadas.

Segundo o estudo, 70% de cidades populosas, com mais de 500 mil habitantes, possuem planos de cidade digital, enquanto essa é a realidade para só 8% daquelas com até 10 mil moradores. Essa não é a regra nem para capitais, já que entre elas esse índice é de 77%; porcentagem maior, no entanto, que as cidades do interior (18%).

Veja o percentual de municípios por região com plano de cidade inteligente:

- Centro-oeste: 21%
- Sudeste: 20%
- Nordeste: 19%

Fonte: Portal G1

Categoria: Cidades Inteligentes

Caráter: Divulgação do estudo TIC Governo Eletrônico

Validação: Divulgação dos dados do estudo TIC Governo Eletrônico, que traça um panorama sobre projetos de prefeituras, que utilizem as TICs e IOTs para a formação de cidades inteligentes no País e a importância do envolvimento do público nestes processos. O texto traz alguns resultados isolados, sem explicar ao público qual a definição de uma cidade

inteligente, como essas tencologias atuam nos projetos públicos. Enfatizam a questão da conexão e dos sistemas de vigilância nas cidades.

Figura 28. Matéria Blog Causas e Marcas – Portal Estadão



BLOGS
Causas e Marcas
Um blog sobre tendências e experiências de empresas e marcas com causas sociais que promovem impacto positivo na sociedade

ESTADÃO Economia & Negócios

Como transformar São Paulo numa cidade inteligente?

Wal Flur
17 Agosto 2017 | 11h41

Segundo o pesquisador americano Boyd Cohen, Ph.D em urbanismo e uma das referências na elaboração de metodologias que definem as smart cities, cidades inteligentes são as que têm a capacidade de se desenvolverem economicamente ao mesmo tempo em que aumentam a qualidade de vida dos habitantes, gerando eficiência nas operações urbanas.

Neste contexto precisamos nos conscientizar de que cidades são construídas não apenas por políticos e governantes. As cidades são reflexo da cultura, criatividade e valores dos que residem em sua região urbana, seja ela pequena ou grande.

O prefeito de São Paulo, João Doria, quer transformar a capital numa smart city, mas para isso precisamos garantir uma agenda multistakeholder envolvendo governo, empreendedores, investidores, iniciativa privada e organizações sociais. Só assim vamos alinhar os principais desafios e as metas que queremos alcançar. É um projeto da cidade, não pode ser de apenas um governo, de uma gestão.

O maior festival de inovação do mundo, o SXSW, que acontece anualmente em Austin, uma cidade a caminho do futuro, anunciou recentemente que na edição de 2018 haverá uma trilha especial de palestras e debates para discutir o assunto, o Cities Summit. O prefeito da cidade, Steve Adler, resume bem o espírito da iniciativa: "As cidades estão na linha de frente da mudança em nossa sociedade. As cidades são onde a expansão econômica, as novas ideias e os avanços culturais ocorrem e onde mostramos que inclusão e diversidade não são encargos para tolerar, mas necessários, ingredientes para o sucesso e a sobrevivência. As cidades não são bolhas onde preservamos o passado. As cidades são incubadoras do futuro".

Precisamos colocar São Paulo neste contexto e evitar iniciativas pontuais e assistencialistas das empresas. Precisamos ter um plano maior e mais consistente. Uma oportunidade para marcas criarem e ativarem suas causas de forma mais transformadora.

Bora acreditar e fazer acontecer!

Cupons Estadão

- Cupom Amor: Até 10% de desconto
- Descontos Sul: Paralelos com até 20%
- Promoção Cas: Até 10% de desconto

Fonte: Portal Estadão

Categoria: Cidades Inteligentes

Abordagem: Opinativa – Blog

Caráter: Divulgação de empresas, ideias, negócios

Validação: O discurso das empresas inseridas em projetos de *smart city* pelo mundo, faz alusão à opinião do prefeito da cidade estadunidense de Austin, no Texas, sobre as cidades serem polos de desenvolvimento econômico, numa espécie de chamamento ao público, para participar de um movimento de adoção de medidas que não sejam isoladas ou paliativas, mas planejadas a longo prazo com a iniciativa público-privada.

Neste caso, a cobertura do cotidiano começa a ganhar outro enfoque e dimensões, como ressalva o jornalista João Gabriel de Lima, ex-editor das revistas Bravo e Época e do

jornal Folha de S.Paulo, que, atualmente dedica-se à pesquisa acadêmica no Insper, como coordenador de Jornalismo, no Seminário Cidades | Percepção e Comunicação:

[...] O problema das cidades é muito forte e que está começando a ser discutido com mais profundidade de uns tempos para cá, porque a gente mora dentro das cidades, e num primeiro momento [...] a cobertura do jornalista da cidade quando o tema ainda não é prioritário é aquela cobertura não especializada, do cara que vê o problema e ele acha que afeta o seu leitor, então ele vai lá e faz uma matéria a respeito, mas ele não tem um pensamento mais amplo, com mais profundidade, como a nossa imprensa já consegue ter com economia, com inclusão social e com combate à corrupção. Mas isso tá (sic) mudando e acho que o grande termômetro dessa mudança é... primeiro, as discussões se põem, existem muitos problemas que afetam todo mundo, independentemente de morar no centro adensado ou na periferia, pelo transporte público e tal. E você vê surgir jornalistas especializados e cada vez mais vozes de especialistas falando a respeito disso nos jornais...

Você tem cada vez mais jornalistas se especializando nesse tema, porque esse tema está sendo cada vez mais discutido na sociedade brasileira está se falando neste tema.

Então o que eu acho é (sic) a imprensa geralmente reflete os temas que estão sendo discutidos na sociedade, e ela vai se especializando, se aprofundando, à medida que a demanda por esses temas aumenta. E eu tendo a achar que o urbanismo pode ser a bola da vez [...].

Na análise, foram encontrados outros exemplos de cobertura diferenciada como o lançamento do aplicativo Prato Aberto, por meio de um *hackathon*²⁸, iniciativa da Secretaria da Educação do município paulista, em conjunto com o Pátio Digital, uma espécie de agência do governo municipal calcada em três eixos: transparência e dados abertos; colaboração governo-sociedade, inovação tecnológica. Sua atuação está voltada a esclarecer as pessoas sobre os projetos da prefeitura, abertura de dados, bem como às discussões com a população sobre as mudanças impostas pela tecnologia da comunicação e informação.

Embora a prefeitura faça divulgação sobre eventos realizados, a participação ainda é pequena e a divulgação na imprensa pouco expressiva. A matéria sobre a criação do aplicativo Prato Aberto, que contou com a assessoria mirim de três alunas do CEU Lajeado, traz a narrativa do cotidiano das famílias em relação à merenda escolar. O conteúdo se ateve à questão da participação popular na discussão de temas que afetam a vida das pessoas, mas também inseriu a realização do governo na gestão Dória.

A matéria ganhou uma página do jornal Agora impresso, mas também está hospedada no portal de notícias UOL. Mas, como diria Lima (2017), a escolha da pauta não acontece de maneira arbitrária, devido ao sequestro da *agenda setting*, que obedece muito mais a uma

²⁸ *Hackathon* – iniciativa da sociedade civil para criar soluções que tragam melhorias para a cidade. Geralmente, são feitas rodadas de encontros aos finais de semana, com a participação de interessados. O *hackathon* é aberto à participação e geralmente premia as melhores soluções para a comunidade.

lógica de mercado, do que propriamente à discussão necessária para a sociedade compreender o que acontece nas cidades, como ocorria com as questões fiscais e de inflação, nos anos 1980 e 1990, que obrigaram o governo a mudar sua política econômica.

Figura 29. Matéria Agora-UOL e notícia da Prefeitura

Alunas da 6ª série ajudam a criar aplicativo de merenda

Trio de estudantes de escola no Lajeado participou da criação de sistema que será usado em toda rede

Por Redação UOL

A elaboração do aplicativo *Prato Aberto*, que vai ajudar estudantes da rede municipal de São Paulo a avaliar a qualidade da merenda escolar, contou com o auxílio de três consultoras mínimas alunas da mesma rede da 6ª série do CEU Guatupetá Educacional (Gratuito) Lajeado (zona norte de Curitiba).

O aplicativo será lançado no mês que vem pela Secretaria Municipal de Educação, sob gestão de *Luiz Carlos (LCP)*. A notícia chegou aos alunos quando a estudante *Isabella Vieira de Souza*, 12 anos, estava na sala de informática e viu, no site da *professora*, o anúncio da competição do site *Prato Aberto*, de *professora*, que incentivava interessados a criar um aplicativo sobre merenda, elaborado em parceria com o *lêxico*.

"Eu acho interessante porque não gostamos da merenda. E queremos melhorar. E acho que isso é o certo, sem ter a mão de ninguém", diz *Isabella*.

Em 10 dias, as três ajudaram a desenvolver. Depois, a direção da escola revelou uma ligação da prefeitura explicando que elas não poderiam participar do concurso por serem menores de idade, mas foram convidadas para a consultoria mensal.

Consultoria

A estudante *Kathelwyn Guerra Marques*, 11 anos, também participou da elaboração do aplicativo. "Muito legal participar de uma ação que ajuda a ajudar. Foi bacana porque mostrou o que infelizmente é aqui."

A mãe dela, a representante comercial *Helena Guerra Marques*, 32 anos, conta que a filha estava a trabalhar mais em alimentos após a experiência. "Foi legal ter contato com o secretário Municipal de Educação e saber pessoas que tinham experiência e aplicação, coisas que faziam algo que poderia mudar nossa realidade."

"Acho maravilhoso e positivo saber de quem participar", disse o secretário municipal de Educação, *Luiz Carlos*.



As estudantes (da esq. para a dir.) *Kathelwyn Guerra Marques*, 11 anos, *Isabella Vieira de Souza*, 12 anos, e *Camilly Vitória Borges Leite*, 12 anos, da 6ª série do CEU Lajeado (zona norte), avaliam merenda escolar.

Comunicação vai ser facilitada, diz secretário

O aplicativo *Prato Aberto* será lançado por meio de acordo com o secretário Municipal de Educação, *Luiz Carlos*. De acordo com ele, uma das prioridades é que ele seja o canal de comunicação por meio do qual os pais possam acompanhar o que os filhos estão consumindo nas escolas. Isso será um desafio, pois a maioria dos pais não tem acesso à internet ou não sabe usar o aplicativo. "O aplicativo será desenvolvido, então, para uma função simples: no WhatsApp, por exemplo, o pai pode enviar uma mensagem, um vídeo ou foto para o filho e ele vai responder. Pode-se pedir para mandar o cartão de merenda ou até mesmo a quantidade e a qualidade da merenda", diz.

Para *Isabella*, o aplicativo vai ser usado para melhorar a comunicação entre pais e filhos. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*.

Coordenadora vê mais transparência

A coordenadora de Educação, *Isabella*, vê mais transparência na comunicação entre pais e filhos. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*.

Para especialista, ação ajuda a formar cidadão

Ação como desenvolver aplicativos e merenda escolar ajuda a formar o cidadão. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*.



A estudante *Mônica de Paula*, 5 anos, que já foi diretora por um dia na *Escola Municipal de Educação Infantil* (zona norte), com a diretora *Isabella* *Guerra Marques*, 37 anos.

Crianças viram diretoras por um dia em atividade especial

Quatro de quatro e cinco anos, elas foram eleitas diretoras por um dia na *Escola Municipal de Educação Infantil* (zona norte) de *Isabella* *Guerra Marques*, 37 anos, durante o projeto *Um Dia de Diretora*. As crianças foram eleitas por votação secreta e foram eleitas por votação secreta. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*.

As crianças foram eleitas por votação secreta e foram eleitas por votação secreta. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*.

As crianças foram eleitas por votação secreta e foram eleitas por votação secreta. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*. "Eu acho que vai ser muito bom porque vai ajudar a melhorar a comunicação entre pais e filhos", diz *Isabella*.

Fonte: Portal de notícias UOL

Matéria Agora

Categoria: Cidades Inteligentes

Abordagem: esclarecer ao público como funcionará a nova ferramenta para acompanhar a qualidade da merenda oferecida nas escolas públicas

Validação:

1. A propaganda política

“O aplicativo será lançado no mês que vem pelo secretário da Educação, sob gestão João Dória (PSDB).”

2. Sobre a participação das alunas na construção do aplicativo, na fala do professor Paulo Fraga, a possibilidade de participação popular na formação da consciência cidadã é trazida pela academia

“Para especialista, ação ajuda a formar cidadão”

“Ajuda a desenvolver as competências moral e democrática. Participar de assembleias e compreender os problemas de uma escola ajudam a formar um cidadão mais consciente”

A falta de visão da mídia abre mais um debate público importante, que é o da cobrança da população sobre o que é necessário para se construir a cidade, o país, o sistema democrático. Bentley (1995) credita à política, a possibilidade de as pessoas poderem exercer pressão por meio de movimentos populares que, em busca de seus interesses chocam-se com outros grupos, formando um debate que prossegue com olhos no presente, para a construção do futuro, ao afirmar que “toda ação que acontece na sociedade é o movimento e o contra-movimento de pessoas impulsionadas por seus sentimentos” (BENTLEY, 1995, p.31).

Corroborar com esta opinião Habermas (2004), ao descrever que a democracia se fortaleceu em processos de transformação, nos quais “o contexto geral da comunicação social (crescimento da cultura urbana, metropolitana e provinciana)”, absorveu novos cenários às relações sociais.

O jornalista é antes de tudo cidadão. As decisões por coberturas jornalísticas, que partem desses debates das redações, também traduzem vetores internos, de ordem pessoal, como colocou o jornalista, escritor e colunista colaborador da Folha de S. Paulo, Plínio Fraga, no debate Cidades| Percepção e Comunicação, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 2017.

Fraga acredita que tudo passa pela construção da pauta, mas de uma maneira muito complexa, da indústria da mídia, dos donos dos veículos de comunicação no Brasil, à formação pessoal do jornalista, seu perfil, questões de inclusão social, do repertório de vida: “e essa complexidade que falta no jornalismo, muitas vezes falta no debate político, falta na

academia e falta em eventos, graças a Deus (sic), públicos como esse aqui de hoje” (FRAGA, 2017, *online*²⁹).

Máximo (2018) também destacou essa complexidade no cotidiano das redações e a dificuldade de se pautar a mídia, em detrimento do que acontece no País:

Do ponto de vista da chamada grande imprensa ou establishment media, considero a cobertura sobre as cidades insuficientes e pouco reflexivas, suscitando baixa capacidade de reflexão e consciência crítica do público consumidor de notícia. Insuficientes porque a agenda jornalística não consegue dar conta (o que é compreensível) da quantidade e complexidade da agenda empresarial/econômica, de políticas públicas/governamental, problemas e bons exemplos de uma cidade em inúmeras esferas. (MÁXIMO, 2018, entrevista³⁰)

Fora do País por dois anos, o jornalista tomou conhecimento sobre o tema cidades inteligentes, dentro e fora do Brasil, por meio de contato com assessores de imprensa e fontes de empresas, assim como “grandes consultorias, associações empresariais e universidades”. Mais do que estar em contato com o tema, Máximo lembra que é necessário haver mais tempo de apuração nas reportagens e maior espaço para “abordagem mais profunda e contextualizada” (MÁXIMO, 2018, entrevista)³¹, eventualmente, trazendo comparações com outros países, para que o leitor possa criar sua opinião a respeito do assunto.

²⁹ FRAGA em seminário Cidades| Percepção e Comunicação, edição RJ, realizado em 24 de out. 2017, Canal Arq. Futuro Brasil, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9DLkE9M_pNQ, de 23:38 a 23:46, acesso em 12 dez. 2017.

³⁰ MÁXIMO (2018) em entrevistas concedidas a esta pesquisadora, em novembro 2018.

³¹ Idem.

Figura 30. Matéria 05 – UOL

colunistas

ronaldo lemos

São Paulo pode violar privacidade em programa 'Wi-Fi Livre'

24/07/2017 02h00

Compartilhar

O pesquisador Bruno Bioni fez na semana passada um alerta importante: São Paulo está caminhando para adotar um sistema de acesso público à internet por wi-fi que pode colocar em risco a privacidade dos paulistanos e das paulistanas.

A indicação disso decorreu de veto do prefeito João Doria (PSDB) a dois artigos da lei municipal que criou o programa chamado "Wi-Fi Livre". Ao justificar o veto, a prefeitura paulistana alegou que "busca modelos alternativos de provimento e financiamento" da conexão pública à internet, por meio de "parceria com a iniciativa privada que torna possível compreender o perfil dos consumidores e definir uma base de dados assertiva para adequação de anúncios".

Madame Natasha traduziria esse português truncado da seguinte forma: a prefeitura quer implantar um sistema para coletar e analisar os dados pessoais dos cidadãos e cidadãs que usarem o serviço. Quer também analisar a navegação de cada pessoa e vender esses dados para a iniciativa privada como forma de gerar receita.

Além de a proposta ser potencialmente inconstitucional, a prefeitura deveria olhar para iniciativas similares em cidades como Nova York para analisar como esse mesmo serviço foi implementado por lá. A cidade seguiu por caminho oposto ao escolhido por São Paulo. Lá, a proteção da privacidade dos cidadãos foi definida como elemento central do acesso público à internet.

A política de privacidade do serviço nova-iorquino dá aula. A prefeitura de lá não coleta nenhum histórico de navegação dos usuários, nem vende nenhuma informação para terceiros. Qualquer dado coletado para gerir o serviço é anonimizado e qualquer exceção a essas regras depende de um consentimento específico ("opt-in") do cidadão, sempre limitado a propósitos específicos.

Conversei há pouco com o CTO (chefe de tecnologia) da cidade de Nova York, Miguel Gamino Jr. Ele ressaltou que proteger a privacidade não impediu a prefeitura de fazer parcerias público-privadas para custear o serviço de wi-fi. Ao contrário, a confiança derivada dessa proteção ampliou o leque de parceiros interessados.

Nas palavras dele: "Fornecer acesso público à internet só faz sentido se isso for benéfico aos cidadãos. As pessoas não deveriam ter de escolher entre privacidade e oportunidade. É preciso oferecer as duas coisas". A entrevista completa com ele está no episódio sobre cidades inteligentes da minha série "Expresso Futuro", [disponível on-line no Futura Play \(Canal Futura\)](#).

O tema é especialmente importante porque os principais usuários do wi-fi público são a parcela mais vulnerável da população, que não possui planos pós-pagos de celular com boa conexão. Ignorar os direitos desses usuários serve apenas para aumentar disparidades.

De nada adianta parecer moderno na superfície e atuar de forma paroquial na hora de implementar políticas públicas sobre tecnologia. Se a prefeitura quer fazer de São Paulo uma cidade global, deveria ao menos aprender com o que já existe.

Fonte: UOL

Coluna de Tecnologia no UOL/Folha S.Paulo

Enquadramento:

Crítica sobre a falta de uma política de privacidade de dados no âmbito do governo municipal. Questionamento sobre como são ou serão usados os dados das pessoas e o que a

prefeitura e a iniciativa privada farão com os dados das pessoas, a partir do cadastramento em sistemas de *Wi-fi* gratuito em São Paulo.

Validação:

1. Academia gera questionamento

“O pesquisador Bruno Bioni fez na semana passada um alerta importante: São Paulo está caminhando para adotar um sistema de acesso público à Internet por *Wi-fi* que pode colocar em risco a privacidade dos paulistanos e das paulistanas.”

2. Questão legal / conscientização / crítica

“Madame Natasha traduziria esse português truncado da seguinte forma: a prefeitura quer implantar um sistema para coletar e analisar os dados pessoais dos cidadãos e cidadãs que usarem o serviço. Quer também analisar a navegação de cada pessoa e vender esses dados para a iniciativa privada como forma de gerar receita.”

“Além de a proposta ser potencialmente inconstitucional, a prefeitura deveria olhar para iniciativas similares...”

3. Crítica à gestão

“A indicação disso decorreu de veto do prefeito João Doria (PSDB) a dois artigos da lei municipal que criou o programa chamado "*Wi-Fi* Livre". Ao justificar o veto, a prefeitura paulistana alegou que "busca modelos alternativos de provimento e financiamento" da conexão pública à Internet, por meio de "parceria com a iniciativa privada que torna possível compreender o perfil dos consumidores e definir uma base de dados assertiva para adequação de anúncios".”

“De nada adianta parecer moderno na superfície e atuar de forma paroquial na hora de implementar políticas públicas sobre tecnologia. Se a prefeitura quer fazer de São Paulo uma cidade global, deveria ao menos aprender com o que já existe.”

Este exemplo foi analisado também sob o aspecto da comunicação da prefeitura, sob outros aspectos além dos técnicos, do conteúdo e enfoque. O projeto *Wi-Fi* Livre foi implementado nos anos de 2013-2014, período que marca a gestão anterior. Somente três anos depois, a imprensa cedeu espaço à discussão da preservação de sigilo de dados pessoais, em coluna de Ronaldo Lemos, na Folha de S.Paulo e no portal UOL. A área de comunicação da prefeitura, por sua vez, em ambas as situações não esclareceu como ficaria a preservação de dados dos usuários do serviço. Essas informações só viriam a compor a notícia da prefeitura depois de retomada a ação pela prefeitura, em *release* de divulgação do edital para expansão do serviço na capital, em novembro de 2018, como que em resposta à matéria divulgada pela Folha de São Paulo no ano anterior.

Figura 31. Matéria 06 - Prefeitura de São Paulo

Acessível



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Cidadão
Empresa
Turista

Notícias

Volta

Prefeitura anuncia expansão do programa WiFi Livre SP

São Paulo contará com, no mínimo, 300 pontos de internet gratuita em centros culturais, bibliotecas, centros desportivos e pontos turísticos, entre outras localidades

13:54 23/11/2018

De Secretaria Especial de Comunicação

[Curtir](#)
[Com](#)
[Twitter](#)

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, lançou nesta sexta-feira (23) edital para o credenciamento de empresas e organizações interessadas em ofertar internet gratuita na capital. A rede de conectividade, atualmente disponível em 120 praças e parques da cidade, será, no mínimo, duplicada até o final da gestão, conforme prevê o Programa de Metas 2017-2020.

A expansão do programa WiFi Livre SP propõe 300 pontos de conexão obrigatórios, contemplando centros culturais e bibliotecas, centros desportivos e pontos turísticos. E detalha, ainda, outras 319 localidades complementares e opcionais, vinculadas a esta primeira rede.

"A nossa meta é dobrar os 120 pontos de WiFi na Cidade. Hoje nós gastamos R\$12 milhões ao ano para manter os pontos atuais e vamos deixar de gastar este valor e com esta ampliação vamos poder atender, em especial, a população de maior vulnerabilidade que não tem recursos hoje para poder pagar um pacote de dados e que precisa utilizar a internet. A Prefeitura mais do que cumprindo a sua obrigação e acima de tudo, cumprindo aquilo que foi prometido com a população no seu plano de metas", afirmou o **prefeito Bruno Covas**.

O edital propõe que as empresas interessadas recebam como contrapartida o direito de explorar modelo de negócios baseado na publicidade digital. O formato jurídico permite que a administração municipal deixe de investir recursos públicos na sustentação do serviço: cerca de R\$ 12 milhões ao ano, investimento para manutenção dos 120 pontos atuais de acesso.

"Estamos propondo um modelo de financiamento pelo setor privado que não onera os cofres públicos e assegura internet de qualidade para as regiões de maior vulnerabilidade social. Nossa meta é audaciosa e gostaríamos de atingir mais de 500 pontos gratuitos de Wi-Fi", destaca Daniel Annenberg, secretário municipal de Inovação e Tecnologia.

O documento segue de forma irrestrita as diretrizes do Marco Civil da Internet e da recém-aprovada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, garantindo direito à privacidade, à neutralidade da rede e à proteção de dados pessoais. O edital de credenciamento ficará aberto por seis meses e as empresas credenciadas poderão explorar o serviço por cinco anos. "O próprio Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) elogiou na consulta pública as garantias de privacidade e proteção dos dados dos cidadãos", complementa Annenberg.

A democratização do acesso à internet é considerada por especialistas como condicionante para o crescimento econômico^[i] e para a inclusão social. De acordo com a The Economist Intelligence Unit, o Brasil é o 10º país em número de pessoas sem acesso à internet: um terço de sua população (cerca de 71 milhões de brasileiros) não possui acesso à rede, e apenas 11,5% possuem conexão banda larga^[ii].

Levantamento da Universidade Federal do ABC sobre o perfil dos usuários do serviço de Wi-Fi público de São Paulo aponta ainda que "entre as pessoas que acessam a internet por aparelhos móveis, o percentual de uso por Wi-Fi é de 87,2%, superior ao da conexão por meio de 3G/4G"^[iii] limitada em termos de quota de tráfego e, financeiramente, ainda inacessível para uma boa parcela da população.

Sobre a consulta pública

A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia promoveu em 2017 um Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI) e, em 2018, consulta pública para a definição, em parceria com a sociedade e o mercado, de forma transparente, do modelo de negócio para a expansão da rede gratuita de conectividade.

Por 15 dias, entre 21 de setembro e 5 de outubro, a consulta pública recebeu 19 manifestações com diversas contribuições do setor de telecomunicações, de escritórios de advocacia e de organizações da sociedade civil para as minutas do edital de credenciamento.

Muitas destas contribuições foram incorporadas ao documento final e podem ser acessadas por meio do portal Gestão Urbana (<https://participa.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#wifi-livre-sp>), assim como a minuta de contrato e termo de referência.

Sobre o programa WiFi Livre SP

O programa WiFi Livre SP tem como objetivo levar internet gratuita e de qualidade à população de São Paulo, fomentando a inclusão digital e a apropriação do espaço público. Está disponível em 120 praças e parques da cidade e registra, desde o início do programa, em 2014, mais de 400 milhões de acessos.

^[i] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Avaliando o efeito dos investimentos em telecomunicações sobre o PIB. Brasília: IPEA, 2017. Disponível [aqui](#).

^[ii] Denis McCauley, The inclusive internet index: Bridging Digital Divides. Londres: The Economist Intelligence Unit, 2017. Disponível [aqui](#).

^[iii] Sérgio Amadeu da Silveira (Org.). Propostas para correções, adequações e ampliação da política de conectividade e inclusão digital. São Paulo: UFABC, 2015. Disponível [aqui](#).

Imagens para download

[Foto 1](#) | [Foto 2](#) | [Foto 3](#) | [Foto 4](#) | [Foto 5](#) | [Foto 6](#) | [Foto 7](#) | [Foto 8](#) | [Foto 9](#) | [Foto 10](#) | [Foto 11](#)



Fonte: Prefeitura de São Paulo

Ainda que a iniciativa tenha suscitado o debate preliminarmente em outras esferas de envolvimento do público – fóruns em universidades, eventos sobre TICs, *blogs* de autores e pesquisadores sobre o tema, como Raquel Rolnik, Sassia Sasken, Ronaldo Lemos, o tema caiu no esquecimento dos grandes veículos de comunicação, inclusive os aqui analisados.

6.5. Conteúdos da Prefeitura em destaque

Durante o período analisado, foram publicadas no site da Prefeitura de São Paulo, 337 notícias, sendo que a maioria dos conteúdos, com a chancela de cidade inteligente, divulgou ações sobre Saúde, Governo Aberto, Digitalização de serviços, Desburocratização, Capacitação para colaboradores da prefeitura e atividades abertas para a comunidade, Parcerias Público-Privadas (PPP) - City Câmeras, Iluminação inteligente, lançamento de

aplicativos, Mobilidade, Inovação, acesso a *Wi-fi* livre em locais públicos, FabLab e balanço de gestão, com resultados sobre cidade do futuro.

Os temas se repetem nos dois exercícios, entretanto, não há conteúdo específico para a imprensa sobre o projeto de cidade inteligente, nem para a população, além do estudo realizado pela Universidade Federal do ABC, para a implementação do *Wi-Fi* Livre SP. Nota-se também que as comunicações não trazem um conjunto de informações capaz de fazer que o cidadão tenha uma leitura mais completa sobre o tema.

Há várias descrições em torno do mesmo tema: cidade inteligente como **Plataforma São Paulo Inteligente**, **SP Inteligente**, **Cidade do Futuro**, no entanto, são os enquadramentos dados a cada matéria que fazem a diferença na apropriação das informações, apreensão de conhecimento e interpretação da realidade. Nenhuma delas conceitua exatamente o que a prefeitura pretende para as políticas públicas, ações com a comunidade, envolvimento do cidadão, parcerias com a academia, setor privado, organizações não-governamentais. Os conteúdos apenas retratam ações isoladas que levam como complemento o termo **inteligente**, sem fazer qualquer tipo de alusão ou associação ao conceito de uma cidade inteligente.

A própria comunicação realizada diretamente para o público não tem identidade definida para o tema. Desde o início de janeiro de 2019, a prefeitura começou a divulgar a Cidade do Futuro, agora agregando todas as categorias que congregam o conceito de cidade inteligente, pelo discurso da prefeitura.

Quanto à divulgação do governo, Palhano (2018) coloca sua percepção a partir do trabalho realizado nas redações de jornais, como cidadão e responsável por um dos maiores eventos da cidade de São Paulo, no quesito participação popular e responsabilidade pela sustentabilidade:

Sobre a comunicação do poder público com a população, eu acho que é muito ruim. A gente (sic) tem algumas tentativas aí, de aviso por SMS, Defesa Civil, mas ainda estamos engatinhando, certamente, nessa questão da informação. Infelizmente, a prefeitura não sabe usar esses mecanismos. Eu vejo isso em várias cidades brasileiras e, enfim, tem um campo muito grande pra (sic) avançar. Uma coisa que eu vejo como ruim, é que a prefeitura na sua comunicação, ela tem uma questão apenas de aparecer bem, em falar o que está certo, enfim, um viés ainda muito arraigado na comunicação voltada a ampliar a percepção positiva sobre o atual gestor daquele momento. Isso é uma coisa muito complicada. Em termos de comunicação, ela fica pouco técnica, um pouco imparcial e acaba chegando só o que interessa (ao poder público). (PALHANO, 2018, entrevista³²)

³² PALHANO em entrevista concedida à pesquisadora, em 2018

Figura 32. Hotsite para o aniversário da cidade de São Paulo



Fonte: Cidade do Futuro

Daí a diferenciação entre comunicação de interesse público e o marketing político que atende aos interesses do poder público. Zémor (2009) chama atenção para os “objetivos restritos do marketing de vendas das empresas privadas, no qual se inspira para ser a fonte de informação segura para o cidadão” (ZÉMOR, 2009, p.195), o que deturpa a atuação da comunicação pública, que não pode atuar como autopromotora de um político, por exemplo.

No Brasil, a comunicação pública vem sendo estudado pela academia com mais intensidade, há praticamente duas décadas, mas ainda constitui um conceito em construção, como define Koçouski (2013). Brandão (2013) também coloca que a temática inserida em várias esferas da comunicação: organizacional, científica, política, governamental e da sociedade, com o objetivo comum de estabelecer uma “comunicação entre governo, Estado e sociedade” (BRANDÃO, 2009, p.3).

Não se quer eximir do papel da comunicação organizacional, o da gestão estratégica que esta possui ao oferecer suporte à construção da imagem, da reputação, da percepção que os públicos ao qual se destina possam ter. Entretanto, é necessário considerar que a informação de interesse público é o fator que permeia este processo e, por isso, sua abordagem, contexto, relevância e manutenção passam pelo cidadão, pela sociedade. Matos (2013) coloca que a comunicação exerce outros papéis, que transcendem a simples função do divulgar:

Por sua vez, a comunicação também é fundamental na gestão estratégica das organizações, na formação, construção e consolidação de sua imagem, reputação, marca e no processo de administração da percepção e leitura do cenário social, contribuindo para a análise do ambiente interno e externo, dos planos de negócios, identificando problemas e oportunidades para a tomada de decisões compartilhadas e posicionamento das organizações. (COSTA, 2013, p.21)

Isto ocorre quando as áreas de comunicação saem da mera posição de observador, embora atuante, e passam a ocupar lugar estratégico nas organizações, independentemente se públicas ou privadas. A notícia sobre a Plataforma São Paulo, na qual se insere a questão da cidade inteligente, segundo o material de divulgação da prefeitura, como consta na figura 33, acaba promovendo uma ação de fórum interno, com os colaboradores da municipalidade, mas com o foco em um assunto que é de interesse público, sem oferecer informações para a sociedade civil.

Figura 33. Matéria 01- Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo

Mesmo com a polêmica em torno da PPP da iluminação pública, divulgada pela imprensa, entre outubro de 2017 e agosto de 2018, apontando para um possível esquema de corrupção na prefeitura. A notícia “Prefeitura assina contrato com consórcio responsável pela modernização da iluminação pública” foi publicada no dia 8 de março de 2018, pela prefeitura, em meio à turbulência política, indicando no texto apenas que a parceria seria o primeiro passo para a construção da cidade inteligente em São Paulo.

O enquadramento dado pelo poder público é o de realização, pela autopromoção, sem esclarecer ao público, de onde sairão os recursos para uma parceria de vinte anos,

evidenciando apenas a questão do controle de iluminação e da integração com outros sistemas de controle como os de tráfego, segurança e mobilidade.

Figura 34. Matéria 02 – Prefeitura de São Paulo

Não seguro | www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-assina-contrato-com-consórcio

Voltar

Prefeitura assina contrato com consórcio responsável pela modernização da iluminação pública

São Paulo dá o primeiro passo para se tornar uma cidade inteligente

12:42 08/03/2018
De **Secretaria Especial de Comunicação**

Atualizado em 08/03/2018 às 18h20

A Prefeitura assinou nesta quinta-feira (8) o contrato com o Consórcio FM Rodrigues/CLD, vencedor da Parceria Público-Privada (PPP) da Iluminação Pública, que agora é o responsável pela modernização, otimização, expansão, operação e manutenção de todo parque de iluminação da capital paulista por um período de 20 anos. O valor total do contrato é de R\$ 6,9 bilhões. Com as novas tecnologias que serão implantadas, São Paulo dará seus primeiros passos para se tornar uma **Cidade Inteligente**.

Segundo o secretário de Serviços e Obras, Marcos Penido, essa PPP é um marco histórico para a cidade. "No futuro ainda vamos falar de São Paulo pré-PPP e pós-PPP. Vamos ter tudo que há de mais moderno implementado nos mais de 600 mil pontos de luz da cidade e, com isso, teremos uma cidade mais clara e segura", disse.

Os trabalhos terão início imediato em cinco importantes avenidas: Quatzenberg (Zona Sul)

Telegestão

Com o sistema de telegestão, uma central de operação receberá, em tempo real, informações sobre cada uma das luminárias como funcionamento, consumo e intensidade da luz. A telegestão irá abrir as portas para que São Paulo se torne uma cidade **Inteligente** (Smart City), pelo fato de permitir que os postes e redes de iluminação se transformem numa infraestrutura por meio da qual é possível integrar e controlar outros serviços como semáforos, Wi-Fi, câmeras de segurança e mobilidade.

Fonte: Prefeitura de São Paulo

Enquanto o discurso de realizações da prefeitura prosseguia, a realidade fora dos espaços públicos demonstrava outra conduta. Vinte dias após a divulgação do release (ver figuras 34 e 35) sobre a assinatura do contrato, o Tribunal de Contas do Município (TCM) recomendava a anulação do mesmo contrato, o que foi corroborado pelo Ministério Público do Estado, e apontava irregularidades no processo. Simultaneamente, a diretora da empresa de iluminação pública municipal foi demitida pelo prefeito João Dória, por ter denunciado pagamento de propina no processo de parceria.

Figura 35. Matéria Portal Estadão

TCM e MP recomendam anulação de contrato da PPP da Iluminação em SP

Segundo prefeito João Doria, cancelamento acontecerá apenas se for comprovado 'risco de isenção' da parceria

Priscila Mengus, O Estado de S.Paulo
29 Março 2018 | 15h02

SÃO PAULO - O Tribunal de Contas do Município (TCM) decidiu nesta quarta-feira, 28, indicar que a Prefeitura de São Paulo "pondere a anulação do contrato" com o consórcio vencedor da Parceria Público-Privada (PPP) da Iluminação, avaliado em R\$ 6,9 bilhões. **Outra recomendação semelhante sobre o mesmo tema foi emitida pelo Ministério Público do Estado.**

A validade da parceria foi contestada após a rádio CBN divulgar uma gravação de áudio na qual a então diretora do Departamento de Iluminação Pública (Ilume), Denise Abreu, menciona um suposto pagamento de propina no processo da PPP. **Após a divulgação, Denise foi demitida do cargo.** O contrato foi assinado no dia 8 de março com o consórcio FM Rodrigues/CLD.

SIGA O ESTADÃO

Cupons Estadão PUBLICIDADE

Cupom Americanas

"Recomendo que a administração, com base no seu dever/poder de autotutela, pondere a anulação do contrato, garantindo o exercício dos princípios do Contraditório e da Ampla Defesa e, se assim concluir, adote medidas imediatas para a realização de um novo processo licitatório a fim de que sejam atendidos a Supremacia do Interesse Público", decidiu o conselheiro e presidente do TCM, João Antonio da Silva Filho.

Prefeitura. Pouco antes da divulgação da decisão, o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), voltou a declarar que **suspenderá o contrato apenas se uma ilicitude forma comprovada.** "A recomendação é: apurando qualquer fato que determine o risco da isenção, ou seja, da transparência nesse processo, haverá o imediato cancelamento. Então, está sendo investigado e verificado", disse durante agenda oficial.

Pela tarde, a Prefeitura emitiu uma nota sobre as decisões, na qual diz que "analisará" as recomendações do MP e do TCM. "A Controladoria Geral do Município (CGM) instaurou procedimento investigatório sobre as declarações de funcionários e ex-funcionários públicos veiculadas pela imprensa, e também sobre a regularidade do processo de seleção da PPP da Iluminação Pública. A CGM também está colaborando com o Ministério Público na apuração dos fatos", informou.

NOTÍCIAS RELACIONADAS:

- Doria demite diretora do Ilume após áudio sobre suposta propina na PPP bilionária
- Promotoria recomenda a Doria que suspenda PPP bilionária da iluminação
- Prefeitura assina contrato da PPP da iluminação por R\$ 6,9 bilhões
- Media Lab: Confira alguns projetos >> Patrocinado: Media Lab

Fonte: Portal Estadão

O descolamento da mensagem da prefeitura em relação à realidade coloca em xeque o a credibilidade do órgão público perante a comunidade. É também o momento de analisar a ética do discurso na comunicação pública e de interesse público, que Habermas (2004) classifica como regras ou princípios, que regulamentam uma discussão e ou negociação em torno de um ponto moral para um grupo, até que haja concordância em favorecer a um elemento se for do agrado e conveniência de todos.

Em outro aspecto encontra-se o papel da “comunicação de utilidade pública”, na visão de Zémor (2009, p.191), que transpõe a função de seguir a ação dos poderes e serviços públicos, como é caso da agenda do prefeito em três dos veículos de massa mais acessados do País na *web*:

Ela pode dar sinais de compreensão e de solidariedade em resposta às demandas irracionais que se apoiam nos temores ou na emoção. Mas é necessário afastar dela os registros de uma comunicação que atrofia o sentido e reduz a capacidade de tratamento de nossa cota de complexidade. Ela deve ter outra criatividade, diferente da que se restringe aos registros da promoção ou da injunção. (ZÉMOR, 2009, p.191)

E isto também vale para a própria área de comunicação da prefeitura, como elemento gerador e instigador de pautas para a imprensa na agenda pública. As narrativas também podem ser diferenciadas, colocando os mesmos atores sociais em outros locais de fala, podem ganhar força em processos de mudanças políticas e conscientizar as pessoas sem ter um caráter maçante.

Ainda sobre o tratamento dado ao conceito de cidade inteligente para a cidade de São Paulo, as comunicações tentam fazer uma associação das ações de zeladoria e modernização, como iluminação, segurança por monitoramento com câmeras, segurança no trânsito, capacitação se relacionam em algum momento ao processo de transformação da cidade em *smart city*, muito embora algumas ações de gestão também tenham sido remetidas a esta mudança, como a redução do prazo para abertura das empresas, a implementação do Descomplica São Paulo, uma praça de atendimento ao público, nos mesmos moldes do Poupatempo, do governo estadual.

O enfoque está sempre na melhoria de um aspecto ruim da cidade, por meio da implementação de tecnologias com sistema de controle e monitoramento, por meio de aplicativos, ou ainda pela digitalização de processos de atendimento ao cidadão. Esta observação vem pela prevalência de palavras já demonstrada na figura 21). É a construção de um conceito que se modifica e não é fechado, ficando à mercê de uma tendência global, como argumentam Frare e Osias (2015):

Os modismos, sob a bandeira da inovação e quebra de paradigmas, tendem a ignorar o arcabouço teórico e prático constituído ou a se submeter a soluções prontas de modelos ou instrumentos que deveriam ser apenas de suporte (como sistemas de TIC). Isso traz uma visão equivocada e simplista de uma realidade muito mais complexa.[...] Entretanto, sua operacionalização (no sentido de como se fazer) ainda não possui pilares bem definidos: ora o urbanismo prepondera, ora as soluções tecnológicas assumem papel central. (FRARE e OSIAS, 2015, p.175-176)

A matéria sobre a modernização da rede semafórica, por exemplo, é uma das que conseguem ter uma abrangência maior sobre o tema, embora com dados que ainda não formam um conjunto informativo para o cidadão formar uma linha de raciocínio mais conexa com o que pretende a prefeitura no projeto para cidade inteligente.

Figura 36. Matéria 03 – Prefeitura de São Paulo

PREFEITURA DE SÃO PAULO Cidadão Empresa Turista

Notícias SÃO PAULO EM TEMPO REAL

16:32 15/02/2018 De Secretaria Especial de Comunicação

Lançado chamamento público para modernização da rede semafórica

Objetivo é criar uma nova rede, com redução da incidência de faixas e a melhoria do tráfego urbano; subsídios deverão ser entregues até 2 de abril

A Prefeitura publica nesta sexta-feira (16), no Diário Oficial, um edital de chamamento público para receber subsídios preliminares para a estruturação de uma parceria com a iniciativa privada para a modernização da rede semafórica da cidade. Os investimentos são estimados em mais de R\$ 1 bilhão, mas uma estimativa mais precisa só será possível após o recebimento dos subsídios entregues pelos participantes.

"São Paulo é a primeira cidade do País a fazer PPM dos semáforos. É uma iniciativa absolutamente pioneira e moderna, que vai permitir, a um custo muito menor para o poder público, a implantação de alta tecnologia semafórica na maior capital do Brasil", disse o prefeito João Dória.

O objetivo é receber do mercado ideias sobre investimentos para a implantação de um sistema de inteligência dos semáforos, aprimorando o serviço prestado atualmente com a ampliação da rede. A meta é reduzir as faixas dos semáforos, melhorar o tráfego urbano, promover a sustentabilidade econômica e operacional para a administração pública, permitir aperfeiçoamentos graduais agregando novas funcionalidades, além de gerar e explorar novas receitas.

O lançamento é realizado por meio da Secretaria de Desestatização e Parcerias em conjunto com a Secretaria de Mobilidade e Transportes, à qual está vinculada a Companhia de Engenharia e Tráfego (CET), responsável pela operação do sistema viário na cidade.

São Paulo tem 5.399 cruzamentos semafóricos, sendo que 1.200 são monitorados pela central da CET. Apenas 500 têm automação em tempo real, o que permite que o tempo de abertura e fechamento seja controlado à distância. A rede atual é da década de 80.

A proposta de modernização dos semáforos prevê a ampliação da rede, com duas plataformas: uma em tempo real e a outra com tempo fixo. A primeira permite que o semáforo controle o tempo de abertura e fechamento e envie os dados para uma central, sem a necessidade de operação por um agente. Essa tecnologia também permite controle de fluxo dos carros.

A plataforma em tempo fixo prevê acesso remoto, em caso de necessidade. A novidade é que a mudança no tempo semafórico será feita à distância, eliminando, na maioria dos casos, a presença de equipes de manutenção no local que apresentam falhas.

Os novos semáforos também vão controlar a velocidade dos carros e terão a contagem dos veículos no cruzamento, isso permitirá modificar a programação para que os semáforos fiquem, por exemplo, abertos mais ou menos tempo de acordo com o trânsito na região. A medida visa garantir mais fluidez no trânsito.

Com a modernização do parque semafórico os equipamentos vão contar com câmeras e serão integrados à central, permitindo também mais agilidade nos reparos e mudança da programação semafórica. O foco da modernização também envolverá os semáforos de pedestres.

Investir na modernização do parque semafórico é uma melhoria significativa para a cidade. Conseguimos garantir uma maior fluidez, resultando em uma maior segurança viária, com novos semáforos para pedestres e para pessoas com deficiências. Ter um sistema onde o tempo semafórico se adapte conforme o fluxo de veículos é gerar maior eficiência para toda a cidade. Menos tempo parado no trânsito e redução a emissão de poluentes", explicou o secretário municipal de Mobilidade e Transportes, Sérgio Avelardo.

Ele avalia ainda que o novo sistema pode trazer benefícios para o transporte coletivo. "No caso dos ônibus, sincronizar os semáforos com coletivos é melhorar a produtividade do sistema. Estima-se que um corredor com semáforo inteligente pode reduzir em até 10% o número de ônibus sem diminuir o tempo de espera, melhorando o tempo de viagem. É mais produtividade e mais economia para toda a cidade", concluiu Avelardo.

A nova tecnologia também será mais eficaz em caso de chuva forte, que prejudica o funcionamento dos semáforos. Hoje, em caso de falta ou oscilação de energia, os controladores são desligados automaticamente por dispositivos de proteção. Com a modernização, será possível religar os semáforos remotamente.

PPM

O chamamento intitulado Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI) é um instrumento simples, que não prevê ressarcimento e tem duração de 45 dias para envio de subsídios específicos, sem necessidade de credenciamento prévio.

Para o secretário de Desestatização e Parcerias, Wilson Pitt, a modernização da rede semafórica é atrativa para o mercado. "Adicionalmente que existe interesse da iniciativa privada neste serviço. Podemos melhorar muito o tráfego urbano, transformando São Paulo em uma cidade inteligente e ainda gerar novas receitas", afirmou. "A nova rede terá um sistema de tráfego inteligente, que vai melhorar a eficiência da gestão e da mobilidade", declarou João Octaviano Machado Neto, presidente da CET.

Poderão participar deste PPM pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, individualmente ou em consórcio. O objetivo do PPM é receber subsídios preliminares que respondam a seis questões:

- 1) **Características:** indicação das características da rede semafórica ideal para o município, incluindo estimativas de nível de custos de manutenção, nível de faixas, ganhos de eficiência para a gestão do tráfego e outras melhorias possíveis;
- 2) **Sistema de Transporte Inteligente:** indicação das características tecnológicas ideais, especialmente no que se refere a Sistemas de Tráfego Inteligente, para a rede semafórica de São Paulo;
- 3) **Investimentos:** estimativa dos investimentos necessários para viabilizar a rede semafórica ideal proposta, incluindo descrição dos itens e estimativa de valores;
- 4) **Formato de parceria com a iniciativa privada:** avaliação da melhor forma de envolvimento da iniciativa privada para viabilizar a rede semafórica ideal proposta;
- 5) **Indicadores e mensuração de desempenho:** avaliação dos melhores indicadores de nível de serviço mensuráveis para a gestão da rede semafórica, bem como indicação dos níveis ideais a serem adotados;
- 6) **Serviços agregados ao modelo:** sugestões de possíveis serviços que apresentem sinergia com a rede semafórica ideal e poderiam ser agregados ao modelo de envolvimento da iniciativa privada proposta.

Vale ressaltar que o PPM possui algumas condições:

- Não haverá ressarcimento ou indenização pela entrega dos subsídios;
- Direitos decorrentes da autoria e da propriedade intelectual sobre os subsídios apresentados serão cedidos à PMSP;
- Participação no PPM não impede a participação de interessados em eventual licitação que tenha o mesmo objeto.

Os subsídios deverão ser enviados à Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias até 2 de abril. O edital e demais informações estarão disponíveis em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/indice/secretarias/desestatizacao/>

Coloque o lixo na rua próximo ao horário da coleta.

VIDEOS

São Paulo 465 anos

São Paulo 465 anos

Ver outros videos

para a gestão do tráfego e outras melhorias possíveis:

- 2) **Sistema de Transporte Inteligente:** indicação das características tecnológicas ideais, especialmente no que se refere a Sistemas de Tráfego Inteligente, para a rede semafórica de São Paulo;
- 3) **Investimentos:** estimativa dos investimentos necessários para viabilizar a rede semafórica ideal proposta, incluindo descrição dos itens e estimativa de valores;
- 4) **Formato de parceria com a iniciativa privada:** avaliação da melhor forma de envolvimento da iniciativa privada para viabilizar a rede semafórica ideal proposta;
- 5) **Indicadores e mensuração de desempenho:** avaliação dos melhores indicadores de nível de serviço mensuráveis para a gestão da rede semafórica, bem como indicação dos níveis ideais a serem adotados;
- 6) **Serviços agregados ao modelo:** sugestões de possíveis serviços que apresentem sinergia com a rede semafórica ideal e poderiam ser agregados ao modelo de envolvimento da iniciativa privada proposta.

Vale ressaltar que o PPM possui algumas condições:

- Não haverá ressarcimento ou indenização pela entrega dos subsídios;
- Direitos decorrentes da autoria e da propriedade intelectual sobre os subsídios apresentados serão cedidos à PMSP;
- Participação no PPM não impede a participação de interessados em eventual licitação que tenha o mesmo objeto.

Os subsídios deverão ser enviados à Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias até 2 de abril. O edital e demais informações estarão disponíveis em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/indice/secretarias/desestatizacao/>

Modernização da rede

Imagens para download

Foto 1 / Foto 2 / Foto 3 / Foto 4 / Foto 5 / Foto 6 / Foto 7

Fonte: Prefeitura de São Paulo

Validação:

Todas as iniciativas são identificadas como inteligentes, explicita-se nos materiais de imprensa, divulgados no portal de notícias da Prefeitura, de maneira pontual como esta inteligência afeta a rotina das pessoas, sempre com o perfil tecnicista, de eficiência do governo em relação às ações prometidas no plano de metas de São Paulo, como destacado na Figura 36.

Durante a análise, voltamos à questão do papel social do jornalismo, enquanto “bem público”, como coloca McQuail, (2012, p.96), da ética do jornalismo (CHRISTOFOLETTI, 2012), da construção de uma prática cidadã, pelo direito à comunicação (PERUZZO, 2002) e também às convergências e divergências ideológicas dos veículos de comunicação analisados e a Prefeitura de São Paulo:

1. Conceitos sobre cidades inteligentes na imprensa e na prefeitura variam de acordo com o objetivo de cada texto divulgado. A Prefeitura coloca o termo inteligente em materiais de comunicação sempre em meio às soluções tecnológicas encontradas para algum tipo de problema na cidade: segurança inteligente, trânsito inteligente, lixeiras inteligentes, sem que todas elas representem o conceito de cidade inteligente. Já a imprensa reproduz o conceito global, de acordo com os interesses contidos em cada matéria, pelo viés das organizações privadas – pelo interesse dos veículos de comunicação, pelo âmbito do setor público – eficiência de gestão administrativa e, em último caso, pela conscientização do leitor.
2. A hegemonia da informação predomina nos noticiários dos portais, da imprensa e da prefeitura, quando a questão é tecnologia da informação e comunicação. Assim, cidades inteligentes são duplamente rotuladas como o remédio para todos os problemas das cidades e do cidadão. Além disso, as narrativas das matérias tratam as pessoas pela mesma medida, sem haver preocupação se a audiência consegue compreender do que se fala, reforçando a mensagem entre si.
3. Os veículos de comunicação analisados também reproduzem o discurso da prefeitura, sem questionar, quando se trata de questões mais técnicas, revestidas de informação ao cidadão, nos comunicados da municipalidade.
4. As coberturas dadas ao tema, pelas editorias de cidades e política, partilham de uma mesma visão, orientada a tratar da figura pública e não dos problemas que afetam as cidades e, conseqüentemente, as pessoas, dado que estas vivem nas cidades.

5. Exceto quando a orientação de pauta é focada no tema corrupção e quando há um fato novo, como uma denúncia de esquemas fraudulentos, a imprensa modifica o discurso e se volta contra o poder público, em **defesa** dos cidadãos. (grifo nosso)
6. Conteúdo produzido por especialistas da área de tecnologia têm a visão tecnicista e focado na solução tecnológica, assim como os materiais produzidos pela prefeitura, exceção feita às notícias do Pátio Digital, cujo enfoque é formação, capacitação, estímulo ao empreendedorismo digital e ao aprendizado das literacias digitais.
7. A Prefeitura não mantém em seu site material que reúna as características, objetivos e resultados esperados do projeto para tornar São Paulo uma cidade inteligente. O que existe é o programa de metas 2017-2020, no qual a Prefeitura expressa que São Paulo será uma cidade inteligente, lista todos os projetos, com interligações, *links* que devem ser feitos por quem acessa o material, mas também não há a visão do todo.

Construir uma proposta de jornalismo público, no contexto da comunicação de interesse público continua a ser desafiador, não importando de que lado se está. Em uma ponta, encontra-se a ética do exercício do jornalismo e a ética do cidadão, cuja essência é deturpada, como coloca Peruzzo (2002), já na fonte de informação. Em outra, a sedimentação da cidadania, que atravessa a história de um país emergente da carência de representatividade: “Cidadania é histórica” (PERUZZO, 2002, p.79). Cabe também às pessoas participarem de fóruns que as auxiliem na formação da consciência, o jornalismo, de acordo com Silva, A., (2001) é apenas uma peça do enredo, engendrada a reforçar esse direito.

Uma das ferramentas para que as pessoas ganhem voz passa pela adoção das tecnologias de informação e comunicação pelo poder público. Personi e Gisoldi (2015, p.428) reforçam que essa transformação vem ocorrendo à medida que o poder público passa a refletir sobre seu “foco de atuação”, vez que a adoção de novos canais de acesso ao cidadão permitem acesso à informação.

Desta forma, a coleta de dados, aqui reunida, não reduz a complexidade da realidade, as dificuldades dos profissionais de comunicação em uma ponta ou outra, mas tem intenção de colaborar e dialogar com estudos sobre a comunicação de interesse público em projetos de cidades inteligentes e com a formação de profissionais de comunicação no que se refere a cidades inteligentes, com ações de envolvimento de conteúdo que reúna os conceitos sobre o tema.

7. PRODUTO

A proposta para os produtos nasceu a partir da análise dos conteúdos (AC) das matérias, dos depoimentos dos profissionais de comunicação e da observação durante todo o período de levantamento dos dados para a pesquisa. A categorização realizada no sistema *ATLAS.ti*, os resultados da análise qualitativa, pela AC e também pela enquadramento que é dado pelo poder público e meios de comunicação de massa ao tema, também nos auxiliaram no desenho do projeto-piloto de um site e um *quizz*.

Pensada anteriormente como intervenção, na forma de um plano de comunicação para a gestão pública, chegou-se à conclusão de que não caberia discutir a prática da comunicação da prefeitura, até mesmo, porque a definição de uma estratégia de comunicação para o órgão público nasce de dentro para fora e, dificilmente, faz o caminho inverso. Assim, nos baseamos no conceito de inovação, explicitado por Rossetti (2019), com base em Aristóteles, em que a potencialidade de inovação existe na mudança, para propor um produto que pode ter gestão colaborativa e de interesse público. De acordo com a autora, “a mudança é o termo chave” (ROSSETTI, 2019, p. 15) para compreender a inovação, é pela mudança que surge o novo.

Observou-se ao longo da pesquisa que falta informação ao próprio jornalista, para lhe fornecer embasamento e segurança ao abordar o tema cidade inteligente. Não queremos fazer aqui nenhum tipo de apologia ou julgamento ao papel do profissional, pois conhecemos, na prática, uma série de obstáculos existentes no percurso da apuração de uma notícia, independentemente do veículo em que se atue. No entanto, nosso desejo é o de contribuir para o aprimoramento e ampliação de conhecimento, especialmente, aos repórteres que cobrem cidades.

Entendemos que um produto como o site “Espaço Inteligente” possa vir a compor uma iniciativa diferenciada para despertar um olhar mais curioso, criterioso e cuidadoso dos jornalistas às pautas sobre cidades. Constitui-se de um espaço no qual será possível conhecer como as cidades funcionam, a importância das políticas públicas para sua manutenção e subsistência, bem como, o quão importante é levar conhecimento e não somente informação a quem espera do outro lado da telinha, como é o caso do internauta-leitor-cidadão.

No caso das cidades inteligentes, pela vasta literatura e abrangência ampla, com o tema sendo permeado por diversas áreas do saber, como a engenharia, arquitetura e

urbanismo, administração e gestão, comunicação e marketing, políticas públicas, entre outras, o produto poderia ser estendido a um curso ou disciplina voltados aos cursos de Jornalismo, compondo a área de formação do profissional para o mercado, bem como poderá ser estendida a outros cursos acadêmicos que discutam o tema em seus currículos.

Ao mesmo tempo, foi percebido, pela revisão de literatura e pela prática dos depoentes, que as novas tecnologias da comunicação, por meio da Internet e das redes sociais, têm modificado o comportamento das pessoas a respeito da interação com o poder público, por meio de reivindicações, críticas, acesso a serviços e informações e mobilizações. Já os meios de comunicação de massa vêm atuando como um mediador entre as pessoas e suas aspirações, mesmo embora o acesso às tecnologias ocorra de diferentes formas e gere compreensões heterogêneas, exigindo um olhar que ultrapasse algum tipo de limitação de habilidades ou competências.

Quando falamos da intervenção-produto, o intuito é o de contribuir na ampliação da discussão e compreensão do papel da cidade inteligente na vida das pessoas e que, ao longo dos anos, este trabalho possa avançar, com a contribuição de pesquisadores de outras áreas, com propostas interdisciplinares. Ainda que numa versão protótipo, o site e o *game* foram desenhados para permitir a criação de um espaço colaborativo, no qual fosse possível as pessoas refletirem sobre a inteligência de sua cidade e em soluções para melhorá-la.

Para ampliar a geografia da comunicação, o site pode ser acessado de qualquer local, bastando ter a Internet. De maneira simples, objetiva e com fácil linguagem, para estimular as pessoas a participarem. Para promover a participação de jovens, foi idealizado um *quizz*, com o perfil da *gamificação*, que pode ser aplicado em um grupo, com a intenção de pontuar as respostas corretas, de maneira simples e divertida. O objetivo é o de estimular a criação de um ambiente no qual as pessoas comecem a tomar conhecimento dos conceitos de cidade inteligente, por meio de uma ferramenta lúdica de participação e interação.

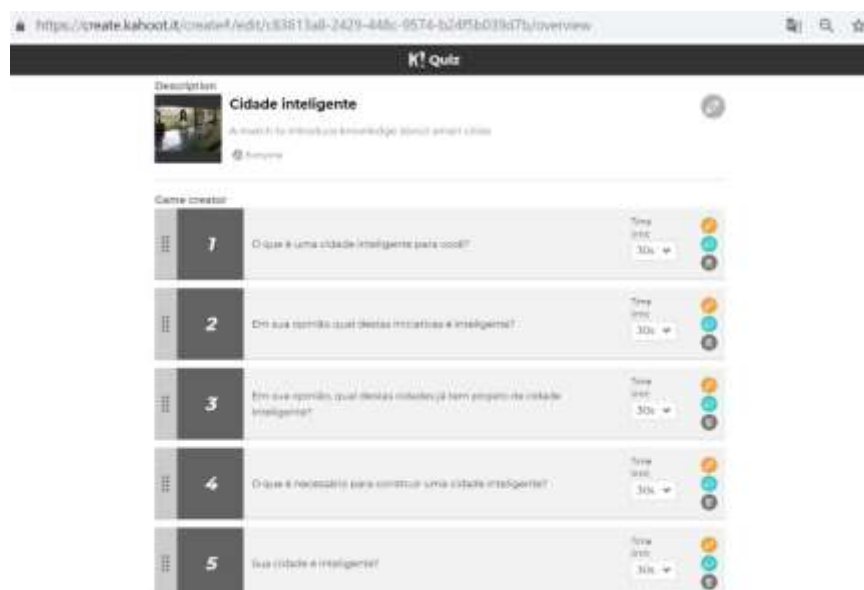
Para proporcionar interação entre pessoas e as práticas de uma cidade inteligente, também foi pensado um evento, para aproximar os jornalistas não só das tecnologias que auxiliam no desenvolvimento de projetos de *smart city*, bem como um evento que reúna profissionais da Comunicação em torno de uma discussão aprofundada sobre o perfil das cidades hoje, transformações necessárias e políticas públicas em torno de algo que traga benefícios para a população.

Tal qual o Marco Civil da Internet, elaborado por especialistas e academia em conjunto com a população, esta seria a oportunidade de construir com a sociedade civil uma política para cidades inteligentes e trazer ao centro da discussão o cidadão, que vive nos

municípios. A discussão poderia adentrar os portões das universidades, com as várias áreas pelas quais o tema se instaura, tendo como pano de fundo a Comunicação de Interesse Público. Esta também seria a oportunidade de trazer à cena diversos atores sociais dos setores público e privado, estudiosos sobre o tema e integrar a população, por meio dos estudantes de escolas públicas, chamando as novas gerações a pensarem a suas cidades, como diz Trigueiro (2018):

Não há nada mais inteligente que educação de qualidade, não há nada mais efetivo para mudar a realidade das pessoas que educação de qualidade. Começa a reciclagem do lixo na escola, começa a captação de água da chuva na escola, começa a fazer mapeamento dos problemas da cidade (projeto pedagógico) a partir daí e bota (sic) a garotada com prancheta para conhecer a cidade. De onde vem o rio que passa por aqui? Pra onde vai o lixo que a gente gera? Como se gasta a receita do município? Bota a garotada atrás. Isso é educação de qualidade, a favor da cidadania inteligente. (TRIGUEIRO, 2018, evento *Smart Cities*)

Figura 37. Layout do quizz



Fonte: Kahoot

Por tratar-se de protótipo, o *quizz* está hospedado em um site de criação gratuito, o que pode gerar instabilidade para navegação e jogabilidade, neste primeiro momento. Posteriormente, o *quizz* poderá vir a ser integrado ao site Espaço Inteligente, que reunirá outros conteúdos sobre *smart cities* e iniciativas bem-sucedidas, bem como abrirá um espaço colaborativo cidadão e acadêmico.

O site foi desenhado para ter responsividade, porém, como ainda está em ambiente de testes – trata-se de um *link* temporário, pode haver alguma interferência no carregamento de

informações. De fato, a ideia também agrega a construção de um mapa colaborativo, no próprio site, com informações da população e da academia, de modo que haja interação entre ambos e que dessa “parceria” possam surgir soluções para as cidades.

Figura 38. Site Espaço Inteligente



Fonte: Protótipo elaborado pela autora

As desigualdades sociais são outro ponto que pode interferir na compreensão de um processo de mudança, argumenta Santos (1998b), como o sugerido por projetos de cidades inteligentes, tanto do ponto de vista social, como territorial, de uso de ferramentas tecnológicas que necessitem de uso. Por este motivo, optamos por uma ferramenta de comunicação que seja construída também de maneira a integrar diferentes atores sociais, de modo a agregar conhecimento, democratizar informação e, ao mesmo tempo, reunir em um espaço colaborativo as narrativas e memórias sobre iniciativas em projetos de cidades inteligentes. A construção de um mapa colaborativo pode ser de propriedade da comunidade, sem a utopia de unir – sociedade e poderes público e privado.

A cidade grande acaba por deter o monopólio da informação. Se recentemente vimos observando uma proliferação geométrica do número de emissoras de rádio e mesmo, em certos países, de estações de televisão, a capacidade de produção dos programas é, todavia limitada, principalmente para as últimas, em razão do seu alto custo. A realização de um bom programa requer uma série de apoios técnicos, economias externas numerosas e maior acessibilidade à novidade nos planos nacional e internacional. (SANTOS, 1998b, p.92)

O mapa colaborativo, ainda como protótipo, demonstrará iniciativas em cidades brasileiras, para ampliar conhecimento e participação das pessoas. Para integrá-las ao conceito *smart city*, poderão também participar de um *quizz*, com a linguagem dos jogos, como uma atividade lúdica, porém, de compartilhamento de informação.

Figura 39. Mapa colaborativo

Fonte: Elaborado pela autora

O site poderá ser acessado, temporariamente, pelo endereço eletrônico: <https://regianebianchini04.wixsite.com/meusite>, por tratar-se da ferramenta gratuita Wix.com.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de cidades inteligentes compõe uma verdadeira genealogia, que vem se desenhando ao longo das últimas duas décadas. Encontram-se na literatura conceitos diversificados, mas sempre com a mesma tônica ou desejo: a melhoria de qualidade de vida na urbe. Verificou-se também que, no mesmo período, as cidades tornaram-se estrelas na comunicação de interesse público, embora isso não tenha garantido obter conhecimento necessário para que as pessoas compreendessem os meandros do funcionamento das políticas públicas e valorizassem a importância da participação cidadã na construção de lugares melhores para se viver.

À medida que os cidadãos perderam a oportunidade de protagonizar mudanças e os governos deixaram de instaurar sistemas fortes o suficiente, para garantir que sua governança seja transparente, capaz de promover a participação popular e de blindar a corrupção, grandes corporações começaram a ocupar este lugar com maestria e passaram a integrar a construção das políticas públicas, por meio de mecanismos que decidiram chamar de inteligentes.

A partir do levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa, foi possível chegar a conceitos corporativos sobre cidade inteligente que, comuns, complementares e opostos, por meio de estudiosos influentes sobre o tema, demonstram a influência exercida pelos grandes *players* do mercado de tecnologia e astutas estratégias de comunicação e marketing para levar ao cidadão a ideia de que somente seus produtos trarão a solução para todos os problemas das cidades.

Nota-se também, em meio a este cenário, o despreparo de administrações municipais em relação à gestão pública, à construção de políticas públicas assertivas, a promoção da participação cidadã e à composição de projetos que contemplem as necessidades das pessoas. Dentro e fora do País, iniciativas frustradas para melhorar a qualidade de vida dão lugar a projetos voltados a valorizar a substituição, a troca, a compra de ferramentas e sistemas que prometem solucionar todos os problemas das cidades, enquanto o capital humano é colocado em segundo plano.

E como Sassen (2013) bem coloca, a obsolescência tomou conta das cidades. Os prédios precisam ser inteligentes para funcionar, os equipamentos tornam-se obsoletos, não servem mais, têm que ser trocados, é preciso construir novos arranha-céus, entretanto, sem pensar em como as pessoas farão parte deste cenário. Um exemplo claro foi o que ocorreu em Songdo, uma cidade planejada para ser comercial, artificial, sem interferências, ruídos, inclusive de comunicação.

A obsolescência tomou conta da sociedade que, em busca do que há de mais moderno em tecnologias da informação e demais produtos e serviços, acaba sucumbindo aos apelos midiáticos para comprar mais e mais, numa roda em que as grandes corporações ditam as regras, para o jogo que envolve o poder público, a sociedade civil, a iniciativa privada e muitos interesses, inclusive os da mídia, aqui analisada.

Passou-se, assim, à construção de novas narrativas sobre as cidades, ocupando, também, o imaginário das pessoas sobre o poder das tecnologias de informação e comunicação, da inteligência artificial e seus atributos, em uma espécie de corrida desenvolvimentista de uma nova onda, que tem como premissa substituir o analógico pelo digital, o humano pelo artificial. Sistemas de controle de segurança, tráfego inteligente, reconhecimento facial para transporte público, leitura da digital e da íris para acessar a conta bancária, dados pessoais em grandes bancos de informações controlados por empresas, cujo objetivo é econômico, político, comercial.

No Brasil, um projeto para unificar a documentação do cidadão em um registro de identificação, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tem como principal aliado o mercado financeiro, que forneceria ao governo todos os dados de seus correntistas em troca de algo não revelado. A ideia é que o cidadão tenha apenas um número e com ele possa realizar desde agendamento de consultas em serviços de saúde pública, como movimentação em sua conta bancária.

O setor financeiro que sempre esteve à frente do desenvolvimento de sistemas para automação bancária, controle e proteção de dados, bem como banco de registros, tornou-se um dos principais atores no desenvolvimento de soluções para cidades inteligentes. Por meio de empresas constituídas para elaboração de arquiteturas sofisticadas para tratamento de informações, os bancos vêm ganhando território e propriedade sobre o desenvolvimento de soluções de segurança da informação entre outros itens, além de fornecer profissionais qualificados e capacitados para consultorias responsáveis pela conceituação de cidades inteligentes pelo mundo afora.

Nota-se pelo arcabouço teórico, a influência que autores europeus, vindos dos setores financeiro e de tecnologia, exercem sobre países que buscam soluções para construir cidades inteligentes, seguidas de pesquisadores da América do Norte, destacando-se os Estados Unidos, agora seguidos também pelo continente asiático, que emerge juntamente com a economia daquele território. Esta não é mera coincidência, indo diretamente ao encontro da localização das instalações de gigantes do setor de tecnologia, empresas de componentes eletrônicos e consultorias instaladas na Inglaterra, Espanha, Amsterdã, Dinamarca, Vale do

Silício (São Francisco), Xangai, cidades referência no desenvolvimento e implementação de soluções para mobilidade, segurança, controle do tráfego, carros autônomos, entre outros.

Ao longo da pesquisa, foi igualmente interessante ver como pautas sobre cidades continuam sendo relegadas ao segundo plano. As que tratam das *smart cities* são direcionadas para a mídia especializada, na qual o questionamento sobre a participação das pessoas fica em segundo plano. Na entrevista realizada com a jornalista Priscilla Tavollassi, que já há atua há quase duas décadas na área de tecnologia da informação, fica claro o posicionamento dos profissionais de comunicação. Aqueles que atuam em agências de PR, assessorias de imprensa ou departamentos de comunicação e marketing das empresas, pouco questionam sobre o resultado final, isto é, como os sistemas ajudarão (ou não) as pessoas e quais as consequências da implementação de projetos desta ordem.

São desenvolvidas belas narrativas, os enredos, como diz Söderström, para envolver as pessoas, fazendo-as crer que sem as cidades se transformarem em locais híbridos, as gestões municipais não conseguirão administrar de maneira eficaz as cidades. Também está inserido neste discurso corporativo e de muitos governos, que decidiram optar pelas soluções oferecidas pelas empresas de tecnologia, o melhor dos mundos, sem ser necessário envolvimento do cidadão.

Por outro lado, o profissional que recebe a pauta sobre cidades nas redações inteira-se de promessas políticas, por exemplo, e pouco questiona a respeito das políticas públicas estabelecidas para tal feito. Respeitadas as condições de trabalho, a pressão do dia a dia e o próprio desconhecimento do tema, as editorias de cidades, cotidiano, que sempre são chamadas a realizar as coberturas de emergência, sobre quaisquer temas, sem preparo, e a maioria dos jornalistas especializados ou especialistas também sofrem as consequências, porque veem-se obrigados a assumir outras funções.

Curiosamente, a comunicação de massa veio, nessa esteira, aderindo ao discurso propagado pelas empresas, sem questionar o que de fato representa a mudança em torno de parcerias público-privadas para definir qual será a vocação de uma cidade. O marketing das cidades, como é denominado o conjunto de ações voltadas a divulgar as qualidades das metrópoles, que galgam postos em *rankings* elaborados por consultorias e empresas, para demonstrar sua eficácia, na tentativa de atrair recursos financeiros internos e externos, oferecendo benefícios fiscais nem sempre direcionados ao município, cresce à medida que as cidades colocam-se como produtos em prateleiras.

Porém, as narrativas são distantes da vida das pessoas. É como se a cidade inteligente fosse uma cidade de sonho, enquanto as metrópoles destacam-se nos noticiários, nas peças

publicitárias, nas campanhas de comunicação e marketing, enquanto os bairros ao redor são reduzidos a uma condição secundária, colocando o cidadão como coadjuvante neste espetáculo. É como se houvesse uma barreira invisível e, em alguns casos, bem visíveis, para estabelecer fronteiras imobiliárias, favorecendo, cada vez mais, o afastamento dos grandes centros de locais periféricos e acentuando diferenças, em vez de promover inclusões, que são prometidas com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Para tornar o “show” possível, as narrativas comunicativas em torno das cidades ganharam robustez e foram moldadas às necessidades da gestão pública, que ora precisa vocacionar a cidade em torno do turismo, por exemplo, ora chamar a atenção para as soluções de tecnologia que a transforma em algo inovador, moderno e eficiente, do ponto de vista de quem precisa injetar recursos, modernizar, consumerizar as pessoas.

Outro ponto de reflexão está na postura da mídia, em relação à participação cidadã e à transparência na governança pública. Enquanto a preservação do sigilo de dados pessoais não é respeitada, os governos impõem restrições para a obtenção de informação, mesmo sob a vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI) que, teoricamente, permite ao cidadão comum o direito de obter dados da gestão pública em todas as esferas. Se esta é uma das principais regras da construção da pretendida cidade inteligente, os governos ainda se encontram no módulo básico.

Parcerias público-privadas batizadas como a solução dos problemas encontrados nas cidades vêm, comumente, ocupando espaços no noticiário, não pelas soluções apresentadas ao público, mas pelos esquemas de corrupção descobertos a cada nova licitação promovida pelo governo. Escândalo atrás de escândalo, a comunicação de interesse público vem sendo (fragilizada) desmontada como os frágeis laços feitos pelos políticos em busca de favores ou de polpudas comissões. A preservação do sigilo de dados pessoais, em detrimento do sigilo imposto pelos governos aos dados da gestão pública que, mesmo sob a Lei de Acesso à Informação, andam escassos e restritos.

Ao compor essa “carteira” de dados, em um sistema chamado *big data*, no qual todos (setor público e privado) podem saber de tudo, menos o cidadão comum, as empresas que atendem aos projetos de cidades inteligentes passam a deter mais que informação e a exercer um poder, até então, inimaginável na era das novas tecnologias de informação e comunicação. O fato não anda isolado, é só observar o vazamento de dados da maior rede social do planeta, o *Facebook*, em março de 2018, sem explicações por parte de seu gestor, Mark Zuckerberg, e cujo prejuízo ainda não foi corrigido.

Diante da proposta de análise dos conteúdos sobre cidades inteligentes, a partir de notícias geradas pela imprensa – nos portais Estadão, G1 e UOL, e de matérias do site da Prefeitura de São Paulo, com o foco na comunicação de interesse público, ficou constatado que a convergência de discursos, enquadramentos e conteúdos predomina sobre as divulgações das duas áreas. A avaliação qualitativa da pesquisa dá-se na comparação do que é publicado pela imprensa e pelo órgão municipal, em relação aos conceitos trabalhados pelas empresas de tecnologia, compondo assim uma narrativa fiel aos interesses comerciais e estruturados das grandes corporações, na concepção de produtos e soluções para *smart cities*.

No decorrer do levantamento de dados, da revisão de literatura e das entrevistas, fica ainda mais nítido o quanto os jornalistas, sem classificar quem trabalha em qual veículo ou em órgãos públicos, ainda têm dificuldades em formar este conceito e trabalhar a informação sob outros ângulos. Primeiro, porque o conceito sobre cidade inteligente não é algo fechado, cuja literatura converge sobre as mesmas teorias. Segundo, porque a definição de inteligência é por si só, tão complexa quanto as cidades. Terceiro, porque soluções tecnológicas ou não, adotadas em escala global, nem sempre são as mais adequadas e acertadas para realidades locais. Finalmente, porque há vários interesses políticos e econômicos envolvidos nesses projetos.

Diante dos conteúdos analisados, notamos também que os jornalistas participam de um evento dicotômico: ou falam para iniciados em tecnologia, ou não conseguem traduzir as mudanças propostas para tornar São Paulo uma cidade inteligente. Difícil tarefa, pois nas redações, a premência pela rapidez na apuração e publicação de notícias, as escolhas feitas por editores e também pela direção dos veículos de comunicação de massa, em geral, ditam a falta de profundidade, a má escolha na abordagem dos textos, a falta de apuração de informações e a conivência, nem sempre consciente, da imprensa com o *status quo*. Acrescidas a essas questões, o jornalismo passou a tratar o leitor-internauta como consumidor e não como cidadão, postura refletida também nas ações dos órgãos públicos, que atendem ao cidadão-cliente, em busca de um serviço, deixando de lado a capacidade reflexiva do ser humano.

A amostragem da pesquisa, com conteúdos produzidos por jornalistas dos órgãos públicos, também aponta para outra necessidade na gestão pública, a de envolver o cidadão em projetos que lhe dizem respeito. Os fóruns destinados à participação popular vêm se esvaziando pouco a pouco e com as decisões da municipalidade, em controlar quem pode ou não participar destes, quem sai perdendo é o cidadão. O exercício de cidadania não pode ser imposto ou destacado como responsabilidade de terceiros, como a imprensa, ou o próprio

poder público. É inegável que ambos podem estimular a participação, informar, corroborar com o propósito de inclusão, por meio do acesso à informação, de dados abertos pela governança municipal, e do acompanhamento dos programas estabelecidos pela prefeitura, por exemplo, mas não conseguem garantir uma participação ativa da sociedade.

Por outro lado, o cidadão passou a contar com as facilidades das novas tecnologias, dos novos meios e aparatos para comunicar-se, para fazer valer seus direitos, para manifestar-se contra ou a favor, para mobilizar opiniões e disseminar informações de interesse público. Nunca se viu na história do homem tamanha rapidez, quantidade de dados e traquitanas para facilitar a comunicação que não chega a formar opiniões, ampliar o conhecimento ou clarificar situações, mas facilitam a exposição. Ou seja, é preciso aprender como usar a tecnologia a favor das pessoas.

Entretanto, o quadro de analfabetismo digital, no qual grande parcela das pessoas mal sabe utilizar o *smartphone* de última geração, que adquiriram em prestações a perder de vista, apresenta-se na afirmativa de Jenkins (2003), sobre as literacias digitais, e na confirmação da predictibilidade de McLuhan (1972), ao acertar em cheio sobre o meio constituir a extensão do homem, não só pela criação de uma nova cultura: a da palma da mão, como pelo uso indiscriminado da tecnologia em casos em que ela não substituiu a inteligência do homem.

O Estado, por sua vez, se exime do papel de educador, não do papel paternalista cobrado por muitos, mas de uma postura transparente, capaz de incentivar o uso das tecnologias a favor de setores que modifiquem as condições sociais, econômicas e atinjam assim a tão anunciada inteligência nas cidades. Alguns dirão que é utópico atingir um nível de maturidade cidadã a ponto de transformar locais que não geram boas condições de vida, mas se cada ator fizer o seu papel, não apenas representando, mas vivenciando, experienciando a sua cidade, procurando por soluções e não somente por problemas, praticaria-se uma inteligência que fortaleceria os laços cidadãos em todo o mundo, não somente no Brasil.

Aliadas a programas de ensino, as cidades poderiam investir em fazer do método educacional, algo voltado a buscar soluções para a vida das pessoas, que passariam, inevitavelmente, pela construção de cidades mais inteligentes, de uma economia criativa e colaborativa, pelo desenvolvimento de ferramentas e sistemas direcionados ao bem comum. Mas para isso é preciso mais que boa vontade, mas também estruturas que permitam esse exercitar cidadania de maneira pragmática, como as FabLabs, como os *hackathons*, sem esquecer que é preciso congrega, reunir e não isolar, afastar as pessoas que não conhecem a diversidade de possibilidades para modificar a sua realidade.

Milton Santos costumava dizer que o cidadão pode ser exilado em seu próprio território e isso pode ser visto pelos projetos de *smart cities*, que pretendem revestir as cidades com vitrines atraentes para investimentos estrangeiros, e colocam debaixo do tapete as mazelas urbanas, tornando ainda mais afastadas as pessoas que moram fora dos grandes centros, não possuem situação econômica favorável ou educação condizente.

No caso das cidades inteligentes, há uma linha tênue entre os que acreditam na inclusão por meio das tecnologias e a visão dos céticos, cujo valor humano ainda não foi substituído em um cenário em que aqueles que não adquirirem certas habilidades e competências serão excluídos. Ou seja, a comunicação coloca em evidência a receita de um remédio para as cidades, sem saber se seus efeitos colaterais causarão uma cura ou a piora dos sintomas e do quadro do paciente.

Com este estudo e a intervenção, espero contribuir, de maneira singela, a ampliar as possibilidades da interdisciplinaridade nos estudos das cidades, inserindo o aspecto da comunicação de interesse público. Com os conteúdos do site, existe a possibilidade de auxiliar na formação cidadã, não só dos profissionais de comunicação, mas também a quem atua no poder público, nos setores privados, em organizações não-governamentais, alunos de escolas públicas, professores, cursos de Comunicação, Jornalismo, entre outras disciplinas.

Para falar sobre cidades, não basta conhecer locais, é necessário vivenciá-las e compreender de que maneira se dá a participação popular. E esta seria a proposta de um evento, que reunisse a academia, os poderes público e privado, profissionais de comunicação também de setores diferenciados, da sociedade civil, primeiro para apresentar o que viria a ser uma cidade inteligente e, depois, para empoderar o cidadão e acrescentar possibilidades: de conhecimento, de opções para exercício da cidadania, de colocar em prática ideias sustentáveis, de criar coletivamente o que se quer: uma cidade mais inteligente, a partir da inteligência dos cidadãos, afinal não existe tecnologia à prova de seres humanos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Pedro Filipe Lopes. **Marketing de Experiências**. Comunicar Emoções e Sensações Através de Experiências de Consumo. Caso Biosotis. Dissertação do Mestrado em Gestão, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra Fevereiro 2013. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/22668/1/Marketing%20de%20Experi%C3%AAncias%20Comunicar%20Emo%C3%A7%C3%B5es%20e%20Sensa%C3%A7%C3%B5es%20atrav%C3%A9s%20de%20Experi%C3%Aancias%20de%20Consumo%20Caso%20Biosotis.pdf>. Acesso em fev. 2018

ALVIM, Angélica T.B.; BÓGUS, Lucia M.M. São Paulo: Limites e perspectivas para uma cidade inteligente. In: SANTAELLA, Lucia. (Org.). **Cidades Inteligentes: Por que, para quem?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016, p.126-145.

ANGELIDOU, Margarita **Smart city policies: A spatial approach**, 2014. Disponível em: goo.gl/9EKbnA. Acesso em 04 abr. 2018.

ARAUJO, M. H.; REINHARD, N. Quem são os internautas brasileiros? Uma análise a partir das habilidades digitais. In **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]**: TIC domicílios 2017. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. 3.700 Kb; PDF. p. 29-39

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016, 3 ed., 2016.

BARROS, Mariana. In: Evento Cidades | Percepção e Comunicação (Rio de Janeiro) - Mesa 1. Canal youtube Arq.Futuro Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9DLkE9M_pNQ. Acesso em out. 2017

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAYO, Jaime G. Evento Cidade 4.0, realizado em março de 2017, na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Eg8ws2mEha8>. Acesso em maio 2017.

BENDIX, Aria. There's a battle brewing over Google's \$1 billion high-tech neighborhood, and it could have major privacy implications for cities. **Business Insider**, Toronto-CA, 21 out. 2018. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/google-sidewalk-labs-toronto-privacy-data-2018-10>. Acesso em 16 nov. 2018

BENTLEY, A. **The Process of Government**. New York: Routledge, 1995 p. 1-109. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315134222>. Acesso em 13 jan. 2018

BERNARDES, Roberto; BESSA, Vagner; KALUP, André. A Economia da Inovação no Setor de Serviços: Desvendando o Cenário Brasileiro. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 19,

n. 2, p. 115-134, abr./jun. 2005, pp. 115-134. Disponível em: http://www.pucsp.br/eitt/downloads/IV%20Ciclo_ArtBessa-Bernardes.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **O Futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução M. A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.83-106. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000158&pid=S2177-7055201300020000600007&lng=en. Acesso em 12 mai. 2018

BORJA, J. e CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, Cebrap, n.45, jul. 1996. p.152-166.

BORJA, Jordi. Cidades Inteligentes ou vulgaridade de interesses. In: **ArchDaily**, 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601260/cidades-inteligentes-ou-vulgaridade-de-interesses>. Acesso em 08 mai. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus, 1996.

BRANDÃO, Elizabeth P. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. In: INTERCOM 2006. Encontro Brasileiro das Ciências da Comunicação. **Anais eletrônicos...** Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>. Acesso em 09 jun. 2017.

BRANDÃO, Flávia Sofia do N.; **Cidades Inteligentes e Direito à Cidade**: a atuação das tecnologias da informação e comunicação na produção de duas perspectivas antagônicas de espaço urbano. O caso da ocupação cultural mercado sul vive, Taguatinga, Distrito Federal. Dissertação apresentada à UniB, em mar. 2016.

CANCLINI, N. G. Imaginários culturais da cidade: conhecimento espetáculo desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (Org.). **A Cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras/Itáu Cultural, 2008. p. 15-31. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355442.pdf>. Acesso em 16 nov. 2017.

CARAGLIU, Andrea; DEL BO, Chiara F. Smart innovative cities: The impact of Smart City policies on urban innovation. In: **Technological Forecasting and Social Change**, 2018. Disponível em: www.elsevier.com/locate/techfore. Acesso em 20 fev. 2018

CARAGLIU, Andrea; DEL BO, Chiara e NIJKAMP, Peter. Smart cities in Europe p.1-15, In: **Journal of Urban Technology** 18 (0048), January 2009. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/46433693_Smart_Cities_in_Europe>. Acesso em mai. 2017

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, 2014. p. 267-277

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOURABI, Hafedh *et al.* Understanding smart cities: An integrative framework. *In: System Science (HICSS)*, 45°. Hawaii International Conference on IEEE, 2012. p. 2289-2297. Disponível em:

<https://www.computer.org/csdl/proceedings/hicss/2012/4525/00/4525c289.pdf>. Acesso em 23 out. 2017

COBB, R.; ROSS, J.; ROSS, M. H. Agenda Building as a Comparative Political Process. *In: The American Political Science Review*. 1, 126, 1976.

CORRÊA, Elizabeth SAAD., e SILVEIRA, Stefanie Carlan. Theoretical-methodological proposal for researching objects in journalism. *In: MATRIZES*, 11(2), 2017, p.163-182. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i2p163-182>. Acesso em mai. 2018

DEAK, André. **Smart**, vídeo produzido para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Data da publicação do vídeo: 10/07/2018. Duração 8:10. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pU_07-N6egk&feature=youtu.be . Acesso em 30 nov. 2018

DEARING, James W.; ROGERS, Everett M. Agenda-setting. Communication concepts 6. Thousand Oaks/London, Sage. *In: Lebensverhältnisse und soziale Konflikte im neuen Europa: Verhandlungen des*, v. 26, 1996, p. 558-567.

DEBORD, Guy. **Society of the Spectacle**. Bread and Circuses Publishing, 2012.

DIÁRIO Oficial do Município de São Paulo, publicado no dia 09 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/202959740/dom-sp-normal-09-08-2018-pg-51>: Acesso em nov. 2018

DI FRANCO, C.A. A encruzilhada dos jornais. **O Estado de São Paulo**, 09 mai. 2018, Espaço Aberto, p. A2

_____. Jornalismo sem adjetivos. **O Estado de São Paulo**, P. A2, 24 set. 2018.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. São Paulo: Summus, 1986.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

EMENDA nº 30 à Lei Orgânica Do Município De São Paulo (Projeto De Emenda À L.O.M. Nº 08/07). Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/programasdemetas/lei-plano-de-metas-sao-paulo.pdf> . Acesso em 23 nov. 2018

FEC LABINUR – LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS. Estatuto da Cidade–Par Compreender, v. 15. 2011. FEC–Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, UNICAMP, São Paulo. Disponível em: http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Estatuto_comp.html. Acessado em 17 nov. 2017

FERREIRA, João S. W. O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. **Revista Pós FAU-USP**, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43384/47006>. Acesso em 28 out. 2018

_____. W. **São Paulo: o mito da cidade-global**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAUUSP, 2003.

FIGUEIREDO, Gabriel Mazzola Poli de; ROZESTRATEN, Artur Simões. Cidades inteligentes no contexto brasileiro: discurso e prática da "smart city" como forma de potencializar a democratização do espaço urbano e a redução da desigualdade social. **Anais..** São Paulo: FAUUSP, 2016.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Metódos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa**. E seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. Tradução Ana Luiza Lopes. São Paulo: LP&M Editores, 2003.

FRARE, I. e OSIAS, C.S.; O papel do planejamento estratégico na construção de cidades inteligentes. In: **Cadernos FGV Projetos**. Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana, ano 10, n. 24. Outubro 2015, p. 158-177. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. ISSN 19844883. Disponível em: www.fgv.br/fgvprojetos. Acesso em 13 ago. 2017.

G1.SP. 85% dos paulistanos acham que Prefeitura de SP não é transparente, aponta pesquisa. In: **G1.com**, em 14 ago.2018. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/14/maioria-dos-paulistanos-ve-pouca-ou-nenhuma-transparencia-na-administracao-publica-diz-pesquisa.ghhtml>. Acesso em 21 dez.2018

G1.com. Lei de transparência completa 10 anos, matéria exibida em 15 de jan 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7301813/>. Acesso em 16 jan. 2019

GENTILLI, Victor e DUTRA, Luma Poletti. Arcana Imperii e Accountability: jornalismo, segredo e transparência. In: **Crítica do Jornalismo no Brasil: Produção, qualidade e direito à informação**. Org.: Josenildo Luiz Guerra, Danilo Rothberg e Gerson Luiz Martins. Portugal, Covilhã: 2016. 978-989-654-348-8 (pdf). Disponível em: http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201612291659-201618_criticajornalismo_jguerra.pdf. Acesso em 23 nov 2018

GIFFINGER, Rudolf *et al.* City-ranking of European medium-sized cities. **Cent. Reg. Sci. Vienna UT**, 2007,p. 1-12.

GIFFINGER, R.; GUDRUN, H. Smarter Cities Ranking: An Effective Instrument for the Positioning of Cities? **ACE: Architecture, City and Environment**, v. 12, 2010, p. 7-25.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., 7. reimp., São Paulo: Atlas, 2016.

GITLIN, T. **The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left**. Berkeley, CA: University of California, 1980.

GOMES, Rodrigo. Covas institui grupo que pode restringir ainda mais participação social na cidade. **Rede Brasil Atual**, 17 jul.2018. Disponível em: <https://nossasaopaulo.org.br/noticias/covas-institui-grupo-que-pode-restringir-ainda-mais-participacao-social-na-cidade>. Acesso em 04 dez. 2018.

GREENFIELD, Adam. Estaria o plano da Índia de construir 100 cidades inteligentes fadado ao fracasso? In: **ArchDaily**, 14 mar. 2018, assinado por Suneet Zishan Langar. Traduzido por Lis Moreira Cavalcante. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/890486/estaria-o-plano-da-india-de-construir-100-cidades-inteligentes-fadado-ao-fracasso>. Acesso em 19 set. 2018

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus. v. I e II, 1988.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 101-130.

HALL, R. Creative cities and economic development. In **Urban Studies**, 37(4), 633–649, 2000.a

HALL, Robert E. The Vision of A Smart City. **Anais eletrônicos...** Presented at the 2nd International Life Extension Technology Workshop. Paris, France. September 2000.b Disponível em: <https://ntl.bts.gov/lib/14000/14800/14834/DE2001773961.pdf>. Acesso em 14 jul. 2017.

HALL, R.E., BOWERMAN, B., BRAVERMAN, J., TAYLOR, J., TODOSOW, H., and VON WIMMERSPERG, U. **The vision of a smart city**. Estados Unidos: N. p., 2000.

HELD, V. **The public interest and individual interests**. New York: Basic Books, 1970.

HARRISON, Colin; DONNELLY, Ian Abbott. A theory of smart cities. In: Proceedings of the 55th Annual Meeting of the ISSS-2011, Hull, UK. 2011.

HARTLEY, John. Semiose Urbana: indústria criativa e choque dos sistemas. **Revista Parágrafo**. Jan-jun 2016, V. 4, N. 1 (2016) ISSN: 2317-4919.

_____. **O Direito à Cidade**. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. New Left Review, n. 53, 2008

_____. O Direito à Cidade. **Revista Piauí**, edição 82, Julho 2013. SP. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade>. Acesso em dez. 2018

HOLANDA, André Fabrício da Cunha; LEMOS, André Luiz Martins. Future City Glasgow: programas de ação, tensões e contradições em um projeto de smart city. **Comunicação & Inovação**, v. 17, n. 34, 2016, p. 1-20.

HOLLANDS, Robert G., Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? **CITY**, VOL. 12, Nº 3/12/2008; 2008; ISSN 1360-4813, print/ISSN 1470-3629 online/08/030303-18 © 2008 Taylor & Francis DOI:10.1080/13604810802479126

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama> . Acesso em 2 nov. 2017.

JENKINS, Henry. **Transmedia Storytelling**. Moving characters from books to films to video games can make them stronger and more compelling. Publicado em 15 Jan. 2003. Disponível em: <https://www.technologyreview.com/s/401760/transmedia-storytelling/>. Acesso em 13 mai. 2017

KAHOOT! Disponível em: <https://kahoot.com>. Acesso em 12 nov. 2018

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação Pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013, p. 41-57.

KOFMAN, Ava. **Google's "Smart City of Surveillance"** Faces new Resistance in Toronto, publicada em 13 nov. 2018, em The Intercept. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/11/13/google-quayside-toronto-smart-city>. Acesso em 16 nov. 2018.

KOMNINOS, N. e SEFERTZI, E. Intelligent Cities: R&D offshoring, web 2.0 product development and globalization of innovation systems. **Anais eletrônicos...** Second Knowledge Cities Summit 2009, Shenzhen, China, 5-7 Nov. 2009. Disponível em: <http://www.kcsummit2009.com/eng/index.html>. Acesso em ago. 2017

KON, Fábio e SANTANA, Eduardo Felipe Zambom. Computação aplicada a Cidades Inteligentes: Como dados, serviços e aplicações podem melhorar a qualidade de vida nas cidades. **Research Gate**. 2016 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318947299>. Acesso em 26 set. 2017

KOOLHAS, Rem. Rem Koolhaas sobre identidade, conformismo e cidades digitais. In ArchDaily, em 23 jul.2018.

Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/898076/rem-koolhaas-sobre-identidade-conformismo-e-cidades-digitais>>. Acesso em 11 ago.2018

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido** teoría y práctica. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.

KUNSCH, Margarida. Comunicação Pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013, p. 3-13.

LAGGENEGER. Evento realizado pela Pontifícia Universidade Católica-São Paulo (PUC-SP), *Digital Rights*, nov. 2018.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica 2ª. edição. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: v. 34, 2009.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Edufba, 2012.

LEMOS, André. A Comunicação das Coisas. Internet das Coisas e Teoria Ator-Rede. **Anais SimSocial**, Salvador, 2012, p.18-47.

_____. Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. In **Galáxia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica: PUC São Paulo, vol. 4, n. 8, p. 129-148. Out. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/galaxia/article/viewArticle/1414>. Acesso em 30 mai. 2017.

LEMOS, André (org.). **Cidade digital**: portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Espaços Urbanos: Cidades Inteligentes. In **Revista GVExecutivo**, FGV EAESP, vol. 12. n. 2, p.46-48. Jul/Dez 2013.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. Os primeiros passos da ciberdemocracia, comunidades engenhosas e cidades digitais. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O Futuro da Internet**: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2014, p. 115-135.

LEMOS, Ronaldo. A sociedade contra-ataca: O marco civil como símbolo do desejo por inovação no Brasil. In: **Revista Observatório Cultural Itaú**, n. 16 (jan-jun. 2014) São Paulo: Itaú, 2014, p. 92-104.

_____. Evento Cidades Inteligentes, Baixo Augusta, 31 out. 2017, São Paulo.

LIMA, João Gabriel de. Anotações e gravação realizadas no Seminário Cidades | Percepção e Comunicação (São Paulo) - Mesa 1. Participação in loco. Realizado no Instituto Moreira Sales, São Paulo, em 04/10/2017.

LIVRO Verde. In: (Org.) TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. XXV, 195p. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>. Acesso em 7 nov. 2018.

LOPES, João Teixeira e TEIXEIRA, Rute. “Geração Europa?”: um estudo sobre jovem emigração qualificada para França, In: **População e Sociedade CEPESE Porto**, vol. 22, 2014, p. 97-119. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143400050.pdf>. Acesso em 17 nov. 2018.

LÓPEZ, Juan Jaramillo. La sociedad es lo que los seres humanos queremos que sea: reflexiones sobre abogacía y comunicación pública. In: **Programa latinoamericano de “advocacy” en salud**, Encontro Anual, São Paulo, 2010.

LOZANO, José Carlos. *apud* FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de Conteúdo. *In: Métodos e técnicas em comunicação*. DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (orgs). São Paulo: Atlas, 2005, p. 280-304.

MACHADO, M.B.; MOREIRA, F. Jornalismo e informação de interesse público. **Revista FAMECOS**, n.27. Porto Alegre, agosto 2005, p. 117-124.

MATOS, Heloiza (org.). **Pesquisas em Comunicação Pública e Política**: Vertentes Teóricas e Metodológicas. São Paulo: ECA/USP, 2016.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! *In: Cidades rebeldes*: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. *In: (Org). CASSILHA, Gilda Amaral e CASSILHA, Simone Amaral. Planejamento Urbano e Meio Ambiente*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009

_____. Nossas cidades estão ficando inviáveis. Entrevista à revista **Desafios do Desenvolvimento** IPEA. Ano 8, ed. 66. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2508:catid=28. Acesso em 23 set. 2018.

MARQUES, Angela M. e MARTINO, Luis Mauro Sá. A configuração da questão dos interesses no âmbito de uma ética do profissional de comunicação. *In: Revista FAMECOS*. Mídia, Cultura e Tecnologia. Porto Alegre, v. 18, n. 3, setembro/dezembro 2011, p. 816-833

MARQUES, Marta I.M. O conceito de espaço rural em questão. *In: Terra Livre*. São Paulo, Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002, p. 95-112 Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/160/148>. Acesso em 13 jan. 2019.

MARTINS, J.S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MÁXIMO, L. Em entrevista concedida a Regiane M.S.Bianchini ,em nov. 2018

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari São Paulo: Cultrix, 1972

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia**: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012.

METAS para São Paulo. Construindo a cidade para além do nosso tempo programa de governo. *In: Piauí* - 2014-2020 – SP. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/sites/24/2016/09/Proposta-Haddad.pdf> . Acesso em jul.2017

MÍDIA KIT ESTADÃO. **Portal Estadão**. Disponível em: <https://www.publicidadeestadao.com/>. Acesso em 21 dez. 2018.

MÍDIA KIT UOL. **Portal UOL**. Disponível em: https://noticiasdatv.uol.com.br/media/uploads/midia_kit/midia_kit_6jan16.pdf. Acesso em 21 dez. 2018

NIJKAMP, Peter *et al.* **XXQ factors for sustainable urban development: A systems economics view.** 2008.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação organizacional e comunicação pública. *In:* MATOS, H. (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas.** São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 15-28.

ONU - Agenda Habitat III. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>. Acesso em 01 nov .2018

ONU - Organização das Nações Unidas. **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision,** 2017. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2018-KeyFacts.pdf>. Acesso em 17 mai 2018.

PALHANO. Em entrevistas concedidas a esta pesquisadora, em 13 ago 2017 e 26 out. 2018.

PASKALEVA, Krassimira *et al.* **Data Governance in the Sustainable Smart City.** Informatics 2017, 4, 41; doi:10.3390/informatics4040041. Disponível em: <https://mpdi.com/jornal/informatics>. Acesso em 29 dez. 2018.

PESSONI, A. e GISOLDI, Robson L. O E-gov como política de comunicação na gestão pública do ABC Paulista. **C&S**, v. 37, n. 3. São Bernardo do Campo: DOI, set./dez. 2015, p. 417-446. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v37n3p417-446>. Acesso em 29 dez. 2018.

PESSONI, Arquimedes. Jornalismo Público Americano: O leitor como cidadão. *In:* **Comunicação & Inovação.** V.5, n.10, São Caetano do Sul: IMES. 2005. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/613/456. Acesso em abr. 2018.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. *In:* **Intercom**, vol. XXV, nº2, julho/dezembro de 2002, p.71 a 88.

PLANO Diretor Estratégico do Município. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor>. Acesso em jul 2017.

PORTAL da Transparência. Disponível em: transparencia.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em 17 de nov. 2018

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. *In:* XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002. **Anais eletrônicos** Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>. Acesso em 23 dez. 2018

_____.Enquadramentos da Mídia e Política. *In:* (Org.) RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política.** Conceitos e abordagens. Salvador : Edufba, 2004, p. 76-104.

Prefeitura de São Paulo. Disponível em: www.capital.sp.gov.br. Acesso em: 17 de nov. 2018

PROGRAMA de Metas São Paulo 2017-2020. Planeja SAMP. Prefeitura de São Paulo. In: **Planeja Sampa**. Disponível em: <http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 13 mar. 2018

RATTI, C.; NABIAN, N.; ROBINSON, P. The Senseable City Laboratory Vision for a Cybernetic Mechanism of Sensing, Analysis, and Actuation. In: **MIT SENSEable City Guide**, 2011, p. 8-10.

REDE Nossa São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/institucional>. Acesso em 17 ago. 2018.

REIS, Ana C.F. Cidades Criativas. In: **Curso de Formação de Gestores Públicos**. 2011 Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/curso-gestores-agentes/textos/cidadescriativas.pdf>> Acesso em 30 nov. 2017

ROLNIK, Raquel. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. In: **LabCidade**, FAUUSP, Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em nov. 2017

_____. **Construindo Cidades Inteligentes**. Colóquio GloboNews Prisma. São Paulo, mai. 2018.

_____. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2009. ISBN 85-11-01203-6. Coleção Primeiros Passos, 1988.

_____. Smart Cities: o cidadão em mãos de aproveitadores. 17 ago. 2017. In: **Blog Raquel Rolnik**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/smart-cities-o-cidadao-em-maos-de-aproveitadores>. Acesso em set. 2018.

ROLNIK, Raquel. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania. São Paulo 1886-1936. In: **Direito Urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 169-202.

ROSSETTI, Regina. **Inovação**-uma abordagem filosófica. São Paulo: LiberArs, 2019.

ROURKE, Francis Edward. **Secrecy and publicity**: Dilemmas of democracy. Johns Hopkins Press, 1966.

SANTAELLA, Lucia. (Org.) **Cidades Inteligentes**: Por que, para quem? São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. Do Indivíduo ao Cidadão. In: **O Espaço do Cidadão**. 4.ed. São Paulo: Coleção Espaços, 1998a, p.77-80.

_____. Los espacios de la globalización. In: **Anales de geografía de la Universidad Complutense**. 1993, p. 69-77.

_____. Lugar e Valor do Indivíduo. In: **O Espaço do Cidadão**. 4.ed. São Paulo: São Paulo: Coleção Espaços, 1998b, p.81-94.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. v. 4, São Paulo: Hucitecp, 1988.

_____. Novos rumos para a geografia brasileira. In: **Novos Rumos da Geografia Brasileira**, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Do Pensamento único à consciência universal. 7 ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. São Paulo, Metrópole Corporativa. In **Revista Administração**. p6bL. Rio de Janeiro: FGV, , 23(1)103-111, 1º trim. jan. 1989.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. **The Global City**: introducing a Concept. Winter/Spring 2005. Vol. XI, ISSUE 2. Copyright © 2005 by the Brown Journal of World Affairs. Disponível em: <http://www.saskiasassen.com/pdfs/publications/the-global-city-brown.pdf>. Acesso em 5 set. 2017.

_____. Why does it matter that we keep cities complex and incomplete? In: **TED Talks**, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vHuX79hgtCY>. Acesso em 21 nov. 2018.

SCHAFFERS, Hans *et al.* *Smart cities and the future internet*: Towards cooperation frameworks for open innovation. In: **The future internet assembly**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2011. p. 431-446.

Seminário Cidades | Percepção e Comunicação (São Paulo) - Mesa 1. Participação *in loco*. Realizado no Instituto Moreira Sales, São Paulo, em 04/10/2017. Disponível em Canal YouTube Arq.Futuro. <https://www.youtube.com/watch?v=O3m7VkJCxWA>.

SHAPIRO, J.M. Smart cities: quality of life, productivity, and the growth effects of human capital. In: **The review of economics and statistics**, 88(2): 324–335, 2008.

SILVA, A. A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 413-432.

SILVA, Paulo Celso. Análise da produção intelectual do Dr. Milton Santos. In: XXXV INTERCOM - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE – 3 a

7/9/2012. **Anais eletrônicos**. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0114-1.pdf>. Acesso em 30 Dez. 2017.

_____. Mídia territorial Resiliente. Aportes para um debate na Geografia da Comunicação. **Revista Rua**. . nº 3, vol. 2. Campinas: Unicamp, Novembro 2017, p.373-387.

_____. Smartcities: Modelo de comunicação Global? Uma abordagem da Geografia da Comunicação. In: XXXIX INTERCOM - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016 **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1470-1.pdf>. Acesso em 03 ago 2017

SILVEIRA, Sérgio A. **Conectividade e inclusão digital para São Paulo**. Como o paulistano usa a internet? Relatório r1: padrões de usos e empregos dos recursos de conectividade existentes antes da abertura do sinal. Santo André: 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/inclusao_digital/wifilivres/relatoriosufabc/WiFi-Livre_R1.pdf . Acesso em 30 set. 2018

SÖDERSTRÖM, Ola; PAASCHE, Till; KLAUSER, Francisco. *Smart cities as corporate storytelling*. **City**, v. 18, n. 3, 2014, p. 307-320.

SOUSA, Mauro Wilton. O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. **Significação**. Revista de Cultura Audiovisual. Programa de Pós- Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. V. 37, n. 34, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/68112/70670>. Acesso em 19 jun. 2017.

SP Negócios. Disponível em: <http://www.spnegocios.com>. Acesso em dez. 2018

STARTUPI. Disponível em: <https://startupi.com.br/2017/06/ate-dezembro-de-2018-todos-os-processos-de-sao-paulo-serao-digitais-joao-doria-fala-sobre-cidades-inteligentes-durante-o-ciab>. Acesso em: jan. 2019

STRICKLAND, B. Cidade Criativa In: REIS, A.C.F. (org). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

TADDEO, Mariarosaria; FLORIDI, Luciano. The debate on the moral responsibilities of online service providers. **Science and Engineering Ethics**, v. 22, n. 6, 2016, p. 1575-1603.

TANKARD, J. W. *The Empirical Approach of the Study of Media Framing*. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (orgs.). **Framing Public Life**. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

TIC DOMICÍLIOS. In: **COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL**. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de informação e comunicação no Brasil. TIC Centros públicos de acesso 2017. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiWiOu1wbLVAhXBIpAKHen9DxYQFggmMAA&url=http%3A%2F%2F>

www.mcti.gov.br%2Fdocuments%2F10191%2F0%2Ftic-centros-publicos-de-acesso-2013-12112014.pdf%2Fce431b9d-b070-445c-87cf-e0320cc7fb47&usg=AFQjCNG5AtznGROlWrIJjrscpH6FnHZZ0A. Acesso em 27 mai. 2017.

TOPPETA, D. **The Smart City vision:** How Innovation and ICT can build smart, “liveable”, sustainable cities. The Innovation Knowledge Foundation. Think!Report, 005/2010. Disponível em: http://www.thinkininnovation.org/file/research/23/en/Toppeta_Report_005_2010.pdf. Acesso em 15/06/2017

Torres, C. M. S. O., Abdala, P. R. Z.; A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. *In: Administração Pública e Gestão Social*, 8(3), jul.-set. 2016, 147-158 ISSN 2175-5787. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151101/001010822.pdf?sequence=1>. Acesso em 28 dez. 2018

TRIGUEIRO, André. Evento Connected Smart Cities. Edição Curitiba, março 2018.

VAN BASTELAER, B. Digital cities and transferability of results. *In: Proceedings of the 4th EDC Conference on Digital Cities*. Salzburg: [s.n.]. 1998. p. 1-15.

VANOLO, Alberto. Smartmentality: the smart city as disciplinary strategy. *In: Urban Studies*, v. 51, n. 5, Itália, Torino. 2014, p. 881-896.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. Studio Nobel, 2012.

WASHBURN, D., e SINDHU, U. Helping CIOs understand “smart city” initiatives: defining the smart city, its drivers, and the role of the CIO. *In: Cambridge: Forrester Research*. 2010. Disponível em: <http://c3328005.r5.cf0.rackcdn.com/73efa931-0fac-4e28-ae77-8e58ebf74aa6.pdf>. Acesso em 14 jul. 2017

WEISS, Marcos et. al. Cidades inteligentes: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. *In: Revista Tecnológica da FATEC Americana*. V. 5, n. 1, out-2016/mar-2017. Disponível em: http://fatec.br/revista_ojs/index.php/RTecFatecAM/article/view/137/126 Acesso em 31 mai. 2017.

ZÉMOR, P. Como anda a comunicação pública? *In: Revista do Serviço Público, Brasília*. 60 (2): Abr/Jun 2009, p.189-195.

Apêndice 01 - Entrevista jornalista André Palhano

Entrevista jornalista André Palhano / Virada Sustentável – abril 2017

Regiane - Diante da sua experiência, como cidadão e profissional, como você avalia a cobertura jornalística sobre Cidades atualmente, dada a mudança radical no formato e canais de comunicação? Quais pontos positivos você destacaria e quais negativos?

André Palhano- Bom, sobre a cobertura de cidades, eu acho que a gente teve um enfraquecimento muito grande na imprensa, né, nos jornais e revistas principalmente. Mas no impresso, a gente teve uma queda bastante grande não só de qualidade, como do próprio volume, como de qualidade de cobertura, sobre o tema de cidades. Ao mesmo tempo, na rádio e na tevê, eu acho que ainda essa é uma cobertura bem feita, tirando os “Datena” da vida, que a gente sabe bem, só prejudicam, criam uma falsa sensação de cidade para as pessoas. Mas eu acho que na rádio e na tevê, a gente tem uma cobertura sim interessante do dia a dia das cidades e dos temas de inovação relacionados à cidade.

Regiane Como você avalia os materiais que são disponibilizados pelo Poder Público sobre as cidades?

AP- Sobre a comunicação do poder público com a população, eu acho que é muito ruim. A gente tem algumas tentativas aí, de aviso por SMS, Defesa Civil, mas ainda estamos engatinhando certamente nessa questão da informação. Infelizmente, a prefeitura não sabe usar esses mecanismos. Eu vejo isso em várias cidades brasileiras e, enfim, tem um campo muito grande pra avançar. Uma coisa que eu vejo como ruim, é que a prefeitura na sua comunicação, ela tem uma questão apenas de aparecer bem, em falar o que está certo, enfim, um viés ainda muito arraigado na comunicação voltada a ampliar a percepção positiva sobre o atual gestor daquele momento. Isso é uma coisa muito complicada. Em termos de comunicação, ela fica pouco técnica, pouco imparcial e acaba chegando só o que interessa.

Regiane - Com a nova configuração das redações, cada vez mais enxutas e com profissionais recém-formados, há subsídios suficientes para que os jornalistas questionem e desenvolvam pautas mais críticas?

AP – Sobre a realidade das redações, eu acho que sim, tem uma notável queda de qualidade, seja pela crise que as empresas jornalísticas estão enfrentando, de maneira geral, não só aqui no Brasil. E, certamente, pelo nível de senioridade que diminuiu muito e você tem muita gente despreparada fazendo coberturas importantes, cobrindo pautas importantes. Isso vale para o tema Cidades.

Regiane - Por outro lado, você acredita que o Poder Público tenha um papel educador, ao optar em implementar um projeto de “*smart city*”, no sentido de fornecer formação e informação para os cidadãos sobre o tema?

AP – Eu acho que o Poder Público tem esse papel, sim, eu acho que seria muito interessante este tipo de opção de informação sobre o que está acontecendo na cidade, até como uma forma de melhoria da gestão. Além de melhorar e facilitar a gestão da cidade, eu acho que tem uma questão muito interessante aí de cidadania e participação, que o conceito de *smart city* carrega. Você tem realmente um nível de participação cidadã, porque o interessante é que os projetos não sejam só do Poder Público para a população, mas também o contrário, a população alimenta o setor público e a gestão pública, com dados e informações.

Regiane - Com a Virada Sustentável, você trouxe um “modelo” de comunicação circular, que transcende a cultura das redações e abrange o maior número de pessoas em suas

intervenções. Como os jornalistas reagiram à sua proposta, no início, e como tratam o evento nas mídias hoje? Como é a aceitação do público diante de um evento como a Virada?

AP – Bom, a Virada é percebida infelizmente ainda como um evento ambiental, mesmo depois de tantos anos.

Regiane - Ainda sobre cidades, você leu nos últimos meses, matérias sobre Cidades Inteligentes na mídia impressa e *online*?

AP – Olha, eu não li ainda uma matéria que tenha me chamado a atenção sobre cidades inteligentes. O que eu vejo aqui e ali são cases de cidades mundo afora, que estão adotando diferentes soluções, seja na questão da segurança pública, seja na questão da mobilidade urbana e não de outros temas associados a esse amplo tema que é Cidades Inteligentes ou Smart Cities.

Regiane - Se afirmativo, ao ler esses textos, você acredita que o leitor tem oportunidade de conhecer mais sobre projetos que envolvam essa definição e propósito: tornar uma cidade mais inteligente? Por que?

AP- Eu acho que o leitor, sim, ao ler essas matérias, ele tem a possibilidade de entender o conceito e aí, claro, no meu filtro, no meu *feed* de notícias, eu acabo lendo mais uma parte de aplicações em cidades. De cidades, gestões que estão adotando o conceito de alguma maneira, ou adotando um pedaço dele. Claro que deve haver uma comunicação, como você citou, talvez exageradamente associada a inovações tecnológicas ligadas apenas, ligadas não, no intuito apenas de promover ou vender um produto ou serviço, ou solução. Mas no meu rol, eu acho que realmente acabam chegando as notícias mais relacionadas à adoção da gestão pela cidade.

Regiane - A cidade de São Paulo é apontada como a primeira colocada, por três anos consecutivos, no ranking *Connected Smart Cities*, elaborado pela empresa de inteligência de mercado *Urban Systems* Brasil, tendo como indicadores principais a Mobilidade e a Acessibilidade, atendendo a critérios globais estabelecidos por empresas que vendem projetos de tal natureza, além de organizações que desejam padronizar os espaços e as culturas. Qual é o seu conceito de cidade inteligente?

AP- Olha o meu conceito de cidade inteligente que é aquela... é a gestão pública que utiliza a informação possibilitada por esse nível incrível de tecnologia que a gente tem hoje, que usa a informação como base da gestão pública. Seja novamente na questão de mobilidade urbana, seja na questão de segurança pública, seja na questão de iluminação pública e outros temas que dizem respeito diretamente à gestão. Então, eu acho que é também um conceito técnico e que tem o potencial de avanço enorme no nosso País, nesses próximos anos.

Regiane - Mumbai teve uma experiência traumática, com a implantação de um projeto que tirou as pessoas de suas habitações, colocando-as em prédios, com recursos tecnológicos, porém, eliminando traços culturais arraigados. Você acredita que os cidadãos têm chance de participar de planos diretores, com conhecimento de causa, e discutir de maneira madura projetos como o que vem sendo implantado pela Prefeitura de São Paulo?

AP- Sobre a questão de Mumbai, eu acho que sim. Acho que o cidadão tem esse potencial de participação, isso inclusive numa gestão inteligente e tem que ter vontade política para isso. É uma ferramenta de participação e cidadania. Só que aí é lógico, a gente acaba, muitas vezes tendo decisões unilaterais ou top down, como ainda, infelizmente, é o nosso modelo padrão de gestão pública no Brasil.

Regiane - E, por último, o que você mudaria na comunicação do Poder Público com o cidadão?

AP- Para finalizar, o que eu mudaria é você ter uma informação realmente mais técnica, mais aprimorada e com uso das tecnologias que a gente dispõe hoje. Acho, por exemplo, um absurdo você não ter um informe, seja via WhatsApp ou via SMS, questões relacionadas ao seu bairro, por exemplo. Ou de uma rua quebrada que você possa tirar uma

foto e mandar para o serviço responsável. Enfim, você tem algumas tentativas nesse sentido, inclusive aqui no Rio de Janeiro, onde eu estou, ali perto I(do local) das Olimpíadas, você vê que não adianta você ter apenas a tecnologia e o serviço e não quem saiba utilizar corretamente ou que não seja devidamente comunicado para a população. Aí acaba ficando só uma peça de marketing.

Apêndice 2 - Entrevista jornalista Luciano Máximo

Entrevista jornalista Luciano Máximo – pesquisador e gerente de Comunicação Instituto Iochpe – novembro 2018

Regiane - A partir de sua experiência profissional, como especialista em Economia e Políticas Públicas, entre outros temas, como você avalia a cobertura dos jornais e veículos *online* sobre as cidades?

Luciano Máximo - Do ponto de vista da chamada grande imprensa ou establishment media, considero a cobertura sobre as cidades insuficientes e pouco reflexivas, suscitando baixa capacidade de reflexão e consciência crítica do público consumidor de notícia. Insuficientes porque a agenda jornalística não consegue dar conta (o que é compreensível) da quantidade e complexidade da agenda empresarial/econômica, de políticas públicas/governamental, problemas e bons exemplos de uma cidade em inúmeras esferas. As escolhas da cobertura jornalística sobre as cidades feitas acabam sendo repetitivas e superficiais, devido ao excessivo olhar objetivo e falta de acompanhamento da evolução da história coberta (problema, política, negócio fato da notícia). Exemplo: Plano Diretor de São Paulo foi aprovado em 2014. Que notícia temos sobre a evolução de sua implementação? Como ela está impactando o desenvolvimento da cidade e seus atores?

Regiane - Nas redações, há profissionais que tenham conhecimento sobre como funcionam (ou deveriam funcionar) as políticas públicas?

LM - Sim, mas diria de forma genérica. São os jornalistas que se especializam em um tema específica (economia, finanças, educação, judiciário, etc.) que conseguem se destacar e dominar melhor o universo das políticas públicas e suas especificidades, como regulação, regulamentação, legislação, relação entre governo e sociedade, etc.

Regiane - Ainda sobre cidades, você detecta na cobertura do cotidiano, matérias que falem sobre o tema Cidades Inteligentes? Se afirmativo, como você avalia a abordagem do tema pelos jornalistas de redações?

LM - Percebo que o tema está relativamente em voga, mas abordagens que pude acompanhar pela imprensa não me dão aprofundamento necessário para entender sobre o assunto.

Regiane - E por parte dos jornalistas de assessorias de imprensa?

LM - Curiosamente, nos últimos três anos, tive mais contato com o tema smart cities por meio de contato com assessores de imprensa e fontes de empresas e grandes consultorias e associações empresariais e organizações internacionais e universidades.

Regiane - Em sua opinião estes textos sobre cidades inteligentes conceituam o tema e esclarecem o leitor? Por exemplo, ao ler uma matéria sobre cidades inteligentes, o leitor tem ideia do que o poder público fará com projetos deste teor em seu município?

LM - Não acredito que esclarecem o leitor. Ele lê um texto desse e sai com uma ideia muito vaga sobre utilização de uma tecnologia para melhorar o transporte público ou gerar algum tipo de economia no fornecimento de energia elétrica, mas de forma vaga. Não tem ideia do que o governo fará sobre o assunto.

Regiane - O que poderia auxiliar os colegas em coberturas sobre Cidades?

LM - Mais tempo de apuração sobre determinado assunto e maior espaço para abordá-lo de forma aprofundada e contextualizada, eventualmente trazendo comparações entre cidades brasileiras e estrangeiras.

E sobre Cidades Inteligentes?

LM - Vale a mesma resposta da anterior com o adendo de ter oportunidade de oferecer ao leitor uma abordagem mais didática já que estamos falando de um tema novo, embora esteja diretamente relacionado com o cotidiano de nossas vidas atualmente.

Regiane - O que fez você optar por um curso de mestrado – fora do Brasil – sobre Políticas Públicas? Fale um pouco sobre a sua pesquisa e como ela o influenciou (ou não) como jornalista e como cidadão?

LM - Oportunidade de aprofundar conhecimento em minha área de atuação jornalística (políticas públicas com foco em economia, educação e saúde) e também ter um trunfo para considerar uma transição de carreira. Minha pesquisa de mestrado foi sobre a política pública de maternidade no Reino Unido. Usei o arcabouço teórico street-level bureaucracy para avaliar a capacidade que voluntários da sociedade civil para influenciar a política pública de maternidade britânica. Essa experiência, sim, me influenciou como jornalista e cidadão por ter a oportunidade de conhecer um sistema de saúde diferente do brasileiro, interagir com ele, colocar ambos em perspectivas e em comparação e absover informações que, certamente, contribuem com meu trabalho de jornalista.

Regiane - Analisando a comunicação do poder público – tanto com a Imprensa, como com o cidadão, qual (is) seria(m) sua(s) sugestão (ões) para que haja uma comunicação de interesse público e do público?

LM - A resposta para isso é *accountability* na veia, transparência na veia. Tudo deve ser aberto, quem está no poder público, não importa o nível hierárquico, deve ter a responsabilidade de trabalhar com transparência e com o compromisso de mirar o bem coletivo.

Apêndice 3 - Entrevista jornalista - Priscilla Tavollassi

Realizada em 23 de dezembro de 2018

Regiane - Qual seu nome, formação e tempo de atuação na área?

Priscilla Tavollassi - Sou formada em Comunicação Social, com ênfase em jornalismo pela FIAM (1997) e pós-graduada em Comunicação Empresarial pela Cásper Líbero (2005). Atuo como assessora de imprensa, principalmente para o mercado de TI e telecom desde 1999, exercendo o cargo de liderança (gerente de contas em agência de comunicação) desde 2004.

Regiane - Poderia falar um pouco sobre sua atuação em comunicação, especificamente no gerenciamento de contas da área de Tecnologia?

Priscilla Tavollassi - Atuo neste mercado há 19 anos e passei pelas várias transformações que a comunicação entre assessoria de imprensa e a mídia passaram ao longo desses anos. Antigamente, divulgávamos via fax, mandávamos fotos impressas ou slides de produtos, serviços e/ou executivos e a mídia impressa era muito requisitada e importante. Tinham muitas publicações da área, que eram consideradas importantíssimas. Com o advento da Internet, houve a migração das mídias impressas para digitais, as mídias precisaram se adaptar e se reinventar, mas as empresas ainda não apostavam neste tipo de mídia. Por volta dos anos 2008/2009, a crise que havia iniciado com a falência da Gazeta Mercantil em 2005, começou atingir outras mídias, principalmente de tecnologia. As empresas apostavam tudo em assessoria de imprensa, mas começaram a diminuir os incentivos de anúncios nas revistas especializadas, que começaram a perder força com as mídias na Internet. As publicações começaram a fechar, os jornalistas começaram a migrar para a área de comunicação, a qual englobava outras ações também e não só imprensa. Nós, da área de assessoria de imprensa, também tivemos que nos adaptar a divulgar com menos jornalistas e menos qualificados também, mais concorrência, menos mídias e oferecer ao cliente outras possibilidades de comunicação, que trariam resultados para os seus negócios. Foram anos difíceis, que ainda hoje há reflexo disso.

Falando especificamente do gerenciamento de contas de tecnologia, minha preocupação sempre foi a de construir e consolidar a marca do cliente, divulgando seus produtos e serviços da forma mais profissional possível. A área de tecnologia é muito específica e requer conhecimento. Como gestora, sempre estudei muito esta área – particularmente sempre tive facilidade, até porque meu primeiro emprego antes de entrar em assessoria foi na Plano Editorial, que era uma editora de publicações de tecnologia –, mas sempre procurei contratar pessoas para a equipe que tivessem conhecimento na área ou, pelo menos, que tivessem uma percepção mais racional, além de mais conservadora porque esta área sempre pediu isso. Entre os clientes que atendi durante toda esta jornada estão: Canon, Brother, IT Brasil Comdex, Intec Systems, Spring Wireless, Network Appliance, Business Objectics, Plaut Consultoria, Sybase, Interchange, Datasul, Spread, Open Communications Security, Neogrid, Microsoft, Cast, InterSystems, Vivo, PromonLogicalis, NEC, Atento, entre outras.

Regiane - Você tem contato frequente com a mídia especializada no setor de Tecnologia? E com a grande imprensa?

Priscilla Tavollassi - Como estou há muito tempo no mercado, conheço a maioria dos jornalistas de tecnologia. Tenho contato frequente sim, até porque atualmente gerencio as contas da NEC e da Atento. Embora eu seja gerente, eu sou muito ativa na atividade de assessoria de imprensa, colocando a mão na massa mesmo. E tenho contato com a grande imprensa também, principalmente de negócios, empresas e mais especificamente em editorias voltadas para TI, telecom e RH.

Regiane - Qual é a sua percepção sobre a cobertura de temas relacionados às empresas atendidas por você e também sobre os profissionais nas redações?

Priscilla Tavollassi - Antigamente, há uns quatro anos atrás, os jornalistas buscavam mais fontes, eram mais especializados, davam mais valor às entrevistas e aceitavam mais nossas sugestões. Hoje em dia, como disse anteriormente, as redações estão muito enxutas, os profissionais pouco especializados, e há muitos freelas, além de haver pouquíssimas publicações especializadas. Os jornalistas fazem entrevistas por e-mail e muitas vezes copiam os releases. A parte comercial está muito forte também e em muitas publicações, incluindo TV, é necessário investir em publicidade para ter mais espaço. Então, cada vez mais temos que sugerir pautas exclusivas e se a empresa está começando no mercado, por exemplo, precisa ter uma grande novidade para ser divulgada. Minha estratégia como gestora está sendo divulgar menos releases e mais ações direcionadas.

Regiane - A imprensa não diz o que as pessoas devem pensar, mas geralmente diz no que elas irão pensar. Essa *agenda-setting*, formada por diversos atores sociais, como os setores público e privado, pela própria mídia, opinião pública, entre outros, interfere no seu trabalho? Se positivo, de que maneira?

Priscilla Tavollassi - Com certeza. Eu atendo uma empresa que está no mercado de contact center, se a opinião pública diz que o atendimento por meio de bots é péssimo, que vai tirar o emprego das pessoas etc., todo investimento que esta empresa tem feito em digital acaba sendo abalado, porque as empresas que contratam este serviço vão repensar se adotarão a tecnologia ou não.

Regiane - As empresas que você atende estão inseridas no contexto das cidades inteligentes? De que maneira?

Priscilla Tavollassi - Uma das empresas que eu atendo, a NEC, oferece serviços para cidades inteligentes, inclusive, sendo uma multinacional japonesa, já implantou *smart cities* tanto no Japão quanto na Europa. Esta empresa oferece equipamentos de tecnologia de ponta, tanto de gerenciamento, planejamento, governança, segurança etc. capaz de tornar uma cidade inteligente. Há algumas iniciativas aceitas pelos Governos no Brasil, mas são muito incipientes perto do que eles oferecem. Há uma resistência muito grande por parte dos Governos - não tenho certeza se é por falta de informação ou por falta de verba. O que sabemos é que é tudo muito lento, uma vez que já divulgo sobre cidades inteligentes desde 2015.

Regiane - Como você enxerga a comunicação sobre o tema *smart cities* na imprensa, no poder público e no setor privado, neste caso, as empresas de tecnologia?

Priscilla Tavollassi - A minha percepção é que este assunto é muito tratado quando existe um evento que aborde tecnologia, como o Futurecom por exemplo, que aborde este tema por haver várias empresas que apresentam soluções interessantes capaz de tornar as cidades inteligentes, ou quando há um especial sobre o tema na grande imprensa, ou ainda, quando acontece algo em alguma cidade e remetem ao assunto dizendo que se a cidade fosse inteligente não teria tais problemas, que são citados. Mas, de uma maneira geral não é abordado com frequência. Acredito que os problemas das cidades são muito citados na imprensa, mas pouco se defende a ideia de ter um gerenciamento, um plano para que a cidade se torne inteligente e proporcione melhores condições a seus habitantes.

Regiane - **Você sugere pautas sobre cidades inteligentes a veículos de comunicação?**

Priscilla Tavollassi - Sim, sugerimos, principalmente por causa do cliente que atendo. Mas, já sugerimos mais pautas deste tipo. Lembro-me que a empresa criou até uma maquete e um vídeo na ocasião que iniciamos as divulgações para mostrar a importância e como funciona uma cidade inteligente. Então, como esgotamos várias vezes este assunto, só conseguimos sugerir ou participar de uma pauta quando temos algo novo para informar. Mas, por várias vezes demos exemplos das cidades inteligentes construídas por este meu cliente - NEC - no Japão e na Espanha. Lembro-me que na época da construção dos estádios para a Copa do Mundo, este foi um assunto muito explorado.

Regiane - **Os jornalistas têm conhecimento amplo sobre o assunto?**

Priscilla Tavollassi - Os jornalistas especializados em tecnologia têm sim. Alguns mais e outros menos, principalmente sobre as tecnologias que podem ser utilizadas para tornar uma cidade mais inteligente. Porque muitas vezes, não é necessário implantação de tanta tecnologia, mas sim um centro de controle que possam unificar tudo que acontece na cidade para que haja um comando mais inteligente e isso muitas vezes é novidade para alguns. Já da grande imprensa, se eles têm alguma familiaridade com tecnologia, tem uma visão sim sobre o tema, mas se são mais de negócios ou empresas, daí acham que tem ideia, mas não muito.

Regiane - **Você acredita que há deficiência na comunicação pública sobre o tema?**

Priscilla Tavollassi - Acredito que sim. Aliás, já deficiência na comunicação pública em todos os âmbitos.

Regiane - **Quais ações você enxerga poderiam ser desenvolvidas pelo poder público – prefeituras, governos estadual e federal, no sentido de aproximar o tema smart cities das pessoas e dos próprios jornalistas que cobrem cidades?**

Priscilla Tavollassi - Acredito que o Governo deve divulgar mais as ações que estão fazendo a este respeito e/ou autorizar que as empresas que oferecem os produtos/serviços divulguem. Acredito que a falta de comunicação existe porque cada órgão tem uma comunicação e cada uma é uma e existe uma burocracia imensa. Sei disso porque várias vezes trabalhei com a assessoria de imprensa de órgãos públicos. A ideia seria aproximar os jornalistas que cobrem cidades deste tema, começando por explicar como funcionaria uma cidade inteligente. Não me lembro de nenhuma das entrevistas que a NEC concedeu sobre o assunto ter sido abordado pela editoria de cidades, apenas durante a fase que precedia a Copa do Mundo porque a NEC participou de alguns projetos.

Apêndice 4 – transcrição evento

1. André Trigueiro - Smart Connected City 2018 – Curitiba

Nós experimentamos uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade. Estamos vivendo uma era geológica denominada antropocêntrica. Não é mais possível explicar os ciclos naturais da terra, sem as interferências que estamos vendo na Terra. Precisamos entender a importância das cidades na história do planeta. Elas ocupam somente 3% somente do território e é onde se consome a maior parte da energia da terra e se emite a maior parte do CO₂, que agrava o efeito estufa. Este é o maior problema ambiental deste século e atinge diretamente as cidades.

Reflexão crítica e construtiva sobre o que chamamos de smart cities: O que estamos chamando de cidades inteligentes? São aquelas que conseguem dispor de ferramentas tecnológicas, acessórios digitais na área da gestão, ou isso é um dos ingredientes, eventualmente importantes e estratégicos para emprestar inteligência na área da gestão? Eu penso que ferramentas digitais tecnológicas são importantes, mas a gente precisa saber onde, como e por que usá-las, do contrário vira brinquedinho.

C40 – tenho os depoimentos da palestra – prefeita de Paris...Protagonismo das cidades 92 cidades, que representam 25% do PIB mundial. Dez mil iniciativas visíveis e mensuráveis no sentido de mitigar a emissão do gás estufa e adaptação que se faz em curso.

Definição dos quatro principais projetos até 2030

Fontes renováveis de energia

Redução da emissão de gases estufa

Eficiência energética dos prédios

Construção sustentável – selagem e certificação de edifícios

Mobilidade sustentável – como se abre espaço para transporte coletivo rápido e barato, com deslocamentos inteligentes, permitindo que as pessoas morem perto do trabalho, estimulando home office, estimulando, em vez de deslocamentos de avião para outras cidades, teleconferência,

gestão inteligente de resíduos – resíduo orgânico quando apodrece emite CH₄

Fraiburg – Alemanha – fronteira com a França – planejamento estratégico redução de desperdício e aumento de ganhos econômicos

Cidades artificiais da China

“Ser inteligente significa ser sustentável na gestão dos poucos recursos que existem”

Já existe na área da gestão, a pretensão de se planejar cidades para que elas atendam a certas variáveis que, simplifiquem gestão, reduzindo desperdício, otimizando os recursos.

E o Brasil como está?

Qual é a realidade municipal do Brasil?

Ontem, estava conversando com alguns prefeitos no Batel, a realidade municipal do Brasil está anos luz do conceito de smart city.

A maioria dos municípios é pobre e inadimplente. As principais receitas vêm de Brasília, são receitas federais, repasse do INSS ou bolsa família, ou qualquer outro recurso para reduzir miséria ou pobreza. Boa parte dos prefeitos é analfabeto funcional, não tem recursos humanos aptos a formatar projeto. Porque tem recurso em Brasília, existem linhas de crédito para certas ações, só que o estado de indigência municipal em alguns lugares é tanto que não há uma pessoa na cidade que tenha aquela competência técnica de redigir o projeto e se habilitar a receber o recurso.

Vamos discutir smart city dentro de que conceito?

O de planejamento. Planejamento é uma palavra que precisa ser incensada pra quem queira fazer gestão inteligente e sustentável.

O que é planejamento em síntese?

Diagnóstico de problemas,

A capacidade de reunir pessoas que possam debater ideias, no sentido de reduzir os impactos desses problemas e buscar recursos materiais e humanos para resolver estes problemas.

Meta, Prazo e Transparência

Metas

Prazos de execução

Transparência de como você vai levar à frente esse projeto

Pra mim planejamento passa por aí

Realidade do Brasil: Por lei, o plano diretor que é a matriz do planejamento municipal, o plano Diretor é que define qual é a vocação da cidade, para onde ela e de que jeito.

O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes. Último dado do IBGE, metade dos municípios apenas têm plano diretor, os outros municípios é o [samba lelê...](expressão utilizada para algo sem nenhuma organização, bagunça) não sei como se traduz isso... nos outros municípios, cada prefeito inventa uma maneira de descobrir a roda. É o salvador da Pátria e faz do jeito que quer, do jeito que deseja, sem compromisso com os planos que atravessam os mandatos e seja o norte magnético de uma bússola, apontando o caminho, o que deve ser feito e cada prefeito eleito pode até descumprir o plano diretor, mas ele existe e ele fica sendo cobrado pela população, pelo Ministério Público, porque não atendeu ao que estava previsto por lei. Faz diferença...

Tributos inteligentes, ICMS ecológico

17 estados brasileiros hoje aplicam a regra, precisa ser aprovado por lei estadual, de um tanto do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços, a principal receita dos estados. Você vai por lei definir, os municípios que atenderem a algumas normas do ICMS ecológico, tem uma percentual de repasse maior no bolo.

No estado do Rio de Janeiro, creiam, eu vi isso de perto, prefeitos absolutamente desinteressados na questão ambiental, se tornaram ambientalistas de carteirinha, disputando a verba do ICMS, porque quando o assunto é dinheiro, eles vão se mobilizar para alcançar o objetivo.

Cada estado define as regras de ICMS ecológico. Normalmente, o município que consegue proteger mananciais de água doce, nascentes, ganha ponto. Quem consegue conservar áreas verdes, ganha ponto. Quem consegue erradicar vazadouros de lixo a céu aberto, lixões, ganha muito ponto e isso apenas no ano passado determinou o repasse adicional de aproximadamente R\$ 92 milhões, que para as grandes cidades pode não fazer muita diferença, mas para cidades menores faz toda a diferença.

Outro tributo inteligente, IPTU verde, O prefeito anuncia os cidadãos que pagam IPTU e estão inseridos nas regras do IPTU verde, podem ter alíquotas mais baixas ou redução, ou pode não ser cobrado o IPTU.

Curitiba, Salvador, Porto Alegre, Goiânia, Cuiabá, Guarulhos, Paragominas, Belo Horizonte aprovou a lei e falta normatizar, regulamentar, são cidades que estão estimulando o cidadão a substituírem chuveiro elétrico. Chuveiro elétrico é uma aberração na natureza. É um eletro intensivo. O Brasil é o campeão mundial de chuveiro elétrico, é um país que só deve perder em solação para a Austrália.

O sol é generoso... até em Curitiba apareceu o sol!

O sol é generoso e a gente desperdiça o sol em favor de um eletro intensivo que tem um custo caríssimo logístico do País. Quem tem geração solar, paga menos IPTU, iluminação natural, paga menos IPTU,

Outro tributo inteligente, IPTU verde, o prefeito anuncia os cidadão que pagam IPTU, e que estão inseridos nas regras do IPTU verde, podem ter alíquotas mais baixas, redução do alíquota do imposto ou não será cobrado do IPTU.

Curitiba, Salvador, Porto Alegre, Goiania, Cuiabá, Guarulhos, Paragominas (Belo Horizonte aprovou a lei, falta normatizar e regulamentar) são cidades que estão estimulando o cidadão a substituir chuveiro elétrico. Chuveiro elétrico é uma aberração na natureza, é um eletro intensivo. O Brasil é campeão em chuveiro elétrico, é um País que só deve perder em insolação para a Austrália.

O Sol é generoso, até em Curitiba apareceu o sol. O sol é generoso e a gente desperdiça o sol em favor um eletro intensivo que tem um custo caríssimo logístico para o País. Quem tem energia solar paga menos IPTU, iluminação e ventilação naturais são itens importantes, captação de água de chuva é um item importante.

Eu sou fã da experiência do telhado verde, telhado é uma parte da construção desprezada. No século XXI, o telhado é uma parte importantíssima e estratégica para a edificação.

Com o telhado verde, você vai ter uma técnica de recobrimento do telhado, usando certas espécies vegetais, que vão promover isolamento térmico, isolamento acústico, embelezamento e valorização do imóvel e você pode fazer captação da água da chuva no telhado verde também.

Solo impermeável. O Rio de Janeiro sofreu muito com as enchentes do mês passado, porque como todos os locais do Brasil, o solo tem um problema com macrodrenagem. Quando chove muito, num intervalo de tempo curto, você precisa ter escape, rotas de fuga da água. Você vai premiar com IPTU verde quem não vai cimentar o quintal.

Ou deixa terra batida, ou deixa grama, um jardinzinho, o seu quintal ou a sua calçada está contribuindo para que? Para macrodrenagem da cidade, escoamento, infiltração, pergolação da água da chuva no solo. Você está ajudando a cidade, é justo que você pague menos IPTU.

Lixo um desafio mundial, não apenas dos prefeitos, embora prefeito institucionalmente seja responsável pela coleta, transporte e destinação final do lixo.

O que está colocado para o mundo?

[Gente...] Tudo o que eu disser aqui é menos dramático do que a realidade nos apresenta. A situação está muito difícil.

No mundo, quase 1,5 bilhão de tonelada de lixo colocados, ou seja, nós estamos, cada um de nós, em média, e essa média é cruel, é a conta burra do economista, que boa parte do mundo não consome para descartar por dia mais de 1 kg por dia de resíduo.

Nós aqui, descartamos mais de 1,2kg por dia. Acontece que não há sistemas inteligentes de você reduzir o volume de lixo.

Uma das reuniões do C40 que participei, foi em SP, já tem algum tempo, enquanto no Brasil nós temos companhias de limpeza urbana, em alguns lugares do mundo, é o caso de Tóquio, é o caso de lugares da Califórnia, você tem centrais tecnológicas de resíduo, (hashtag) #outracoisa. Eu não vou ter uma companhia que simplesmente vai coletar o que alguém jogou fora, abre um buraco e joga dentro.

Eu vou ter uma obsessão pela triagem dos resíduos, tratamento, reaproveitamento e reuso do que alguém chamou de lixo.

Na área de Educação Ambiental, o que é lixo?

Lixo é algo, alguma coisa, que alguém considera sem utilidade e serventia. O que é lixo pra vocês, pode não ser pra mim, e vice-versa.

Aliás, eu quero dizer que eu venho do Rio de Janeiro, onde existe um programa meio não eficiente de coleta da prefeitura. O meu lixo seco, a prefeitura recolhe, o meu lixo orgânico, eu pago R\$ 60,00 por mês pra uma ONG chamada Ciproorganico vir buscar de bicicleta na minha casa e transformar isso em adubo. Ao final do mês, eu ganho parte do adubo que ajudei a gerar, porque o lixo pesa na balancinha. Eu sou quase lixo zero no Rio de Janeiro e tenho orgulho disso.

Notícia do primeiro dia deste ano: China não vai mais reciclar plástico de outros países e a medida já está em vigor. E isso determinou um freio em vários países ricos que empurravam o seu lixo para debaixo do tapete chinês. Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão e alguns países da Europa.

O que eu faço com isso? O chinês está comprando. O chinês começou a comprar isso 15/20 anos atrás para transformar os recicláveis dos outros em matéria-prima para o País. Só que o PIB chinês cresceu avassaladoramente em 20 anos, eles passaram a ter uma classe média consumista, fazendo girar a roda daquele país e gerando muito lixo. Resultado: de lixo, o chinês já está por aqui (expressão) do lixo dele, não vai mais importar.

É uma oportunidade fantástica para o mundo descobrir o que fazer com o resíduo.

Primeira sugestão: ecodesign

Antes de lançar alguma coisa no mercado, se preocupe com a obsolescência no mercado e a vida útil do produto. Um smartphone não pode durar somente quatro anos e virar lixo eletrônico. É por isso que o senhor Steve Jobs, segundo alguns, haverá de arder no mármore do inferno verde, porque ele sabia, como eu já vi na Internet, vídeos de garotos adolescentes ensinando como eternizar a vida de um iPhone, desmontando, dá trabalho, substituindo três ou quatro peças e ele está novinho em folha.

A grande indústria não se interessa por isso, a grande indústria cobra pela obsolescência programada e de curto prazo. A grande indústria está com vergonha de contribuir com essa “bicharada”.

A União Europeia vai eliminar a circulação de plásticos até o final de 2030, fato. E a Coca-Cola, líder mundial de refrigerantes, no ultimo fórum mundial em Davos, anunciou que até 2030, haverá de reciclar o equivalente a todas as garrafas plásticas que ela derrama no

mundo, em plástico não apenas dela, mas dos outros, é uma forma de tentar compensar uma culpa de colocar na garrafa pet, três setas convergentes, dizendo: mas é reciclável!

Isso não é o suficiente.

O Brasil tem a política nacional de resíduo sólido, que instituiu a logística reversa. A logística reversa, em resumo diz: quem pariu Mateus que o embale.

A Coca-Cola lança no mercado bilhões de garrafas plásticas descartáveis e recicláveis, ela não pode ser só parte do problema. Ela tem que ser parte da solução, por lei.

O CEO da Coca-Cola percebeu o tamanho da encrenca, que é ser o número 1, o líder de refrigerante e bebida e não assumir o compromisso tácito de fazer parte da solução.

Prefeitos: logística reversa... questionem fabricantes sobre a responsabilidade que cabe a eles com resíduos e vocês estão tendo problemas em dar destinação final adequada.

Eu vou pedir para disparar esse vídeo, que viralizou na Internet e é interessante.

Vídeo Mares limpos

Eu não sou analista de mercado, mas arriscaria dizer que quem ganha dinheiro com plástico descartável vai se dar mal. E não é só saquinho plástico de supermercado ou garrafa pet, cápsulas de café, está na nossa listinha, isopor que viralizou no mercado, porque é barato, tem em todo o lugar, bandeijinha de isopor, embalagem, marmitex de isopor, tudo de isopor...

Encrenca, ah, mas dá pra reciclar, isopor é tão barato, é tão barato fazer isopor, que é da família dos plásticos, que a reciclagem invariavelmente não vale a pena.

Portanto, senhores prefeitos, senhores gestores, tenham a coragem de não colocar produtos com recurso público, em repartição pública, disponível para os funcionários, copinho plástico para café ou para água, sacolinha plástica sem necessidade, isopor, cápsula de café estão na lista que a Coca-Cola estava e que obrigou o CEO em Davos a dizer “eu vou fazer a minha parte”.

Enquanto isso no nosso aprazível País único no mundo com nome de árvore, campeão mundial de água doce, enfrentamos um baita problema, que é também com plástico. A Baía da Guanabara está aí. Semana passada eu fiz uma reportagem com pesquisadores que estão retirando do estômago de peixes com alto valor comercial, que passam pela Baía, microplástico.

Estudem esse assunto e terão uma noite de insônia, porque é um pesadelo. O plástico que se degrada até se transformar em partículas de um micra, equivalente a uma bactéria, ele se adere ao peixe. O peixe come, engole, está se alimentando daquilo e quando a gente se alimenta com frutos do mar, estamos nos alimentando de plástico. A pergunta é isso faz mal?

Os estudos estão neste momento tentando descobrir se o que há de microplástico dentro da gente pode causar problema de saúde. O plástico, ele é aderente a substâncias tóxicas do mar. O problema não é o plástico em si apenas, é o que vem junto de brinde.

Enquanto isso no Brasil, meus amigos, 3 mil lixões ou aterros sanitários irregulares que impactam a qualidade de vida de 77 milhões de brasileiros.

Não é possível falar de *smart city* sem encarar a dura realidade. Nenhum país do mundo em que se diga desenvolvido chegou lá sem cuidar de seus resíduos e de seus excrementos de forma adequada.

Pouco mais da metade dos municípios cobra a taxa do lixo e o que é isso?

Quando você tem a receita discriminada no orçamento da taxa de lixo, não importa o momento da economia, aquele dinheiro está carimbado para ser usado no sistema de coleta, transporte e destinação final do lixo.

Quando os outros municípios não discriminam a receita, a gestão dos recursos para fazer a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Quando cai a receita municipal, o que você faz?

Mantém a coleta, mas descarta o lixo longe do aterro sanitário.

Isso está acontecendo hoje no Brasil assim...

Prefeito economiza porque a arrecadação caiu, não descartando adequadamente o resíduo como deveria. Encrenca.

O consórcio intermunicipal de lixo é a solução, várias experiências boas no Brasil, e mais de um terço dos municípios se uniram, a união faz a força, a “vaquinha”, todos os municípios entram com algum recurso, desativar os lixões, um aterro sanitário é suficiente para todos os municípios ali e você faz a gestão compartilhada desse sistema. Dá pra fazer...

Mexe com a vaidade do prefeito, a solução não é dele. Ele não vai poder colocar a placa do pai, da mãe ou do filho no aterro que ele gostaria de construir.

A gestão compartilhada acelera processo, é inteligente.

Coletiva seletiva do lixo, mesmo prefeito quebrado que tem lixão, não tem recurso para aterro sanitário, não deu para fazer consórcio, pode fazer ainda que de forma rudimentar a segregação do lixo seco, plástico, vidro, papel, papelão e metal. Segrega. Cooperativa de catadores, alguns funcionários. Não acredito que não seja possível o impacto no lixão no vazadouro, daquilo que não merece ser chamado de lixo. Da mesma forma o lixo orgânico, ah o que eu vou fazer com o que apodrece, o lixo orgânico? Adubo, por exemplo, adubo orgânico de excelente qualidade. Leiras de matéria orgânica, s informa para comprar, isso é biotecnologia, isso é *smart*. Nutriente para bactérias, você pulveriza o nutriente para bactérias,

acelera processo de compostagem, vira adubo, simples, baixo custo e com parcerias pode sair a custo zero.

Eu achei importante... só lembrar...

Não dá para criar o conceito de *smart city*, cidade inteligente, com soluções mágicas que alguém trouxe para a cidade, aquilo vai fluir, vai funcionar.

Não há nada mais inteligente que educação de qualidade, não há nada mais efetivo para mudar a realidade das pessoas que educação de qualidade. Começa a reciclagem do lixo na escola, começa a captação de água da chuva na escola, começa a fazer mapeamento dos problemas da cidade (projeto pedagógico) a partir de bota a garotada com prancheta para conhecer a cidade. De onde vem o rio que passa por aqui? Pra onde vai o lixo que a gente gera? Como se gasta a receita do município? Bota a garotada atrás. Isso é educação de qualidade, a favor da cidadania inteligente.

Multa para quem joga lixo no chão. O Rio de Janeiro está com muitos problemas. Mas eu me orgulho de vir de uma cidade, de ser bem-vindo como turista, de se deslumbrar no *boulevard* olímpico, na praia de Copacabana, no Arpoador, vendo o pôr-do-sol, e de repente, inadvertidamente jogar um palito de sorvete no chão, uma embalagem de chiclete no chão, você vai ser multado. Alguém disse, mas não é justo, primeiro tem que educar. Desculpa, eu sou filho de pai e mãe professores e sou professor. Alguém aqui acredita que hoje no Brasil, uma pessoa que jogue lixo no chão acha que aquilo é certo?

O Rio de Janeiro ainda deu um prazo, três ou quatro meses até o povo se acostumar. Olha, vai ser multado, agora é pra valer, sujou, pagou.

Entulho é encrenca. Hoje, o Brasil, graças a Deus, isso tá virando um negócio lucrativo, consegue reciclar parte do entulho gerado em todas as cidades, todos os dias. Tem novas construções, demolições, todo dia tem entulho.

O que fazer com o entulho é uma questão. Emprestar inteligência ao processo é dever de todo bom gestor. É possível fazer bloquetes, bases, sub bases de asfalto, cansei de mostrar isso na televisão. O prefeito que faz isso economiza onde? Nas obras municipais eu não vou na loja de materiais de construção, não vou comprar aquilo no atacado eu vou fabricar do entulho que essa cidade gera. É inteligente fazer isso.

São José do Rio Preto, SP, economiza R\$ 1 milhão/ano com reciclagem de entulho. Pergunta lá se eles estão arrependidos de fazer isso? Jundiaí, também São Paulo, através de uma parceria público-privada processa 200 mil toneladas/mês. Pergunta lá se eles estão arrependidos de estar fazendo isso?

Entulho não é problema, entulho é matéria-prima, matéria-prima é solução. Esse é um país que ostenta indicadores subsaarianos de saneamento básico. O grande problema ambiental do Brasil não é o desmatamento da Amazônia, o grande problema ambiental do Brasil é falta de saneamento básico. E outra coisa, repito, nenhum país mereceu ser chamado de desenvolvido, enquanto não tratou dos excrementos da sua população.

E a gente vai adiando um compromisso inequívoco, inevitável, de tratar do xixi e do cocô de 220 milhões de pessoas. Não basta coletar. Tem uma malandragem aí. Quando você vai estudar IBGE, o IBGE diz, não... vou atrás da população que tem esgoto coletado. Coletado não é tratado.

Mais de 100 milhões de brasileiros não têm o esgoto tratado, é uma vergonha. Cinco mil e quinhentas toneladas por dia de dejetos seguem para os corpos hídricos. Isso me envergonha enquanto brasileiro e a gente não pode normatizar isso. Normose é uma doença, doença uma normalidade. É, é assim que é. Não pode ser. Não merece.

Quatro milhões de brasileiros não têm sequer banheiro dentro de casa. Eu peguei uma foto de uma casinha, que é uma palavra carinhosa, que o povo do meio rural usa, né? Tem banheiro aqui? Não, você tem que ir na casinha. A casinha fica do lado de fora, não tem fossa cética, um impacto relativamente pequeno, mas é vexatório que o Brasil, um país desse tamanho, com tantos aspectos bem resolvidos na nossa realidade, tenha isso.

No Cidades e Soluções, como jornalista, eu venho mostrando a excelente ideia que tá fora do radar do Ministério das Cidades, que adora dizer que no Brasil saneamento básico zero significa investimentos superior a R\$ 200, R\$ 250 bilhões, grandes redes coletoras desembocando esgoto em grandes estações de tratamento e as empreiteiras riem de orelha a orelha. 'tamo dentro'.

O que é biodigestor? Quem gosta de Globo Rural ou vê programas que mostram de soluções no campo já cansou de ver como os dejetos dos animais se transformam em energia, através da biodigestão. Em ambiente anaeróbio, sem oxigênio, as bactérias presentes no esgoto transformam os nutrientes do esgoto em gás metano, combustível que pode ser aproveitado. Se vale para os animais, por que não vale pra gente? Ou a gente não é animal mamífero de sangue quente? Ou os nossos excrementos são tão diferentes do boi, do porco, ou da galinha? Não. Têm o mesmo potencial de gerar energia.

Biodigestor é barato. Em Petrópolis, capital brasileira dos biodigestores, a companhia Águas do Imperador, porque todo saneamento é privado em Petrópolis, incorporou como solução para as favelas da cidade, onde a logística de transporte e tratamento do esgoto nos meios convencionais é caríssima. Biodigestor foi solução.

Façam contato com o pessoal da Águas do Imperador, o nome da companhia, pergunta se eles estão arrependidos de terem investido em biodigestor?

O biodigestor consegue reter, sem emprego de energia elétrica, ou produto químico, até 85% da matéria orgânica e contaminante. Produção de biogás é o resultado. O Brasil exportou para o Haiti, país mais pobre da América Latina e Caribe, devastado por terremoto, por furacão, por corrupção. O banheiro virou usina de energia.

Paraná, onde eu estou, dias atrás anunciou. Nesse estado, teremos a primeira experiência no Brasil em larga escala de biodigestão. Com a benção da Sanepar, haverá um investimento para se pegar o que se descarta na privada e transformar em algo que se aproveita no fogão.

Eu mostrei no Cidades e Soluções, uma estação de tratamento de esgotos, em Araruama, região dos lagos no Rio, que usa plantas para tratar esgoto, é algo fantástico. O esgoto de 150 mil pessoas da cidade de Araruama é tratado com planta, a céu aberto. A Universidade Federal de Viçosa mapeou o aparecimento de pássaros que passaram a frequentar a região, por conta da estação de tratamento de esgoto.

Vamos disparar o videozinho (sic) que eu usei na chamada do programa na GloboNews.

O nome em inglês é *wackylands*. Baixo custo de manutenção, efetividade no tratamento, e eu quero dizer, do lado dessa estação tem um condomínio de luxo.

Você sabe que o povo endinheirado do Brasil consegue contratar bons advogados? Tem acesso a prefeito e consegue embargar funcionamento do que queira. Se tiver exalando mau cheiro e atraindo mosquito. Quando não tem mau cheiro e não tem mosquito é uma convivência pacífica.

Green building. Construção sustentável, fundamental porque as edificações no mundo, segundo a ONU respondem por 30% da emissão do gás estufa, 12% de toda a água consumida, 40% da geração dos resíduos sólidos.

É fundamental que os prefeitos e os gestores públicos sejam mais proativos e assertivos no licenciamento de construção sustentável, fazendo a diferença em favor do uso inteligente dos recursos.

Niterói, por lei, obrigou a instalação de hidrômetros individual de água, captação de chuva e coleta das águas cinzas, que são as águas com saponáceo, máquina de lavar, pia, chuveiro, são transformados, o tratamento é o mesmo para água de piscina, em água de reuso, que recircula no condomínio.

Ah, André, vai custar 20, 30% mais caro. Pergunta pra quem compra imóvel em Niterói, se eles não querem morar num lugar onde o custo com tarifa de água será potencialmente decrescente com o uso da água de reuso que se aproveita.

Belo Horizonte é a capital dos aquecedores solares que aquecem a água do banho. Você consegue amortizar o investimento a mais com essa tecnologia em, no máximo, dois ou três anos. O resto do tempo é água que o sol propicia pra você sem pagar energia para esse fim.

Selagem e certificação de edifícios no Brasil. Já temos o selo da Caixa Econômica Federal, inclusive pra projetos do “Minha Casa, Minha Vida”, tem o selo Procel, sobre eficiência energética, que é muito interessante, que os prefeitos e gestores conheçam. E os selos privados, Acqua, que tem tecnologia francesa, e o Leed, que tem tecnologia americana, que pe o mais conhecido e mais top.

Primeiro programa Cidades e Soluções que eu fiz, foi com um coletor solar, sou fã da experiência. Edifício com coletor solar é um edifício inteligente e os outros ingredientes que eu reputo como fundamentais pra gente pontuar as edificações, para que elas mereçam ser chamadas de inteligentes.

O último item à direita, telhados brancos pintados com tinta reflexiva, determinam o efeito albedo de reflexão do sol, reduz calor, pintando com tinta branca reflexiva.

Esse projeto foi premiado no governo Obama, como um dos projetos inovadores de redução do efeito estufa no mundo. Quanto mais telhado branco pintado com telha, com tinta reflexiva, maior o efeito albedo, que a gente tá perdendo com o degelo das calotas. O sol tá batendo cada vez menos gelo e o planeta absorve. O telhado compensa pela reflexão.

Mobilidade sustentável. Os amigos da Colômbia, parabéns! Nós temos a frase lapidar do sr. Enrique Peñalosa, ex-prefeito de Bogotá. Bogotá como vamos? Cidade avançada não é aquela que os pobres andam de carro, mas aquela em que os ricos usam transporte público. #outracoisa

Seguindo em frente, Michael Bloomberg, ex-prefeito de Nova York, fez uma gestão bem interessante do ponto de vista de inovação sustentável, implementando várias medidas nesse sentido. Contratou o urbanista europeu de um país nórdico, eu acho que da Dinamarca, pra resolver o problema de Times Square.

Muito tráfego, muito tráfego em Times Square, como é que a gente resolve o problema?

E o urbanista disse: é simples. “monumentária” de pedestre, os carros que se danem

A solução para quem visitou Nova York, sei lá, nos últimos oito, dez anos, é uma área que privilegia o pedestre. O comércio adorou, aumentou a circulação nas lojas, a tranquilidade dos turistas para comprar bilhetes pra Broadway e os carros estão de passagem numa cidade que tem metrô... que funciona. Carro, dá licença

Nós estamos nesse momento, é notícia recente, também na Alemanha, está em estudos e deve acontecer a liberação da tarifa de transporte público de massa. Eficiente, barato e rápido para reduzir poluição. É uma medida complicada porque o transporte público já é saturado, já tem muita gente andando nos transportes públicos da Alemanha. Não sei como eles vão fazer, mas a iniciativa é interessante.

Esse não é o futuro, é o presente, e vem com indícios crescentes em ciclovias, ciclo rota, zona 30, onde você não pode passar de trinta quilômetros por hora, privilegiando bicicleta e bicicleta pública.

Rio de Janeiro com patrocínio de banco é um bom negócio. Os banqueiros que lucraram horrores o ano passado, cobrando tarifa, no auge da crise, mais de R\$ 20 bilhões cobrando tarifa. Vou falar com meu gerente sobre isso.

Paris. Veni! Pioneira na Europa, abriu caminho, agora já era.

Tem que ter segurança para o ciclista. Eu tenho bicicleta e pra andar no Rio de Janeiro, eu preciso rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria e uma Salve Rainha, antes de sair de casa se eu quiser.

Car share. Não é o futuro já é uma realidade e com frotas de carro elétrico e daqui a pouco, carro elétrico sem motorista. Eu tenho 51 anos, não tenho coragem de entrar num carro sem motorista, mas minhas filhas têm. Quando essa tecnologia tiver dominada, não preciso ter automóvel, eu não preciso ter um carro pra chamar de meu. Se eu precisar me deslocar de carro, car sharing, sem motorista, sem acidente, tudo programadinho.

(tá terminando, eu sei)

Eu fui o prefaciador desse livro, da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, “Compras Públicas Sustentáveis”. Por que é que a gente precisa prestar atenção nas compras públicas de insumos pra manter a máquina administrativa funcionando? Não é pouco dinheiro, as compras públicas governamentais mobilizam 10% do PIB. É muito dinheiro e a Lei 8666 define o que pode e o que não pode na licitação. Por que a gente precisa ‘tá’ atento? A Lei 8666 não impede que no processo licitatório, além do melhor preço, além da pronta entrega, você defina como critério de pontuação, o que seja sustentável. Eu preciso trocar uma lâmpada, eu tô numa repartição pública, eu vamos fazer uma licitação. Qual é a lâmpada que

me interessa? É só aquela que é mais barata? É só aquela que me dá pronta entrega? Ou eu tenho que levar em conta, economia no consumo de energia e durabilidade do produto?

Senhores responsáveis por licitação, não persistam no erro de evocar a Lei 8666 como um problema pra isso. Falso. Você quer comprar carteira escolar de madeira, não interessa só o mais barato ou pronta entrega. A carteira tem que ter madeira certificada.

Você quer comprar frota de veículos pro teu staff, isso tá fora de moda, isso dá problema, mas se você precisa de veículo às custas do Estado, justifica por que? Não é só o veículo mais barato e pronta entrega, ele tem que ser econômico, tem que ser eficiente e de preferência eu emitir menos gás estufa.

Pra terminar, por favor, não se fiem no que estou falando, prestem atenção no mundo de hoje.

Todos nós estamos sendo vigiados, monitorados, cobrados, no universo digital, na nuvem, redes se articulam para cobrar, para sugerir, para fiscalizar.

No livro Cidades e Soluções, nós mostramos a importância da rede Nossa São Paulo, o trabalho da Transparência Brasil e do portal Meu Município, lembrando quem não é inteligente no uso dos recursos, está sendo cobrado. Quem não dá destinação adequada pro resíduo, quem gasta dinheiro sem necessidade, comprando frota de carro ineficiente, está sendo cobrado. Isso não rende voto. Você aparecer nas manchetes por jornalistas ecochatos e biodesagradáveis como eu, não é bom negócio.

Fiquem ligados, vale a pena fazer o bem. Vale a pena fazer o que remete ao bom senso, e a inteligência no uso dos recursos. O mundo só será um lugar melhor e mais justo se for sustentável.

ANEXOS

ANEXO 1 - Relação de Notícias sobre Cidades Inteligentes Prefeitura São Paulo

Prefeitura do Município de São Paulo

Página da PRODAM – Tecnologia da Informação e Comunicação > Notícias

Período de Janeiro 2017 a Dezembro 2018

quarta, 12 de dezembro de 2018

- Pelo Empreenda Fácil, Prodam recebe o troféu Premia Sampa**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=269035>

terça, 30 de outubro de 2018

- Plataforma São Paulo Inteligente, desafios e oportunidades**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=266921>

sexta, 14 de setembro de 2018

- A Prodam está na segunda fase do Premia Sampa!**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=264032>

quinta, 09 de agosto de 2018

- Premia Sampa conta com o apoio da Prodam**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=262060>

terça, 10 de julho de 2018

- Baixe o Aplicativo Agenda Fácil**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=260075>

quinta, 28 de junho de 2018

- **Descomplica SP será ampliado para as zonas Norte, Sul e Oeste**
Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=259531>

quinta, 14 de junho de 2018

- **Prodam se adequa à Lei das Estatais**
Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=258735>

terça, 05 de junho de 2018

- **Prodam participa de programa de capacitação em gestão de tecnologia**
Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=257982>

segunda, 21 de maio de 2018

- **Versão IOS do SPTaxi já está disponível**
Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=256886>

quarta, 02 de maio de 2018

- **Descomplica SP completa um mês de atendimento com aprovação superior a 95%**
Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=255388>

terça, 10 de abril de 2018

- **Última semana para o parcelamento de multas de trânsito antigas de SP**
Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=253732>

quarta, 04 de abril de 2018

- **BI da Dívida Ativa agiliza cobrança de débitos municipais**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=253728>

segunda, 02 de abril de 2018

- **SPTaxi trará vantagens para passageiros e taxistas**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=253074>

segunda, 26 de março de 2018

- **Agenda Fácil chega a todas as UBSs da cidade**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=252577>

sexta, 23 de março de 2018

- **Prefeitura inaugura primeiro Descomplica SP**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=252615>

quarta, 07 de março de 2018

- **Escritório de projetos padroniza metodologias e ferramentas na Prodram**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=252093>

terça, 20 de fevereiro de 2018

- **Sistema integrado ao Empreenda Fácil agiliza emissão de licença ambiental**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=250192>

sábado, 17 de fevereiro de 2018

- **LabProdram, um ambiente de inovação e experimentação**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=251207>

Prodram otimiza web app Carnaval de Rua

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=251195>

quarta, 14 de fevereiro de 2018

- **Latin Code Week inicia nova fase**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=249882>

quinta, 08 de fevereiro de 2018

- **Aplicativo Agenda Fácil completa três meses de operação**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=249550>

quarta, 07 de fevereiro de 2018

- **Prodam ajuda o folião a curtir melhor o Carnaval 2018**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=249505>

segunda, 05 de fevereiro de 2018

Curso gratuito para produzir aplicativos tem 280 vagas

Disponível em <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/curso-gratuito-para-produzir-aplicativos-tem-280-vagas>

sexta, 29 de dezembro de 2017

- **Quatro projetos são selecionados na primeira fase do Latin Code Week**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=247663>

segunda, 18 de dezembro de 2017

- **Empreenda Fácil permite abertura de empresas em até cinco dias**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=247230>

quinta, 07 de dezembro de 2017

- **Prodam participa de Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=246494>

segunda, 04 de dezembro de 2017

- **Latin Code Week começa a capacitar jovens em programação**

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=246284>

terça, 31 de outubro de 2017

- **Prodam realiza 3ª edição do CompartilhaSP**

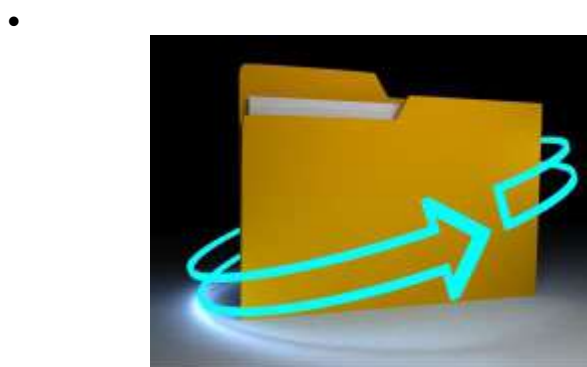
Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=244149>

segunda, 16 de outubro de 2017

- **Aplicativo Agenda Fácil tem assinatura da Prodam**

Disponível em
<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=243236>>

segunda, 09 de outubro de 2017



Caixas de correio da rede municipal são ampliadas

- Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=238459>



Conectividade mais barata

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=238458>

terça, 26 de setembro de 2017

•

Lei das Estatais é debatida por profissional da Prodam no Cnasi

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=242255>

quinta, 21 de setembro de 2017

•

Prodam realiza 2ª edição do Compartilha SP

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=242282>

terça, 19 de setembro de 2017

•



Corujão da Saúde atinge a marca de um milhão de exames

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=241676>

sábado, 09 de setembro de 2017

•



Monitorando uma cidade que nunca dorme

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=238460>

quinta, 31 de agosto de 2017

•



Prodam desenvolve site para o CCZ

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=240964>

quarta, 23 de agosto de 2017

•

Workshop discute reformulação dos portais da Prefeitura

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=240040>

segunda, 21 de agosto de 2017

•

Prefeitura lança a São Paulo Tech Week 2017

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=240051>

quinta, 10 de agosto de 2017

•

Prodam realiza pioneiramente o Compartilha SP

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=239146>

quinta, 27 de julho de 2017

•



Abertura do Abinee TEC contou com participação do presidente da Prodam

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=238355>

terça, 18 de julho de 2017

•



Prodam adequa sistema para alvarás de Táxi Preto

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=238417>

quarta, 12 de julho de 2017

•



Prefeitura de São Paulo lança site do programa City Câmeras

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=237442>

quarta, 05 de julho de 2017



Prodam participa do programa “Profissão Cidadão” da prefeitura

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=237072>

sexta, 30 de junho de 2017



Mais agilidade na abertura de empresa pelo novo Empreenda Fácil

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=236834>

sexta, 23 de junho de 2017

Profissionais do Empreenda Fácil são homenageados

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=236762>

segunda, 19 de junho de 2017

Prodam - Corujão da Saúde

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=236208>

quarta, 14 de junho de 2017

-

Prodam - Empreenda Fácil

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=236081>

segunda, 12 de junho de 2017

-



Ata para aquisição de serviço de Rede IP Multisserviços está disponível

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=235940>

-

Prodam - Soluções inovadoras

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=235923>

sexta, 09 de junho de 2017

-

Prodam - De Processamento de Dados à Inovação

Disponível

em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=235831>

segunda, 24 de abril de 2017

-



Prefeitura de SP lança projeto City Câmera

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=233888>

quarta, 19 de abril de 2017



Treinamento apresenta sistema do Empreenda Fácil para servidores

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=233889>

segunda, 17 de abril de 2017



Programa Remédio Rápido regulariza estoques das farmácias da rede pública

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=233890>

terça, 11 de abril de 2017



Agilidade no atendimento reforça parceria entre Prodam e SMT

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=233001>

terça, 04 de abril de 2017



Prodam e SMS desenvolvem o site “Meu Corujão da Saúde” em tempo recorde

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=232748>

terça, 07 de março de 2017



Empreenda Fácil diminui tempo de abertura de empresas

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=231055>

quinta, 09 de fevereiro de 2017



Prefeitura digitaliza processos e deve abolir uso de papel até 2018

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=229805>

sexta, 03 de fevereiro de 2017

•



Prefeitura faz parceria para desburocratizar processo de Licenciamento Ambiental

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/noticias/index.php?p=229787>

ANEXO 2 - Relação de matérias divulgadas no site da Prefeitura Municipal de São Paulo - com a TAG Cidades Inteligentes

Página da Secretaria de Comunicação (SECOM)

Período Janeiro 2017 a Novembro 2018

-  **Secretaria Municipal da Saúde promove hackathon para melhorar serviços do SUS**
 Competidores terão apenas um final de semana para elaborar soluções que atendam as necessidades do sistema municipal de saúde

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-sp-lanca-projeto-city-cameras> >

-  **Prefeitura de SP lança projeto City Câmeras**
 Iniciativa prevê a instalação de 10 mil câmeras em toda a capital para inibir a ação da criminalidade e aumentar a segurança

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-sp-lanca-projeto-city-cameras> >

-  **Prefeitura lança aplicativo com informações sobre serviços de limpeza e coleta em SP**
 Cidadãos podem se informar pela plataforma sobre os dias e horários de coleta, além da geolocalização dos caminhões que recolhem resíduos

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-aplicativo-com-informacoes-sobre-servicos-de-limpeza-e-coleta-em-sp-1> >

-  **Programa Empreenda Fácil diminui tempo de abertura de empresas para uma semana**

Prazo em casos de empresas de baixo risco era superior a 100 dias. Diariamente, 250 novos empreendimentos são abertos na cidade

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/programa-empreeenda-facil-diminui-tempo-de-abertura-de-empresas-para-uma-semana-1>>

Começam multas a transportadores de caçambas sem controle eletrônico

Sistema de monitoramento eletrônico já aumentou o volume de resíduos descartados corretamente em aterros

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/comecam-multas-a-transportadores-de-cacambas-sem-controle-eletronico>>

Prefeitura lança novo aplicativo e inicia aplicação de multas a transportadores sem guias eletrônicas

Por meio de aplicativo, munícipe poderá solicitar o serviço de coleta e fiscalizar o descarte irregular na cidade

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-novo-aplicativo-e-inicia-aplicacao-de-multas-a-transportadores-sem-guias-eletronicas>>

Criado em Sampa on-line amplia as oportunidades para empreendedores da capital

Ferramenta lançada hoje, na sede da Prefeitura, disponibilizará metodologias britânicas em economia criativa

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/criado-em-sampa-on-line-amplia-as-oportunidades-para-empreeendedores-da-capital>>

Empreeenda Fácil é um programa para reduzir a burocracia na abertura de empresas

O foco principal é facilitar a abertura de empresas, tornando a cidade mais competitiva no campo dos negócios

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/empreeenda-facil-e-um-programa-para-reduzir-a-burocracia-na-abertura-de-empresas>>

Secretária Aline Cardoso participa do #SP2020 e debate sobre inovação na cidade de São Paulo

A ideia do evento foi encontrar formas de aproximar e aumentar ainda mais as parcerias entre setor público e privado

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretaria-aline-cardoso-participa-do-sp2020-e-debate-sobre-inovacao-na-cidade-de-sao-paulo>>

Prefeitura de São Paulo anuncia parceria com Waze

Informações sobre semáforos quebrados reportados pelos motoristas serão compartilhadas com a CET para agilizar o conserto

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-sao-paulo-anuncia-parceria-com-waze>>

Secretaria de Inovação e Tecnologia divulga orientação técnica sobre aquisição de ativos de TI

A ideia é que o documento consiga orientar os servidores a praticarem boas práticas durante os processos de compra de bens e serviços de microinformática

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretaria-de-inovacao-e-tecnologia-divulga-orientacao-tecnica-sobre-aquisicao-de-ativos-de-ti>>

Novos Indicadores do ObservaSampa mostram avanços na mobilidade urbana em São Paulo

Os dados revelam queda no número de acidentes de trânsito, diminuição da lentidão nos horários de pico e melhoria no transporte público

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/novos-indicadores-do-observasampa> >

 **VENCEDORES: Monitoramento de cesáreas, controle de medicamentos e doenças crônicas foram os temas no pódio do I Hackathon da Saúde da cidade de São Paulo**

SuperMãe, E-SUS e Zé Botinho foram os projetos vencedores. O evento contou com cem participantes e treze grupos que trouxeram soluções para Ouvidoria, Medicamentos e o setor de análise de dados (CeInfo).

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/vencedores-monitoramento-de-cesareas-controle-de-medicamentos-e-doencas-cronicas-foram-os-temas-no-podio-do-i-hackathon-da-saude-da-cidade-de-sao-paulo> >

 **Processo de modernização do DTP tem início com homologação eletrônica para transportes públicos**

Iniciativa beneficia mais de 110 mil condutores profissionais de táxi, motofrete, ônibus fretado e transporte escolar. Meta do município é inserir 100% dos processos do município no ambiente digital

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/processo-de-modernizacao-do-dtp-tem-inicio-com-homologacao-eletronica-para-transportes-publicos> >

 **Conselho de Desenvolvimento Rural inicia debate para implementar projeto vencedor do Mayors Challenge**

Ligue os pontos deve valorizar as políticas públicas voltadas a promover a agricultura local

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/conselho-de-desenvolvimento-rural-inicia-debate-para-implementar-projeto-vencedor-do-mayors-challenge> >

 **Treinamento apresenta sistema do Empreenda Fácil para servidores**

Programa começará a funcionar no início de maio. Abertura de empresas será realizada em uma semana.

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/treinamento-apresenta-sistema-do-empreenda-facil-para-servidores> >

 **Drones auxiliam Guarda Civil Metropolitana no monitoramento da cidade de SP**

Prefeitura recebe doação de equipamentos de última geração que ampliarão a segurança na capital paulista

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/drones-auxiliam-guarda-civil-metropolitana-no-monitoramento-da-cidade-de-sp> >

 **Dronepol**

Em uma iniciativa pioneira, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana apresenta um projeto com a utilização de drones para auxiliar na segurança da cidade

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/dronepol> >

 **Como as cidades inteligentes podem melhorar a vida nos centros urbanos**

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/como-as-cidades-inteligentes-podem-melhorar-a-vida-nos-centros-urbanos> >

 **Nova plataforma disponibiliza informações sobre exames a pacientes**

“Meu Corujão” permite que usuários possam consultar datas e informações sobre exames com o objetivo de facilitar a remarcação e diminuir ausências na rede municipal de saúde

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/nova-plataforma-disponibiliza-informacoes-sobre-exames-a-pacientes> >

Documentos em mãos tornam mais ágil abertura de empresa pelo novo Empreenda Fácil

Criado para simplificar o processo de abertura e licenciamento de empresas, programa permite concluir o processo em até uma semana

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/documentos-em-maos-tornam-mais-agil-abertura-de-empresa-pelo-novo-empreenda-facil> >

Mapatona do Pátio Digital - Edição: Transporte Escolar Gratuito

Pesquisadores, programadores e ativistas são convidados para discutir os desafios da gestão do Transporte Escolar Gratuito

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/mapatona-do-patio-digital-edicao-transporte-escolar-gratuito> >

Boleto da parcela de IPTU do mês de julho deverá ser obtido via internet

Para não prejudicar contribuintes, prazo de pagamento foi estendido para o dia 31 de julho

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/boleto-da-parcela-de-iptu-do-mes-de-julho-devera-ser-obtido-via-internet> >

Prefeitura de São Paulo lança site do programa City Câmeras

Ferramenta vai permitir que qualquer cidadão ou empresa possa disponibilizar sua câmera para integrar sistema de monitoramento de segurança

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-sao-paulo-lanca-site-do-programa-city-cameras> >

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente implanta pagamento digital para recursos ao FEMA

Versão eletrônica substitui as guias preenchidas manualmente e contribui para a certificação desse tipo de operação

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretaria-do-verde-e-do-meio-ambiente-implanta-pagamento-digital-para-recursos-ao-fema> >

Vias de São Paulo recebem mais de 1.900 novas lixeiras de metal

Papeleiras mais resistentes já podem ser encontradas em diferentes regiões. Novas unidades serão instaladas no decorrer dos programas SP Cidade Linda e Calçada Nova

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/vias-de-sao-paulo-recebem-mais-de-1-900-novas-lixeyras-de-metal> >

Prefeitura lança aplicativo do Projeto Redenção

App já está disponível para download nas plataformas IOS e Android

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-aplicativo-do-projeto-redencao>>

Secretários se reúnem para discutir mobilidade urbana de São Paulo em Conferência Tecnológica de Transporte

O evento terá apresentações de cases de empresas especializadas em tecnologia

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretarios-se-reunem-para-discutir-mobilidade-urbana-de-sao-paulo-em-conferencia-tecnologica-de-transporte>>

Prefeitura lança a São Paulo Tech Week 2017

Objetivo é estimular empresas a organizar iniciativas durante a maior plataforma de negócios de tecnologia e inovação do país, que será realizada de 05 a 12 de novembro no município

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-a-sao-paulo-tech-week-2017-1>>

Programa City Câmeras

Entre na matéria e conheça o programa acessando o link do site

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/programa-city-cameras>>

Facebook investe em centro para impulsionar o segmento de inovação em São Paulo

Estação Hack será um espaço que vai reunir interessados em tecnologia, inovação e empreendedorismo. Local abrigará diversas iniciativas, incluindo cursos gratuitos de programação

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/facebook-investe-em-centro-para-impulsionar-o-segmento-de-inovacao-em-sao-paulo>>

Agentes de Governo Aberto participam de encontro sobre Transparência

O encontro foi conduzido por servidores da Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) e teve como intenção mostrar aos servidores a importância das políticas de transparência

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/agentes-de-governo-aberto-participam-de-encontro-sobre-transparencia>>

Secretário de Inovação e Tecnologia visita Prefeitura Regional de São Miguel Paulista

Daniel Annenberg, que também é vereador, foi conhecer a realidade da sede local e conversar com servidores

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretario-de-inovacao-e-tecnologia-visita-prefeitura-regional-de-sao-miguel-paulista-1>>

Secretária Aline Cardoso assume a presidência do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação

Titulares das secretarias de Trabalho e de Inovação discutem políticas públicas de desenvolvimento científico e tecnológico na cidade de São Paulo

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretaria-aline-cardoso-assume-a-presidencia-do-conselho-municipal-de-ciencia-e-tecnologia-e-inovacao>>

inovacao-1>



Guarda Civil Metropolitana recebe doação de veículos 100% elétricos

Carros já caracterizados com a nova roupagem da GCM serão utilizados no patrulhamento do Parque Ibirapuera e da Praça da Sé

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/guarda-civil-metropolitana-recebe-doacao-de-veiculos-100-eletricos>>



Secretário de Inovação e Tecnologia visita Prefeitura Regional do Butantã

Daniel Annenberg, que também é vereador, foi conhecer a realidade da sede local e apresentar projetos de modernização da cidade. Essa foi a quarta de uma série de visitas às 32 Prefeituras Regionais

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretario-de-inovacao-e-tecnologia-visita-prefeitura-regional-do-butanta>>



Hikvision oficializa doação de 1.000 câmeras e um drone à Prefeitura de São

Paulo

Equipamentos farão parte do sistema de monitoramento da cidade por meio do programa City Câmeras

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/hikvision-oficializa-doacao-de-1-000-cameras-e-um-drone-a-prefeitura-de-sao-paulo>>



Zona Azul aceita somente cartões digitais a partir desta segunda-feira (5)

Créditos podem ser adquiridos por aplicativos e em estabelecimentos comerciais credenciados

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/zona-azul-aceita-somente-cartoes-digitais-a-partir-desta-segunda-feira-5>>



Avenidas e praça de SP recebem novo modelo de lixeiras

Mais modernas, elas já podem ser encontradas pelos munícipes na região de São Mateus e nas avenidas 23 de Maio e Santo Amaro

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/avenidas-e-praca-de-sp-recebem-novo-modelo-de-lixearas>>



Prefeitura de SP acerta parcerias com Ministério da Educação

Acordos têm objetivo de aprimorar ensino da rede municipal com novos equipamentos e sistemas de avaliação mais amplos

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-sp-acerta-parcerias-com-ministerio-da-educacao>>



Programa Empreenda Fácil reduzirá prazo para abertura de empresas na capital

Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo atuará em conjunto com outros órgãos no suporte aos empreendedores nas Prefeituras Regionais

Localizado em Notícias < <http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/programa-empreenda-facil-reduzira-prazo-para-abertura-de-empresas-na-capital>>



Procon Paulistano Digital

Agora ficou ainda mais prático fazer reclamações pela internet

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/procon-paulistano-digital>>

Estão abertas as inscrições para o Hackathon da Saúde

A Prefeitura de São Paulo, em parceria com SENAI e AppCívico, convoca a sociedade civil, organizações, startups e interessados em tecnologia para pensar em soluções inovadoras visando a construção do SUS mais ágil e eficiente aos cidadãos

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/estao-abertas-as-inscricoes-para-o-hackathon-da-saude>>

MobiLab, Laboratório de Mobilidade Urbana da Prefeitura de São Paulo, será destaque da Campus Party 2017

Objetivo? Mostrar como a agilidade e criatividade das startups podem modernizar a gestão da mobilidade urbana

Localizado em Notícias <govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/mobilab-laboratorio-de-mobilidade-urbana-da-prefeitura-de-sao-paulo-sera-destaque-da-campus-party-2017>

Prefeitura Regional Penha está liberada para acessar o SISZON

O SISZON é fundamental para gerenciar o uso e ocupação do solo da Cidade, pois tem a função de atribuir o zoneamento e a classificação viária para cada lote do município

Localizado em Notícias <<http://govit.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-regional-penha-esta-liberada-para-acessar-o-siszon>>

ANEXO 3 – Relação de notícias geral

Tecnologia, inovação, apps

18 dez. 2017

Empreenda Fácil permite abertura de empresas em até cinco dias

17 dez. 2017

Praça Cidade de Milão tem jardins e fonte revitalizados

16 dez 2017

Prefeitura entrega obras de recuperação da Praça Ramos de Azevedo

Guaianases recebe SP Cidade Linda

15 dez. 2017

Prefeitura e Governo do Estado firmam parceria para instalação de totem no primeiro Descomplica São Paulo

União, Estado e Município assinam contrato para construção de novas moradias na capital

12 dez 2017

São Paulo fecha ano com mil ônibus novos na frota do transporte público

3ª Vai Tec premia empreendedorismo tecnológico na periferia de São Paulo

11 dez 2017

Projeto Aprova Rápido vai reduzir os prazos de licenciamento de empreendimentos

08 dez 2017

Aplicativo Prato Aberto dá transparência à merenda das escolas municipais de São

Paulo

07 dez. 2017

“Fala Servidor” promove encontro com prefeito e secretário de Gestão

Prefeitura recebe dois veículos elétricos da Mercedes-Benz para a GCM

05 dez 2017

Prefeitura e Governo do Estado entregam novas moradias em Heliópolis

03 dez 2017

SP Cidade Linda leva mutirão de programas ao Jaçanã

30 nov. 2017

Prefeitura debate papel das mulheres na tecnologia e na inovação

29 nov. 2017

Chuvas de Verão: Prefeitura lança aplicativo e compartilha dados com Defesa Civil

do Estado

25 nov. 2017

Praça Alexandre de Gusmão é revitalizada e adotada por 36 meses

Vila Nhocuné recebe SP Cidade Linda

24 nov. 2017

Participe do II Encontro Brasileiro de Governo Aberto

23 nov. 2017

Adolescentes debatem direitos da infância na cidade

Calçadões do Centro recebem mutirão

22 nov. 2017

Prefeitura inaugura laboratório do programa CEU 21 e lança novo modelo de

educação digital

21 nov. 2017

Prefeitura assina acordo para iniciar implementação do projeto Lique os Pontos

Programa Redenção completa seis meses com mais de 2.300 interações

17 nov. 2017

Ciclovias do Centro e Zona Oeste ganham sinalização de orientação aos ciclistas

13 nov. 2017

Prefeitura recebe doação de sistema para monitoramento de veículos

10 nov. 2017

Mapa digital de São Paulo passa a disponibilizar informações sobre bens

tombados na cidade

29 out. 2017

Programa Calçada Nova retorna à Itaquera e revitaliza passeio da Avenida José Pinheiro Borges

28 out. 2017

44ª edição do SP Cidade Linda revitaliza Avenida Aricanduva

27 out. 2017

Praça Pôr do Sol, em Pinheiros, ganha vigilância 24 horas

26 out. 2017

Maior festival de inovação do Brasil reúne gigantes da tecnologia em São Paulo

23 out. 2017

Prefeitura apresenta projeto de reforma da Praça Princesa Isabel em parceria com empresa

11 out. 2017

Prefeitura apresenta aplicativo Táxi SP

05 out. 2017

Nova fase do Corujão da Saúde quer resolver fila com 83 mil exames mais complexos

03 out. 2017

Prefeitura e IBM apoiam startups para desenvolver soluções de saúde

02 out. 2017

Prefeitura e Caixa assinam parcerias para cooperações em diferentes áreas

22 set. 2017

Programa atinge a marca de 200 praças adotadas em São Paulo

21 se. 2017

Nota de esclarecimento: ISS sobre serviços de streaming

Prefeitura estabelece novo modelo para o sistema de compartilhamento de bicicletas

20 set. 2017

Prefeitura de São Paulo anuncia parceria com Waze

18 set. 2017

SP MakerWeek reunirá coletivos de cultura maker e fabricação digital

11 set. 2017

Prefeitura abre inscrições para Conselho Participativo Municipal

Programa Corujão da Saúde supera a marca de um milhão de exames realizados

06 set. 2017

Secretaria de Mobilidade e Transportes implanta novas ciclofaixas de lazer

05 set. 2017

Concurso de startups levará empreendedor brasileiro a Israel

Ciclovía da Avenida Paulista ganha sinalização de orientação aos ciclistas

30 ago. 2017

Site do CCZ mostra animais disponíveis para adoção

29 ago. 2017

Prefeitura anuncia programa em parceria com Eletropaulo para enterramento de fios

28 ago. 2017

Governo do Estado e Prefeitura lançam consulta ao mercado para concessão do sistema de bilhetagem do transporte público

Souza Cruz doa veículos e beliches à Prefeitura

24 ago. 2017

Organizações se unem para criar corpo de voluntários para cuidar de parques

23 ago. 2017

SPTrans implanta linhas especiais para levar seu pet ao SP Animal

Prefeitura lança aplicativo do Projeto Redenção

18 ago. 2017

Prefeitura lança a São Paulo Tech Week 2017

16 ago. 2017

Você sabe o que é o FALA, SERVIDOR?

15 ago. 2017

Empreendedores recebem orientação gratuita sobre planejamento de empresas

11 ago. 2017

Novas funções do GeoSampa permitem a medição de áreas e ângulos diretamente do mapa digital da cidade

10 ago. 2017

Ministério das Cidades e Prefeitura de São Paulo anunciam pacote de R\$ 750 milhões em ações para habitação e drenagem

31 jul. 2017

Prefeitura e Estado apresentam balanço de ações conjuntas e novas parcerias

28 jul. 2017

Funcionários de escolas da rede municipal podem se inscrever em curso sobre uso eficiente da energia elétrica

27 jul. 2017

Prefeitura inicia a utilização do aplicativo para transporte de servidores públicos

26 jul. 2017

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente implanta pagamento digital para recursos ao FEMA

24 jul. 2017

São Paulo terá pontos iluminados em azul contra o tráfico de pessoas**Prefeitura abre inscrições de mentoria para startups com foco em tecnologia**

20 jul. 2017

Prefeitura divulga datas e locais de audiências devolutivas do Programa de Metas e de apresentação da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021**Posto móvel para emissão de Cartão de Estacionamento de Idoso e de Deficiente Físico chega ao Shopping Interlagos**

13 jul. 2017

Acordo permite regularização de loteamento ocupado desde década de 90

11 jul. 2017

Prefeitura apresenta versão final do Programa de Metas 2017-2020**Prefeitura de São Paulo lança site do programa City Câmeras**

10 jul. 2017

FabLab Livre SP oferece mais de 30 cursos grátis**Parceria disponibiliza curso EAD de tecnologia gratuito para pessoas com deficiência**

30 jun 2017

Eleição para o Conselho Gestor garante representatividade da sociedade civil e moradores locais**Documentos em mãos tornam mais ágil abertura de empresa pelo novo Empreenda Fácil**

26 jun. 2017

Parceria com Hospital Sírio-Libanês desenvolve sistema eletrônico para acompanhamento de usuários

24 jun. 2017

Ciclovia da Avenida Pedroso de Moraes recebe nova iluminação em ação do SP Cidade Linda

22 jun. 2017

Praça Pôr do Sol recebe projeto piloto de iluminação

01 jun. 2017

Prefeitura inicia projeto para melhorar iluminação no Centro da cidade

31 mai. 2017

SPTrans entrega novos ônibus ao sistema municipal de transporte

26 mai. 2017

Avenida Roberto Marinho recebe novos postes e luminárias após SP Cidade Linda

Prefeitura lança Corujão da Cirurgia com meta de zerar fila de 68 mil pacientes em um ano e meio

20 mai. 2017

SP Cidade Linda reforça iluminação da Avenida Roberto Marinho, na Zona Sul

19 mai. 2017

Novo eixo do programa SP Cidade Linda começa na Marginal Tietê

15 mai. 2017

Prefeito faz palestra em NY e apresenta principais programas de SP

12 mai. 2017

Empresa que ‘limpou’ Rio Sena irá despoluir lagos do Ibirapuera

Prefeito João Doria viaja a Nova York para apresentar cidade a investidores e terá encontros com Bloomberg e de Blasio

11 mai. 2017

Prefeitura recebe proposta de doação de equipamentos para melhorar conectividade nas escolas

03 mai. 2017

Prefeitura recebe doação de computadores e impressoras da indústria elétrica e eletrônica

02 mai. 2017

Prefeitura lança “Faça Seu Bairro Lindo”, programa regionalizado de zeladoria urbana

26 abr. 2017

Prefeitura lança desafio para desenvolvimento de aplicativo sobre cardápio escolar

24 abr. 2017

Drones auxiliam Guarda Civil Metropolitana no monitoramento da cidade de SP

19 abr. 2017

Treinamento apresenta sistema do Empreenda Fácil para servidores

18. abr. 2017

Prefeitura de SP lança projeto Pátio Digital

10 abr. 2017

Prefeitura de SP apresenta balanço dos 100 primeiros dias de gestão

07 abr. 2017

Ciclovía da Eliseu de Almeida é revitalizada após SP Cidade Linda

05 abr. 2017

Prefeito Doria fará palestra no Fórum Econômico Mundial 2018

03 abr. 2017

Corujão da Saúde zera fila para exames em 83 dias**Homologação eletrônica para transportes públicos beneficia 110 mil condutores profissionais****Nova plataforma disponibiliza informações sobre exames a pacientes****Equipe especializada trabalhará na recuperação de placas de sinalização**

28 mar. 2017

Parceria com Microsoft amplia utilização de tecnologia na rede municipal de ensino**Prefeitura de SP participa de ação social “Rua Cidadã”****Prefeitura convida servidores com deficiência para debater políticas de acessibilidade**

23 mar. 2017

Prefeitura de SP lança projeto City Câmeras**Prefeitura lança plataforma colaborativa para elaboração do Programa de Metas****2017-2020**

18 mar. 2017

Parque municipal participa do Plantio Global que acontece neste domingo em 10 países

15 mar. 2017

Prefeitura lança aplicativo com informações sobre serviços de limpeza e coleta em SP

13 mar. 2017

Corujão da Saúde atinge, nesta segunda-feira, a marca de 250 mil exames

08 mar. 2017

Programa Doutor Saúde leva consultas e exames em unidades móveis a todas as regiões de SP

06 mar. 2017

Programa Empreenda Fácil diminui tempo de abertura de empresas para uma semana

01 mar. 2017

Prefeitura de SP melhora sinalização de radares que mais multam

24 fev. 2017

Ponte Orestes Quércia passa por revitalização e recebe nova iluminação

23 fev. 2017

Ministério das Cidades assegura R\$ 452 milhões para investimentos para SP

21 fev. 2017

Aplicativo oferece programação do Carnaval de Rua 2017 em SP

23 fev. 2017

Ministério das Cidades assegura R\$ 452 milhões para investimentos para SP

17 fev. 2017

Prefeitura concede terrenos para SESC e Unifesp

14 fev. 2017

Prefeito vai a evento internacional para atrair investimentos em SP

Avenidas e praça de SP recebem novo modelo de lixeiras

10 fev. 2017

Bairro do Paraíso recebe novo bicicletário público neste sábado

SP Cidade Linda entrega revitalização do Túnel Nove de Julho

10 fev. 2017

Corujão da Saúde completa um mês e atinge a marca de 141,3 mil exames

31 jan. 2017

Prefeitura renova acordo para segurança global no trânsito

Programa Espaço Vida é apresentado a empresários do setor da construção

31 jan. 2017

Em 22 dias, “Corujão da Saúde” faz 100 mil exames

24 jan. 2017

Viagens compartilhadas têm adesão de 84% dos motoristas no Viaduto Plínio de Queiróz

23 jan. 2017

Programa “Adote uma Praça” ganha mais agilidade

13 jan. 2017

‘Corujão da Saúde’ já tem 20 hospitais parceiros

Com duas ações concluídas, SP Cidade Linda já retirou mais de 15 toneladas de lixo da capital

09 jan. 2017

Nova gestão dá início a 11 programas e ações na primeira semana

06 jan. 2017

Em sua primeira operação, “Cidade Segura” fiscaliza 1.156 condutores

Prefeitura firma convênio para consultas de reavaliação do “Corujão da Saúde”

02 jan. 2017

Prefeitura institui o programa “São Paulo Cidade Linda”

Prefeitura lança programa de zeladoria urbana São Paulo Cidade Linda